

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CRÍTICA À EDUCAÇÃO CAPITALISTA:
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO SOBRE
A INVASÃO DA ESCOLA PÚBLICA PELO TERCEIRO SETOR

Por Roberto Alves Simões
Sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eunice Trein

Niterói – RJ
Abril de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROBERTO ALVES SIMÕES

CRÍTICA À EDUCAÇÃO CAPITALISTA:
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO SOBRE
A INVASÃO DA ESCOLA PÚBLICA PELO TERCEIRO SETOR

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação. Campo de Confluência: Trabalho e Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eunice Trein

Niterói – RJ



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Programa de Pós-Graduação em Educação

Nº 815

Ata da Defesa de Dissertação do
Mestrando **ROBERTO ALVES SIMÕES**,
na forma que se segue:

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala 318 do bloco D da Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora da Dissertação de Mestrado em Educação de **ROBERTO ALVES SIMÕES**, formada pelos seguintes professores doutores: **EUNICE SCHILLING TREIN (Presidente/UFF)**, **LEOVEGILDO PEREIRA LEAL (UNIPAC)** e **WALDYR LINS DE CASTRO (UFF)**. Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra ao mestrando para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado "**O terceiro setor invade o espaço público da escola. Avanço ou retrocesso**". Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros componentes para que argüissem o mestrando, para a seguir também comentar o trabalho e as observações feitas pelos professores que o antecederam. Feitos os comentários e argüições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

A banca aprova a dissertação, com louvor, considerando:

- a) a relevância da temática;
- b) a consistência teórica, metodológica;
- c) o alinhamento do trabalho ao esforço de reintroductura do pensamento crítico na academia brasileira.

A banca sugere a continuidade dos estudos em nível de doutorado.

Obs: A banca sugere ainda a mudança do título para:
Crítica à educação capitalista: apontamentos para um estudo sobre a invasão da escola pública pelo terceiro setor.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu **Sueli Soares de Sá Lencina** lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da banca. Niterói 29 de abril de 2009.

Eunice S. Trein

EUNICE SCHILLING TREIN (Presidente - UFF)

Leovegildo Pereira Leal

LEOVEGILDO PEREIRA LEAL (UNIPAC)

Waldyr Lins de Castro

WALDYR LINS DE CASTRO (UFF)

AGRADECIMENTOS

O agradecimento possível para a realização deste trabalho está relacionado às ações humanas que efetivamente dão conta de resgatar o homem da alienação. Enquanto houver classes sociais e exploração do trabalho alheio para a apropriação de riquezas, não poderemos pensar sequer numa humanidade que se organize socialmente num patamar elevado. O agradecimento, portanto, deve ser a todos os homens e mulheres que lutam, lutaram e tombaram para esse fim. Referimo-nos àqueles que ascenderam à consciência revolucionária, que Marx chamou de consciência para si. Os idealistas não poderão fazer parte desses agradecimentos, pois as suas ações, inconscientemente ou não, acabam por satisfazer às necessidades da burguesia. Nada pessoal. A luta de classes é a nossa escola.

EPIGRAFE

“Limitar uma mudança educacional radical às margens coercitivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”.

István Mészáros

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo elaborar uma análise crítica da educação capitalista e apontar os avanços realizados pela burguesia nacional para implantar o setor privado, representado pelo terceiro setor, no interior da escola pública. A escolha do patamar de observação para a elaboração deste trabalho não poderia ser outro que não o do referencial teórico marxista como condutor de investigação e análises. Fica óbvio que a escola – tanto quanto qualquer instituição social – não poderia ser analisada neste trabalho independente de suas bases materiais e históricas. Não. A escola pertence a uma determinada sociedade humana, que resolveu, num tempo próximo, se dividir em classes e construir marcos fronteiriços na terra coletiva, comum. Trata-se da sociedade de classes, que hoje organiza a sua vida material no modo de produção capitalista, o qual tem por objetivo o lucro acumulado através do trabalho alheio. Ninguém melhor do que Karl Marx desenvolveu a compreensão da lógica do capital como forma de organização e reprodução social, facilitando muito a elaboração de trabalhos que, como este, pretende adentrar pela escola, através da sua porta e do seu pensamento, que é profundamente analisado nesta dissertação. Ela está dividida em três partes: o homem, o estado e a escola. O homem foi encontrado há 200 mil anos e trazido para o presente debate. O papel do trabalho, que transformou o macaco em homem, e que tem em Engels seu principal formulador, ganha corpo para demonstrar que a longa jornada do homem, de milhares de séculos, ocorreu de tal forma, que o seu desenvolvimento biológico, cultural e histórico, estão entrelaçados dialeticamente. O *trabalho*, através do fabrico de artefatos, foi o eixo condutor deste desenvolvimento. Por isso o texto viaja no tempo e vai buscar as raízes do homem, há sete milhões de anos, com a descoberta, em 2001, da espécie homínida do gênero *Sahelanthropus tchadensis*, que empurra para ainda mais longe o confuso tronco genealógico da humanidade. Somente muito recentemente, há cerca de dez mil anos, o homem resolveu explorar seus semelhantes e estabelecer fronteiras na Terra. É daí que o presente trabalho parte para suas análises, pois a origem da família, da propriedade, do estado e da escola sustenta toda a discussão posterior, no Capítulo II, sobre o estado, suas crises cíclicas estruturais e a crise financeira atual, tendo como um ponto importante a crítica necessária à esquerda dirigente do proletariado brasileiro. É o primeiro capítulo que sustenta também, e principalmente, pois é a razão de ser desta dissertação, o Capítulo III, sobre a escola e a gestão escolar. É ali que este trabalho inicia uma investigação sobre o avanço do terceiro setor na escola pública para, num futuro próximo, aprofundar estas investigações. A análise da gestão da escola capitalista obriga um posicionamento crítico sobre os métodos de organização sindical da categoria dos trabalhadores das escolas públicas, convergindo para a crítica política às organizações da esquerda que legitimamente intervém no sindicato. Por fim, a tônica de toda a dissertação ora apresentada, pode ser resumida na epígrafe de István Mészáros, que orienta o homem a “*romper com a lógica do capital*” se quiser lançar para um patamar superior suas expectativas de transformação da educação e, portanto, do próprio homem.

Palavras-chave: O homem; o estado; a escola capitalista.

RESUMEN

Esta disertación para la obtención de grado de maestría tiene por objetivo realizar un análisis de la actual situación de la educación brasileña en busca, con énfasis en los avances obtenidos por la burguesía en su objetivo general de privatización del sistema de enseño en el país. La escoja del llano de observación a la elaboración de este trabajo no podría ser otro que no el del referencial teórico marxista como conductor de investigación y análisis. Por supuesto, la escuela – al igual de cualquiera institución social – no puede ser considerada alienada de sus bases materiales históricas. Nos ponemos entre los que se comparten la convicción de que nadie mejor que Karl Marx desarrolló la comprensión de la lógica del capital como forma de organización e reproducción social. La escuela pertenece a determinada sociedad humana, dividida en clases sociales en determinado momento de su desarrollar originando el aparecimiento del estado. Hablamos, hoy, de una sociedad de clases, organizada en torno del modo de producción capitalista, o sea, centrada en la busca del lucro a través del trabajo ajeno. Esta disertación viene dividida en tres partes: el hombre, la sociedad y la escuela. El hombre, desde su origen de cerca de 200 mil años, se hace presente en este trabajo como proceso de autoconstrucción constante. Engels atribuye primacía al papel del trabajo en el proceso de la ‘transformación del mono en hombre’ en el que se entrelazan dialécticamente los factores biológico, cultural y histórico. Por eso, el texto hace un viaje en el tiempo en busca de las raíces del hombre, hace siete millones de años, con el descubrimiento, en 2001, de la especie homínido *Sahelanthropus tchadensis*, lo que lleva para más lejano aún el confuso tronco genealógico de la humanidad. Solamente muy recientemente, a cerca de diez mil años, el hombre empezó a explotar sus semejantes y a establecer fronteras en la Tierra. Es sobre esta referencia que este trabajo hace sus análisis centrales, pues es la identificación general del origen de la familia, de la propiedad, del estado y de la escuela que sostiene toda la discusión posterior, en el Capítulo II a cerca del estado, sus crisis cíclicas estructurales, incluso la crisis actual del sistema, incluso con el necesario abordaje crítico a la izquierda brasileña y su actuación en la lucha de los trabajadores. Es también el Capítulo I que sostiene, como eje central metodológico de esta disertación, el Capítulo III, respecto la escuela y la su gestión. En este capítulo, el trabajo empieza una investigación a cerca del avance del llamado *tercero sector* en escuela pública brasileña – para, en futuro próximo, profundizarnos en estas investigaciones. E análisis de la gestión actual de la escuela pública en el país obliga a una posicionamiento crítico respecto los métodos de la organización sindical de la categoría de trabajadores en la escuela pública, lo que remete a un necesario abordaje crítico al trabajo de la izquierda que, legítimamente, interviene en sus luchas. Al final, resta decir que la tónica de toda esta disertación puede ser resumida por la epígrafe de István Mészáros, que aconseja a ‘romper con la lógica del capital’ cuando se quiere lanzar hasta un llano superior las expectativas de transformación de prácticas humanas, la educación incluso.

Palabras-llave: El hombre; el estado; la escuela del capitalista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - O HOMEM: PROCESSO HISTÓRICO DE HUMANIZAÇÃO OU COISIFICAÇÃO?	
I.1- O pensamento metafísico e a dominação de classe	14
I.2- Transição das comunidades primitivas para a civilização	18
I.2.1- A história vista pelos dominantes	18
I.3- Origem das classes sociais e da escola	27
I.4- Concepção Idealista de Homem: o indivíduo abstrato	61
I.5- Concepção Marxista de Homem	75
I.5.1- Teoria da Alienação do Homem	78
CAPÍTULO II - O ESTADO BURGUEÊS E SUAS CRISES SISTÊMICAS: QUAL O PAPEL DA ESQUERDA?	
II.1- Crise do Capital e Reforma do Estado	80
II.2- Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado	93
II.3- ONGs Sem Fronteiras	100
II.4- Balanço do Neoliberalismo	103
II.5- A Crise da Esquerda: breve histórico e uma análise crítica	105
II.6- Dominação e Violência	126
II.7- Mídia Resguarda Dominação e Interesses Econômicos	131
CAPÍTULO III – ESCOLA CAPITALISTA: MEIO DE REPRODUÇÃO BURGUESA E FORMAÇÃO DO HOMEM ABSTRATO	
III.1- Gestão Escolar ou Autonomia do Capital?	133
III.2- O Terceiro Setor e a Gestão Escolar	135
III.3- A Autonomia e a Gestão Escolar	143
III.4- O Sindicato e a Gestão Escolar	146
III.5- Uma Análise Crítica da Gestão Escolar	150

IV- CONCLUSÃO	161
V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
VI- ANEXOS	176
VI.1- Anexo 1	176
VI.2- Anexo 2	177
VI.3- Anexo 3	179

INTRODUÇÃO

Recai sobre os nossos ombros, neste momento, um peso de muita responsabilidade. Mais do que a responsabilidade com a história da luta do proletariado contra a opressão de classe, toma corpo a consciência materialista que nos remete no tempo vivo do desenvolvimento histórico, social e biológico do homem.

A força da dialética é quem nos arremessa no tempo. É justamente essa força que nos permite selecionar alguns critérios metodológicos para a elaboração do presente trabalho.

Em primeiro lugar está a escolha da primeira pessoa do plural para a redação do texto. Isto se deve ao fato de que o referencial teórico assumido por nós representa uma construção coletiva, fundamentada no desenvolvimento sociocultural e biológico do homem, em toda a sua trajetória histórica. Desde Marx e Engels, toda a produção do conhecimento por eles formulada possuía, em si, uma intrínseca relação com todo o conhecimento produzido até então, mesmo aqueles menos reluzentes, que não escaparam às suas críticas mais agudas.

Cada palavra, cada linha, será aqui comparada ao alicerce de uma construção coletiva. Quando um patamar é concluído, inicia-se sem demora a construção do patamar superior, num movimento *ad infinitum*. Sem medo de atingir o céu. O que veio de trás ou de baixo modifica-se e integra-se ao presente, preparando o futuro, negando-se para sucumbir ao novo, ao devir. Segundo as palavras de Hegel, a contradição imanente do “ser-em-si” está na sua “negatividade absoluta” ou “totalidade negativa”, o germe do “ser-outro” ou do “vir-a-ser”, contidos na coisa mesma. O perecimento de todo ser é “o mais alto amadurecimento ou estágio que qualquer coisa pode atingir”, o momento mais importante do seu desenvolvimento, o ápice da dialética, levando Marx a afirmar que um sistema social só pode perecer depois de desenvolver ao máximo as suas forças produtivas, sendo transformado numa outra forma de organização da sociedade e da produção.

A dialética não é parte da nossa vontade, é a realidade materializada na natureza. Assim compreendendo, podemos reconhecer a força das coisas, dos seres, dos pensamentos, pelo simples fato de reconhecermos a força da dialética.

Em segundo lugar, devemos discorrer aqui sobre a estrutura desta dissertação. Elaborar uma crítica consistente à educação capitalista requereu de nossa parte uma profunda reflexão sobre por onde começar. Sabíamos, e disto não tínhamos nenhuma dúvida, que a escola a ser analisada encontra-se estruturalmente presa a possantes amarras que a impedem de se desprender do terreno pantanoso ao qual estão vinculadas.

Desafio nem um pouco confortável, em vista das inúmeras análises que conhecemos e que, por um lado, nos apresentam uma escola flutuante alheia ao mundo real, formadora de um homem abstrato. Por outro lado, ombreamos com toda uma história de formulação teórica na educação, no campo da esquerda. Sendo assim, e por entendermos, então, que as amarras às quais nos referimos acima são a representação do pensamento que sustenta a sociedade capitalista, resolvemos iniciar o texto pelo pensamento.

Mas o pensamento, segundo a concepção dialético-materialista, ou seja, o marxismo, emana das relações de produção da vida material do homem. Todos sabem que o eixo condutor da sociedade de classes é a exploração do trabalho alheio. Alguns apenas omitem este fato histórico. Ora, esta questão sugere outras, como, por exemplo, desde quando o homem explora os seus semelhantes? E aí se tornam inevitáveis as perguntas famosas: de onde viemos? Para onde vamos?

A busca das respostas para estas questões continuará sempre sendo um trabalho coletivo. Estas questões somente poderão ser respondidas pelo conjunto das áreas do conhecimento, desde que o pensamento a elas dirigido seja voltado para a superação da exploração do homem pelo homem. E que tais pensamentos entendam a realidade objetiva como um conjunto de elementos que se encadeiam dialeticamente. A isto podemos chamar de materialismo dialético.

Estas questões, enfim, nos conduziram a estruturar o primeiro capítulo em torno do homem. Procuramos então identificar as características do pensamento que edifica a sociedade de classe, o pensamento metafísico, e seu contraditório, o pensamento idealista nas suas mais variadas vertentes, mas que, em Hegel, toma um rumo de confronto com o senso comum religioso, ainda que místico e dirigido à classe proprietária da Alemanha do Século XVIII. Foi ali, a fonte de que beberam Marx e Engels.

E, por que, então, não abrimos um item no Capítulo I sobre o pensamento materialista? Porque o pensamento materialista, dialético, está contido em toda a preparação prévia, organização, elaboração, execução e revisão deste trabalho.

Em seguida, ainda no capítulo sobre o homem, procuramos desvelar as razões que o levaram a explorar o trabalho dos seus semelhantes. Aí, começamos a nos deparar e a conhecer um tipo de homem que viveu muitos milhares de séculos se desenvolvendo histórica, biológica e culturalmente, em que a propriedade da terra era comum e a mulher era tão respeitada que transmitia a descendência familiar. Até que, há bem pouco tempo, a cerca de cinco mil anos, o homem resolveu atacar e derrotar o direito materno, passando a

oprimir a mulher e a estabelecer o casamento monogâmico no interior da sociedade humana, em substituição ao casamento sindiásmico, grupal. Foi uma grande derrota para a humanidade, segundo a impressão de Engels, da qual compartilhamos. À supremacia do direito paterno seguiu-se a propriedade privada da terra, do rebanho e do próprio homem em forma de escravo. Com o advento das classes, surge o estado, da necessidade de conciliar e regular as contradições imanentes expressas pelas diferenças materiais que se aprofundavam mais e mais entre os homens.

O Capítulo II se dispõe a analisar o estado criado pelo homem proprietário, o estado burguês. Longe de nós pretendermos passar ao menos perto dos profundos conhecimentos deixados por Marx e que hoje compõem o arsenal a ser utilizado pelo proletariado no processo histórico que conduzirá à sua emancipação política. Não, os conhecimentos que incorporamos de Marx necessitam ser socializados, e por isso devemos elaborar quantos trabalhos teóricos pudermos produzir. A fragmentação da classe trabalhadora é provocada pelos sempre sofisticados métodos de produção e de dominação, isso é verdade. No entanto, precisamos analisar o elemento que compõe a subjetividade no processo de emancipação (a organização política) para sabermos quanta responsabilidade para com esta fragmentação tem o proletariado.

Este é o objetivo principal das críticas que fazemos à esquerda. Sob o nosso ponto de vista, identificar apenas na política burguesa as causas do crescente enfraquecimento na correlação de forças do proletariado brasileiro é abdicar da responsabilidade com a direção e, portanto, com os rumos do movimento político da classe. Não pretendemos um programa político. Porém, procuramos demonstrar em cada item, em cada capítulo, a natureza de classe da sociedade, do estado, das instituições, da ciência e da ideologia, na intenção parcial de tirar o véu que encobre a realidade burguesa, isto é, a lógica da exploração do trabalho alheio para a obtenção de lucro.

A atual crise financeira e todas as crises cíclicas, estruturais, do capitalismo, fazem com que a própria burguesia retire esse véu. Num lapso de poucos anos, o poder burguês muda o seu discurso, mas não a sua prática, que consiste em gerir os negócios privados. A crise obriga o estado a financiar as empresas privadas, ao invés de privatizá-las, num movimento patente de proteção ao setor privado. Mesmo depois de todos esses movimentos protecionistas, ainda há quem diga que o problema é individual, de “governança”. Que a burguesia o diga, entendemos, mas, a esquerda repetir as argumentações dos dirigentes capitalistas provoca um desarme na classe e a leva ao

pântano teórico que pode representar um grande atraso no processo de superação do capitalismo, ou seja, da revolução.

A escola capitalista pode ser tratada no Capítulo III, portanto, sob o ponto de vista teórico que adotamos para abordar este tema, e que está bem representado na epígrafe principal desta dissertação, de autoria de István Mészáros.

Interessa para nós demonstrar que a escola é dirigida por pessoas que, de uma forma ou de outra, estão comprometidas com os governos e com as políticas capitalistas. E dizemos isto despreocupados com o entendimento equivocado de alguns democratas radicais, que acreditam ser possível transformar as coisas, o homem e o mundo, através da educação. É na intenção de demover quanto mais trabalhadores e estudantes desta posição, que elaboramos este trabalho.

Falar da gestão escolar, desprendidos desta ilusão idealista, amplia muito a nossa capacidade de intervenção no interior da escola. Para aqueles que elaboram frases simples e superficiais nos criticando de pessimismo, catastrofismo ou coisas do gênero, indicá-riamos a leitura do Capítulo III, sobre a gestão escolar. Assim, essas pessoas, movidas por interesses de classe, teriam que inventar palavras que não dizemos.

Demerval Saviani é essencial à análise crítica que fazemos à gestão escolar, no Item III.5, trazendo todo o seu acúmulo de formulação teórica na educação brasileira, resgatando autores clássicos e, mais importante, avançando numa análise que, a nosso ver, toma o rumo do contra-senso democrático-burguês. Basta recuperarmos as suas referências teóricas no artigo denso, consistente e profundamente esclarecedor, “Educação Socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os Desafios da Sociedade de Classes” (SAVIANI, 2005). Citando autores clássicos da educação, como Bourdieu e Passeron, Baudelot-Establet, entre outros, Saviani faz também um pequeno levantamento dos principais autores marxistas que formularam teorias na educação. Lênin encabeça a lista, que tem Aníbal Ponce, Daniel Lindenberg, Georges Snyders e outros.

É isso. Vamos à leitura.

CAPÍTULO I - O HOMEM: PROCESSO HISTÓRICO DE HUMANIZAÇÃO OU COISIFICAÇÃO?

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. O que prova fora de toda a dúvida o radicalismo da teoria alemã, e deste modo a sua energia prática, é o fato de começar pela decidida abolição positiva da religião. A crítica da religião termina com a doutrina de que *o homem é o ser supremo para o homem*. Termina, por conseguinte, com o imperativo categórico de derrubar todas as condições em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível – condições que dificilmente se exprimirão melhor do que na exclamação de um francês, quando da proposta de um imposto sobre cães: ‘Pobres cães! Já querem vos transformar em homens!’ (MARX, 2005, p. 151, grifos do autor)

I.1- O pensamento metafísico e a dominação de classe

Ainda que, sem pretendermos nos aprofundar em demasia na teoria geral do estado ou em penetrar numa prolongada análise do capitalismo, optamos por estabelecer um referencial de análise da educação pública no qual possamos situar a escola como um elo da corrente histórica da dominação de uma classe sobre outra e demonstrar a sua importância estrutural no processo de reprodutibilidade do sistema capitalista.

Esta opção evitará o lugar comum da maioria das formulações teóricas, as quais arrancam a escola do chão teórico que sustenta a sua essência de classe e a projetam para um patamar ilusório sobre o qual imagina-se que será possível olhar a realidade na sua totalidade. O mundo sensível torna-se, então, tão espiritual quanto abstrato e pretensamente imune à “luta dos contrários”, ou seja, às contradições geradas pelos diferentes interesses das classes antagônicas¹.

¹ O antagonismo ao qual fazemos referência deve ser entendido enquanto “uma das formas, e não a única forma, da luta dos contrários”. A contradição existente entre o proletariado (explorados) e a burguesia (exploradores) poderá coexistir “durante um longo período na sociedade” sem que, necessariamente, se expresse enquanto antagonismo. Segundo Mao, “na história da humanidade, o antagonismo entre as classes existe como expressão particular da luta dos contrários”, (...) “quer se trate de sociedade feudal ou capitalista”. Mao ilustra a sua argumentação com o exemplo de uma bomba, que coexiste com elementos contraditórios numa mesma unidade, sem que o antagonismo se torne visível, sendo detonado apenas após “o aparecimento de novas condições (ignição)”, o mesmo ocorrendo na natureza, onde “a solução de uma antiga contradição e o nascimento de uma nova se produzem sob a forma de um conflito aberto”. Embora não concordemos com o conjunto dos métodos teórico-práticos de Mao Tse-Tung, é importante ressaltarmos a contribuição que o mesmo oferece à apreensão de algumas categorias marxistas, haja vista a compreensão da categoria contradição. É, neste sentido, que concordamos com sua afirmação de que a clareza entre o que distingue contradição de antagonismo é fundamental para a compreensão de que a lei dialética da transformação da quantidade em qualidade, ou seja, da transformação radical da sociedade de classes, somente será possível através das revoluções (Mao, 2004, p. 91-94).

Este ponto de vista tem origem, por um lado, na lógica formal aristotélica², marcada pela rigidez das análises das coisas, do pensamento e dos fenômenos da natureza. Como diria Friedrich Engels (1820/1895) dois milênios depois, no seu *Anti-Düring*, em 1885, a metafísica processa isoladamente os elementos que compõem o objeto de observação e os destaca “da grande concatenação do universo” (ENGELS, 1976, p. 20). A observação mecânica dos fatos e das coisas mesmas isola o objeto de análise do mundo real e o transporta para um mundo abstrato, isento das contradições próprias de todo o ser. A consequência é o isolamento do objeto analisado em relação ao mundo exterior e às ações externas a que são, necessariamente, submetidos todo e qualquer objeto. A metafísica ignora as leis da dialética que demonstram a inter-relação entre todas as coisas, a transformação de quantidade em qualidade, a identidade dos contrários, a contradição. Tais ações a que nos referimos podem estar no campo dos fenômenos da natureza, do pensamento ou da política, podendo se relacionar dialeticamente ou se manifestar isoladamente.

Para o que nos interessa neste item do capítulo, ou seja, analisar a visão liberal da escola capitalista, sob o ponto de vista, portanto, da metafísica, será importante identificar como essa corrente de pensamento isola a escola da realidade objetiva, ocultando suas contradições. Este exercício será fundamental para a elaboração da crítica à escola burguesa.

A metafísica interpreta o conceito de escola de maneira fixa, imóvel, simplista, isento da complexidade de sua inter-relação com o homem, com a sociedade e com a conjuntura histórica. O pensamento metafísico tenta camuflar o caráter de classe da escola, dando-lhe uma aparente homogeneidade, pois tende a naturalizar as relações de poder na sociedade de classes. É dotado de grande eficácia na dominação de uma classe sobre outra pelo seu caráter dissimulador, isto é, pela sua capacidade de ocultar a realidade. Isto porque, na medida em que a lógica tradicional do pensamento metafísico limita-se a conceber um ser idêntico a si mesmo, excluindo ou ignorando seu oposto, as contradições próprias da escola precisam ser ocultadas. Em contrapartida, poderiam nos acusar de também transformarmos a nossa escola numa escola de classe, expressa nas sociedades nas quais o proletariado conseguiu, pela revolução, superar os seus dominadores. A isso responderemos afirmativamente, sem rodeios, parafraseando Lênin, no “Primeiro

² Aristóteles (384 a. C. - 322 a. C.) criou o pensamento lógico, que explicava o mundo, em linhas gerais, de forma estática, mecânica, metafísica, anistórica. A sua filosofia ficou conhecida como lógica clássica ou lógica aristotélica e fundou-se em três leis fundamentais: lei da identidade, lei da não-contradição e lei da exclusão dos terceiros.

Congresso Pan-Russo de 1918”, quando ele respondeu à mesma questão: ““(…) a escola sempre foi uma escola de classe. O nosso ensino defenderá por isso, exclusivamente, o interesse da classe laboriosa da sociedade”” (LENINE, V.³, apud PONCE, 2007, p. 175).

A rigidez da metafísica, com suas verdades absolutas (dogmas), desenvolve mecanismos capazes de produzir nas massas sentimentos e aspirações conciliáveis com a sempre minoria dirigente que compõe a classe dominante (ibid., p. 27-29 e PISTRÁK, 2003, p. 30).

Pistrak (ibid.) desenvolve bem este tema no pós-revolução russa, onde a educação foi tratada de forma a satisfazer os interesses do proletariado russo e denunciar a natureza de classe da escola imperialista. Para ele

(...) A escola refletiu sempre o seu tempo e não podia deixar de refleti-lo; sempre esteve a serviço das necessidades de um regime social determinado e, se não fosse capaz disso, teria sido eliminada como um corpo estranho inútil. A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas estas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dirigentes não passavam de uma minoria, uma pequena minoria, subordinando a maioria aos seus interesses, e é por isso que se esforçavam para mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição de sua própria dominação (ibid.).

No item seguinte veremos que a escola surge a partir de um processo histórico de transição do homem primitivo para o homem civilizado, como instrumento de formação de uma sociedade cujos interesses hegemônicos eram os da classe dominante. Parafraseando Goethe, Karl Marx (1818/1883) torna famosa a máxima de que “as idéias dominantes de uma época foram sempre apenas as idéias da classe dominante” (MARX e ENGELS, 1975, p. 83). Marx reproduz esta formulação de Goethe, segundo Magalhães-Vilhena (1975, p. 148), ao questionar, no Manifesto Comunista, se a inteligência do proletariado não seria suficiente para a compreensão de que “as mudanças nas condições de vida dos homens, nas suas relações sociais, na sua existência em sociedade, mudam também as suas concepções, as suas maneiras de ver, os seus conceitos, numa palavra, a sua consciência?” (MARX e ENGELS, op. cit., 1975, p. 82-83).

Essas “condições de vida dos homens” a que se refere Marx os impedem de enxergar o quão abstrato e irreal é o mundo o qual se apresenta para eles. As concepções do homem civilizado acerca do mundo, seus conceitos, valores, sua consciência, têm sido

³ LENINE, V., “Discurso”, pronunciado no III Congresso Pan-Russo da União das Juventudes Comunistas, in Lenin y la Juventud, Ed. Secretariado Sudamericano de la Internacional Juvenil Comunista, Buenos Aires, 1929.

consolidados historicamente, portanto, pela metafísica. São os rigores do pensamento metafísico no interior dos aparelhos ideológicos da burguesia – estado, família, escola, religião, organizações da sociedade civil, mídia, etc. – que sustentam e aprofundam a ideologia dominante.

Engels (1976, op. cit., p. 20), sintetiza bem esta linha de pensamento:

O metafísico pensa em toda uma série de antíteses desconexas: para ele, há apenas o sim e o não e, quando sai desses moldes, encontra somente uma fonte de transtorno e confusão. Para ele, uma coisa existe ou não existe. Não concebe que essa coisa seja, ao mesmo tempo, o que é uma outra coisa distinta. Ambas se excluem de modo absoluto, positiva e negativamente. Causa e efeito se revestem da forma de uma antítese rígida.

Em outras palavras, transferindo toda esta discussão para o ambiente escolar na sociedade capitalista contemporânea, podemos perceber, através de uma atenta análise crítica, o quanto o pensamento metafísico dissimula as profundas contradições existentes no interior da escola pública: desníveis socioeconômicos e culturais, dificuldades de aprendizado, turmas numerosas e heterogêneas, degeneração familiar, desemprego e subemprego, trabalhadores mal pagos e sem condições de trabalho, controle autoritário, conciliação sindical, etc.

O pensamento dialético nos mostrará que tais contradições não deixarão de existir. Por que, então, a principal lei da dialética, a luta dos contrários, não se faz visível e não se concretiza no triunfo da negação a essas condições sub-humanas de vida? O que leva trabalhadores, alunos e seus responsáveis a se submeterem ao controle rígido das direções escolares? Podemos considerar a cooptação ideológica do poder instituído como força indestrutível e, portanto, insuperável?

Aqui nos deparamos com uma grande polêmica na organização sindical dos trabalhadores das escolas públicas. Tal polêmica se expressa na contradição da posição política do sindicato, sobretudo daqueles dirigidos por setores que se apresentam como opositores do pensamento metafísico (alguns, inclusive, reivindicando o marxismo), mas que, por vezes, se colocam na posição, conscientemente ou não, de reafirmá-lo. Na prática política, este sindicato transita entre a representação dos interesses dos trabalhadores e estudantes, por um lado, e dos governos capitalistas, por outro.

As causas dessa aparente confusão serão discutidas no item 5 do Capítulo II, que tratará da crise da esquerda. Por agora será suficiente identificarmos que o pensamento metafísico está enraizado na totalidade dos governos capitalistas da sociedade moderna e

que a escola é um instrumento utilizado pelos liberais para os fins objetivos de dominação e atendimento a todo e qualquer interesse da classe burguesa. Falando de outra forma, a escola moderna existe para sustentar o modo de produção capitalista, que tem na exploração da força de trabalho humana o principal elemento de acumulação de riqueza.

Mas esta não é uma tarefa simples. Foram necessários amplos índices de assentimento ao longo da história, para se chegar ao estágio atual de dominação. E o principal movimento nesse processo histórico, de vital importância para a sobrevivência do pensamento metafísico, foi o de desconectar a escola e toda a realidade objetiva que a cerca, de suas origens históricas.

Ocultar as origens históricas da educação e da escola – e, portanto, do próprio homem – significa deformar toda a história da humanidade e, em conseqüência, a compreensão de que “a história de toda a sociedade até agora existente⁴ é a história de lutas de classes” (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 59).

Desvelar a origem de classe da educação e da escola torna-se essencial. Ao contrário da visão ingênua que considera a escola um instrumento de transformação do homem e, sob o ponto de vista dos idealistas mais exaltados, até mesmo o de sua libertação, preferimos pisar no terreno firme das pesquisas etnográficas, antropológicas e históricas que a situam no campo da dominação de classes. A partir da *barbárie*, na sua *fase média*, quando o homem começa a domesticar os animais e empregá-los na agricultura e a “produzir mais do que o necessário para o seu próprio sustento” inicia um percurso na história, cuja passagem à era da civilização, custar-lhe-ia a sua escravização histórica (PONCE, 2007, op. cit., p. 23-25).

I.2- Transição das comunidades primitivas para a civilização

I.2.1- A história vista pelos dominantes

Negar a metafísica, portanto, é viajar no tempo e acompanhar o desenvolvimento histórico do homem, do seu estágio primitivo ao civilizado, sob o ponto de vista materialista. Uma atenciosa análise dialético-materialista da pré-história, à luz dos revolucionários estudos etnográficos do estadunidense Lewis Henry Morgan (1818/1881),

⁴ Aqui vale ressaltar que o Manifesto Comunista foi escrito em 1847, antes ainda dos estudos preciosos do etnógrafo e historiador Lewis Henry Morgan, publicados no clássico “Sociedade Antiga”, em 1877, sobre as sociedades primitivas e sua organização produtiva e familiar. Isto significa dizer que tal expressão deve ser entendida enquanto referência à história escrita até então, pois o homem primitivo organizava-se na propriedade coletiva da terra. A produção era coletiva e a organização familiar era regida pelo direito materno. Engels faz referência a esta questão no prefácio à edição inglesa do Manifesto, em 1888 (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 59).

poderá revelar uma organização social humana fundamentada na propriedade comum do solo e num profundo poder de solidariedade coletiva entre os membros de uma mesma tribo.

No comunismo primitivo, as mulheres eram livres, gozavam de grande respeito e consideração e “estavam em pé de igualdade com os homens”, desde a *selvageria* até a *fase média* e até mesmo a *fase superior da barbárie* (ibid., p. 18). A descendência era por linha materna, num momento histórico da humanidade onde as crianças eram consideradas filhas de todos, pois não se poderia reconhecer a paternidade pelo fato de que as mulheres se relacionavam sexualmente com vários homens da tribo e estes também com várias mulheres. E isso era moral.

Quando a sociedade humana ainda não se dividira em classes e quando “a vida era sempre igual a si mesma e diferia pouco de indivíduo para indivíduo (...) a própria simplicidade das práticas morais colocava as crianças sem esforço no caminho do hábito, e não era necessária nenhuma disciplina” (ibid., p. 28). Diferentemente do que viria a ocorrer muitos séculos depois após a derrota do direito materno para o direito paterno, com o surgimento do adultério e da prostituição, já na *fase superior da barbárie*.

A educação das crianças era homogênea por não estar “*confiada a ninguém em especial, e sim à vigilância difusa do ambiente*” (ibid. p. 18, grifos do autor), ou seja, a criança aprendia a perceber a sociedade em que vivia através do saco no qual sua mãe a carregava nas costas por todos os lugares a que ia durante os vários anos que durava o aleitamento. Ali, agarrada à mãe, a criança ia adaptando-se, sem esforço, ao ritmo e às normas da sociedade e, mais tarde, “se educavam tomando parte nas funções da coletividade”, mantendo-se, assim, salvo as diferenças naturais, no mesmo “nível dos adultos”. Se elas precisavam “aprender a manejar o arco”, então caçavam, se necessitavam “guiar um barco”, navegavam (ibid. p. 19).

Estamos diante de uma forma de organização social do homem primitivo que foi deliberadamente ocultada até então, ou distorcida pela história escrita – e o são também nos dias atuais –, para justificar as gritantes deformações da sociedade de classe tomando-se por base a concepção metafísica do homem primitivo.

Este foi então vestido pela máscara da maldade, da promiscuidade, da vaidade e da violência nas suas mais variadas formas: infanticídio, autoritarismo, machismo, etc. Mais tarde, muito mais tarde, foi chamado de *homo homini lupus*, ou, *lobo do próprio homem*⁵

⁵ O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588/1679), cunhou esta famosa expressão na sua principal obra, *Leviatã*, por entender que as diferenças existentes entre os homens da sua época têm origem no seu próprio

pelos senhores do poder dominante, na tentativa de justificar historicamente a ganância de alguns – sempre uma minoria organizada politicamente contra a maioria – pela propriedade e, conseqüentemente, pelo poder sobre os demais. Estes, jamais se acanham por não apresentarem nenhuma comprovação científica de suas posições fantasiosas, desde que as perpetuem ao longo do tempo. Estamos falando de homens que, estes sim, tais como os lobos, devoraram e continuam a devorar a ingenuidade, a solidariedade e os sonhos dos produtores da riqueza acumulada pelo trabalho deles, ao operarem historicamente para a formação e manutenção das classes sociais, como veremos no item a seguir.

É verdade que o desenvolvimento do homem transcorreu junto a um processo histórico de formação das classes sociais a partir da produção excedente dos bens essenciais, depois da domesticação dos animais, da criação de gado, da elaboração dos metais, da arte dos tecidos, da agricultura e... “do gado humano: os escravos” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 57-58).

Por isso, também é bem verdade que a violência representada pela exploração do trabalho alheio – geradora do ócio (como veremos no item sobre a origem das classes), da escravização e da família patriarcal – é o grande impulso do homem na sua passagem histórica do *estágio bárbaro* à *civilização*. Segundo Engels, a família romana é a mais representativa desta transição do homem à *civilização*, cujos “traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno”. O termo *famulus* quer dizer escravo doméstico e “*família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem”. A família monogâmica de hoje tem sua origem, portanto, com a introdução da agricultura no modo de produção, a domesticação dos animais e a naturalização da escravidão, “depois da cisão entre os gregos e latinos arianos” (ibid., p. 61-62).

Engels utiliza-se de anotações, até então inéditas de Marx, para sustentar que a transição do matrimônio por grupos para a monogamia ou, numa palavra, do direito materno para o direito paterno, teve conseqüências desastrosas para a humanidade. A nova organização familiar imposta ao homem traz consigo a marca da exploração e da subserviência, identificadas por Marx como as sementes dos antagonismos que viriam a se desenvolver pelos próximos séculos na sociedade de classes. Marx considera que

A família moderna contém em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da

estado natural. Segundo a concepção hobesiana, os homens possuem, naturalmente, diferenças de ordem física, psicológica, social, etc., que justificam a disputa pelas coisas, o que originou a máxima da *guerra de todos contra todos*, ou *Bellum omnium contra omnes*.

agricultura. Encerra, *em miniatura*, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado (MARX apud. *ibid.*, p. 62).

Vemos se materializar a partir daí, ou seja, no período entre a *fase média e superior da barbárie*, a transição histórica da forma de organização familiar que viria a se sustentar na exploração do homem pelo homem: a família moderna, monogâmica (*ibid.*, p. 66).

Este aprofundamento por certo não o faremos aqui, menos pelo desejo e mais pelo entendimento de que este tema não seja o objeto central do estudo ora apresentado. Entretanto, consideramos essencial para a análise da estrutura da sociedade de classes – ainda que tangenciando os limites do conhecimento mais aprofundado da antropologia e da etnologia – o questionamento mais minucioso sobre as transformações pelas quais passara a organização familiar do homem ao longo da história. E qual a relação destas transformações na organização familiar do homem, com as transformações da sociedade e do seu desenvolvimento histórico, desde a *selvageria* até a *civilização*, passando pela *barbárie*?

Também não será objeto de polêmica para este trabalho se a organização familiar precede às transformações sociais, ou se, ao contrário, é a organização familiar que pressupõe um novo tipo de organização social.

Seguindo Engels, poderemos perceber que sua visão sobre a sociedade do futuro, a sociedade comunista, certamente provocará uma profunda alteração na organização da família, mas tão somente, a partir da também profunda alteração do modo de produção. Segundo ele, “quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade” e “a economia doméstica converter-se-á em indústria social”. Assim, para Engels, o tratamento concedido às crianças e à sua educação “tornar-se-ão assunto público” e “a sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais”. Engels formula uma longa e muito bem fundamentada argumentação para demonstrar que a monogamia tende a subsistir no comunismo, mas em outro patamar, a partir de “um elemento novo (...) que existia no máximo em embrião, quando nasceu a monogamia: o amor sexual individual” (*ibid.*, p. 82-83).

A monogamia servia apenas às mulheres, já que os homens jamais se submeteram à fidelidade. Na organização familiar patriarcal – que perdura até os nossos dias, porém, sobre uma nova materialidade jurídica –, o homem precisava garantir a fidelidade da mulher, para, somente assim, poder ver assegurada a sua descendência e a paternidade dos

filhos. A mulher é, então, “entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito” (ibid., p. 62).

Apesar das evidências sobre a violência que sustentou a evolução histórica do homem, agora sabemos que Morgan lança por terra toda uma elaboração dominante de naturalização do homem violento e promíscuo com suas revelações sobre a forma de organização social do homem primitivo.

Seguindo os passos firmes destes que se empenharam em estabelecer uma correlação histórica entre o homem primitivo e o homem moderno, alimentamo-nos das pesquisas de Engels (1977) a partir dos estudos de Morgan, orientadas pelas anotações de Marx sobre o homem primitivo, e também das observações mais recentes de Aníbal Ponce (2007), de Emmanuel Terray (1979), de D. Ross Gandy (1980) e de John Bellamy Foster (2005). Estas observações são fundamentadas nas relações do homem consigo mesmo e com a natureza, ou seja, na forma primitiva de organização da produção dos bens essenciais para a sua própria existência e reprodução, sem a qual não poderíamos compreender a história de toda a sociedade humana. Tal organização deveu-se à relação entre o homem e a natureza, num tempo em que não existia a propriedade privada, a opressão do homem sobre a mulher, e, por conseguinte, tampouco as classes sociais.

Queremos demonstrar que o homem nem sempre foi opressor da mulher ou dos seus semelhantes. Para isso, devemos combater severamente a neutralidade axiológica da ciência defendida pelo positivismo, e identificar a grande distorção científica que acabou por levar a deformações históricas, tendo como consequência a equivocada edificação de um homem primitivo promíscuo em sua relação de matrimônio e reprodução.

A partir de hipóteses desprovidas de comprovação científica, a história escrita tenta construir originariamente um homem promíscuo e violento. Esta interpretação deturpa as formas de organização familiar em que mulheres e homens se relacionavam sexualmente no interior do mesmo grupo (ibid., p. 31). Com o objetivo de naturalizar a história, seus manipuladores criam relatos, sem provas científicas que os sustentem, para moldar este homem violento. Vários argumentos foram utilizados como, por exemplo, os supostos infanticídios, jamais comprovados, que exterminavam as meninas logo após o nascimento, causando escassez de mulheres nas tribos. Em decorrência dessa escassez, o homem de um grupo deveria raptar violentamente a mulher de outro grupo no interior de uma mesma tribo, mas o matrimônio por rapto jamais foi comprovado (ibid., p. 10-13).

Costumes moralmente condenáveis pela sociedade moderna existiram entre vários povos primitivos, sendo praticados mais tarde, na Idade Média, por interesses de classe. De

acordo com Engels, os povos das ilhas Baleares e entre os augilas africanos, na Antiguidade, exerciam o costume do “*jus primae noctis*”, o direito à primeira noite com a noiva. Todos os amigos e parentes do noivo, ou os convidados, mantinham relações sexuais com a noiva durante a cerimônia de casamento, antes do noivo. Engels nos induz a compreender que, dentro dos parâmetros de normalidade e moralidade daquela época, este ritual era considerado aceitável, diferentemente, por exemplo, do que ocorreu no período medieval. Lá, os senhores feudais detinham o direito, por lei, de passar a noite de núpcias com a noiva, no casamento de qualquer de seus servos. Isso era moralmente aceitável, apesar de violento, porque colocava em risco a liberdade e a vida dessas pessoas (ibid. p. 54-55).

Muitos outros exemplos poderiam ser transcritos, dando destaque aos grosseiros argumentos fantasiosos, que acabaram por se transformar em verdades inquestionáveis, servindo aos interesses de classe daqueles que dominam. Além do mais, apesar de reconhecermos que estudos contemporâneos no campo da antropologia e da arqueologia poderiam enriquecer muito esta discussão, somos obrigados a nos limitar a apenas apontar o fato de que tais interesses de classes conduzem o entendimento sobre os conceitos de normalidade e moralidade, desde a *fase primitiva* do homem até os dias atuais.

Foi assim que John Fergusson Mac Lennan (1827/1881) foi “proclamado oficialmente fundador e chefe da escola pré-histórica inglesa”, com suas fantasiosas teorias sobre o infanticídio, a família de direito materno, a poliandria, o matrimônio por rapto, etc. (ibid., p. 18).

Até a década de 60 do Século XIX, “não se poderia sequer pensar em uma história da família”, dizia Engels no seu prefácio de 1891, à quarta edição de sua famosa obra sobre a origem da família, da propriedade privada e do estado, que impactou o pensamento europeu com as revelações de Morgan sobre a constituição familiar dos índios americanos iroqueses (ibid., p. 6).

Até então, as ciências históricas encontravam-se sob o domínio da religião cujos principais textos sobre o assunto poderiam ser facilmente acessados na Bíblia, nos Cinco Livros de Moisés. Ali, a forma patriarcal da família era admitida, sem reservas, como a forma mais antiga de organização familiar do homem. Era “pintada nesses cinco livros com maior riqueza de minúcias do que em qualquer outro lugar” e acabava por se identificar, “descontando a poligamia”, com a família moderna burguesa (ibid.).

Engels foi enfático ao registrar que a história escrita, até aquela década, fazia crer que a família não sofrera nenhuma evolução através do tempo. Admitia-se como verdade –

como forma de ceder a evidências que apontavam uma predominância das mulheres nas relações familiares – “que nos tempos primitivos pudesse ter havido um período de promiscuidade sexual” (ibid.). Este argumento foi capaz de contaminar os fatos históricos e alimentar, portanto, a ideologia da “dominação masculina”⁶ desde os primórdios aos dias atuais. Quando hoje, ao contrário, já sabemos que as sociedades primitivas eram matriarcais (PONCE, 2007, op. cit., p. 29)⁷ e que “o desmoronamento do direito materno, [foi] a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 61, grifos do autor).

O ano de 1861 foi um divisor de águas para uma melhor compreensão sobre a formação familiar das comunidades primitivas, com a publicação do livro *Direito Materno*, do suíço Johann Jakob Bachofen (1815/1877). Por ser Bachofen um historiador místico – o que prejudicou as suas análises sob o ponto de vista materialista – não foi, para ele, de acordo com Engels, “o desenvolvimento das condições reais de existência dos homens, mas o reflexo religioso dessas condições no cérebro deles, o que determinou as condições históricas na situação social recíproca do homem e da mulher” (ibid., p. 7 e 8).

É o ponto de vista religioso, místico, idealista, portanto, de Bachofen que o impulsiona a interpretar a *Oréstia de Ésquilo* “como um quadro dramático da luta entre o direito materno agonizante e o direito paterno, que nasceu e conseguiu a vitória sobre o primeiro, na época das epopéias.” Clitemnestra assassina seu marido Agamenon, que

⁶ Cf. Bourdieu (2005). Neste texto, Bourdieu explicita como se processa a dominação masculina, desde a formação educacional dos meninos e meninas até a construção da ideologia, passando pela naturalização das funções que cada gênero deve cumprir na sociedade. Desvela o pensamento da sociedade masculina, caracterizado por uma força que “se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”, ou seja, “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. A ordem social se dá pelo senso comum, pela naturalização da divisão dos espaços na sociedade (ibid., p. 18). A divisão social do trabalho instala a mulher em condições subalternas de oportunidades e a expõe a chefes, na maioria homens, que exercem quase sempre “uma autoridade paternalista, baseada no envolvimento afetivo ou na sedução” (ibid., p. 73). Entretanto, Bourdieu entende que os homens, para manter-se no mundo da masculinidade, precisam atentar muitas vezes contra a sua própria covardia. Por serem “duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros – assassinos, torturadores e chefes de todas as ditaduras (...) e os novos patrões (...) [que] manifestam seu domínio atirando ao desemprego seus empregados excedentes”. A luta contra o seu próprio medo induz os homens à construção de um instrumento de dominação, a virilidade, que o protege e o acolhe junto aos seus semelhantes, sendo “uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (ibid., p. 66-67, grifos do autor).

⁷ O tradutor de *Educação e Luta de Classe* faz uma nota de rodapé, nas páginas 29 e 30, apontando uma imprecisão do termo “matriarcado” utilizado por Ponce. Desta forma, esclarece que a sociedade humana governada pelas mulheres em detrimento dos homens, ou seja, “uma sociedade em que o poder político está inteiramente nas mãos das mulheres” e cuja “preeminência feminina está institucionalizada em vários aspectos importantes da cultura” na verdade jamais existiu. Afirma, ainda, que “pelo menos, nunca se encontrou uma sociedade primitiva em que se tenha positivado a existência desse tipo de organização político-social”. Ele supõe que Ponce provavelmente queria dizer “*matrilinearidade* em vez de *matriarcado*”, que seria a descendência por linha materna, onde ocorria a transmissão da propriedade, do nome, posição social, etc. (PONCE, 2007, op. cit., p. 29-30, grifos originais, nota do tradutor).

retornava da guerra de Tróia, pelo amor do seu amante Egisto, mas o filho do casal, Orestes, vinga o pai matando a mãe. Perseguido pelas Erínias, “entidades demoníacas que protegem o direito materno”, cujo “matricídio é o mais grave e imperdoável de todos os crimes”, Orestes é protegido por Apolo, que o “havia incitado (...) a matar sua mãe, e Palas Atena, que intervém como juiz (ambas as entidades representam aqui o novo direito paterno)”. O “litígio está resumido na discussão de Orestes com as Erínias” e “Atena ouve ambas as partes”. Orestes argumenta que a morta era muito mais culpada por ter matado o seu marido e o pai do seu filho. Por que, então, o perseguiram? As Erínias consideram, então, que “ela não estava *unida* por vínculos de sangue ao homem que assassinou” e “a missão delas era a de punir o homicídio entre consangüíneos, e o pior e mais imperdoável dos crimes segundo o direito materno: o matricídio”. Seguiu-se então a defesa de Apolo a seu protegido que, submetido ao julgo do tribunal do júri ateniense, o Areópago, é absolvido, não antes de ver empatada a decisão do júri. Foi o voto de minerva de “Atena, como presidente do Tribunal”, que o absolve, fazendo prevalecer o direito paterno sobre o direito materno. A partir de então, “os ‘deuses da jovem geração’, como os chamam as próprias Erínias, são mais poderosos que elas, e só lhes resta resignarem-se e, finalmente, também elas convencidas, porem-se ao serviço do novo estado de coisas” (ibid., p. 8-9).

As relações de poder, justiça e força ganham aqui uma expressão que poderia muito bem ser comparada aos instrumentos de dominação da sociedade capitalista moderna, na qual políticos burgueses impõem suas políticas mediante argumentações fantasiosas, juristas absolvem ou condenam pessoas fundamentados em interesses de classe ou policiais reprimem violentamente trabalhadores que não aceitam passivamente a exploração, sem sequer imaginar que os seus interesses são os mesmos daqueles que agridem em nome da ordem e da propriedade privada.

Esta comparação torna-se, para nós, o combustível do qual necessitamos para demonstrar que, a partir da constituição das classes sociais, os interesses das classes dominantes passaram a constituir um sistema interligado de relações sociais, adquirindo certo grau de autonomia e vida própria, sustentados pelo senso comum.

O misticismo talvez seja o principal elemento condutor desses interesses dominantes, a exemplo de Bachofen, que acredita nas Erínias, em Apolo e em Palas Atena, de Ésquilo. Ele estava convencido de “que foram estas divindades que realizaram, na época heróica da Grécia, o milagre de derrubar o direito materno e substituí-lo pelo paterno” (ibid., p. 9). Bem como, na transição da sociedade primitiva para a Antiguidade, no momento que surge a propriedade privada e a sociedade de classe, “aparecem também,

como conseqüências necessárias, uma religião com deuses, a educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos, e a separação entre os trabalhadores e os sábios” (PONCE, 2007, op. cit., p. 32).

Os fatos históricos que conduziram todos esses processos ao longo do tempo, certamente tiveram causas diferentes das que nos foram contadas pela história escrita. Todos esses relatos chegaram até nós contaminados pelos milagres operados pelos deuses de Ésquilo, os quais Bachofen crê. Ainda assim, suas revelações, em 1861, tinham para Engels, “o significado de uma revolução”, posto que aquela “situação primitiva das mães, como únicos genitores certos de seus filhos, lhes assegurou, bem como às mulheres em geral, a posição mais elevada que tiveram desde então até os nossos dias”. O misticismo das concepções de Bachofen o impediu, entretanto, de enunciar esses princípios com a clareza necessária à compreensão do desenvolvimento histórico da família humana (ENGELS, 1977, op. cit., p. 10). Contudo, não o impediu de ser o primeiro a quebrar a literatura dominante na qual o homem vivia assentado num suposto – tanto quanto desconhecido – “primitivo estágio de promiscuidade sexual” (ibid., p. 9). Ele demonstrou que

(...) na literatura clássica grega, há muitos vestígios de que entre os gregos e os povos asiáticos existiu realmente, antes da monogamia, um estado social em que não somente o homem mantinha relações sexuais com várias mulheres, mas também a mulher mantinha relações sexuais com diversos homens, sem que com isso violassem a moral estabelecida (ibid.).

Bachofen comprovou com seus estudos que estes costumes existiram por muito tempo e que as mulheres continuaram a manter relações sexuais com vários homens durante um determinado período histórico. Constituiu-se, assim, o direito materno, no qual a herança e a filiação eram exclusivamente de linha feminina. Somente podia-se contar a descendência “de mãe a mãe” e essa “validez exclusiva da filiação feminina se manteve por muito tempo, mesmo no período posterior de monogamia, com a paternidade já estabelecida, ou, pelo menos, reconhecida” (ibid., p. 9-10).

Veremos no próximo item as circunstâncias que possibilitaram a derrota histórica do direito materno.

I.3- Origem das classes sociais e da escola

(...) Estamos tão acostumados a identificar a Escola com a Educação, e esta com a noção individualista de *um* educador e *um* educando, que nos custa um pouco reconhecer que a *educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da sociedade em conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral* (PONCE, 2007, op. cit., p. 19, grifos do autor).

Insistimos em reafirmar que “o desmoronamento do direito materno [foi] *a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*”. A mulher, degradada, rebaixada e humilhada, foi colocada numa posição de subalternidade e “convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 61, grifos do autor).

Essa condição subserviente a qual a mulher passou a ocupar na sociedade humana, mais precisamente a partir da *barbárie média*, expressou-se com maior rigor em alguns momentos do desenvolvimento humano. Assim ocorreu entre os gregos dos tempos heróicos ou dos tempos clássicos e também entre muitos outros povos, sobretudo entre os romanos.

O aguçamento das análises de Marx e Engels os levou a deduzir que “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Esta afirmação, citada por Engels no seu impactante livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, foi redigida por eles em 1846 e resgatada, para a referida citação, “num velho manuscrito inédito” que viria a ser conhecido pelos proletários (e também pelos burgueses) somente em 1933 (ibid., p. 70). Trata-se de *A Ideologia Alemã*, produzido a partir das suas pesquisas a estudos antropológicos, limitadas, na época em que foram escritas, pela escassez das publicações científicas sobre as sociedades antigas. Ainda não conheciam as descobertas de Bachofen sobre o direito materno, com todos os limites apontados acima, nem tampouco as observações de Morgan, as quais Marx só tomaria conhecimento na década de 1880, pouco antes da sua morte, em 1883. Para tanto, deixou 98 páginas de anotações muito bem trabalhadas por Engels no seu *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. O conjunto dessas análises, podemos dizer, foram extraídas fundamentalmente dos estudos elaborados por Morgan, apesar das suas limitações teóricas no campo do método dialético-materialista de análise.

Emmanuel Terray nos oferece uma grande oportunidade de analisar os estudos de Morgan sob o ponto de vista materialista, ao mesmo tempo em que rebate as severas críticas dirigidas a ele, ainda hoje, no mundo acadêmico. Especialmente após a publicação

da obra de Engels, em 1884, o trabalho de Morgan ganhou interpretações que caminharam do estruturalismo, do seu livro *Sistemas de Consangüinidade e Afinidades da Família Humana*, em 1871, ao evolucionismo, em *A Sociedade Primitiva*, de 1877. As críticas tomaram corpo, não obstante, a partir da análise materialista que fizeram Marx e Engels desta última obra, polêmica que alimentou o debate introduzido por Marx ainda na década de 1840, entre o materialismo e o idealismo, como veremos no item seguinte. A visão limitada da realidade obrigou aos críticos de *A Sociedade Primitiva* ao “esquecimento” ou à ocultação da principal problemática que devemos incorporar, ao analisarmos o desenvolvimento do homem: “o dos modos de produção material, fora dos quais a história de toda sociedade humana é ininteligível” (ibid, p. 10-11).

Existe, de fato, a influência direta da *teoria da evolução espontânea* no trabalho de Morgan, isso é verdade, como de resto ocorreu em toda a Europa e no mundo acadêmico. A também chamada *teoria da evolução pela seleção natural* foi elaborada pelo naturalista inglês Charles Robert Darwin (1809/1882), e publicada no livro *A Origem das Espécies* (Título completo: *Sobre a origem das espécies através da selecção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida*), em fins de novembro de 1859, com uma tiragem de apenas 1250 exemplares, que se esgotou no dia do lançamento. Bellamy Foster nos conta que Engels, “em 12 de dezembro de 1859 (...), tendo em mãos um desses 1250 exemplares, escreveu a Marx”:

Darwin, que eu, por sinal, estou lendo neste momento, é absolutamente esplêndido. Havia um aspecto da teleologia que ainda precisava ser derrubado, e agora isto foi feito. Até hoje nunca houve uma tentativa tão grandiosa de demonstrar a evolução histórica da natureza, e certamente tão bem-sucedida. É preciso, naturalmente, agüentar o tosco método inglês (ENGELS, apud FOSTER, 2005, p. 273-4).

Marx respondeu ao amigo um ano depois, após ter analisado o trabalho de Darwin:

Durante o meu período de provação nestas últimas quatro semanas [Marx cuidava da esposa, Jenny, durante uma grave doença], eu li todo tipo de coisas. Entre outras, o livro de Darwin sobre *Seleção Natural*. Apesar de desenvolvido no tosco estilo inglês, este é o livro que contém a base para a nossa visão na história natural (MARX⁸, apud ibid., p. 274, grifos originais).

⁸ MARX e ENGELS, *Collected works* (Nova York: International Publishers, 1975), vol. 40, 551; vol. 41, 232, 246-47, 19 de dezembro de 1860, carta de Marx a Engels, citada em Karl Marx e Friedrich Engels, *Selected correspondence, 1846-1895* (Nova York: International Publishers, 1936), 126 (FOSTER, 2005, op. cit., p. 392).

É muito importante assimilarmos o impacto causado pelos estudos de Darwin e Alfred Russell Wallace (1823/1913), biólogo e antropólogo britânico, que pode ser considerado “co-descobridor, com Darwin, da teoria da seleção natural”. Wallace entendia “que os animais só podem adaptar-se a mudanças no seu meio ambiente através de alterações na estrutura corporal”. Sugeriu que tais mudanças na sua estrutura corporal seriam fundamentais para que um determinado animal alterasse os seus costumes de alimentação, proteção, defesa, etc. Entretanto, para ele “os seres humanos eram capazes de mudar a sua relação com o meio ambiente ‘fabricando armas e artefatos’, e assim tirando ‘da natureza esse poder de mudar a estrutura e a forma externa exercido por ela sobre todos os demais animais’”. Wallace considerava “o corpo humano (ao contrário da mente) (...) relativamente imune a processos evolucionários, em decorrência dessa capacidade de fabricar artefatos”. Mais tarde, viria a romper radicalmente “com o ponto de vista consistentemente materialista de Darwin”, ao conduzir seu pensamento “na direção do espiritualismo”, na medida em que “demonstrava uma tendência a ver a mente ou intelecto separadamente do corpo físico (...) de modo que ele não falava da evolução do cérebro como tal” (ibid., p. 280).

Esta questão, afinal, fora uma polêmica nos meios acadêmicos e transformara-se num divisor de águas entre a visão materialista e a ciência positivista, a qual relutava em aceitar a evolução, pela simples razão de perceber um mundo metafísico, linear, anistórico, místico.

Podemos constatar, em várias passagens do texto de Morgan, a importância que dá ao desenvolvimento biológico do homem. Porém, a sua mente materialista o conduz a demonstrar que o desenvolvimento biológico desenvolve-se numa relação dialética ao desenvolvimento histórico e cultural do homem. Quando se refere ao desenvolvimento do tamanho do cérebro, podemos observar que “Morgan aludia a uma rudimentar *teoria de co-evolução gene-cultura*, focando no desenvolvimento de artefatos ou ‘invenções’”:

Com a produção de invenções e descobertas, e com o crescimento de instituições, a mente humana necessariamente cresceu e se expandiu; e nós somos levados a reconhecer um aumento gradual do tamanho do próprio cérebro, sobretudo da porção cerebral. *A lentidão deste crescimento mental era inevitável, na era da selvageria, dada a extrema dificuldade de obter a mais simples invenção a partir do nada* (MORGAN,⁹ apud FOSTER, 2005, op. cit., p. 298, grifos nossos).

⁹ Trautmann, Lewis Henry Morgan, 32, 172-73 (Nota 86, p. 386).

Apesar de contemporâneo dos incandescentes debates ocorridos no Velho Continente sobre a dialética idealista de Hegel e sua contestação por Marx e Engels, Morgan não conhecia estas discussões no campo da filosofia. Talvez tenha sido essa sua ausência de tão decisivos debates filosóficos – que desaguaram na formulação do materialismo histórico, através dos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, não publicados na época – que o lançaram um tanto cegamente nos braços da revolucionária teoria de Darwin. Ainda assim, Morgan teve a capacidade de análise dialética, ao perceber que o desenvolvimento biológico do homem acompanhou o seu desenvolvimento histórico e cultural. Talvez tenha exagerado, é verdade, em não considerar nenhuma descontinuidade “entre o reino animal e o reino humano” na evolução da humanidade, se levarmos em conta toda a discussão referida acima sobre a dialética, e que veremos no item seguinte (TERRAY, 1979, p. 22).

Entretanto, Morgan nos dá vastos sinais da sua visão materialista e dialética ao insistir, por exemplo, em que o volume do cérebro mede a capacidade da inteligência, tanto quanto, ao contrário, “o exercício da inteligência contribui para o crescimento do cérebro”, estabelecendo uma correlação direta entre o órgão e sua função. Ao mesmo tempo em que reconhece, no trecho grifado da última citação longa, acima, que o cérebro não poderia evoluir com tanta desenvoltura e rapidez num tempo em que nossos ancestrais viram-se obrigados a “partir do nada” para descerem das árvores e prosseguirem no seu desenvolvimento histórico em solo firme.

Terray tira daí conclusões contraditórias com as quais podemos polemizar, mas que denotam a influência do evolucionismo em Morgan. Para Terray, Morgan chega, neste momento, a uma conclusão evolucionista de que existe uma continuidade linear no desenvolvimento humano, desde o *estado animal* até o *estado selvagem*. Terray acrescenta: “[para Morgan] a evolução ulterior da espécie humana não acarreta ruptura com esta origem animal”, e conclui que “no interior do indivíduo a ordem biológica e a ordem cultural estão indissolúvelmente ligadas e se determinam reciprocamente” (ibid.).

O elemento evolucionista da análise de Morgan consiste em considerar o desenvolvimento da espécie humana, tanto nos seus aspectos sociais e culturais quanto nos seus caracteres biológicos, como um desenvolvimento passível de mutações, no qual “sofre uma evolução, progride através de uma série de estados dos quais cada um é o desenvolvimento do estado precedente e o germe do estado seguinte”. Não esqueçamos que tal desenvolvimento está fincado em bases teóricas da *evolução espontânea* (ibid., p. 21-22), materialista, portanto, inclusive na forma de organização das instituições sociais e

sua evolução. Se, para Darwin, “o verdadeiro agente da evolução (...) é a seleção natural, e as variações individuais não são senão o material sobre o qual ele opera”, Terray conclui que “o mesmo se dá com Morgan”, pois este reconhece que o desenvolvimento das invenções e das descobertas possibilitou a determinadas sociedades alçar-se a “posições mais vantajosas na luta pela vida” (ibid., p. 26). Mas isto não quer dizer, sob o nosso ponto de vista, que a seleção natural valha para o desenvolvimento do homem, pois este é histórico e cultural, e não, natural.

Marx empenhara-se em buscar uma interpretação histórico-natural para garantir a correlação do trabalho com o desenvolvimento evolutivo do homem. Mais adiante, Engels constrói uma concepção de evolução do homem a partir do macaco, baseado na filosofia materialista e influenciado por diversos estudos antropológicos, etnográficos e biogenéticos da época. Engels escreveu uma grande quantidade de manuscritos sobre as ciências naturais, entre 1872 e 1882, que nunca foram concluídos, nem tampouco publicados em vida, entre os quais, seu brilhante e atualíssimo texto intitulado *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*, publicado postumamente em 1896 (FOSTER, 2005, op. cit., p. 281). Somente em 1935 todo o conteúdo daqueles manuscritos inacabados viriam a ser conhecidos, com o título de *Dialética da Natureza*. Ali, Engels procurava demonstrar que “o tempo histórico conhecido é uma coisa insignificante”, se tomado como referência o tempo decorrido para que os primatas descessem das árvores e tomassem uma postura ereta, liberando as mãos para o seu desenvolvimento biológico, histórico e cultural. Assim, “o passo decisivo fora dado: a mão humana tinha sido libertada e poderia, sem cessar, ir adquirindo novas habilidades, sendo que, a maior delas, assim conseguida, podia ser herdada e melhorada, de geração em geração” (ENGELS, 1979, p. 216).

Dessa maneira, a mão não é apenas o órgão do trabalho: *é também um produto deste*. Somente pelo trabalho, por sua adaptação a manipulações sempre novas, pela herança do aperfeiçoamento especial assim adquirido, dos músculos e tendões (e, em intervalos mais longos, dos ossos; e, pela aplicação sempre renovada, desse refinamento herdado, a novas e cada vez mais complicadas manipulações), a mão humana alcançou esse alto grau de perfeição por meio do qual lhe foi possível realizar a magia dos quadros de Rafael, das estátuas de Thorwaldsen, da música de Paganini (*sic*) (ibid., p. 217, grifos do autor).

A mesma dialética que fizera com que o macaco descesse ao chão na forma dos primeiros hominídeos aprimorara também, através *do e pelo* trabalho, a sua capacidade de relacionamento entre si, “para multiplicar os casos de ajuda mútua, de ação em comum”.

No processo dessa evolução histórica, “os homens em formação atingiram um ponto em que *tinham alguma coisa a dizer uns aos outros*”, expressando-se de forma mais aprimorada do que os animais, utilizando as mãos para pintar símbolos nas pedras, se comunicar através de sinais, e, mais tarde, para escrever. Não era o bastante. O homem necessitava, agora, falar. Para isso precisou continuar o seu processo milenar de desenvolvimento e transformar “a tósca laringe do macaco (...), lentamente, mas num sentido definido, adquirindo modulações cada vez mais diferenciadas” (*sic*) até que “os órgãos da boca” aprimoraram-se e prepararam-se para a forma de comunicação necessária ao processo social do trabalho: a linguagem, que estimulou um maior desenvolvimento do cérebro (*ibid.*, p. 217-218, grifos do autor).

Foster nos ajuda na compreensão do pensamento etnológico e antropológico contemporâneo, trazendo o debate atual sobre a questão do progresso histórico do homem. Segundo ele, Engels formulara uma concepção de desenvolvimento do homem, como vimos, no decurso da evolução do cérebro e das mãos, “através de um conjunto complexo e interativo de relações, hoje chamado pelos biólogos evolucionistas de ‘*co-evolução gene-cultura*’”. Foster faz referência a Stephen Jay Gould¹⁰, que afirma que todas “as explicações científicas da evolução do cérebro humano foram *teorias co-evolução gene-cultura* e ‘o melhor argumento do século XIX para a *co-evolução gene-cultura* foi o de Friedrich Engels’”. No século XX, este posicionamento teórico de Engels, que expressava, afinal, uma grande revolução ideológica em relação à concepção de homem, foi duramente combatido. Seus oponentes, para além do senso comum místico burguês: uma comunidade científica que desconhecia “em larga escala (...) as especulações de Engels, que infelizmente tiveram pouca influência perceptível no desenvolvimento da ciência evolucionária” (FOSTER, 2005, *op. cit.*, p. 282).

Entretanto, o foco cerebral da maior parte do pensamento biológico (que Engels havia atribuído ao domínio de noções idealistas) dava uma ênfase avassaladora ao desenvolvimento do cérebro como o ímpeto subjacente à evolução humana. A expectativa era de que os ‘elos que faltavam’ entre os primatas e os seres humanos, quando fossem descobertos, mostrariam um cérebro num nível intermediário de desenvolvimento. Essas expectativas foram a pique com a descoberta, a partir do início da década de 1920, do gênero *Australopithecus*, que remontava a até quatro milhões de anos. O cérebro do *Australopithecus* era

¹⁰ Stephan Jay Gould, *An urchin in the storm* (Nova York: W. W. Norton, 1987), 111-12. Foster, na nota 53 de fim de capítulo afirma: “A abordagem à co-evolução gene-cultura desenvolvida inicialmente por Engels e posteriormente pelos antropólogos em consequência das novas descobertas paleontológicas permanece a melhor alternativa à abordagem positivista, sociobiológica, celebrizada em Charles J. Lumsden e Edward O. Wilson, *Promethean fire: reflections on the origin of mind* (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1983)” (FOSTER, *op. cit.*, p. 394, grifos originais).

apenas levemente maior e em geral a relação cérebro-corpo era a mesma de um macaco. Não obstante, os australopitecus eram claramente espécies hominídeas, de postura ereta, já exibindo mãos (e pés) desenvolvidas e fabricando artefatos (ibid., grifos do autor).

Mais recentemente, em 2001, os paleontólogos franceses Michel Brunet e Patrick Vignaud, da Universidade de Poitiers, descobriram o gênero *Sahelanthropus tchadensis* (ANEXO 1) numa região africana chamada Sahel, que forma um corredor de cerca de 700 Km, que vai do Atlântico ao Mar Vermelho, cortando “o Senegal, a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, o Níger, a parte norte da Nigéria, o Chade, o Sudão, a Etiópia, a Eritreia, o Djibouti e a Somália”. Esta descoberta polêmica resultou em muitas discussões e desconfianças, todas superadas em 2005, “quando mais análises de tipos paleontológicos de *Sahelanthropus* foram publicadas por Brunet”. Hoje a comunidade científica “aceita (...) que este é o fóssil do hominídeo mais antigo já encontrado, com 7 milhões de anos” e de que o “bipedalismo humano surgiu não na savana como se acreditava, mas na floresta tropical das imediações do Chade, hoje desérticas”. Parece que, finalmente, a ciência encontra o elo perdido entre o homem e o primata¹¹.

Sete milhões de anos! Podemos dizer, então, que nossos ancestrais habitaram o planeta há pelo menos sete milhões de anos, diferentemente do misticismo bíblico, que não enxerga nada além de um suposto homem pré-diluviano. Além do mais, a descoberta de Toumai – como carinhosamente o *Sahelanthropus tchadensis* foi chamado pela equipe de Michel Brunet – “muda radicalmente o conhecimento sobre a evolução humana, pois empurra para trás o período em que teria ocorrido a separação entre o ramo humano e aquele que resultaria no chimpanzé, nosso parente mais próximo do ponto de vista da genética” (VEJA ONLINE, 2002-a, p. 74).

Isto demonstra, em primeiro lugar, que não só os estudos da ciência do início do século XX acompanharam os passos dialéticos de Engels, como também, ao longo de todo o século passado, os cientistas materialistas sedimentaram a concepção de que é o “trabalho em geral” e o “fabrico de artefatos”, o grande “segredo para entender a evolução humana”. Assim, “boa parte da teoria antropológica moderna retornou à visão materialista *co-evolucionária* da qual Engels foi o pioneiro no século XIX” (FOSTER, 2005, op. cit., p. 284). Desde Sherwood L. Washburn, no seu ensaio *Artefatos e Evolução Humana*, em 1960, que a antropologia confirma a associação de “primatas pré-humanos de meio milhão de anos com artefatos de pedra”. Os chamados *homens-macacos* possuíam o cérebro

¹¹ Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Sahelanthropus_tchadensis e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sahel> (Acesso em 2/4/2009).

pequeno e ainda não eram totalmente bípedes, podendo ser classificados como criaturas bem primitivas. Mas uma coisa ficou muito bem definida com a descoberta destes hominídeos: eles fabricavam artefatos, o que jogava por terra a concepção de que os homens desenvolveram-se biologicamente, independente do uso e do fabrico dos artefatos. Tais descobertas confirmam as formulações anteriores de Engels (ibid., p. 283).

Poucos anos depois, em 1974, o mesmo Washburn, junto com Ruth Moore, evolui ainda mais a sua posição e publica “*Os Artefatos Fizeram o Homem*”, no qual assumem definitivamente que a evolução do homem está intrinsecamente relacionada ao uso e fabricação de artefatos. E que o seu desenvolvimento biológico, desde que desceu das árvores, ocorreu em função da seleção natural. “Os mais bípedes e mais eretos sobreviveram no novo terreno, as suas pernas tornaram-se mais compridas e o pé e a pélvis se modificaram”. Aqueles mais habilidosos para fabricar “os artefatos de pedra lascada”, que os ajudavam a conseguir melhores alimentos para a sua sobrevivência, não somente “levaram vantagem” na luta pela vida como também modificaram as suas mãos (ibid.).

Continuamos diante, portanto, do que Thomas R. Trautmann¹² chamou de “revolução no tempo etnológico”, segundo Bellamy Foster, que foi o impacto sentido pela comunidade científica do século XIX ao assumirem as então recentes descobertas da caverna de Brixhan e concluírem que “a existência dos seres humanos na Terra remontava a eras antiqüíssimas”. Segundo Foster, “nenhum pensador entendeu melhor a importância da revolução no tempo etnológico que (...) Morgan (...), freqüentemente visto como fundador da antropologia social”. Reproduzimos aqui um trecho do prefácio de Morgan “ao seu *Ancient society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization* (1877)” (ibid., p. 294-5):

A grande Antiguidade do gênero humano na terra foi conclusivamente estabelecida. Parece singular que as provas tenham sido descobertas tão recentemente, nestes últimos trinta anos, e que a presente geração devesse ser a primeira chamada a reconhecer um fato tão importante.

Sabe-se hoje que o gênero humano existia na Europa na era glacial, e mesmo antes do seu início, com toda probabilidade de se ter originado em uma era geológica anterior. Ele sobreviveu a muitas raças de animais dos quais foi contemporâneo, e passou por um processo de desenvolvimento, nos diversos ramos da família humana, que foi tão notável nas suas trajetórias como no seu progresso.

Visto que a provável extensão da sua carreira está associada a períodos geológicos, fica excluída uma medida limitada de tempo. Cem mil ou duzentos mil anos seria uma estimativa nada extravagante no intervalo desde o desaparecimento das geleiras no hemisfério norte ao tempo presente. Quaisquer

¹² *Lewis Henry Morgan and the invention of kinship* (Berkeley: University of California Press, 1987), 35, 220 (FOSTER, 2005, op. cit., nota 74, p. 395).

dúvidas que possa haver em qualquer estimativa cronológica, cuja real duração é desconhecida, a existência do gênero humano remonta a eras imensuravelmente remotas, e se perde numa vasta e profunda Antiguidade (MORGAN¹³, apud *ibid.*, p. 295-6).

Morgan talvez não imaginasse de quão longe viemos. Mas sabia que aquele tempo era um tempo etnológico muito superior ao tempo histórico conhecido pelos registros escritos, mesmo aqueles mais remotos, anteriores à escrita.

Neste sentido, não precisamos nos deixar influenciar pelas críticas a Morgan quanto à sua linha evolucionista, que reconhecemos e as reproduzimos em forma de citações. Sobre isso, podemos aqui adiantar uma observação fundamental registrada no item seguinte, sobre a importância da publicação do livro *A Origem das Espécies*, de Darwin, em 1859. Naquela época, imperava a concepção criacionista da Igreja e eram muitas as deturpações sobre a história do homem primitivo, da origem das espécies e do universo. Portanto, a teoria da evolução espontânea posicionava quem a assumisse, no campo revolucionário de combate ao senso comum religioso¹⁴.

Por isso mesmo, as contradições observadas nas análises de Morgan quanto ao processo do desenvolvimento do homem, que ora toma o viés evolucionista, ora trilha pelo materialismo, não abalaram nem um pouco “os leitores penetrantes que são Marx e Engels: uma outra leitura de *Ancient Societ* é possível”. E eles a fizeram. Terray lembra muito bem que na Idade Média a ciência ou qualquer estudo, mesmo que empírico, era expresso sempre pela linguagem mística, teológica. Enfim, uma alternativa dialética, mesmo que idealista, poderia condenar seu autor às bárbaras torturas e assassinatos públicos (Terray, 1979, *op. cit.*, p. 31). Vale a referência e a homenagem a Giordano Bruno, “um teólogo, filósofo, escritor e frade dominicano italiano”, pensador dialético, nascido em Roma, em 1548 e assassinado pela “Inquisição romana (*Congregação da Sacra, Romana e Universal Inquisição do Santo Ofício*), por heresia”. Sob a influência de Nicolau da Cusa, Copérnico e Giovanni Della Porta, “um dos pontos-chaves de sua teoria é a cosmologia, segundo a qual o universo seria infinito, povoado por milhares de sistemas solares, e interligado com outros planetas contendo vida inteligente” (*sic*). Muitos historiadores dizem que foi

¹³ Lewis Henry Morgan, *Ancient society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization* (Nova York: World Publishing Company, 1963), prefácio (FOSTER, 2005, *op. cit.*, p. 396, nota 79).

¹⁴ Foster sustenta que Darwin “se desligara completamente do cristianismo”, insistindo, no entanto, “em relação à questão de Deus (...) no seu ‘agnosticismo’”, não se mostrando “disposto a atacar a religião da perspectiva da ciência”. Darwin sustentou-se, segundo Foster, no campo de “um materialismo consistente na sua abordagem da história natural, mas se recusava a se pronunciar acerca da religião”. Ao invés disso, Darwin adotava um preceito em que reconhecia “que a ciência e a religião operam em esferas essencialmente diferentes, uma material, outra moral” (FOSTER, 2005, *op. cit.*, p. 309).

torturado durante os oito anos que esteve preso, acusado de heresia, antes de ser condenado à morte. Alguns afirmam que, ao ser queimado no Campo de Fiori, na cidade de Roma, no dia 17 de fevereiro de 1600, teve sua língua presa com tábua e pregos “para parar de ‘blasfemar’”¹⁵.

Entretanto, o contrário se deu mais adiante à publicação de *A Origem das Espécies*, quando um sem número de liberais correu para “aplicar à história humana as concepções de Darwin”. Marx e Engels foram ferozes combatentes destas investidas – nem sempre desmascaradas, sendo até hoje aplicadas – de transferir para as relações de dominação do homem pelo homem, em qualquer época do seu desenvolvimento, a principal lei da teoria da evolução espontânea: “a luta pela vida” (“*struggle for life*”) (ibid., p. 30, grifos nossos). Em carta dirigida a Kugelmann, datada de 27 de junho de 1870, Marx denuncia as manobras conceituais desses liberais:

O senhor Lange fez uma grande descoberta. Toda esta história deve ser subordinada a uma só grande lei natural. Esta lei da natureza é a frase vazia (a expressão de Darwin assim empregada se torna uma simples frase): ‘struggle for life’, ‘a luta pela vida’ e o conteúdo desta frase é a lei malthusiana¹⁶ da população ou melhor, da superpopulação [sic]. Em lugar, portanto de analisar o ‘struggle for life’ tal como se manifesta historicamente nas diversas formas sociais determinadas, não se encontra nada melhor a fazer do que converter cada luta concreta numa fórmula: ‘Struggle for life’ e substituir esta mesma fórmula pelas elocubrações malthusianas sobre a população. É necessário confessar que aí está um método muito penetrante... pela ignorância e a preguiça de espírito pretenciosa, auto-suficiente e que se gaba de ser ciência (MARX¹⁷ apud ibid.)

Engels, em carta ainda mais vigorosa dirigida a Lavrov no dia 12 de novembro de 1875, deixa nítido o caminho que os levam a denunciar aqueles naturalistas que se arvoraram em querer transformar todo um desenvolvimento da longa jornada transcorrida pelo homem no tempo histórico, com “toda a riqueza, toda variedade da evolução histórica em uma fórmula estreita e unilateral”. Engels cita uma expressão latina para referir-se à pouca seriedade de se fazer correlação com “a luta pela vida [,] fórmula que só pode ser admitida mesmo no domínio da natureza *cum grano salis*, este procedimento

¹⁵ Informações colhidas no site da Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Giordano_Bruno (Acesso em 6/3/2009, grifos originais).

¹⁶ Thomas Robert Malthus (1766/1834) foi um economista britânico, muito conhecido pelos seus estudos sobre a população. Para ele o excesso populacional era a causa de todos os males da sociedade (população cresce em progressão geométrica e alimentos em progressão aritmética). Foi um dos primeiros pesquisadores a tentar analisar dados demográficos e econômicos para justificar sua previsão de incompatibilidade entre o crescimento demográfico e a disponibilidade de recursos (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Malthus (Acesso em 7/3/2009).

¹⁷ MARX, K. e ENGELS, F. *Letres sur Le capital*, apresentada por Gilbert Badia, Paris, Éditions sociales, 1964, p. 260.

contém já sua própria condenação (...)” (ibid., grifos do autor). E varre seus opositores com uma argumentação científica irrefutável até mesmo para aqueles oportunistas:

(...) a diferença essencial entre as sociedades humanas e animais é que os animais, no máximo reúnem objetos enquanto que os homens os produzem, basta apenas esta, porém capital diferença para tornar impossível a transposição pura e simples para sociedades humanas das leis válidas para sociedades animais (...) Apenas o fato de considerar a história, até nossos dias como uma luta de classes, basta para fazer aparecer tudo que tem de superficial a concepção que deseja fazer dessa história uma *luta pela vida*, apenas diversificada (ENGELS¹⁸, apud ibid., grifos nossos).

Durante muito tempo se pensou que Marx escrevera uma suposta carta a Darwin, “oferecendo-se para dedicar a este um volume do *Capital*”, certamente visando a estabelecer uma ligação entre as duas linhas de formulações materialistas, uma nas ciências biológicas e outra nas ciências políticas e econômicas. Isto, na verdade, não ocorreu. O que de fato aconteceu na correspondência entre os dois foi que Marx enviou a Darwin um exemplar da segunda edição do primeiro volume do *Capital* “com a seguinte dedicatória: ‘Ao Sr. Charles Darwin/Da parte do seu sincero admirador/(assinado) Karl Marx/Londres, 16 de junho de 1873 [I] Modena Villas/Maitland Park.’” A resposta chegou a Marx em outubro:

Prezado Senhor:

Venho agradecer por me haver honrado com o envio da sua grande obra sobre o *Capital*; & de coração eu desejaria ser mais digno de recebê-la, entendendo mais do profundo & importante tema da economia política. Apesar de os nossos estudos serem tão diferentes, eu creio que nós dois sinceramente desejamos a extensão do Conhecimento, & [‘isso’ acrescentado] isto no longo prazo certamente há de contribuir para a felicidade da Humanidade.

Eu me subscrevo Prezado Senhor/Fielmente/Charles Darwin (FAY, apud ibid., p. 394, nota 60).

Nada dialético.

Devemos, portanto, facilitar e antecipar a conclusão desta falsa polêmica que os críticos de Morgan levantam, concentrando-nos nos elementos que possam nos interessar para demonstrar, em primeiro lugar, que o homem viveu a maior parte da sua trajetória histórica de milhares de séculos, organizado em sociedades comunistas, sem classe, sem propriedade e sem necessidade de escola.

¹⁸ ibid., p. 276.

Em segundo lugar, e em consequência da certeza científica da primeira condição, que o homem poderá resgatar as condições de relações humanas de outrora, agora instituído da consciência científica e tecnológica e com a razão temperada pela história.

Por isso o nosso interesse pelas conclusões acerca, por exemplo, do desenvolvimento familiar, o qual exerce influência direta na organização social, nas instituições, etc., e que não se dera no mesmo nível da teoria darwiniana, que se aplica, como sabemos, tão somente aos seres vivos naturais. Poderíamos citar inúmeras passagens do livro *Sociedade Primitiva* para demonstrar que a aparente filiação de Morgan ao darwinismo não passa disso mesmo, de aparência.

Ora, se Morgan, então, caminhou em suas observações etnológicas, com os pés no chão material e os olhos na história, o que poderíamos encontrar para além das aparências darwinianas? A resposta foi sintetizada por Engels no primeiro parágrafo do prefácio à primeira edição do *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*:

(...) Morgan descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx (ENGELS, 1977, op. cit., p. 1).

Para Engels, “o grande mérito de Morgan é o de ter descoberto e restabelecido em seus traços essenciais esse fundamento pré-histórico da nossa história escrita”, qual seja, o de compreender a estrutura da formação das sociedades humanas. O fator decisivo para tal compreensão está na força produtiva do homem e nas formas de reprodução da sua vida imediata. Foi, principalmente, a observação materialista dos índios americanos e de suas relações familiares gentílicas, realizadas por Morgan, que permitiu-nos decifrar importantes enigmas na história antiga da Grécia, Roma e Alemanha. Suas descobertas foram produto de 40 anos de trabalho, o que não poupa elogios de Engels: “(...) e seu esforço não foi em vão, pois seu livro é um dos poucos (...) que fazem época” (ibid., p. 3).

Bellamy Foster chama a atenção para o fato de Morgan ter tentado “oferecer uma teoria geral do desenvolvimento social humano abrangendo esta concepção mais longa do tempo etnológico”. Para isso, “buscou transcender particularidades regionais de desenvolvimento e encontrar no nível teórico, informado por dados etnológicos, a base comum do desenvolvimento das idéias e instituições humanas”. Focalizou suas observações no governo, na família e na propriedade, adotando “uma abordagem histórica decididamente materialista, fincando a sua compreensão da evolução destas esferas nas

condições materiais, isto é, no desenvolvimento das ‘artes de subsistência’” (FOSTER, 2005, op. cit., p. 296).

A obra de Morgan é, na verdade, uma verdadeira dissecação do homem primitivo. Do homem histórico. Suas observações montam um mosaico histórico-dialético da formação da sociedade humana, que começa na *fase inferior da selvageria*, quando o homem ainda vivia um “estado transitório” entre o estado animal e o humano. Para sobreviver “às grandes feras selvagens”, tinha que habitar as árvores, “pelo menos parcialmente”. Alimentava-se de frutos, nozes e raízes e “o principal progresso desse período”, que provavelmente durou muitos milênios, “(...) é a formação da linguagem articulada” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 22).

O conhecimento do controle do uso do fogo, obtido pelo atrito, foi um grande salto no desenvolvimento dos homens. Modificaram radicalmente a sua alimentação, cozinhando alimentos que agora poderiam obter com suas novas armas: “a clava e a lança”. Utilizaram-se dos “peixes (...), crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos”, e incluíram na sua dieta “novos alimentos, como as raízes e os tubérculos farináceos, cozidos em cinza quente ou em buracos no chão”, além da “caça, que (...) chegou a ser um alimento suplementar ocasional”. Modifica-se, assim, a sua estrutura física e geopolítica, já que poderiam, agora, fazerem-se “independentes do clima e da localidade; seguindo os cursos dos rios e as costas dos mares, puderam, ainda no *estado selvagem [fase média]*, espalhar-se sobre a maior parte da superfície da Terra”. A arqueologia prova as migrações do homem, através das descobertas dos “toscos instrumentos de pedra sem polimento da primitiva *Idade da Pedra* (...) espalhados por todos os continentes” (ibid. p. 22-23, grifos nossos).

O arco e a flecha aproxima o homem da sua caça e o arremessa para a *fase superior da selvageria*, que começa a fixá-lo em aldeias, já providas “de meios de subsistência, vasos e utensílios de madeira, o tecido a mão (sem tear) com fibras de cortiça, cestos de cortiça ou junco traçados, instrumentos de pedra polida (neolíticos)”. Com a ajuda do machado de pedra, as “pirogas [eram] feitas com um só tronco de árvore”. Somente uma mente mais desenvolvida poderia utilizar-se da corda, do arco e da seta para construir “um instrumento bastante complexo, cuja invenção pressupõe larga experiência acumulada”. Engels enfatiza que “o arco e a flecha foram, para a época selvagem, o que a espada de ferro foi para a barbárie e a arma de fogo para a civilização: a arma decisiva” (ibid. p. 23-24). Ao que nós acrescentaríamos serem essas armas constitutivas da história do homem, as quais jamais foram por nós abandonadas até os nossos dias. Por isso lutamos pela única

sociedade (futura) capaz de construir o museu das armas humanas: a sociedade sem classes.

A *fase inferior da barbárie* “inicia-se com a introdução da cerâmica”. A partir daqui podemos identificar o início da diferenciação entre ocidente e oriente, na medida em que “o traço característico do período da barbárie é a domesticação e criação de animais e o cultivo de plantas”. No oriente, a maioria dos animais podia ser domesticado e, com exceção do milho, todos os cereais eram preparados para o cultivo, enquanto que, no ocidente, somente a lhama era domesticada e o milho, o melhor dos cereais, era o único cultivo. Foram estas condições diferenciadas que estabeleceram um grau de desenvolvimento distinto entre ocidente e oriente (ibid., p. 24). Nesta fase da humanidade a sociedade ainda não era dividida em classes, visto que a produção não se fundamentava no trabalho escravo nem na exploração da mulher pelo homem. A unidade gentílica toma aqui o seu apogeu, distribuindo-se organizativamente da seguinte forma:

Uma tribo se divide em diversas gens, comumente em duas; com o aumento da população, cada uma das gens primitivas se subdivide em várias gens filhas, para as quais a gens-mãe persiste como fratria; a própria tribo se subdivide em várias tribos, em cada uma das quais, na maioria dos casos, vamos achar as antigas gens; uma confederação, pelo menos em certos casos, une as tribos aparentadas. Essa organização simples é inteiramente adequada às condições sociais que a engendraram. Não é mais do que um agrupamento espontâneo, capaz de dirimir todos os conflitos que possam nascer no seio da sociedade a que corresponde. Os conflitos exteriores são resolvidos pela guerra, que pode resultar no aniquilamento da tribo, mas nunca em sua escravização. A grandeza do regime da gens – e também a sua limitação – é que nele não cabiam a dominação e a servidão (ibid., p. 178).

Muitos povos conquistados na época da exploração espanhola à América encontravam-se no *estado médio da barbárie*, como os índios do “Novo México, os mexicanos, os centro-americanos e os peruanos da época da conquista”. Eles “viviam em casas de adobe [tijolo cru] ou pedra em forma de fortalezas”, que eram as principais características dessa fase e suas atividades agrícolas eram o cultivo “em plantações artificialmente irrigadas [d]o milho e outros vegetais comestíveis”, que tinham como principal fonte de alimentação. No oriente, o que marca a *fase média da barbárie* é a “domesticação de animais para o fornecimento de leite e carne”, ao contrário do “cultivo de plantas [que] permaneceu desconhecido ali até bem adiantada esta fase”, e que pode ter sido utilizado, principalmente o cultivo de cereais, para a alimentação dos animais, antes de servir à alimentação humana (ibid., p. 24-26).

A *fase superior da barbárie* caracteriza-se pela “fundição do minério de ferro, e passa à *fase da civilização* com a invenção da escrita alfabética e seu emprego para registros literários”. Novas técnicas de plantio foram sendo criadas a partir das inéditas ferramentas, como a pá e o machado de ferro, que possibilitaram a derrubada de bosques para o cultivo e para pastagens do gado. Foi a era “dos foles de forja, do moinho à mão, da roda de olaria, da preparação do azeite e do vinho, do trabalho de metais elevado à categoria de arte, de carretas e carros de guerra, da construção de barcos com pranchas e vigas” que os gregos heróicos levam à *civilização*. Junto com eles, os “princípios de arquitetura como arte” (ibid., p. 26-27), que Engels, numa visível inquietação com as calamitosas conseqüências que adviriam de uma nova organização da arquitetura, das artes e da produção, referiu-se de uma forma poética para expressar a gravidade histórica que representavam aquelas “formidáveis muralhas” que se erguiam lenta e gradualmente nos entornos daquelas “novas cidades fortificadas: (...) seus fossos eram o túmulo da gens e suas torres alcançavam já a civilização”.

As guerras agora não serviam mais apenas para resolver conflitos entre tribos rivais ou ampliar um território insuficiente. Os conflitos tornam-se guerras de rapina para saquear vizinhos, uma prática que viria a se tornar um negócio ao longo dos próximos séculos e que muita riqueza acumulou, adicionando àquele fosso citado acima a condição de separação entre pobres e ricos (ibid., p. 185).

Foram muitos os progressos da produção nesta fase histórica do desenvolvimento humano, levando Engels a se utilizar de um termo mais apurado para adjetivar este período: “esplêndido”. A começar pelo “arado de ferro puxado por animais”, que marca a passagem do homem à grande produção agrícola. Engels reconhece os progressos dessa fase – tanto quanto reconheceu, juntamente com Marx, no Manifesto Comunista, os avanços proporcionados pela burguesia revolucionária dos séculos XVIII e XIX –, mas sabe que ocorreram em decorrência da opressão de classe. O objetivo aqui é destacar, neste momento histórico ao qual nos referimos, um elemento essencial para podermos decifrar o enigma da origem das classes: a produção excedente de alimentos. Surgem, com ela, duas necessidades específicas, que não se materializavam quando, em outros tempos, a produtividade do trabalho era insuficiente para a própria manutenção da tribo. Naquela época, “o aumento da natalidade era severamente punido” e os prisioneiros resultantes dos conflitos entre as tribos precisavam ser mortos, “porque recebê-los no seu seio era catastrófico”. Mais tarde, que a melhoria do “bem-estar da tribo aumentou, por causa das novas técnicas de produção”, os prisioneiros de guerra tornam-se peças fundamentais na

produção. São transformados em escravos (PONCE, 2007, op. cit., p. 25), operando-se, com isso, a primeira grande divisão social do trabalho, e, conseqüentemente, “a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 181).

Por último, apesar da forma persuasiva e lenta, mas com o mesmo teor de agressividade e opressão contida na escravização do inimigo, surge a necessidade de armazenamento e distribuição da produção excedente de alimentos. Esta função tornou-se relevante no seio da sociedade, a tal ponto de transformar-se num ofício o qual concedia poderes no interior da tribo a quem o exercia, pelas razões que podemos imaginar. Aqueles que faziam o trabalho material, como prefere se expressar Aníbal Ponce (2007, op. cit., p. 22 e 23), isto é, o trabalho braçal, não podiam “desempenhar, ao mesmo tempo, nenhuma das outras funções que a vida tribal exigia”. Mesmo com o aumento da produção, decorrente das novas técnicas, a maior parte do contingente da força de trabalho da tribo continuava sendo disponibilizado para o trabalho material. Logo, o trabalho representado pela necessidade de armazenamento e distribuição dos víveres da tribo, assim como de outras “formas de trabalho social ligeiramente diferentes do trabalho *material propriamente dito*” – a “administração da justiça”, a “direção das guerras”, a “supervisão do sistema de irrigação, etc.” –, passaram a ser exercidos por “um *grupo de indivíduos libertos do trabalho material*” (ibid., grifos do autor).

Emerge, com força histórica, o ócio. O “ócio fecundo”, segundo Ponce,

(...) de conseqüências remotíssimas, que não só permitia fabricar outros instrumentos de trabalho e buscar matérias-primas, como também refletir a respeito dessas técnicas. Em outras palavras: criar os rudimentos mais grosseiros daquilo que, posteriormente, viria a se chamar ciência, cultura, ideologias (ibid., p. 25).

Todas estas funções, que a princípio nascem espontaneamente e são aceitas naturalmente na comunidade, evoluem passo a passo para uma condição de mérito daqueles que as realizavam. Estes, por sua vez, foram adquirindo conhecimentos muito superiores aos necessários para a vida comum da tribo, o que os diferenciava sobremaneira dos demais. Não obstante, estes conhecimentos, como já dissemos, concediam a eles poderes no interior da tribo, o que acabou por consolidar o sistema hereditário de ocupação daquelas funções. Assim, os núcleos familiares mais próximos do conhecimento e do poder que detinham, caminharam a passos largos para a realização do desmanche histórico da propriedade comum da terra e do rebanho. Agora, o principal meio de subsistência coletiva

passa a “constituir propriedade privada das famílias que a administravam e defendiam”. Mas elas não se contentaram com a terra e o gado, “passaram a ser também *donas dos homens*” (ibid., p. 25-26, grifos do autor).

Estão, enfim, escavados e instalados os alicerces para o surgimento de uma sociedade dividida em classes. As sucessivas divisões sociais do trabalho carregam na sua composição histórica a produção excedente e, com isso, a necessidade de troca. Inicia-se, então, uma relação entre as coisas e os homens e entre os homens e as coisas. Levando-se em conta que um dos elementos, as coisas, são alienáveis ao homem, isto é, elas são “externas ao homem”, “em si e para si”, como nos demonstrou Marx, basta que o outro elemento desta relação histórica, os homens, “se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si”, para que a reciprocidade da alienação se complete (MARX, 1983, p. 81). E ela se completou. Com o desenvolvimento do intercâmbio, surge a necessidade da produção para a troca e não mais para o consumo próprio da comunidade. Ora, se a produção excedente é uma realidade, e, agora que há uma materialização da necessidade da troca, então a comunidade primitiva, comunista, já não existe mais. Vejamos o que nos diz Marx sobre a relação de troca de mercadorias nos primórdios das sociedades de classe. Depois de se tornarem úteis a outros possíveis proprietários, estes se encontram e alienam seus pertences particulares, dando curso a um processo histórico de alienação do homem de si próprio e de si em relação à natureza:

Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca¹⁹ etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam, em seus pontos de contato com outras comunidades ou com membros de outras comunidades. Tão logo as coisas se tornam mercadorias no exterior da comunidade, tornam-se também por repercussão mercadorias no interior da vida comunal. Sua relação quantitativa de troca é por enquanto inteiramente casual. São permutáveis pela vontade de seus possuidores de aliená-las reciprocamente. Nesse meio tempo, se consolida, pouco a pouco, a necessidade por objetos de uso estrangeiros. A constante repetição da troca transforma-a em um processo social regular. Com o correr do tempo, torna-se necessário, portanto, que parte do produto do trabalho seja intencionalmente feita para a troca. A partir desse momento consolida-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca. Seu valor de uso dissocia-se do seu valor de troca. Por

¹⁹ Aqui, a edição alemã de O Capital faz uma nota de rodapé para caracterizar o estado inca, que reproduzimos: “Estado escravagista com restos significantes da sociedade primitiva. A base da organização social e econômica era parentela ou comunidade camponesa (*aylla*), que possuía terras e gado em comum. O Estado inca viveu seu florescimento do fim do século XV até a conquista espanhola, e seu extermínio total nos anos trinta do século XVI; naquela época ele se estendeu sobre os territórios do Peru, Equador, Bolívia e norte do Chile, de hoje” (ibid., p. 81, grifo original).

outro lado, torna-se a relação quantitativa, em que se trocam, dependente de sua própria produção. O costume fixa-as como grandezas de valor (ibid., p. 81-82).

É este o momento histórico²⁰ que anuncia a passagem do homem de uma vida comum e uma produção comunista para uma vida privada, em que a relação com a natureza torna-se uma relação de exploração. A individualidade supera a solidariedade coletiva, tudo é transformado em mercadoria. O “costume” ao qual se refere Marx transforma a mercadoria num fetiche²¹, incluindo os homens, que “fizeram, freqüentemente, do próprio homem, na figura do escravo, a matéria original de dinheiro” (ibid., p. 82).

A partir daí tudo se explica. A dominação de classes passa a ser, agora, uma necessidade material. As famílias possuidoras defendem seus interesses e sua propriedade contra tudo e todos. Mas, para isso, têm um grande desafio pela frente: fazer com que os seus interesses, minoritários em relação ao conjunto da sociedade, transformem-se em interesses gerais de toda a comunidade.

Inicia-se um processo de construção de uma determinada realidade. Tal realidade, ao mesmo tempo em que deve cumprir a função de assegurar as distinções entre as famílias da comunidade, deve também manter uma aparência de espontaneidade. Isto é, deve cumprir as exigências da hierarquização da nova sociedade de classes, por um lado, e, por outro, naturalizar as atividades laborais como meio de produção de bens essenciais e não de mercadorias para a troca.

A essência da nova sociedade produtora de mercadorias é ocultada, portanto, pela aparência de uma sociedade organizada para o trabalho, para a produção da sua própria subsistência. Esta não é, exatamente, uma tarefa simples, pois as diferenças materiais começam a ficar cada vez mais visíveis. A consequência imediata da sociedade de classes é a miserabilidade da maioria da sociedade. Depois da derrota do direito materno e das primeiras divisões sociais do trabalho, a riqueza e a pobreza tornam-se contradições irreconciliáveis. É necessário que o segmento da sociedade despossuída de propriedades, e, portanto, pauperizada, seja convencida da existência de uma realidade diferente desta, “ao mesmo tempo mística e natural”. Assim, uma nova concepção é introduzida no processo de

²⁰ Enfatizamos que, ao nos referirmos a um “momento histórico”, não nos referimos a uma data cronológica. Este, inclusive, o motivo pelo qual reproduzimos, em nota de rodapé, a caracterização do estado inca que, como tantos outros povos primitivos, entraram pela era da civilização humana, mantendo o seu modo de produção comunista, até serem derrotados por povos civilizados.

²¹ Cf. ao item quatro, “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, do Capítulo I, sobre a “Mercadoria” (ibid., p. 70-78).

dominação, e vai operar para a sedimentação de uma hierarquia mística, onde “*deuses dominadores e crentes submissos* dão um matiz original às novas crenças da tribo”. (PONCE, op. cit., p. 28, grifos do autor).

A vida após a morte passa a ser um privilégio dos proprietários de mercadorias. Alguns povos das ilhas Polinésias, para citarmos apenas um dos muitos exemplos disponíveis na história, consideram a vida após a morte um privilégio apenas dos nobres, cujas “almas (...) subirão até os deuses”, enquanto que, “ao plebeu, caberá depois da morte um destino sombrio”. Outros dominadores sequer reservam almas para a maioria dos produtores de seu povo, onde “*tudo termina com a morte*”. Para os acumuladores da riqueza produzida em Tonga, também na Polinésia, apenas “*os nobres têm alma imortal*” (ibid., grifos do autor).

Platão foi um defensor inveterado da doutrina religiosa na educação humana. Numa das suas apologias ao misticismo, na qual deixa bastante clara a intenção da formação educacional de estado para o enquadramento das massas no senso comum da elite dirigente, disse:

Desde que um homem cresce, e uma vez que as leis ensinam que existem deuses, não cometerá ele jamais qualquer ação ímpia, nem pronunciará discursos contrários às leis. (...) Nós damos como fundamento das nossas leis a existência dos deuses (Platão²², apud, ibid., p. 50).

Marx explica a relação mística do homem na produção da sua vida material e compara os “antigos organismos sociais de produção” com o “organismo burguês”, observando que, aqueles, “são extraordinariamente mais simples e transparentes” que os atuais, pois “baseiam-se na imaturidade do homem individual, que não se desprende do cordão umbilical da ligação natural aos outros do mesmo gênero, ou em relações diretas de domínio e servidão”. Nos modos de produção dos tempos primitivos, ou mesmo da “velha Ásia e da Antiguidade”, quando os produtos começaram a ser transformados em mercadorias e os homens transformados em “produtores de mercadorias”, esse processo ainda “desempenha papel subordinado, que porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio”. Aquele modo de produção era condicionado “por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e relações correspondentemente limitadas dos homens dentro do processo material da produção de sua vida, portanto, entre si e com a natureza”, o que se refletia “nos cultos da

²² Platão: Les Lois, in Oeuvres Complètes, tomo VIII, p. 212 e 217.

Natureza e nas religiões populares da Antiguidade”. Entretanto, Marx considera o cristianismo, “com seu culto do homem abstrato”, a forma mística mais evoluída para dar conta de estruturar uma sociedade produtora de mercadorias, “cuja relação social geral de produção” induz o homem a “relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual” (MARX, 1983, op. cit., p. 75).

Contrariando aqueles que acreditam ser o homem o lobo do próprio homem, e que a ditadura do proletariado impingirá uma caça implacável aos religiosos, Marx analisa, serenamente, ao discutir “o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo” (ibid., p. 70), n’O Capital, em que momento, e de que maneira, o homem poderá processar a superação do misticismo na produção. Obviamente, tal processo histórico não acontecerá, de modo algum, na sociedade capitalista ou em qualquer formação social estruturada sob as bases da dominação de classes. Assim, a superação do misticismo, em Marx, está condicionada à superação do homem alienado, conforme veremos no item 1.5, quando reassumir a sua consciência de si e para si, e, portanto, o controle de todo o processo histórico, futuro e passado, da produção da sua vida material.

Marx já formulara a crítica à religião, no texto que marca a sua passagem de um democrata radical para um comunista ainda em formação. Falamos da belíssima Introdução de Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (MARX, 2005, op. cit., p. 145-156), escrita em Paris, em fins de 1843, no qual Marx pontua esplendidamente o lugar da religião na construção e na sustentação da sociedade de classes. Chama a atenção para o homem, pois é o “homem [que] faz a religião, a religião não faz o homem”. Porém, o “(...) homem, que ou não se encontrou ainda ou voltou a se perder” tem na religião os seus “grilhões” e a sua “autoconsciência e o sentimento de si do homem”. Marx demonstra nesse texto que é o estado e a sociedade que “produzem a religião” e que, por se estruturarem para garantir as melhores condições da dominação do homem pelo homem, de uma maioria por uma minoria, instituem “*uma consciência invertida de mundo, porque eles são um mundo invertido*”, garantindo que a religião seja a forma de pensamento do seu mundo, “o seu resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular, o seu *point d’honneur* espiritualista, o seu entusiasmo, a sua sansão moral, o seu complemento solene, a sua base geral de consolação e justificação”. A religião destitui o homem místico da sua essência original, pois se arroga em ser “o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma”. Neste ponto, Marx realiza mais uma das suas célebres

formulações ao analisar a sociedade mística: “a religião é o ópio do povo” (ibid., p. 145, grifos do autor).

A crítica a que se propõe Marx na sua trajetória militante e intelectual dirigia-se, naquele momento histórico, à sociedade burguesa alemã, que carregava ainda fortes resquícios absolutistas. Ali, podia-se vivenciar um duro embate nos princípios filosóficos que separavam, de um lado, os conservadores aristocratas e, de outro, os idealistas dialéticos, representados pelos hegelianos de esquerda, com os quais Marx acabara de romper. A crítica a que se propõe Marx é a que “arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva brote”. Como um brilhante remanescente do iluminismo, Marx aprofunda a crítica à religião certo de que somente a crítica radical poderá libertar “o homem da ilusão, de modo que pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo e, assim, em volta do seu verdadeiro sol”, pois “a religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não circula em torno de si mesmo”. Assim, a tarefa histórica da filosofia “é desmascarar a auto-alienação humana nas suas *formas não sagradas*, agora que ela foi desmascarada na sua *forma sagrada*”, e a “*crítica da religião*” deve transformar-se “*em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política*” (ibid., p. 146, grifos do autor).

Por isso, Marx, um quarto de século mais tarde, viria a recorrer a todo o acúmulo do seu pensamento filosófico, histórico e político para demonstrar a importância da religião na produção material do homem e concorrer para o rompimento dos grilhões que o amarram:

O reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da vida prática, representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza. A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (MARX, 1983, op. cit., p. 76).

“Uma evolução histórica longa e penosa” (ibid.). Podemos tomar esta definição para o futuro, mas também ao passado, pois o termo “evolução” em Marx não está relacionado ao processo de evolução natural, como já discutimos anteriormente, mas sim, a

um processo de desenvolvimento histórico que, sabemos, é sempre irremediavelmente longo e sofrido. Conduzido por avanços e recuos, contradições, negações, perecimento e devir, o devir histórico.

A constituição das primeiras famílias proprietárias de gado, as chamadas famílias pastoris, deram continuidade àquele processo de divisão social do trabalho, que fora estabelecido pela transformação do homem em escravo. A terra, não mais comum, mas, privada, proporcionava pasto aos seus rebanhos que, por sua vez, com a ajuda do trabalho escravo, possibilitava um significativo aumento da produção de leite, carne e pele, que comercializavam externamente.

Não sabemos ao certo quando e de que forma os rebanhos foram sendo, gradualmente, transferidos da propriedade comum da tribo para as mãos de determinados chefes de família, mas deve ter ocorrido na *fase média da barbárie*. Tudo indica que a instituição da propriedade privada toma corpo a partir do crescente domínio do homem sobre a mulher, inicialmente com o fim do direito materno, substituído pelo direito paterno e a passagem do matrimônio sindiásmico para a monogamia. Mas foi a preponderância do homem no lar que consolidou de uma vez por todas a submissão da mulher na emergente sociedade de classes. Esta passou a ter a supremacia da sua casa subestimada, e foi renegada agora a um papel secundário na produção, não mais coletiva, mas privada, que deu ao homem poderes absolutos. E isso provocou o que Engels chama de “uma brecha na antiga ordem gentílica: a família individual tornou-se uma potência e levantou-se ameaçadoramente frente às gens” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 182-183).

É na passagem da *fase superior da barbárie* para a *civilização* que vemos sedimentado o casamento monogâmico, iniciado na *fase média da barbárie*. Todas as conseqüências decorrentes dessa mudança significativa na constituição familiar do homem têm origem, como já vimos, na derrota do direito materno para o direito paterno. A principal delas, e a que revolucionou a história da humanidade, foi a instituição da propriedade privada da terra, dos rebanhos e da produção da vida material.

A segunda contradição, não menos importante, representada pela monogamia, fez-se sentir no seio do próprio núcleo familiar. Com a proibição da mulher de se relacionar sexualmente com outros homens, como era usual no direito materno, surge, “junto do marido, que amenizava a existência com o heterismo, (...) a mulher abandonada”. Engels deixa claro, entretanto, que esta parece ter sido a opinião dos homens, pois, logo “as mulheres lhes puseram outra coisa na cabeça”. Institui-se com a monogamia “o inevitável amante da mulher casada e o marido corneado”. A conseqüência dessa engenharia

mercantil chamada matrimônio monogâmico é o que Engels, refutando toda a hipocrisia própria deste novo tipo de organização familiar, define como “um aborrecimento mortal, sofrido em comum, e que se chama *felicidade doméstica*” (ibid., p. 72 e 76, grifos nossos).

A confiança e o respeito mútuo, entre homens e mulheres, foram também sepultados nos fossos das novas cidades da civilização. O ciúme passa a vigorar com toda a sua fúria, sentimento desenvolvido tardiamente na humanidade (ibid., p. 36), e o respeito passa a ser conquistado pela força, num antagonismo às relações gentílicas:

O mais reles dos beaguins do Estado civilizado tem mais ‘autoridade’ do que todos os órgãos da sociedade gentílica juntos; no entanto, o príncipe mais poderoso, o maior homem público, ou general, da civilização pode invejar o mais modesto dos chefes de gens, pelo respeito espontâneo e indiscutido que lhes professavam (ibid., p. 193).

Podemos dizer que a marca d’água do processo de produção mercantil – não mais para o consumo e sim, para a troca – na *civilização*, encontra-se impressa numa figura que se transforma na correia de transmissão de toda a produção: o comerciante, que “intervém como intermediário entre os produtores”, complicando “o sistema de trocas” e tornando “ainda mais incerto o destino final dos produtos” (ibid., p. 197). O dinheiro²³, representado na sua primeira manifestação pelos metais preciosos, o ouro em particular, torna-se agora necessário, não para expressar a medida de valor das mercadorias, pois estas continuarão sendo comensuradas pelo tempo de trabalho social necessário à sua produção. Mas para definir a expressão monetária das mercadorias, ou seja, seu preço. Extraímos de Marx uma pequena citação, que talvez represente bem o significado do dinheiro:

Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. (...) Por isso, o padrão de preços cumpre sua função tanto melhor quanto mais invariavelmente um mesmo quantum de ouro sirva de unidade de medida. Como medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável (MARX, 1983, op., cit., p. 89).

²³ Menos pela vontade e mais pela necessidade de caminharmos mais rapidamente em direção ao objeto principal de nossa pesquisa, vimo-nos impossibilitados, pelo tempo, de fazer uma apreciação mais aprofundada sobre o dinheiro, o capital e a circulação de mercadorias. Assim, propomos Cf. todo o Cap. III, “O Dinheiro ou a Circulação de Mercadorias”, em MARX (1983, op., cit., p. 87-121).

O incremento da circulação de mercadorias tomou um vulto de tamanha proporção na sociedade humana que mais e mais a mercadoria tornou-se alienada do seu produtor. A reificação do processo de produção da mercadoria foi se dando com o aprofundamento da divisão social do trabalho e a oposição entre a cidade e o campo, da mesma forma que os “possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão do trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo (...)”, na mesma medida em que “a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal” (ibid., p. 96).

Engels resume a civilização, na sua fase inicial da “produção de mercadorias (...) sob o ponto-de-vista econômico, pela introdução:”

1) da moeda metálica (e, com ela, o capital em dinheiro), dos juros e da usura; 2) dos comerciantes como classe intermediária entre os produtores; 3) da propriedade privada da terra e da hipoteca; 4) do trabalho como forma predominante na produção” (ENGELS, 1977, op. cit., p. 198).

Procuramos até aqui, neste item, fazer uma análise geral do desenvolvimento do homem até a *civilização*, visando demonstrar o caráter de classe desse desenvolvimento. Até Marx, os historiadores consideravam as guerras, os saques, as pilhagens, as migrações, a violência, “a força motriz da história”. A história que, para eles, não passava de uma história “sobre reis, batalhas, tratados – e nada mais” (GANDY, 1980, p. 15). D. Ross Gandy demonstra, na sua tese de doutoramento, a revelação de Marx acerca do desenvolvimento histórico do homem, que ocorreu de forma irregular e “desigual: a humanidade como um todo não se desenvolveu através de estágios semelhantes e nem ao mesmo tempo” (ibid., p. 16). Marx e Engels não contrariaram somente os historiadores até o seu tempo. Na atualidade, não só os historiadores burgueses, mas também uma importante geração de militantes com referência no marxismo impuseram uma deformada interpretação do que Marx revelou ao mundo nas suas pesquisas. Tanto a linha de pensamento soviético pós-Lênin, quanto o maoísmo, entendem o comunismo como uma etapa de transição mecânica a partir do modo de produção capitalista, o que gera profundas distorções na orientação teórico-programática do proletariado. Sem querermos nos aprofundar aqui, nesta questão, que será discutida no Capítulo II, item 5, insistimos em que a análise dialético-materialista do desenvolvimento histórico do homem, feita por Marx, é imprescindível para não reproduzirmos o que Gandy chama de “o marxismo oficial”

soviético e chinês. O manualismo lá implantado induzia à compreensão de que o desenvolvimento do homem foi linear, sendo uma formação social substituída por outra, obedecendo a leis próprias que levam o homem desde o comunismo primitivo até o comunismo marxista, passando, necessariamente, pelo escravismo, feudalismo e capitalismo. Naturaliza, por exemplo, a condição recente do homem, de exploração do trabalho alheio, que teve, como consequência, a instituição da propriedade privada e a formação das classes sociais. Todo este modo rígido, e, portanto, anti-dialético de interpretação do marxismo, “estabelece um esquema de ferro para a história mundial”, a qual somente se processa por saltos e rupturas, onde o desenvolvimento “de um estágio ao seguinte é uma revolução social: uma civilização perece e outra nasce” (ibid., p. 12-13). Veremos no item seguinte, sobre a concepção idealista de homem, que o desenvolvimento de todo ser se dá através da contradição e da negação e que o perecimento, segundo Hegel, é o estágio mais avançado do ser. Um pensamento dialético não pode, portanto, engessar as análises dialéticas sequer daqueles que se submeteram ao misticismo para formular seu pensamento, como Hegel, e menos ainda, daqueles que, ao contrário de Hegel, desvelaram a aparência mística da realidade material.

Marx e Engels expõem com toda a clareza histórica, n’O Manifesto Comunista, o quanto as forças produtivas se desenvolveram no capitalismo, superando o modo feudal de produção, cuja organização “da indústria já não permitia satisfazer as necessidades que cresciam com os novos mercados”. O volumoso crescimento da indústria moderna em substituição à manufatura, alavancada pela tecnologia revolucionária da época – a navegação a vapor, o telégrafo, a ferrovia – “criou o mercado mundial que a descoberta da América preparara”. A expansão desse “mercado mundial”, viria a possibilitar “ao comércio, à navegação e às comunicações por terra um desenvolvimento imensurável”. Os autores do Manifesto Comunista consideram que “a burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário”, sendo “ela própria o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de profundas transformações no modo de produção e de circulação”. Assim, no decorrer desse desenvolvimento histórico, a burguesia foi se moldando e revolucionando a cada tempo, de forma que “cada uma destas fases de desenvolvimento da burguesia surgiu acompanhada de um progresso político que lhe correspondia” (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 61-62): esteve oprimida no estado

feudal, onde se originou como uma *classe em si*²⁴, armou-se nas comunas²⁵, organizando sua “própria defesa e sua administração, aqui república independente, ali terceiro estado tributado pelo rei” (MARX e ENGELS, 2001, p 26-27). Mais tarde, “na época da manufatura”, a burguesia viveu o estado absolutista como um “contrapeso à nobreza”, até que “conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar”, as bases do atual estado capitalista, o qual Marx e Engels caracterizaram com muita propriedade como “um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ibid., p. 27).

A educação acompanhou todo esse processo de desenvolvimento histórico do homem. Para atender a interesses da classe dominante, serve a esses interesses e jamais a quaisquer outros. Isto é, a escola originou-se para proteger os interesses das classes que se formavam. A escola foi criada para servir aos interesses da classe dominante nas sociedades de classe, desde que as comunidades primitivas viviam em pequenas tribos assentadas sobre a propriedade comum da terra. Lá, sua educação era homogênea e espontânea, pois ainda não havia interesses políticos e econômicos que diferenciavam pessoas ou grupos no interior da tribo. As atividades produtivas reservavam-se à produção

²⁴ As origens da nova classe que viria abalar as estruturas do feudalismo e, muito mais tarde, transformar-se numa classe para si – conquistando o poder político e instituindo um novo modo de produção da vida material – são um tanto nebulosas. Sabemos que, até o século X, as cidades da Idade Média foram se formando em torno das muralhas dos castelos feudais e “não passavam de miseráveis vilas”, chamadas burgos – palavra derivada “do alemão *burg*, que significa cidade fortificada”, surgida por volta de 1134 –, cujos habitantes viviam sob o jugo dos senhores feudais, trabalhando como artesãos e domésticos, “sob as mesmas condições que eram impostas aos servos da gleba”. Os senhores feudais eram donos dos burgos e abasteciam seus castelos através da exploração do trabalho servil e somente precisavam “comprar uns poucos objetos de luxo, provenientes do Oriente”. Com a entrada em circulação do dinheiro, os burgueses passaram a ter mais liberdade de comercialização dos seus produtos, mediante pagamento de tributo ao senhor feudal. Este, por sua vez, percebeu que era vantajoso conceder cartas de franquia a seus subservientes, mediante o estabelecimento de um “código tarifário”. Assim inicia-se a constituição histórica dos mercados, organizados em torno dos castelos, que atraiu os servos do campo e também os colonos, que podiam, agora, comercializar os seus produtos e “pagar em dinheiro os tributos devidos ao senhor”, limitando o seu poder. Depois de sangrentos conflitos com os senhores feudais por conquista de sua liberdade, os burgueses foram, pouco a pouco, conquistando a sua independência política e econômica, mas jamais, pelo menos até o século XVIII, almejando a tomada do poder político. A burguesia não era anti-feudal, ela “*não tinha nenhuma intenção revolucionária (...)* desejava apenas ter um lugar *dentro do regime feudal*, de acordo com os seus interesses econômicos e políticos”. De acordo com Aníbal Ponce, a burguesia, a partir do século XI, passou a ser uma classe em si, mas de modo algum uma classe para si. Segundo ele, esta caracterização é importante para a compreensão “de todas as transações, acordos e tateios que (...) marcaram o movimento lento, mas ascendente, da burguesia”, desde lá até o século XVIII (PONCE, 2007, op. cit., p. 97-99, grifos do autor).

²⁵ Engels faz notas explicativas às edições inglesa, de 1888 e, mais tarde, complementa-a na edição alemã de 1890, as quais reproduzimos aqui: “‘Comuna’ é o nome dado na França a cidades nascentes, mesmo antes de terem conquistado de seus senhores feudais e mestres a administração local autônoma e os direitos políticos, como terceiro estado. De maneira geral, tomamos aqui a Inglaterra como país representativo do desenvolvimento econômico da burguesia; a França, do desenvolvimento político. Assim, os habitantes das cidades da Itália e da França chamavam suas ‘comunidades urbanas’, depois de terem adquirido ou conquistado de seus senhores feudais os primeiros direitos à autonomia administrativa” (MARX e ENGELS, 2001, op. cit., p 26).

material da sua existência e reprodução, ou seja, à preparação dos bens essenciais para a sobrevivência da tribo. A caça, a pesca, a navegação, a agricultura rudimentar, a construção da moradia – que variava conforme a tribo – e a fabricação artesanal de utensílios eram atividades coletivas, transmitidas ao longo de milhares de séculos, sem que, para isso, precisasse de escola.

As mulheres tinham a “direção da economia doméstica”. Diferentemente dos tempos modernos e mesmo na Antiguidade e na Idade Média, quando este era “um assunto de natureza privada”, nas comunidades primitivas esta era “uma *verdadeira função pública, socialmente tão necessária quanto a de fornecer alimentos, a cargo dos homens*” (PONCE, 2007, op. cit., p. 18, grifos do autor).

Para sedimentar a dominação de classe através de uma forma difusa e imperceptível, as novas concepções da comunidade, na passagem para a constituição das classes sociais, refletiam a noção de hierarquia, onde “*deuses dominadores e crentes submissos* dão um matiz original às novas crenças da tribo”. Passam a acreditar “que a continuação da vida após a morte – comum a todos no início – passa mais tarde a ser um privilégio dos nobres” (ibid., p. 28, grifos do autor).

Neste sentido, a escola atual pouco evoluiu em relação à sua ancestral ateniense do século V a. C. ou da escola romana, um século mais tarde, cuja primeira manifestação de que temos notícia monta da Roma de 499 a. C. A escola primária era particular, como todas, pois o estado se eximia, em termos, da responsabilidade para com a educação. As famílias que tinham menos dinheiro mandavam seus filhos para lá. As famílias mais pobres, impossibilitadas de custear o pagamento de “professores particulares para os seus filhos” juntavam-se e custeavam os gastos da escola que emergia. Conduzida por um “*Artesão como qualquer outro*, o professor primário – o *ludimagister* – era um antigo escravo, um velho soldado ou um proprietário arruinado” pela *débâcle* do regime escravagista. Ele “alugava um estreito compartimento chamado *pérgula* e abria ali a sua ‘loja de instrução’”, no Foro romano, o mais movimentado mercado da cidade, para que houvesse “semelhança com os outros ‘negócios’”. Estes primeiros professores de que temos notícia foram os escravos que compraram a sua liberdade com o dinheiro que guardavam, provenientes de “*peculium*” que ganhavam pelo melhor desempenho no trabalho, num tempo em que o escravismo entrou numa crise profunda e os senhores perceberam que era mais lucrativo vender a liberdade do escravo do que comprá-los. Assim, os escravos libertos, tanto quanto os proprietários de terra “*arruinados pelos latifúndios, passaram a se dedicar ao comércio e às indústrias livres*”. A diferença entre

eles era que os escravos tiveram como “*escola elementar de artes e ofícios*” o “lar romano”, onde “aprenderam o seu ofício (...) de algum velho e instruído escravo”, enquanto que os proprietários desgraçados pela ruína “tiveram de aprender agora, dos escravos instruídos, muitas coisas que, até então, tinham considerado desprezíveis” (ibid., p. 65-67, grifos do autor).

A origem da escola está intimamente relacionada à origem das classes, pois, como vimos acima e veremos também mais adiante, no Capítulo III, em gestão escolar, a educação é um processo de construção de um determinado tipo de homem e de sociedade. Por este motivo, o fio condutor para a análise sobre a origem da escola nos leva, necessariamente, ao estudo do desenvolvimento material, histórico, do homem.

John Bellamy Foster mais uma vez nos subsidia com a brilhante discussão que faz para demonstrar que Marx entendia o homem enquanto um ser natural, relacionado dialeticamente com a terra e todo o conjunto da natureza. Ao longo de inúmeras passagens, Foster nos traz, analisadas, as formulações de Marx e Engels sobre a importância da terra para o homem e como o capitalismo se apropria da terra para auferir lucros, por um lado. Por outro lado, vimos que a instituição da propriedade privada da terra deu origem às classes e, portanto, à exploração do homem pelo homem, trazendo como consequência a alienação da terra em relação ao homem, o que, segundo escrevera Marx nos *Grundrisse*,

(...) ‘limpa’, como diz Steuart, a terra das suas bocas excedentes, arranca as crianças da terra em que foram criadas e, assim, transforma o trabalho no solo em si, que pela sua natureza parece fonte direta de subsistência, uma fonte puramente dependente de relações sociais (MARX²⁶, apud FOSTER, 2005, op. cit., p. 243-244).

Portanto, compreendermos a existência da escola e dos professores como um instrumento de dominação de classe, significa entendê-la enquanto doutrinadora dos interesses da classe que domina a maioria, tendo como princípio a proteção à propriedade privada. Lá na *Antiguidade*, no século IV a.C., em Roma, e um século antes, na Grécia, a escola faz-se necessária para servir à nova classe dos comerciantes e industriais que surgia em substituição à velha aristocracia latifundiária decadente. Aqui na *Modernidade*, podemos sintetizar a necessidade da escola por mais uma pequena citação de Aníbal Ponce que resume a importância da escola para a dominação de classe: “as máquinas complicadas

²⁶ MARX, *Grundrisse*, p. 276.

que a indústria criava não podiam ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um servo ou de um escravo” (ibid., p. 66 e 147).

A escola surgia, então, para formar exploradores e explorados, tanto técnica quanto ideologicamente. Uma escola formadora de cidadãos. E, ainda mais do que isso, que proclamasse a cidadania. Quais os princípios, pois, da cidadania e do homem cidadão? Aristóteles é autor de uma frase famosa, a qual pretendemos analisar aqui, que expressa sucinta e sutilmente o seu posicionamento de classe. Ela naturaliza a dominação e expressa, portanto, qual homem deve ser formado, no modo de ver o mundo de Aristóteles: “O homem é um animal político por natureza”. Ora, político, para Aristóteles, “deriva de *polis*”, que significa cidade, a expressão máxima do estado para os gregos antigos. Então, “a essência do homem residia na sua capacidade de ser cidadão”, mas a cidadania não existia para todos os homens, somente para os proprietários, aqueles os quais tinham o privilégio de se servir da escravidão para que pudessem participar da polis, da direção do estado. Podemos agora decifrar qual seja “o verdadeiro sentido da célebre expressão” de Aristóteles: “*só é homem o homem das classes dirigentes*” (ibid., p. 47, grifos do autor).

E quanto aos professores, em que medida contribuíram e continuam a contribuir com a dominação de classes? Reencontremos os primeiros professores primários, no século IV a.C., aqueles emergentes comerciantes e artesãos libertos pelo sistema escravagista agonizante. Estes eram, na verdade, comerciantes que queriam um lugar ao sol, e por isso, abriam uma portinha no mercado principal, de preferência bem de frente para a rua. Talvez não fosse necessário dizer, mas a comparação com a fase inicial da modernidade e com a fase atual – o chamado neoliberalismo – será inevitável, quanto à remuneração dos professores. O ofício de professor, tanto quanto qualquer outro que recebia salário, tanto na Grécia quanto na Roma antigas, era considerado uma “*prova de servidão*”, sendo desprezível, portanto. Os *ludimagister*, mesmo enquanto homens livres eram, ainda, comparados aos escravos, fazendo parte de um segmento social que não possuía direitos políticos, nem tampouco deveriam adquirir os conhecimentos dos cidadãos. Já ouvimos isso de Aristóteles. Necessitando trabalhar para viver, os ex-escravos eram obrigados a competir com o trabalho escravo, muito menos remunerado, invejando, por vezes, a antiga situação, “menos miserável talvez” que a sua liberdade. Eram obrigados a exercer outras atividades diferentes do magistério, como copistas, por exemplo. Por outro lado, os mestres não estavam autorizados, por lei, a cobrar por seu ensino, não obstante ao reconhecimento geral da necessidade da remuneração, tanto que se admitia o recebimento de presentes dos alunos. Com o passar do tempo, esses regalos foram se transformando em pagamento

formal de salário, sem que, no entanto, essa prática fosse reconhecida por lei. Tanto que, até o fim do Império, era impossível o amparo legal contra o calote por parte de “pais que se recusavam a pagar as lições recebidas por seus filhos” (ibid., p. 67 e 68, grifos do autor).

O fato é que ensinar, apesar de uma tarefa humilhante, precisava ser realizada. Inicialmente para a sobrevivência de alguns escravos libertos; alguns séculos mais tarde, para servir a um importante desígnio pelo qual o estado existia. Enquanto isso não acontecia, os primeiros professores primários seguiam lecionando com “apenas alguns bancos para os alunos” e um escasso material escolar, que se resumia a “poucos cubos, esferas (...), [e] alguns mapas às vezes”. Intermináveis lições sobre as Doze Tábuas²⁷ eram severamente proferidas pelo professor, que ameaçava os alunos com uma vara, certamente para utilizá-la como instrumento de tortura – também a palmatória, milhos para ajoelhar, etc. –, como sentimos na carne até há bem pouco tempo, já na era moderna (ibid., p. 68).

Com o crescimento do comércio e a expansão do império Romano, novas culturas eram conhecidas a cada dia, o que obrigou às classes dominantes a ampliar o seu modelo de educação, muito limitado até então. Surgem, assim, os gramáticos, professores do ensino médio, e os retores, do ensino superior, cuja situação na sociedade era bastante diferenciada dos *ludimagister*. Aqueles (o “*grammaticus*”), trouxeram aos romanos “a instrução enciclopédica necessária para a política, para os negócios e para as disputas nos tribunais”, enquanto estes (os “*retores*”), trouxeram uma novidade à educação antiga: “a eloquência, na teoria e na prática, a eloquência no amplo sentido que começaram a dar-lhe os romanos”. Aníbal Ponce tem o cuidado de ressaltar a luxúria deste modelo de educação, que somente era possível aos ricos e poderosos que necessitavam de formação para dirigir o estado, seja no judiciário, no legislativo ou, até mesmo, para ocupar o cargo máximo do Império. Aqui, já podemos falar numa educação estratégica para a dominação, pois já não se podia ignorar “uma das mais poderosas armas de governo de um tempo em que os assuntos se resolviam na palavra” (ibid., p. 69-71, grifos do autor).

²⁷ Esta era a legislação romana, elaborada pelos patrícios, contra os plebeus, e que não eram de conhecimento destes até o século V a.C. O texto original da “**Lei das Doze Tábuas** (*Lex Duodecim Tabularum* ou simplesmente *Duodecim Tabulae*) (...) perdeu-se quando os gauleses incendiaram Roma no ano de 390 a.C.”, cabendo aos historiadores a sua reconstituição, através de fragmentos e referências diversas. Seu conteúdo: “Tábuas I e II: Organização e procedimento judicial; Tábua III - Normas contra os inadimplentes; Tábua IV - Pátrio poder; Tábua V - Sucessões e tutela; Tábua VI - Propriedade; Tábua VII - Servidões; Tábua VIII - Dos delitos; Tábua IX - Direito público; Tábua X - Direito sagrado; Tábuas XI e XII - Complementares”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_das_Doze_T%C3%A1buas (Acesso em 23/3/2009).

O estado acompanhava de muito perto essa educação privada. Entretanto, podemos dizer que as primeiras movimentações do estado romano em direção ao financiamento da educação podem ser transcritos através da própria pena de Ponce:

Mas, não muito posteriormente [92 a.C., quando houve uma grande censura aos retores], ocorreram outros fatos que revelaram o início de uma nova política estatal. A partir de Nero, os professores de gramática (*grammatici*), os de retórica (*oratores*) e os de filosofia (*philosophi*) foram liberados das suas obrigações públicas, isto é, daquelas obrigações a que nem os nobres podiam escapar. Júlio César havia-lhes reconhecido o direito de cidadania; Nero os desobrigava agora dos encargos, alguns deles bastante pesados, que essa cidadania acarretava: a obrigação de prestar serviço militar, de desempenhar o sacerdócio, de cumprir as obrigações judiciais, de custear às suas expensas determinadas embaixadas, de dar hospedagem às tropas romanas e a certos mensageiros oficiais (ibid., p. 76, grifos do autor).

Foi, certamente, um passo importante na composição geral do que conhecemos como educação pública. Não esqueçamos, pois, que a preocupação do estado e, conseqüentemente, da classe dirigente, era com a formação da sua burocracia. A liberação dos “professores de gramática (*grammatici*), os de retórica (*oratores*) e os de filosofia (*philosophi*)” dessas pesadas obrigações pode ser interpretada como os primeiros passos do estado em direção ao financiamento público da educação. Não do ensino básico, que tinha nos *ludimagistri* o seu expoente. Estes, por viverem constantemente com os “cidadãos pobres e com os desprezíveis artesãos” não despertavam nenhum interesse para a classe dominante, apesar de sua miséria. Germina aí a universidade pública, dirigida aos proprietários. (ibid.).

Apesar de o estado ainda não assumir o financiamento da educação, pelo menos até o século V, em Roma, os imperadores, até este momento, deixavam a cargo das municipalidades²⁸ a subvenção de professores. Estas, obrigadas a contratar os professores como seus funcionários, pagavam seus salários miseráveis com imensa irregularidade, “às vezes um ano sim, outro não”. Aníbal Ponce refere-se a este período, marcado pela miséria daqueles que ganhavam a vida instruindo a classe dirigente, mencionando os “professores de Antioquia”, na Ásia Menor, que não tinham sequer casa, improvisando moradias. Eles, não raro, penhoravam as jóias de suas mulheres e, quando viam o padeiro, pensavam em correr atrás dele, levados pela fome, mas logo recuavam, pois deviam-lhe dinheiro (ibid., p. 77 e 78).

²⁸ A expansão imperial de Roma organizava as cidades vencidas em *municipium* ou *municipia*, e as submetia às prerrogativas do Senado romano. Em troca de servil obediência, Roma poderia conceder direitos políticos que incluíam a escolha de seus governantes.

Essa situação caótica precisava ser contornada, para o bem da própria classe dirigente, que precisava formar seus funcionários públicos²⁹, e não em benefício dos professores em si. Constantino (governou entre os anos de 306/337 d.C.) e depois, Graciano (375/383 d.C.) regularizaram a situação do pagamento de salário, inscrevendo “nos orçamentos municipais, como encargos obrigatórios, o salário dos professores”. Mas foi Juliano (361/363 d.C.) quem resolveu interferir de maneira mais categórica na nomeação dos professores públicos, que ficava a cargo das municipalidades. “Temeroso de que os cristãos se apossassem do ensino no Império”, tratou de confirmar as nomeações, que eram freqüentemente realizadas por concurso. Daí em diante, o Imperador tinha poderes para confirmar as nomeações dos professores, “de modo oficial e regular”, tornando-as estratégicas para o estado, tanto quanto o eram as escolhas dos seus capitães militares. Desta forma, a dominação de classe inscreve “na história da humanidade”, por um lado, um método característico de interferência do estado no ensino. Por outro lado, os governantes adquirem, ao longo dos diversos sistemas de dominação de classe, a noção exata de que devem posicionar a educação no mesmo patamar estratégico que “[o] Exército, [a] Polícia e [a] Justiça” (ibid., p. 79, 80 e 171).

A partir daí, inúmeras legislações surgiram, sempre a favor da classe dominante da sua época histórica. Queremos chamar a atenção para o fato de que dezenas de séculos não foram o suficiente para que as diversas classes proprietárias que estiveram no poder pudessem regulamentar o ensino de tal forma que as massas trabalhadoras adquirissem algum conhecimento. Ao contrário, as classes dominantes, sempre que estiveram no poder político, tentaram beneficiar-se da ignorância e da miséria para ampliar seus ganhos e sua dominação. Por isso, procuraremos fazer uma comparação com as políticas públicas de educação do período abordado anteriormente, ou seja, dos seus primórdios, com o período que enseja a *fase moderna e contemporânea* do desenvolvimento do homem. Assim, encerraremos este item, buscando no Capítulo XIII d’O Capital, “Maquinaria e Grande Indústria”, a discussão de Marx sobre os “Efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador”. Ali, encontramos a essência do capital, qual seja, a degradação de crianças, mulheres e homens, sejam eles jovens ou velhos, que se vêem submetidos a condições subumanas de vida, para poderem manter-se vivos. Lá, podemos ver o uso que os dominadores vêm fazendo da educação desde sempre.

²⁹ Estabelece-se uma rígida divisão social do trabalho, mensurada pelo valor do salário das profissões que regiam a burocracia do estado: “se tomarmos o número 1 como unidade de medida, diríamos que os professores de ginástica, os pedagogos, os mestres de primeiras letras e os calígrafos ganhavam 1; os calculadores e os estenógrafos ganhavam 1,5; os arquitetos 2 e os retores 5” (ibid., p. 79).

Há poucas décadas de nós, no recentíssimo século XIX, podemos acompanhar de perto a degeneração do homem trabalhador, transformado pelo capital em “mercador de escravos”, já que, “anteriormente”, antes da introdução das máquinas na produção capitalista, ele vendia “sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho” (MARX, 1984-a, op. cit., p. 23). Podemos mesmo sentir o cheiro da matança infantil decorrente da “revolução do cultivo do solo”, representada pela introdução de um novo “sistema industrial” para “a transformação do solo, de pântano no inverno e pastagem pobre no verão em terra fértil para cereais”. A medida serviu para extinguir a malária, que dizimava as crianças. Entretanto, Marx demonstra que a introdução de novos métodos de produção elevou a mortalidade das crianças de até um ano, na Inglaterra, aos níveis aterrorizantes de quase 30% (ibid., p. 25). E o mais assustador: as mulheres trabalhadoras, expostas a jornadas que iniciavam às seis horas da manhã para terminar à meia noite (ibid., p. 29), acabavam por perder “em assustadora dimensão”, segundo uma comissão de “investigação médica oficial em 1861”, “as emoções naturais em relação a seus rebentos – comumente não se incomodando muito com a morte deles e às vezes até (...) tomando medidas diretas para provocá-la”. Esta última citação, Marx toma do próprio relatório e publica em nota de rodapé, mas confirma que as mortes das crianças muitas vezes eram provocadas pelas próprias mães trabalhadoras fabris e rurais (ibid., p. 25).

Tanta desumanidade motivada pela ganância do lucro incessante nunca é o suficiente para conter os dominadores. Ainda assim, Marx chama a atenção para o fato de que, vez por outra, a burguesia acaba por se ver obrigada a ceder a algumas evidências de uso exagerado da força de trabalho humana. Foi então, toda essa

(...) devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia – que deve ser bem distinguida daquela ignorância natural que deixa o espírito ocioso sem estragar sua capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural –, [que] obrigou, finalmente, até mesmo o Parlamento inglês a fazer do ensino primário a condição legal para o uso “produtivo” de crianças com menos de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris. O espírito da produção capitalista resplandeceu com brilho na redação indecente das assim chamadas cláusulas educacionais da legislação fabril, na falta de maquinaria administrativa, que torna esse ensino compulsório novamente em grande parte ilusório, na oposição dos fabricantes até mesmo contra essa lei do ensino e em artimanhas práticas e trapaças para deixarem de cumpri-la (ibid., p. 26).

A chamada “Lei Fabril”, de modo geral e respeitando as suas variações, obrigava a criança com menos de 14 anos a se enclausurar por pelo menos duas horas e meia e não

mais que cinco horas diárias, ou por 150 horas semestralmente, num total de 30 dias, em locais “denominados escolas”, nos quais os próprios inspetores de fábricas se horripilavam. Passados os 30 dias, voltam às fábricas por mais seis meses e assim, sucessivamente, pelo menos enquanto conseguissem sobreviver. Como se não bastasse a brutal irregularidade desta atividade escolar, ela ainda dependia das necessidades da fábrica, que poderiam fazer com que a criança fosse para a escola num determinado horário, num dia, e noutro horário, em outro dia, ou uma semana sim, outra não. A impressão do próprio inspetor de fábrica citado por Marx era de que “a criança é, por assim dizer, chutada (*buffeted*) da escola para a fábrica, da fábrica para a escola, até que a soma de 150 horas tenha sido completada” (ibid., p. 27 e 28).

Numa das visitas a uma dessas escolas que eram obrigadas a expedir “certificados de frequência escolar assinados com uma cruz por professor ou professora, já que estes não sabiam escrever”, um dos inspetores de fábricas citados por Marx ficou chocado com a ignorância do professor. Ao abordá-lo, perguntou: “Por favor, o Senhor sabe ler? Sua resposta foi: Ah! Algo (...). E, como justificativa, acrescentou: De todos os modos, estou à frente de meus alunos” (ibid., p. 26-27).

Outro inspetor, “Sir John Kincaid”, conta que, visitando uma escola na Escócia, deparou-se com uma professora, a qual logo percebeu a “sua incapacidade para lecionar. Ela mesma também reconheceu que não sabia manter o registro”. Numa segunda escola, o inspetor se surpreende: “encontrei uma sala de aula de 15 pés de comprimento e 10 pés de largura e nesse espaço contei 75 crianças que estavam grunhindo algo ininteligível”. Em outro depoimento destes burocratas oficiais – minuciosamente escolhidos por Marx para sustentar as suas argumentações de que as leis que incluem o ensino como mediador do trabalho fabril acabam por ampliar o processo de exploração da mais-valia – o Senhor Leonard Horner parece ter viajado no tempo, tanto para o futuro quanto para o passado. Seu depoimento é repleto de elementos que estabelecem uma imensa semelhança com as escolas contemporâneas, por um lado, e, por outro, com as escolas da Antiguidade e da Idade Média, ou seja, com a escola, *sui generis*, desde sempre:

Não é, porém, apenas nessas *covas lamentáveis* que as crianças recebem certificados escolares mas nenhuma instrução, pois, em muitas escolas onde o professor é competente, os esforços dele são de pouca valia em face do amontoado atordoante de crianças de todas as idades, a partir de 3 anos. Sua receita, mísera no melhor dos casos, depende totalmente do número de pence, recebidos do maior número possível de crianças que seja possível empilhar num quarto. A isso acresce o parco mobiliário escolar, carência de livros e outros materiais didáticos, bem como o efeito deprimente, sobre as pobres crianças, de

uma atmosfera fechada e fétida. Estive em muitas dessas escolas, onde vi séries inteiras de crianças não fazendo absolutamente nada; e isso é certificado como frequência escolar e, na estatística oficial, tais crianças figuram como tendo sido educadas (ibid., p. 27, grifos nossos).

Antes que sejamos criticados por proclamar que a escola é, sob o nosso ponto de vista, tão somente a representação deste modelo apresentado pelo Sr. Horner, e, antes mesmo de precisarmos ouvir manifestações em defesa da escola contemporânea, moderna, limpa, agradável, equipada, com trabalhadores qualificados, instamos ao leitor atenção. Queremos demonstrar, no decorrer de todo este capítulo, o desenvolvimento histórico do homem e as concepções teórico-filosóficas que sustentam as diferentes visões desse desenvolvimento. Assumimos, de antemão, uma visão parcial e comprometida com uma das classes contraditórias no processo histórico de produção da vida material e da realidade objetiva. O que fizemos aqui, e faremos no decorrer de todo este trabalho, será procurar analisar criticamente as conseqüências para o mundo do conhecimento científico, para a história, para a política e para a filosofia, da institucionalização da propriedade privada no desenvolvimento histórico da humanidade.

Isto posto, ressaltamos a nossa interpretação da realidade a partir da visão do todo, o que nos leva a entender as políticas de estado enquanto políticas de classe. Neste sentido, não tememos as críticas de classe, muito pelo contrário, as consideramos elogio e um estímulo por estarmos no caminho certo de nossas interpretações.

Na seqüência, veremos que o pensamento idealista se choca com o pensamento materialista, sendo um o antagônico do outro. Mas, de todo o modo, não desejamos jamais perder a noção de que devemos romper com as barreiras do estranhamento. Estranhamento do homem com a natureza, “do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico (...) o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*” (MARX, 2004, p. 85, grifos do autor).

I.4- Concepção Idealista de Homem: o indivíduo abstrato

A concepção idealista mais avançada sobre a formação e a natureza do estado e que maior sistematização filosófica foi concebida é a do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770/1831), o qual elabora todo um sistema para explicar a realidade. O idealismo absoluto de Hegel pressupõe que a consciência humana seja determinada pelas idéias. Estas, por sua vez, concebem toda a realidade que conhecemos, num vir-a-ser infinito, num devir histórico.

O objetivo deste item é, por um lado, analisar a concepção idealista do estado moderno partindo de Hegel, destacando os conceitos nos quais Marx e Engels iniciaram seus estudos para a formulação do materialismo histórico e do comunismo. Tem também, por outro lado, o objetivo de analisar os conceitos hegelianos que viriam a ser adotados mais adiante, pela burguesia, para a imposição de suas políticas públicas para a educação contemporânea. Tal análise nos dará subsídios para, ao longo desta dissertação, podermos apontar como os ideólogos burgueses buscam se apropriar, ainda que de forma distorcida e oportunista, da estrutura do pensamento hegeliano. A filosofia de Hegel, pensada para a classe média proprietária e a aristocracia alemã do século XIX, vem legitimar as políticas de educação que estruturam ideologicamente a sociedade burguesa, adequando-a às políticas econômicas demandadas nos distintos momentos históricos.

Se é verdade que o pensamento de Hegel contrariou, a princípio, o clero e os interesses de classe da sociedade capitalista do século XIX, também é certo que a burguesia, de lá para cá, vem aplicando os conceitos do método dialético hegeliano no exercício da dominação.

Toda a filosofia de Hegel é fundamentada na dialética, sendo a contradição a sua principal lei. Para Hegel, a contradição é própria de todo ser ou do pensamento e nela está contida a negatividade, que é, pois, “seu caráter essencial” (MARCUSE, 2004, p. 129).

Estas contradições deixarão de existir no momento histórico em que a conciliação essencial manifesta-se na “verdadeira universalidade” que, para Hegel, é construída a partir do individual particular em harmonia com a “totalidade essencial”, e representa “o fim do processo dialético” (ibid., p. 86). Segundo Hegel, chegará um momento na história no qual todos os antagonismos estarão resolvidos, o momento da “realidade final”, que ele chama de “o Absoluto”. Este é “o reverso da realidade apreendida pelo senso comum e pelo entendimento”, que deixa de ter “qualquer semelhança com o mundo finito” e passa a existir como a negação do senso comum (ibid., p. 52).

O Absoluto representa, portanto, o estágio final do desenvolvimento do pensamento hegeliano, a “realidade definitiva”, ou, ainda segundo Marcuse, “a morada da verdade final”. Para Hegel, “o espírito absoluto vive unicamente na arte, na religião e na filosofia”, formando os conceitos os quais nos possibilitam interpretar a realidade (ibid., p. 85-87). É através da manifestação “na produção das obras culturais (sociedade, religião, arte, política, ciência, filosofia, técnicas, etc.)” (CHAUI, 1981, p. 39) que a razão se expressa e, ao se racionalizar, o espírito absoluto constitui o “desenvolvimento histórico da humanidade cujo estágio final é o Estado” (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 85-87).

Sua filosofia idealista, que, não obstante, se aproxima do materialismo em determinados momentos, toma a consciência humana como uma determinação de forças que descem do céu à terra. Tais forças, a princípio dispersas e dissimuladas no universo, manifestam-se através dos fenômenos que deram origem à litosfera e à natureza. Com a evolução da vida e com o aparecimento do homem, essas forças, denominadas de “o Espírito”, começam a tomar forma e racionalizar-se, encarnando-se na cultura.

Marilena Chaui (1981, op. cit.) sintetiza bem a compreensão da cultura enquanto interpretação da realidade hegeliana, sendo esta

(...) um trabalho filosófico para compreender a origem e o sentido da realidade como Cultura. A Cultura são as relações dos homens com a Natureza pelo desejo, [mediada] pelo trabalho e pela linguagem, as instituições sociais, o Estado, a religião, a arte, a ciência, a filosofia. É o real enquanto manifestação do Espírito. Não se trata, segundo Hegel, de dizer que o Espírito produz a Cultura, mas sim de que ele é a Cultura, pois ele existe encarnado nela (ibid., p. 35).

A razão, por sua vez, toma, em Hegel, uma dimensão superior. Deixa de ter a forma do entendimento humano, do conjunto de regras especiais que utilizamos para pensar o mundo, como em Kant. A razão transcendental kantiana, que pressupõe uma “consciência considerada como dada, como originária”, sem que seja questionada a origem da subjetividade desse sujeito no seu “processo de formação” é severamente criticada por Hegel, tanto quanto a dicotomia “entre razão teórica e razão prática” (MARCONDES, 2001, p. 217).

A razão torna-se a realidade profunda das coisas, a essência do próprio Ser. A razão vai além do modo de pensar as coisas, é o próprio modo de ser das coisas. Este conceito acabou por estimular a produção de uma das frases mais famosas de Hegel: “O que é racional é real e o que é real é racional. O fundo do Ser, antes inacessível, agora é Idéia, Espírito, tão universal quanto absoluto e racional” (ABRÃO, 2004, p. 355).

A superação da lógica clássica, formal, pela lógica dialética, produziu conseqüências importantes na política, a partir de Hegel até hoje. Na verdade, esta foi a grande virada no pensamento moderno, um passo revolucionário que atraiu a atenção de Marx, quando ainda era um democrata radical, aos 25 anos de idade.

O pensamento estático, mecânico, anistórico, vedado à contradição, sucumbe à própria contradição, que toma a posição central no racionalismo hegeliano, na medida em que está presente no próprio ser e no pensamento, impulsionando o motor da história em direção ao vir-a-ser, ao devir da evolução histórica da humanidade.

Negando o princípio aristotélico da não contradição, onde uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, Hegel repudia o grave equívoco desta concepção, demonstrando que um ser é e não é ao mesmo tempo, que as contradições estão presentes em todo o Universo. Somos a própria contradição. A vida e a morte, por exemplo, são dois elementos contraditórios que se negam a todo instante e, ao se negarem, acabam por transformarem-se num novo organismo, o qual Hegel chamou de síntese – um novo ser que surge a partir da negação (antítese) ao estado anterior do ser (tese) – e que contém ainda os dois elementos anteriores (luta dos contrários). Esse novo organismo inicia novamente o processo de negação da negação, na qual, “a primeira negação é o outro em que ele se transforma, e a segunda é a incorporação deste outro a si mesmo” (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 122). A existência se processa, então, nesta infinidade, tendo a negatividade como elemento imanente do próprio ser e que estabelece a sua finitude. Só perecendo ele desenvolve suas potencialidades num outro ser (que ainda contém o ser anterior), cujo germe de um ser-outro já expressa sua negatividade absoluta (ibid., p. 125).

Hegel elabora todo um sistema de pensamento para explicar a realidade e a essência das coisas. Toma a negatividade como o centro nervoso da existência e do ser, na medida em que o ser-em-si carrega consigo o seu ser-outro, isto é, a sua contradição. Esta “contradição universal”, presente em toda realidade, e “existindo como tal ‘pela negação de toda determinabilidade existente’”, Hegel chamou de “negatividade absoluta” ou “totalidade negativa” (ibid. p. 129). A contradição é o elemento propulsor de toda transformação, no momento da luta travada entre os contrários no interior do ser, pelos elementos do “ser-outro” ou “vir-a-ser” contidos no ser-em-si ou na coisa mesma. Desta luta dos contrários resulta que a negatividade que atua permanentemente no interior do ser leva-o ao perecimento e, ao mesmo tempo, à conseqüente instalação do novo germe do ser-outro, do devir. O perecer é uma lei que vale para tudo o que é, ou seja, que tenha existência: uma coisa, a história, a consciência, etc. Para Hegel, “o mais alto amadurecimento ou estágio que qualquer coisa pode atingir é aquele no qual começa a perecer” (Hegel, apud MARCUSE, 2004, p. 125).

Esse continuado processo *ad infinitum* do ser na sua negação e no perecer, automodifica a coisa mesma, ou o pensamento, ou a história, elevando o finito ao patamar do infinito. O desenvolvimento do pensamento dialético elaborado por Hegel levou Marx a afirmar, por exemplo, “a lei histórica pela qual um sistema social só pode liberar suas forças produtivas se perecer, transformando-se em outra forma de organização social” (ibid., p. 125-126).

É importante lembrar que foi Heráclito³⁰ o primeiro a desenvolver o pensamento dialético, que deu fundamento à tradição dos pensadores dialéticos gregos, até Descartes, Spinoza e finalmente, Hegel e Marx, conforme nos diz Engels (1976, op. cit., p. 19-20). Heráclito foi considerado pela tradição da história filosófica inaugurada por Hegel, “o primeiro filósofo a desenvolver um pensamento dialético, por valorizar a unidade dos opostos que se integram e se anulam, e por ver no conflito a causa do movimento no real”. Ele demonstrou que o rio no seu curso não era mais o mesmo ao passar, assim como o homem não era mais o mesmo depois de se banhar no rio, que tudo é e não é ao mesmo tempo, pois tudo flui e se transforma, através de um processo constante de ser e não ser, nascer e perecer (MARCONDES, 2001, op. cit., p. 35-36).

Podemos dizer que todo pensamento é dialético, porque é contraditório em si mesmo, pois carrega consigo a sua negatividade, na sua essência. Desta forma, aqueles que não admitem, ou não podem reconhecer, a contradição presente na sua concepção filosófica, acabam por se posicionar no campo da metafísica, contrariando as leis próprias da dialética.

É a partir desse entendimento que a concepção idealista hegeliana interpreta a história. Para ela, a história é constituída a partir da negação de fatos históricos anteriores, momento em que irrompe uma nova razão, materializada na realização de uma nova cultura (ordem social, conhecimentos, arte, religião, filosofia, etc.). Diferentemente da interpretação materialista da história – cuja realidade depende das relações de produção e dos interesses antagônicos das classes produtoras e exploradoras –, o idealismo absoluto de Hegel pressupõe que a história esteja isenta dos choques entre os diversos interesses das classes. Ao choque desses interesses contraditórios entre as classes, vários autores chamaram de luta de classes.³¹ Mais tarde, Marx formulou a teoria da luta de classes, na

³⁰ Heráclito de Éfeso viveu no séc. V a. C., tendo sido “um dos pré-socráticos de quem mais chegaram fragmentos até nós, era conhecido na Antiguidade como ‘o Obscuro’, devido à dificuldade de interpretação de seu pensamento”. Considerado o principal “representante do mobilismo, isto é, da concepção segundo a qual, a realidade natural se caracteriza pelo movimento, todas as coisas estando em fluxo” (MARCONDES, 2001).

³¹ MAGALHÃES-VILHENA (1975, p. 120-122) lembra, na nota XII do Manifesto (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 59), que Marx, na sua carta a Joseph Weydemeyer, de 5 de março de 1852 – segundo Vilhena, “carta célebre mas talvez pouco lida, pelo menos na íntegra” –, reconhece não lhe caber “‘o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem tão pouco a luta entre elas’” (sic). Atesta a Weydemeyer que novo foi “‘demonstrar que a *existência das classes* está vinculada unicamente a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*’” (Grifos originais). Antes deles vários “‘historiadores burgueses tinham relatado o desenvolvimento histórico desta luta de classes e alguns economistas haviam analisado a anatomia económica das classes’” (sic). Marx não somente cita os “‘historiadores burgueses’” aos quais faz referência (Thierry, Guizot, John Wade, etc.), como também sugere o estudo de suas “‘obras históricas’ (...) afim de (sic) tomarem conhecimento da passada ‘história das lutas de classes’ aqueles que negam não só as lutas de classes como ainda a própria existência das

qual concluiu que a “história é a história da luta de classe” (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 59).

Escorado numa concepção de mundo mais avançada do que as da Antiguidade e da Idade Média, o idealismo absoluto de Hegel penetra como um punhal afiado no peito do mundo judaico-cristão. Por reconhecer que o sujeito interage com o seu objeto por meio de elementos contraditórios (a linguagem, o trabalho e a propriedade, como veremos mais adiante), o idealismo hegeliano fere com sua lâmina a estrutura milenar do pensamento criacionista. Mais tarde, este viria a ser ainda mais combatido por Darwin, que jogaria por terra a versão religiosa da criação divina ao revelar ao mundo científico a sua teoria da evolução espontânea. O materialismo, ainda que limitado, como vimos no item anterior, refuta o idealismo místico.

O que não é o mesmo que dizer que o criacionismo fora superado. Ao contrário, a criação divina ainda sustenta, nos dias de hoje, a concepção idealista do estado moderno. Todos os estudos e pensamentos que combatem o dogmatismo criacionista são ocultados ou deturpados. Eles exteriorizam um antagonismo vital à transformação radical da concepção de mundo, ainda que na visão idealista hegeliana, mística, portanto, mas que, em muitos aspectos, aproximou-se do materialismo, ao longo da elaboração do seu pensamento dialético.

Ainda assim, o método dialético de Hegel preparou o campo de batalha contra o misticismo judaico-cristão medieval ao refletir sobre a finitude do ser. Em reta de colisão com a igreja, Hegel afirma que o mundo não é finito porque criado por Deus e sim porque a finitude é sua qualidade inerente, isto é, todas as coisas são finitas porque perecem e, perecendo, atingem a sua mais alta significação, na medida em que se transformam em outra. Para Hegel, o processo da existência é “a contradição entre modos-de-ser e potencialidades”. Algo só pode existir no seu limite e em plena inquietude, pois “é imanente ao Limite ser a contradição que incita Algo a se ultrapassar”. Em outras palavras, o conceito hegeliano de finitude é edificado sobre as estruturas formadas pelas constantes atuações das forças contraditórias no interior do Ser até o seu perecer, e, no processo de

classes” (sic). Weydemeyer escrevera um artigo o qual instigou a carta de Marx, contra Karl Heinzen, “que afirmara ser a luta de classes uma idéia louca dos comunistas”. Marx cita também alguns dos mais renomados economistas clássicos que já falaram da luta de classes: “Adam Smith, David Ricardo, Malthus, Stuart Mill, Say, Torrens, Wakefield, McCullach, Senior, Whately, R. Jones e outros”. Marx evoca o seu sarcasmo para dizer a Weydemeyer que todos são “acusados de ‘dividir a sociedade e preparar a guerra civil, pelo facto de realçarem que as bases económicas das diferentes classes originam por força [de] um necessário e crescente antagonismo entre elas” (sic).

transformação da quantidade em qualidade, no vir-a-ser, no ser-outro, no devir (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 124).

Marcuse (ibid.) faz uma análise esclarecedora sobre o quanto o pensamento de Hegel choca-se com os princípios religiosos de compreensão do mundo:

Estas proposições antecipam os caminhos pelos quais Marx, mais tarde, revolucionaria o pensamento ocidental. O conceito Hegeliano de finitude libertou as tentativas filosóficas de acesso à realidade, das poderosas influências religiosas e teológicas, que agiam mesmo sobre as formas leigas do pensamento no século XVIII. Naqueles dias, a interpretação idealística corrente da realidade ainda sustentava que o mundo era finito porque criado, e que sua negatividade vinha do pecado. A luta contra esta interpretação do “negativo” foi, portanto, em grande parte, um conflito com a religião e com a igreja. A idéia hegeliana de negatividade não era moral ou religiosa, mas puramente filosófica, e o conceito de finitude que a expressava tornou-se com Hegel um princípio crítico e quase materialístico (p. 125).

O deus dialético de Hegel significa a essência eterna, a totalidade, a verdade demonstrada pela lógica dialética. Ele se realiza pelo sujeito liberto pelo conhecimento dos objetos contraditórios, pelo pensamento. Ele se materializa na história, na natureza e no espírito, expressões máximas da totalidade negativa (ou negatividade absoluta). Ele é a volta do ser a si mesmo, no seu ser-outro, no devir infinito.

O deus e o homem dialéticos, de Hegel, foram um grande golpe na Igreja, ainda que mantivesse o misticismo responsável pela dominação de classe e, em parte, sustentasse o pensamento metafísico na sua confluência com o seu idealismo (hegeliano) e os demais: a propriedade privada (ibid. p. 168).

Hegel constrói a razão do homem da classe média, fundamentada no poder que tem de satisfazer a sua vontade, expressa na conquista da sua liberdade, a partir do domínio completo que passa a ter sobre o seu “outro” (ibid.). Vontade esta que, segundo Hegel, tem um duplo caráter, polarizando-se entre elementos particulares e universais, inclinando-se, contudo, “em favor do seu interesse privado”, compelindo a tendência do homem hegeliano a jamais desejar “o interesse geral ou comum” (ibid. p. 165).

O conceito de liberdade, em Hegel, traduz a relação entre liberdade e pensamento, que é colocada à prova nas relações estruturais da sociedade de classes, a qual, por meio destas relações, expressa “a ligação entre o idealismo e o princípio da propriedade” (ibid., p. 167).

Por conta disso, a liberdade de apropriação se apresenta enquanto uma vontade do indivíduo que é concretizada a partir da idéia de liberdade, de direito e de igualdade, a qual se materializa na forma da apreensão da propriedade privada (ibid., p. 168).

O homem idealista, em Hegel, só pode ser livre se, a partir da sua vontade de liberdade, ele venha tomar consciência de suas potencialidades individuais, ou seja, a “consciência de poder possuir os objetos que desejar” (ibid. p. 169).

Consciente de que as desigualdades sociais e econômicas estabelecidas de fato no interior da sociedade moderna podem ser resolvidas pela vontade dos homens, Hegel pressupõe que as leis devam instituir, ainda que artificialmente, um padrão de igualdade e de justiça baseada “em alguns fatores essenciais comuns a todos os indivíduos”. Um desses “fatores essenciais” é a posse da propriedade privada, entendendo-a enquanto um direito de todos. Portanto, a igualdade humana, para Hegel, é justificada pelo direito (público e privado) do homem em conquistar a propriedade (ibid., p. 183).

O sistema filosófico de Hegel acabou sendo apropriado pela burguesia, fortalecendo as novas circunstâncias de relações sociais em desenvolvimento. A concepção hegeliana de liberdade, de igualdade e de fraternidade, palavras-de-ordem da Revolução Francesa, é agora atrelada filosoficamente à propriedade privada, concedendo *status* humanista à nova forma de dominação burguesa. Surgia uma nova consciência.

A tomada de consciência, analisada pela Fenomenologia do Espírito, de Hegel, implica um processo constituído por etapas dialéticas de desenvolvimento. A primeira etapa é a “**consciência sensível**”, que acredita ser capaz de apreender a coisa mesma, ou seja, o objeto, através das sensações. Porém, esse estágio é ainda insuficiente, posto que, para a posição racionalista de Hegel, o objeto, a princípio aparentemente fora de si (da consciência), só pode ser apreendido pelos sentidos quando este é identificado pelo conceito. A segunda etapa é a “**consciência de si**”, ou seja, é aquela consciência que busca apreender a essência dos fenômenos, o real para além da aparência, entendendo agora “o desejo que a faz adquirir uma certeza de si, opondo-se ao objeto, àquilo que é outro, destruindo-o se for preciso”. Resulta desse processo a “**consciência infeliz**”, como expressão da percepção das oposições entre ele (o sujeito) e o que está fora dele (o objeto). É necessário, porém, “superar as falsas oposições que produzem a infelicidade, o mal estar, mas é preciso passar pela infelicidade para se chegar à felicidade”. Ou seja, é por meio dessa dialética entre sujeito e objeto, interior e exterior, que a consciência muda a forma de apreensão do real como algo distante de si, e, agora, passa a “observá-lo para atuar nele”. Nesse momento, tal atuação é capaz de elevar a consciência do “**em si**” à consciência

“**para si**”. É a partir daí, somente na ação real, que a consciência se reconhece enquanto “Espírito Objetivo”, manifestando-se através da “moral, do direito e da história”, dando lugar ao “Espírito Absoluto, através da religião, da arte e, por fim, da filosofia” (MARCONDES, 2001, op. cit., p. 221-222, grifos do autor).

Essa é a compreensão na qual Hegel fundamenta a sua famosa metáfora da dialética do senhor e do escravo. O senhor submete o escravo ao seu reconhecimento enquanto senhor, necessitando dele para que seja reconhecido como superior. Por outro lado, o escravo percebe, pelo trabalho, o quanto é importante para o senhor, apreendendo a dependência deste pelos seus serviços. O senhor, contraditoriamente, reconhece “o escravo como outra consciência”, pois interage com ele enquanto sujeito racional e não como se fosse uma coisa. O escravo se liberta da sua condição, na medida em que interage com a natureza na realização do seu trabalho e “encontra a si mesmo”, desenvolvendo, por sua vez, a “consciência trabalhadora” hegeliana. Danilo Marcondes sintetiza a relação dialética em que se encontram os dois níveis de consciência que habitam o mesmo ser:

(...) através do trabalho, o escravo supera sua condição de ‘consciência submetida’ à do senhor, enquanto que o senhor, na medida em que depende do reconhecimento do escravo e de seu trabalho, se rebaixa a uma condição inferior. Assim, dialeticamente, as posições se invertem. (ibid., p. 223)

Portanto, a primeira manifestação da consciência humana emerge, para Hegel, a partir da relação do homem com a natureza, no interior do desenvolvimento do devir histórico. A princípio, o sujeito apreende a consciência por meio da linguagem, formando os conceitos nos quais identifica a realidade. Dá-se a aquisição da consciência universal, coletiva, cujas sensações, sentimentos e conceitos não pertencem ao indivíduo propriamente, mas a todos. O sistema hegeliano de compreensão da realidade supõe uma relação dialética entre o particular e o universal, na qual os interesses particulares (do indivíduo) são superados pelo universal (sociedade civil). Por isso, a aquisição da “consciência é determinada pelo que é comum e não pelo que é particular” (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 74).

A principal contradição à consciência comum, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção, constitui-se na negação necessária à transformação da quantidade em qualidade e, em última análise, na composição de um novo sujeito. Podemos entender por sujeito (indivíduo) não só o “eu ou a consciência epistemológica”, mas também, “uma unidade que se autodesenvolve em um processo contraditório”, quer seja um pensamento

ou um objeto. Para Hegel, “o Ser é, na sua substância, um ‘sujeito’. Em se tratando da consciência humana o sujeito é racional e, por realizar a razão, apreende os objetos do seu desejo, conquistando a liberdade, a qual é, para Hegel, “a existência do sujeito” (ibid. p. 19-20).

A série de integrações de opostos (sujeito/objeto) constitutivas da compreensão de mundo passa, para Hegel, por três estágios de desenvolvimento: a linguagem, o trabalho e a propriedade. No primeiro “o sujeito e seu objeto tomam a forma da consciência e de seus conceitos”; no segundo, “eles aparecem como o indivíduo em conflito com outros indivíduos” e, no estágio final, “aparecem como a nação”, sendo este último estágio a representação dialética de uma “integração durável entre sujeito e objeto”, pois a “nação tem seu objeto nela mesma”, já que todas as contradições presentes na nação levam à “sua própria reprodução” (ibid. p. 75).

Surge assim a nação hegeliana, produto da conciliação entre as famílias proprietárias que, para superar os conflitos gerados pelos seus interesses particulares, passam a interagir na “comunidade da nação”, constituindo a sociedade civil e o estado, com suas leis e contratos (ibid., p. 76).

O entendimento acima nos mostra que “a luta entre as famílias constitui o primeiro momento da sociedade civil”. Esta se configura como a negação da família, não no sentido particular do termo, ou seja, um indivíduo não pertence à família enquanto pai, mãe, irmão, etc., e sim enquanto classe social. As três classes essenciais³², constitutivas da sociedade civil formam uma unidade ou síntese, cujas contradições serão resolvidas, não mais no interior da sociedade civil, pois ali a conciliação desses interesses contraditórios se expressa no cidadão, na cidadania. Tais contradições, quais sejam, entre os indivíduos que compõem uma mesma classe (privado), ou entre todas as classes sociais (público), terão suas contradições resolvidas pelo estado, posto que este é, para Hegel, a “unidade final”, sintetizando “numa realidade coletiva a totalidade dos interesses individuais, familiares, sociais, privados e públicos” (CHAUI, 1981, op. cit., p. 44-45).

A linguagem é “a primeira alavanca de apropriação” na medida em que é através dela que o homem “processa a primeira integração entre sujeito e objeto”, ou seja, a

³² De acordo com CHAUI (1981, op. cit., p. 44-45), a primeira classe social é a “aristocracia ou nobreza, proprietária da terra e que se conserva justamente pelos laços de sangue e pela linhagem (por isso ainda está próxima da família)”; a segunda, que para a autora “é o coração da sociedade civil”, é formada pelos “indivíduos que vivem da indústria e do comércio, do trabalho próprio ou do trabalho alheio”. Estes formam as corporações cujos interesses definem toda a esfera da vida civil. Já a terceira classe é denominada por Hegel, segundo a autora, como “classe universal” (classe média, constituída pelos funcionários do estado, entre eles os governantes, dirigentes, magistrados, professores, funcionários públicos em geral).

linguagem é o meio pelo qual a consciência do homem constrói os conceitos que formam a realidade aparente. Assim, a linguagem transforma-se num instrumento de individualização do homem, na medida em que inicia um processo de identificação e dominação dos objetos que conhece, nomeando-os. Conhecendo seu próprio mundo e tomando consciência de “suas necessidades e poderes” o homem passa a delimitá-lo e protegê-lo, comunicando a outros os seus conhecimentos (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 75).

É a linguagem que “possibilita ao indivíduo a tomada de uma posição consciente *contra* os seus semelhantes e a afirmação de suas necessidades e desejos contra as necessidades e desejos dos outros indivíduos”. Para Hegel, os antagonismos resultantes desta relação conflituosa do homem consigo mesmo são mediadas pelo trabalho, o qual passa a constituir-se na “força decisiva para o desenvolvimento da cultura” (ibid.).

O trabalho é, para Hegel, uma “atividade universal”, pois “seus produtos são permutáveis entre todos os indivíduos”, tornando o homem “membro de uma comunidade” (ibid. p. 77). Além do mais, considera que o homem é, em si, um ser dialético, que realiza a sua vontade pelo trabalho, ou seja, pela negação de sua própria submissão às imposições dadas tanto pela natureza quanto pelas relações de produção. O sujeito, no sentido hegeliano do termo, pode conquistar o seu desejo de liberdade no e pelo trabalho, buscando o seu reconhecimento no outro ao mesmo tempo em que reconhece o outro em si mesmo.

É desta forma que Kojève (2002, p. 421) ao discutir a dialética do real na Fenomenologia de Hegel, explica que a “humanidade do homem” se dá pela ação negadora do que lhe é dado. É esse o processo de conquista da liberdade do sujeito, posto que, de acordo com o autor, apenas como um ser que nega “sua natureza animal inata é que a negatividade e o homem podem aparecer pela primeira vez na natureza: o homem só cria sua humanidade negando-se como animal”.

Logo, o trabalho é o aparecimento autêntico da negatividade ou da liberdade, porque ele é que faz do homem um ser dialético, que não permanece eternamente o mesmo, mas se torna sempre outro diferente do dado e como dado (...). Dizer que o homem é dialético e que aparece como tal é, portanto, dizer que ele é um ser que permanece ele mesmo sem permanecer o mesmo porque, pela luta e pelo trabalho, ele se nega como dado, isto é, seja como animal, seja como homem nascido em certo meio social e histórico e determinado por ele, mas que se mantém também na existência, ou seja, na identidade humana consigo mesmo, a despeito dessas autonegações. Isso significa que o homem não é apenas identidade nem apenas negatividade, mas sim totalidade ou síntese, que ele suprime ao se conservar e se sublimar, ou que ele se mediatiza na e por sua própria existência. Ora, isso equivale a dizer que ele é um ser essencialmente histórico. (ibid., p. 470-471)

O conceito hegeliano de trabalho é uma forma de mediação do homem (o sujeito) com o mundo exterior (o objeto), na qual integra o indivíduo na “família que se apropria, como ‘propriedade familiar’, dos objetos que lhe garantem a subsistência”. A relação das famílias entre si, no entanto, supõe a relação de famílias proprietárias, cujos objetos do desejo individual tornaram-se objetos apropriados e institucionalizados enquanto propriedade privativa de determinados grupos. O conflito aqui deixa de ser “entre o indivíduo e os objetos do seu desejo, e sim entre um grupo de indivíduos (a família) e outros grupos semelhantes”, cujos “objetos já sofreram ‘apropriação’ [e] são propriedade (atual ou potencial) de indivíduos”, incorporaram-se “ao mundo subjetivo”, deixando de ser “coisas mortas”. Os objetos “pertencem, na sua totalidade, à esfera de auto-realização do sujeito”, compreendidos como entes vivos e “parte integrante da sua personalidade”. O homem relaciona-se com a natureza tendo o trabalho como mediador da apreensão que faz do objeto, passando a história “a ser essencialmente história humana” (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 76).

A partir da própria necessidade de realização do sujeito (individual) e, na medida em que este sujeito, para garantir a sua existência, precisa conquistar a liberdade de dispor do objeto do seu desejo, é que ele racionaliza a sua disputa particular. Agora, “todas as lutas históricas transformam-se em lutas entre grupos de indivíduos possuidores de propriedades”, os quais passam a defender os seus interesses particulares, ou seja, os de sua propriedade, para se manterem enquanto indivíduos (ibid.).

O “Espírito Absoluto” hegeliano supera todas as contradições particulares dos indivíduos e cria o estado como representação do todo que garante a realização das necessidades individuais do sujeito no domínio da cultura, como vimos acima. Por sua vez, os estados têm por prerrogativa garantir seus interesses particulares em relação a outros estados através de contratos estabelecidos pelo direito, o qual Hegel subordina à política. Por isso, o direito de um estado sobre outro somente poderá ser medido pelo próprio direito, enquanto os interesses inter-nações não forem inconciliáveis. Neste momento, a superação desse choque de interesses não mais se dará pela decisão de qual dos lados tem o direito mais autêntico, pois “ambos os lados têm autêntico direito”, e sim “qual dos direitos cederá diante do outro”. Chegamos assim, na concepção idealista da realidade que justifica as guerras enquanto um instrumento político de superação das contradições (ibid. p. 59).

A guerra, na visão hegeliana, não deve ser vista como um sacrifício particular, pessoal, imediato, do sujeito histórico. O homem só é um ser histórico na medida em que participa ativamente da vida do estado, incorporando suas potencialidades guerreiras, pois “essa participação culmina no risco de vida voluntário numa guerra puramente política” (Kojève, 2002, op. cit., p. 523) em que o sujeito transcende ao particular, criando uma “força absoluta”, entendendo-se como sendo “absolutamente livre, como negatividade universal [existente] para si e realmente contra um outro” (ibid. p. 522).

Kojève (ibid., p. 522-523), transcreve um trecho de uma conferência proferida por Hegel entre 1805 e 1806, que nos dá uma idéia exata do quanto o sujeito particular pode interferir no desenvolvimento histórico da nação. Reproduzimos aqui esse discurso, por considerarmos bastante esclarecedora, por parte do seu autor, a concepção de que o sujeito hegeliano deve encarar a morte na guerra como uma ação heróica que lhe garante “a liberdade histórica e a historicidade livre do homem” e o reconhecimento da sua própria consciência enquanto indivíduo. Hegel defende que

A condição-de-soldado e a guerra são o sacrifício objetivamente-real do Eu-pessoal, o perigo de morte para o particular, essa contemplação (*Anschauung*) de sua negatividade abstrata imediata; assim como a guerra é também o Eu-pessoal imediatamente positivo do particular (...) de modo [que nela] cada um, como particular, se cria (*macht*) como força (*Macht*) absoluta, se contempla como [sendo] absolutamente livre, como negatividade universal [existente] para si e realmente contra um outro (*Anderes*). É na guerra que isso é permitido (*gewährt*) ao particular: ela é [um] crime [cometido] para o universal [= Estado]; o objetivo [da guerra é] a conservação [mediatizada pela negação] do todo [= Estado] contra o inimigo, que se prepara para destruir esse todo. Essa alienação (*Entäusserung*) [do particular ao universal] deve ter precisamente essa forma abstrata, ser privada-de-individualidade; a morte deve ser recebida e desfechada com frieza; não por meio de um combate comentado, no qual o particular percebe o adversário e o mata numa ira imediata; não, a morte é dada e recebida no-vazio (*leer*), impessoalmente, a partir da fumaça da pólvora (HEGEL, apud ibid., grifos originais).

O homem hegeliano é um homem consciente para defender os interesses gerais do todo, a partir dos seus próprios interesses particulares, pois lembramos que o indivíduo, para Hegel, “é uma síntese do particular com o universal”. Assim, “o objetivo final do devir humano” é “a síntese da existência guerreira do senhor e da vida laboriosa do escravo”, o qual conduz a humanidade à perfeição, ao “Absoluto” (ibid. p. 525).

Vemos então que a vida particular do homem comum, do proletário, na concepção idealista hegeliana serve para sustentar os interesses universais da nação, que a priori, defende os interesses particulares dos indivíduos. Entretanto, tais interesses estão relacionados diretamente com a propriedade, como vimos. Ora, se o indivíduo não possui

propriedade, como ele poderá se identificar enquanto sujeito consciente e cidadão? Como exigirá o reconhecimento do outro? As respostas a estas perguntas estão estampadas claramente na citação acima, que demonstra o nível de abstração do homem hegeliano despossuído. “Só ao agir como cidadão (contra seu interesse privado, particular) o homem é verdadeira e realmente universal, embora permaneça particular” sacrificando a própria existência para garantir a sua sobrevivência, como nos esclarecerá Marx mais adiante. Somente através da sua participação no e pelo estado é que “se manifesta e se efetua a individualidade humana” e a consciência universal do indivíduo. É defendendo com a vida (particular) os interesses políticos (universais) da nação que o homem hegeliano se realiza enquanto sujeito. A sua recusa em “arriscar a vida pelo Estado” arranca dele a “sua cidadania, isto é, o reconhecimento universal”. A possibilidade de morrer na guerra é, portanto, a sua condição de indivíduo (ibid. p. 525-526), tanto quanto também o é, na sociedade pós-moderna, possuir uma conta bancária.

Hegel entende que morrer pelo estado leva o indivíduo à sua realização histórica, “é a condição necessária e suficiente não apenas da liberdade e da historicidade do homem, mas também de sua universalidade, sem a qual ele não seria de fato individual”. A morte é a perfeição e “o trabalho supremo que o indivíduo como tal [isto é, como particular] empreende pela comunidade [= Estado = universal]” (ibid., p. 527).

Percebemos então, após esta breve análise do pensamento hegeliano, que a estrutura do raciocínio individual elaborou leis e conceitos gerais que puderam produzir os padrões universais da racionalidade humana, que passaram a representar a subjetividade burguesa, materializada através do pragmatismo liberal. Esta foi a concepção de estado que, pautada na autonomia do indivíduo, foi capaz de constituir uma ordem racional universal, cujos interesses antagônicos ficaram dispersos pela sociedade civil, materializados no âmbito particular e diluídos na universalidade. Foi sobre estas bases que o idealismo alemão visou um princípio unificador que pudesse preservar, ao mesmo tempo, os ideais de uma “sociedade individualística”, mas que, contudo, “não sucumbisse aos seus antagonismos” (MARCUSE, 2004, op. cit., p. 27).

Isto não significa dizer que o idealismo hegeliano é liberal ou que o liberalismo moderno fundamenta-se essencialmente em Hegel. Perry Anderson (1992, p. 19) indaga “qual era, pois, o sistema político que realizava a razão para Hegel?” Existe toda uma complexidade para a compreensão desta indagação e, por conseguinte, também para sugerir uma resposta aceitável. Entretanto, Anderson conclui que “a concepção política de Hegel pertencia ao liberalismo europeu de seu tempo”, sendo ele, assim como quase todos

os outros liberais da época, um monarquista constitucional. Neste sentido, não se deve atribuir a Hegel a paternidade da democracia liberal representativa, nos termos em que conhecemos na atualidade, pois, como vimos, o estado hegeliano estabeleceu “uma ordem pública que garantia os direitos do indivíduo à liberdade pessoal, à propriedade privada e à opinião sem entraves”, além de pavimentar o acesso do cidadão proprietário, à burocracia do estado.

Não obstante, o pensamento hegeliano sobre o homem e a sociedade moderna forma as bases de qualquer sistema que concentre a riqueza produzida e se organize sobre a divisão social do trabalho e a exploração da mais-valia, no intuito de formatar um homem alienado, para assim, incapacitá-lo de reconhecer no outro a sua única possibilidade de superar a alienação e passar do reino da necessidade para o reino da liberdade.

I.5- Concepção Marxista de Homem

Destacado o sujeito e, se não eliminando, ao menos minimizando os erros históricos que costumam produzir seqüelas na classe trabalhadora, resta identificar o seu objeto, que, a princípio, não é uma tarefa menos complexa. O objeto de estudo que consideramos a pedra de toque deste debate é o homem subjetivo, enquanto indivíduo produtor de riqueza, e que tem expropriada de si, toda produção do seu trabalho. Trabalho este, alienado, seja na sua composição histórica, como demonstrado por Marx (1983, op. cit., p. 70-78), no capítulo sobre o caráter fetichista da mercadoria, seja na sua importância social, enquanto categoria universal, possuidora de um sentido ontológico, constitutiva do ser social (KOHAN, 2003, p. 224-227).

Aprisionado, alienado de si e do mundo exterior, ele é incapaz de identificar as suas necessidades particulares e coletivas que se contrapõem, num movimento dialético no interior da democracia, impondo uma cisão entre interesses contraditórios, que subjuga o homem, tirando dele a condição de dominar o processo de escolha de suas próprias atividades (MARX e ENGELS, 2005, p. 42-43).

A divisão social do trabalho aprofunda a exploração do trabalho alheio que, por sua vez, é uma das manifestações da propriedade privada, cuja expressão mais primitiva é a “família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem” (ibid., p. 41).

Assim, ainda no processo do desenvolvimento do pensamento de Marx, a divisão social do trabalho gera, para o homem produtor, atividades rígidas, imutáveis. E neste ponto, Marx e Engels, em contraposição ao hegeliano Bruno Bauer (1809/1882) – a quem chamavam de São Bruno por ser um teólogo radical, defensor do idealismo religioso –

explicam a rigidez das atividades laborais, nas quais o homem “será sempre caçador, pescador, pastor ou crítico” (ibid., p. 43). Mais adiante, brindam aqueles que procuramos respostas para compreender a sociedade do futuro, das liberdades individuais e coletivas, das artes, do conhecimento científico e da felicidade, com uma das passagens mais encantadoras e esclarecedoras da obra marxista. Vejamos:

(...) ao passo que na sociedade comunista, na qual cada homem não tem um círculo exclusivo de atividade, mas pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, a sociedade regula a produção geral e, precisamente desse modo, torna possível que eu faça hoje uma coisa e amanhã outra, que cace de manhã, pesque à tarde, crie gado à tardinha, critique à noite, tal como me aprouver, sem ter que me tornar exclusivamente caçador, pescador, pastor ou crítico (ibid., p. 17).

Acreditamos, entretanto, que esta e outras demonstrações do amplo desenvolvimento das subjetividades individuais e coletivas do homem, apontadas no conjunto da obra de Marx, somente será possível com a tomada do poder político, a partir da instalação da ditadura do proletariado, na linha de argumentação demonstrada por Leovegildo Leal (2008, p. 170-178)³³. Assim, somente após o acerto de contas com a história das classes é que o homem poderá sair do reino da necessidade para o reino da liberdade. Isto será possível tão somente com a ação revolucionária dos produtores de mercadorias, sob a orientação do programa estratégico que extinguirá, num processo histórico, o estado, a moeda e o próprio proletariado enquanto classe. Novas contradições certamente terão de existir, mas não mais a contradição de classes, que não encontrará razão de ser na sociedade comunista.

A máxima transparência e nitidez em relação a esses passos fundamentais para a construção histórico-dialética do comunismo não são suficientes, no entanto, para convencer os censores da teoria marxista. Estes, ao contrário – por serem desprovidos do método crítico-dialético de análise, absolutamente necessário para se criticar uma obra como a de Marx e Engels –, vêem na obra de Marx uma suposta perda da subjetividade

³³ Leovegildo Leal tem o cuidado de fazer uma diferenciação conceitual entre ditadura do proletariado, estado proletário e dominação política, com o intuito de reafirmar a posição de Marx em sua obra, “desde a *Crítica à filosofia do direito de Hegel* até a própria *Crítica ao programa de Gotha*, passando, entre outros, pelo *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, em que aquela diferenciação é exposta à exaustão” (ibid. p. 171). Para Leal, “o conceito central que perpassa todas as análises e reflexões de Marx nestes trabalhos se refere ao estado como um instrumento de dominação da classe dominante, e não a dominação em si” (ibid.). Não voltaremos à questão mais adiante, por considerarmos dispensável para este texto, a explicitação minuciosa da qualidade da alteração do poder, e portanto, da dominação de classe, numa sociedade constituída a partir de uma revolução proletária. Por ora, desejamos apenas evitar a má interpretação quanto ao lugar da ditadura do proletariado na construção do comunismo e, portanto, no processo histórico de autodestruição do estado proletário, essência da tese de doutoramento em Sociologia Política de Leovegildo Leal.

individual do homem. Esta incompreensão é, de certa forma, a blindagem que encontram para defenderem seus interesses políticos, econômicos, acadêmicos e particulares, numa palavra, interesses de classe, que somente poderão ser superados num processo de intensificação da luta de classe, onde alguém sairá ganhando e alguém sairá perdendo.

A filosofia da práxis³⁴, assentada na dialética, será o ponto de partida para a concepção do homem novo, que emergirá de uma nova concepção de mundo, a partir de uma tomada de consciência revolucionária, e que Michael Löwy (2006, p. 39), ao analisar o pensamento de Che Guevara, demonstra o ponto de convergência do seu pensamento com os de Marx e Lênin, que gira “ao redor desse eixo fundamental de toda a teoria autenticamente revolucionária: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

O homem pensado por Marx e Engels ao polemizarem com a ideologia clássica alemã representada pelos hegelianos de esquerda³⁵, com os quais romperam e cujos principais nomes eram Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stiner, pode se “distinguir dos animais pela consciência, religião e tudo mais que se quiser” (MARX e ENGELS, 2005, op. cit., p. 17), e aí está um dos grandes legados deixados por Marx e Engels quando demonstram, ao longo de toda a sua obra, que a verdadeira distinção entre o homem e os animais é o modo de produção de sua subsistência, apenas possível, devido à sua organização. Assim, continuam os filósofos formuladores do materialismo histórico, “ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, a sua própria vida material” (ibid.).

O homem apresentado ao mundo por Marx, retalhado pela divisão social do trabalho e amputado da sua principal riqueza, a consciência de si e do mundo exterior, deve ser o nosso principal objeto de estudo, se quisermos resgatar o homem que está desgarrado de si próprio e sucumbindo às intempéries provocadas pelo rastro de destruição deixado pelo capitalismo.

³⁴ Termo cunhado por Gramsci, nos seus “Cadernos dos Cárceres”, em substituição ao termo marxismo, para burlar a forte censura que sofria no cárcere, na Itália fascista, na década de 1930.

³⁵ Cf. Crítica à Filosofia do Direito de Hegel (e Introdução) e A Questão Judaica, escritos em 1843; Manuscritos Econômico-filosóficos, de 1844; A Sagrada Família, A Ideologia Alemã e Teses Sobre Feuerbach, de 1845; foi a partir da crítica à filosofia de Hegel, e mais adiante, ao idealismo alemão, que Marx e Engels começam a formular a concepção materialista da formação histórica do estado enquanto categoria reguladora das relações de produção capitalista, na sociedade de classes.

I.5.1- Teoria da Alienação do Homem

As intensas contradições próprias da sociedade de classes obrigam os grupos dirigentes hegemônicos a transformarem fantasia em realidade e vice-versa, como lhes aprouverem, pois o sistema não poderia prescindir da alienação do homem de si próprio, de si em relação ao seu mundo exterior e de si em relação ao produto do seu trabalho, segundo o pensamento construído por Marx (2004, op. cit., p. 79-90) ao escrever os Manuscritos Econômicos-filosóficos, em 1844, especialmente o capítulo citado, sobre o “trabalho estranhado”.

Em todo o processo da produção, o estado aparece mediando a acumulação de capital e tomando para si a consciência do homem, alienando-o de si mesmo e da sua relação com o mundo exterior. A produção de seus bens essenciais é contaminada pelas relações de produção capitalistas, que transformam a verdadeira atividade produtiva – “fator ontológico absoluto da condição humana” – em trabalho alienado. Esta transformação histórica reduz a principal atividade ontologicamente indissociável do homem (o trabalho) à produção de mercadorias. Estas, por sua vez, são também alienadas do homem e de todo o processo de produção, vindo a atender aos interesses de outrem que não o de seus produtores. O que Marx chamou de “mediação de segunda ordem” – *propriedade privada, mercado e divisão social do trabalho* –, passa a existir como se fosse a essência do ser e das relações de produção, ou seja, a mediação de segunda ordem passa “como uma mediação de primeira ordem [atividade produtiva, trabalho], isto é, como um fator ontológico absoluto” (MÉSZÁROS, 2006, p. 76-82).

Estamos aqui num ponto essencial do problema da alienação e, por conseguinte, no ponto crucial da questão da emancipação humana. Enquanto não alcançarmos o cerne da questão da alienação do homem, não poderemos entender porque “o trabalhador produz o capital” assim como “o capital produz o trabalhador” e também porque “o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria* é o produto do movimento total” (MARX, 2004, op. cit., p. 91), isto é, que todo o processo da mediação de segunda ordem induz ao homem alienado de si e do mundo exterior. O homem enquanto trabalhador é alienado do capital, distanciado do entendimento das relações de produção. Não compreende que a mediação de primeira ordem é a gênese das relações humanas, que a atividade produtiva é o sentido da vida humana, a razão da existência, “o único fator absoluto em todo o complexo: trabalho – divisão do trabalho – propriedade privada – intercâmbio” (MÉSZÁROS, 2006, op. cit., p. 78).

Para o capital, o trabalho jamais é provido de sentido. O trabalhador somente pode sentir-se “junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho”. O trabalho, enquanto uma atividade obrigatória para o trabalhador, é necessário apenas para suprir suas carências materiais, sujeitando-o às condições mais adversas possíveis para realizar a sua obrigação. Capital e trabalho se antagonizam e “excluem-se reciprocamente, e o trabalhador sabe o capitalista como sua não-existência (*Nichtdasein*) e vice-versa; cada um procura arrancar do outro sua existência (*sein Dasein*)” (MARX, 2004, op. cit., p. 83 e 97). Em função desta realidade imposta pela exploração do trabalho alheio, Marx cunhou outra de suas famosas máximas para expressar o quanto o homem é alienado das suas relações externas e de si mesmo, no interior das mediações de segunda ordem. Disse ele: “tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste” (ibid., p. 83).

CAPÍTULO II - O ESTADO BURGUEÊS E SUAS CRISES SISTÊMICAS: QUAL O PAPEL DA ESQUERDA?

“O executivo do Estado moderno não é mais do que uma comissão para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 62).

II.1- Crise do Capital e Reforma do Estado

Este capítulo pretende desenvolver uma análise sobre o papel do estado na sociedade capitalista. Para tanto, discorreremos brevemente sobre as crises cíclicas do capitalismo, tomando por base as formulações elaboradas por Marx (1984-b, p. 161-200)³⁶, no intuito de demonstrar que a atual crise financeira tem origem nos idos dos anos 1970.

Procuramos nos valer de autores marxistas e não marxistas para fundamentar as nossas argumentações, sem abrimos mão da utilização de dados publicados pela mídia burguesa, que precisa, ela mesma, oferecer aos seus leitores uma análise mais apurada de uma crise cujas raízes são bastante complexas. A complexidade estrutural e sistêmica da reprodutibilidade do capitalismo foi incansavelmente abordada por Marx na sua obra incontestável, *O Capital*, a qual nos possibilita, por sua acuidade dialética, compreender melhor os rumos do capital e suas mutações. Obviamente que a burguesia, por falta de uma interpretação mais apurada do que a deixada por Marx, acaba por se utilizar do seu método dialético de análise quando necessita dar conta da interpretação de temas que exijam um maior aprofundamento e honestidade da análise, como a crise financeira atual, por exemplo. Assim, os grandes veículos jornalísticos poderão situar-se melhor na intensa competição que é imanente do sistema capitalista, sendo mais intensa ainda em alguns setores da economia.

A crise atual, cujo estouro ocorre em agosto de 2007, tem seu epicentro, não por acaso, no setor financeiro do capital, na oferta de crédito disponível para o mercado imobiliário dos EUA, o chamado crédito *subprime*, de financiamento de segunda linha, para moradias populares. Este segmento de financiamento imobiliário cresceu muito e ganhou força, por representar o sonho americano (o *American Way of Life*) da casa própria, apesar do seu principal protagonista ser um “um cliente de renda muito baixa, por vezes com histórico de inadimplência e com dificuldade de comprovar renda”, oferecendo menos garantia de pagamento. O alto volume de dinheiro disponível no mercado e a conseqüente expansão do setor acabaram sucumbindo às inadimplências dos tomadores de

³⁶ Cf. toda a Seção III, Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro, p. 161-200.

financiamento, que não suportaram as prestações da sua casa própria (FOLHA ONLINE 2008, s/p).

As empresas financiadoras do crédito *subprime*, por sua vez, na busca por altos lucros, vendem esses empréstimos em forma de títulos, com taxas de juros maiores – por embutirem maior risco – a gestores de fundos e grandes bancos, que, por sua vez, vendem tais títulos a terceiros e assim sucessivamente, “antes mesmo do primeiro empréstimo ser pago” (ibid.).

A crise de liquidez ocorre no exato momento em que os tomadores do primeiro empréstimo não conseguem pagar a sua dívida, dando início a um ciclo de inadimplências por parte dos compradores dos títulos. Como os valores desses títulos só se mantêm enquanto sua circulação no mercado financeiro não se interrompa e as empresas continuem aceitando-os entre si (CHESNAIS, 2008, p. 14-15), o resultado é que todo o mercado teme por emprestar e comprar títulos do *subprime*. O tamanho dessa retração do crédito (crise de liquidez) é proporcional ao tamanho do setor, cuja dimensão é mundial.

Nesta fase do capitalismo, conhecida como capitalismo monopolista, créditos gerados numa parte do mundo podem ser convertidos em ativos em outra parte, gerando lucros ou prejuízos para investidores, a depender das informações privilegiadas sobre o “pessimismo [que] influencia os mercados globais”. Assim, com a insolvência generalizada no sistema de hipotecas nos EUA, especialmente dos *subprime*, os possuidores desses títulos suspenderam as suas operações de investimentos “que tinham recursos aplicados em créditos gerados a partir de operações hipotecárias nos EUA” (FOLHA ONLINE, op. cit., 2008. s/p).

O primeiro sinal da crise foi justamente uma informação originada na Europa, na quinta maior instituição financeira do mundo, o BNP Paribas³⁷, na França, de que o banco congelara o saque de fundos de investimentos cujos recursos provinham do *subprime*. A partir daí, o capital percebeu que a inadimplência do setor tinha ultrapassado as expectativas e também suas fronteiras. Os mega-investidores iniciaram, então, um forte movimento de retenção do seu capital, e várias empresas nos EUA começaram a demonstrar déficits de caixa. Apesar de ninguém saber ao certo, até hoje, “quanto os bancos e fundos de investimento têm aplicados nesses créditos de alto risco”, o caso do Paribas foi um grande alerta vermelho (ibid.).

³⁷ Informações colhidas no site do BNP Paribas. Disponível em: http://www.bnpparibas.com.br/bnpp_mundo/bnp_mundo.asp (Acesso em 8/2/09).

A crise de liquidez no sistema ameaça as economias mundiais, pois ataca diretamente o consumo e, por conseguinte, a indústria, o comércio, o emprego e as bolsas de valores. Os investidores em ações procuram investimentos de menor risco, vendendo seus papéis dos mercados chamados emergentes, como o brasileiro, para cobrir perdas no exterior. Muita oferta de ações nas bolsas provoca a queda dos preços dos papéis, gerando crise de liquidez também no mercado financeiro. Os balanços das empresas são afetados, ocorrendo demissões em massa.

Os estados, por sua vez, queimam suas reservas cambiais para financiar a crise, socorrendo empresas e bancos, recuperando a capacidade de financiamento privado e do crédito. São trilhões de dólares até o momento, liberados pelos principais bancos centrais, entre eles, o Banco Central Europeu (BCE), o Federal Reserve (FED), o Banco do Japão, etc. (ibid.).

Os governos são os responsáveis pelas políticas monetárias, as quais passam a ser conduzidas pelos bancos centrais e convertidas no principal meio de política econômica anticíclica. Exceto na zona do euro, onde reina a “sacrossanta independência do Banco Central Europeu (BCE)” (Chesnais, 2008, op. cit., p. 15).

Chesnais aponta dois instrumentos impulsionadores da política anticrise, que são diretrizes para a fixação do preço dos empréstimos a curto prazo: a criação de liquidez em benefício dos bancos e de outras empresas “em dificuldade”, e a baixa da taxa de juro. Estes “meios de manejo da crise financeira tendem a demonstrar (...) que os bancos centrais têm queimado seus cartuchos ou têm, no melhor dos casos, cartuchos molhados”. Afirma terem sido vãos os esforços do FED, do Banco da Inglaterra e do BCE para “deter a progressão da crise no seio do sistema financeiro”, apesar dos volumosos créditos colocados à disposição das empresas “em dificuldades”. Em setembro de 2008, no dia 18, o FED baixou em meio ponto percentual as suas taxas de juros, o que viria a causar frisson na bolsa de valores de Nova Iorque para efeito dos ganhos de curto prazo, mas que acabou por não produzir nenhum efeito sobre o mercado de hipotecas. Para os analistas econômicos mencionados por Chesnais, este mecanismo poderia, no máximo, frear o processo de contágio para outros setores da economia estadunidense (ibid., p. 15).

O manejo das taxas de juros serve ao capital da maneira que o interessa. Quando o FED reduziu progressivamente a taxa de juro do patamar de 6% no início de 2001, para 1% em meados de 2004, fez com que os créditos se avolumassem (GONÇALVES, 2008, p. 2). Foi neste momento que o capital buscou satisfazer a sua necessidade de aumentar as demandas de tomada de crédito para manter seus ganhos altos e regulares. Como não

poderia tomar, ainda mais, dos países emergentes – por estes estarem sobremaneira endividados e com a balança de pagamentos desreguladas –, nem tampouco da massa salarial – por possuírem baixo crescimento –, seus ganhos provinham, então, da remuneração “distribuída aos acionistas e à elite dirigente”. Mecanismo este que era, ainda, “insuficiente para sustentar uma demanda agregada e crescente rápida”. A solução encontrada pelo capital foi, portanto, os créditos imobiliários, processo que alcança o seu paradoxo nos EUA ao alimentar os “desequilíbrios financeiros globais que se acumulam seguindo uma tendência de queda sem contra-tendência”.³⁸ Como a relação entre o crédito e o valor acionário é muito estreita, o valor dos ativos patrimoniais sobe, acirrando a demanda por mais empréstimos e, conseqüentemente, mais ganhos imobiliários. Esta alta dos preços dos ativos patrimoniais encontra um limite que mantém seus preços estáveis até despencar, e com eles, os ativos imobiliários, ou seja, a casa própria.

Esta é, para Chesnais, “a causa dos mecanismos endógenos de todo ciclo, especialmente os que terminam em bolha financeira”. O movimento rumo à recessão continua, independentemente do movimento contrário das políticas anticrise, especialmente o socorro a agentes financeiros através de liquidez de urgência e a baixa da taxa de juro. À queda vertiginosa do consumo, que não pode mais ser estimulado pelo crédito – o endividamento já é muito grande, dada a inadimplência geral e das hipotecas imobiliárias em particular – soma-se o desgaste dos meios já utilizados e a perda de controle dos bancos centrais sobre a quantidade de moedas em circulação (ibid., p. 16).

Desnecessário dizer que a integração dos mercados financeiros nacionais não existe, a não ser quando há necessidade de sincronizar o manejo da taxa de juro, conhecida como “*carry trade*”. É neste momento que um determinado banco central definirá se sua taxa de juro será muito baixa, como no Japão, ou muito alta, como no Brasil. Abre-se, assim, “a possibilidade de manejo sobre o diferencial de remuneração do dinheiro para comprar ativos financeiros onde estiverem muito barato”. Longe de alimentar ilusão gerencial nos capitalistas, Chesnais supõe que, somente “uma estreita cooperação entre os bancos centrais” poderia controlar “a massa de divisas e de simples escrituras que se apresentam como ‘moedas’”, que tem causa nesta prática predatória e na consistente liquidez mundial (ibid., p. 16). São essas reservas cambiais internacionais – resultantes dos excedentes comerciais dos países asiáticos, bem como daqueles produtores de petróleo e

³⁸ apud Aglietta, Michel. “Le capitalisme de demain” en *Notes de la Fondation Saint-Simon* n° 101, novembre 1998.

gás, além de outros, como o Brasil, exportadores de produtos agroindustriais e minerais – que acumulam a referida “liquidez mundial”.

Consideramos este ponto essencial para demonstrar o quanto o capital monopolista tem o poder de acumular reservas, sobretudo em dólares, no interior das nações, através de um sistema financeiro absolutamente interdependente. Entretanto, apesar dessa interdependência, o sistema se mostra inviabilizador de uma suposta “estreita cooperação” entre si, e Chesnais nos mostra muito bem isso. Ao contrário da colaboração mútua, este sistema possui um grande poder de influência na economia dos países periféricos.

Estamos tratando de um sistema que escala nos postos chaves da direção da economia das nações periféricas, dirigentes estreitamente ligados ao sistema financeiro internacional, principalmente nas situações em que o capital pode atuar livremente por encontrar o terreno e os trabalhadores organizados devastados por fenômenos da natureza ou se vê ameaçado pelo avanço das mobilizações de massa.

No Brasil, no momento seguinte às eleições de 2002, e sob forte expectativa interna e externa, foram anunciados os primeiros nomes do governo Luiz Inácio: lá estava Henrique de Campos Meireles, deputado federal eleito pelo PSDB, em Goiás, para ocupar o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. A filiação a um partido oposicionista – e que se mantém na oposição até o presente – não é exatamente o que nos chama a atenção, mas o fato de Meireles pertencer à nata dos funcionários do capital, mais precisamente do setor financeiro internacional, e se tornar, cada vez mais, um quadro tão blindado no governo brasileiro quanto a figura do seu presidente.

Meireles foi presidente mundial do BankBoston numa ocasião em que este banco foi acusado de evasão de divisas que chegavam a um bilhão de dólares (OGLOBO ONLINE, 2004). Comenta-se, também, que Meireles resolveu tornar-se político no Brasil³⁹ depois do prejuízo de 1,1 bilhão de dólares que o BankBoston teve com a crise argentina, em 2001 (VEJA ONLINE, 2002-b). Suspeitas à parte, o certo é que foi escolhido para presidir um banco americano que, até 1947, não aceitava sequer estrangeiros como clientes. Antes de começarem a pagar dois milhões de dólares por ano a Meireles, para presidir o BankBoston, o FED fez uma consulta aos bancos centrais do G7 (representante

³⁹ Meireles foi eleito o deputado federal mais votado do Estado de Goiás, em 2002, pelo PSDB, pela primeira e única vez na sua vida (VEJA ONLINE, 2002, op. cit.), pois, em 2006, seu nome não constava da relação de candidatos do Estado de Goiás no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nem para deputado federal, nem para senador. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/sadEleicao2006DivCand/procCandidatoListar.jsp> (Acesso em 9/2/2009).

das nações mais ricas do mundo) e descobriu que ele seria o primeiro caso de um estrangeiro a dirigir um banco do chamado primeiro mundo (ibid.).

A legitimidade do seu patrimônio pessoal, que no mercado estimava-se (em valores de 2002) em 250 milhões de reais (ibid.) e que Meireles declara ser apenas de 100 milhões, foi questionada pelo Ministério Público e pela Receita Federal. Depois de comprovada a versatilidade de informações acerca dos seus bens, a Receita Federal e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) o acusaram de sonegação de imposto, omissão fiscal e evasão de divisas. Seu homem forte na hierarquia do BC, Luiz Augusto de Oliveira Candiota, diretor de políticas monetárias, sonegou à Receita Federal informações preciosas sobre movimentações financeiras feitas no exterior. Movimentava uma conta no MTB Bank, de Nova York, um velho conhecido da polícia americana por envolvimento com lavagem de dinheiro, inclusive da White Gold, de Paulo Maluf. Este banco, que trocou de nome para CBC depois de ser investigado nos EUA, movimentou cerca de 1,3 milhão de dólares de Candiota entre 1999 e 2002 (ISTOÉ ONLINE, 2004). Candiota deixou o cargo dias depois da reportagem da Revista IstoÉ, sendo substituído por um outro alto funcionário do BankBoston, Rodrigo Azevedo (ÉPOCA ONLINE, 2004).

Poderíamos nos estender por um longo capítulo sobre o assunto e até mesmo desenvolver um projeto de tese que subsidiaria várias áreas do conhecimento, como o direito tributário, a comunicação social, a sociologia, etc. No entanto, o que estamos tentando demonstrar aqui é a capacidade que possui o capital em dirimir quaisquer obstáculos que possam surgir para impedir a manutenção de sua dominação. Tanto que a polêmica teve que encerrar com o fim melancólico da CPI do Banestado, que investigara crimes de evasão de dólares, sonegação, lavagem de dinheiro sujo, etc. Meireles pôs um fim na pressão exercida brevemente pela mídia, oferecendo a cabeça do seu homem forte e retificando o seu imposto de renda de 2002, na qual transforma a restituição de 54 mil reais em pagamento de 110 mil reais em imposto sobre a renda (ISTOÉ ONLINE, 2004, op. cit.).

A blindagem à qual nos referimos acima pôde ser extensamente demonstrada pela mídia no episódio do escândalo do Mensalão, tornado público em 2005. Na ocasião, o poder capitalista instituído⁴⁰ apresentou publicamente uma tática para retomar o espaço momentaneamente ocupado pelo PT. Montou um esquema, junto com o PT, de pagamento

⁴⁰ Não estamos nos referindo aqui ao governo recém eleito, no qual, até aquele momento, tinha o PT, o PL e o PCdoB como seu núcleo duro. O poder instituído ao qual nos referimos é o poder capitalista, com suas instituições sociais e sua ideologia.

de mesadas de 30 mil reais a deputados e senadores para aprovar os projetos do governo no Congresso Nacional. O dinheiro era arrecadado através da corrupção nas estatais e chegava em Brasília acondicionado em malas. A distribuição da mesada era comandada por Delúbio Soares, tesoureiro do PT, José Janene, líder do PP na Câmara e Marcos Valério Fernandes de Souza, empresário, dono da agência de publicidade SMP&B, que detinha contratos milionários com o governo federal. Este último, testa de ferro de toda a operação burguesa, fazia saques regulares no Banco Rural e Banco do Brasil, em Brasília e Belo Horizonte, no valor de 20 milhões de reais, desde julho de 2003. Todo o esquema fraudulento veio à tona através de Roberto Jefferson, deputado de carreira do PTB, que já esteve envolvido em denúncias de corrupção no escândalo do orçamento, em 1993, e pertenceu à tropa de choque de Fernando Collor de Mello, na ocasião do seu *impeachment*, em 1992 (FOLHA ONLINE, 2005). Ele sacrificou o seu mandato (foi cassado ao final da CPI do Mensalão) para expor toda a operação e carregou junto consigo vários quadros dirigentes do PT, estrategicamente fundamentais para a inocente pretensão daquele partido de se instalar no estado burguês. A direção partidária caiu como um castelo de cartas, desde o presidente José Genuíno, também deputado federal, até o tesoureiro Delúbio, passando pelo secretário geral, Silvio Pereira. José Dirceu, homem forte do governo do PT e braço direito de Luiz Inácio, não somente teve que renunciar ao mandato de Ministro Chefe da Casa Civil, como viu cassado seu mandato de deputado federal. Para finalizar a arrumação da casa, a burguesia depõe o principal nome do governo do PT na economia, Antônio Palocci, Ministro da Fazenda (ibid.).

Obviamente que estes são momentos difíceis para a burguesia, pois é obrigada a conceder alguns anéis para não perder os dedos. Em compensação, mantiveram a blindagem do presidente da república, que nada sabia de pagamento de mesadas a parlamentares. Segundo o ex-deputado Roberto Jefferson, cujas declarações públicas eram sempre acompanhadas de ironia e sarcasmo, o presidente chorou quando soube do pagamento de mesadas aos parlamentares (ibid.).

Finalmente, para a burguesia, foram controlados, a partir deste movimento de arrumação interna, os ânimos de um governo que teve sua eleição financiada e garantida pelo poder econômico e que, portanto, deve submeter-se a ele. O capital se mantém na

direção do Banco Central do Brasil e o seu principal nome continua vivendo, na vida real, o xequê árabe das Mil e Uma Noites⁴¹.

A “liquidez mundial” da qual nos fala Chesnais, pode ser incrementada agora com muito mais força pelo BC brasileiro, que vem arrumando a casa para melhor acumular esses capitais. Entretanto, não acreditamos, tanto quanto Chesnais, que possa vir a existir, mesmo que em sonho, uma política de sincronização harmoniosa entre os BCs nacionais para o combate à crise financeira. Ou mesmo, num delírio ainda maior, de que essa sincronia pudesse estancar a miserabilidade mundial.

Os EUA não mostraram, até agora, nenhum interesse em orientar os bancos centrais nacionais para uma mútua cooperação “que conduzisse à esterilização de uma fração bastante alta das reservas” pela simples razão de que estas reservas estrangeiras (a chamada “liquidez mundial”) devem financiar o seu déficit público (CHESNAIS, 2008, op. cit., p. 16-17).

Miguel Aglietta volta a enriquecer o consistente artigo de Chesnais, ao qual não nos cansamos em fazer referência, com as cifras do capital imperialista norte-americano, enfatizando que “esta dependência do financiamento externo dos EUA entre os bancos centrais e os investidores privados estrangeiros é estrutural”. Ainda se utilizando das cifras de Aglietta, Chesnais continua:

(...) sobre os 850 bilhões de dólares de capitais estrangeiros necessários ao financiamento da economia norte-americana, somente 170 bilhões provêm de outros bancos centrais e 680 dos investidores privados, 600 bilhões deles como “letras do Tesouro” ou obrigações em média ao primeiro trimestre do ano de 2006. Estes títulos são emitidos por empresas não financeiras e financeiras e surgem sobretudo da titularidade dos créditos. Os não residentes asseguram 50% do refinanciamento da dívida das hipotecas imobiliárias (ibid., p. 17).

Contrariamente a Chesnais, entretanto, o economista Reinaldo Gonçalves alimenta ilusões nos indivíduos e nos grupos políticos que dirigem o capital. Apesar de elaborar um texto bastante didático sobre a atual crise econômica, do qual também fazemos referência aqui, Gonçalves concilia o seu discurso com o da burguesia, ao defender que a “má governança”⁴² seja uma das razões da crise. Talvez o melhor exemplo que poderíamos

⁴¹ Meireles costuma oferecer, aos seus convidados, festas à fantasia no seu aniversário e no ano novo. Numa delas, estava vestido como um xequê árabe, numa festa cujo tema era As Mil e uma Noites (VEJA ONLINE, op. cit., 2002).

⁴² Gonçalves evoca a expressão “má governança” dez vezes no texto, sempre no sentido de salvaguardar o sistema e de propor saídas socialmente corretas (GONÇALVES, op. cit., 2008, p. 5, 11, 12, 15 e 16). Supõe que superar a “má governança” é livrar-se da “incompetência operacional” (ibid., p. 11) ou criar as condições de uma “reforma tributária focada na progressividade e na redistribuição de riqueza e de renda

utilizar para comprovar o que acabamos de afirmar seja a insolente reportagem produzida pela revista semanal ultraconservadora *Veja*, da Editora Abril, pertencente à família Civita. A matéria à qual nos referimos é a análise que faz sobre o principal encontro dos capitalistas realizado anualmente em Davos, na Suíça. O texto é ilustrado por uma foto-montagem na qual um imenso painel aparece suspenso no principal palco de atividades, no auditório central, inteiramente ocupado por uma também imensa fotografia de Marx, como se ele estivesse saudando um patronato ajustado à sua teoria (VEJA, 2009, p. 76-77 e ANEXO 2).

Depois de acometer contra a esquerda reformista, organizadora do Fórum Social Mundial, alegando que os marxistas não teriam o que fazer em Belém – pois lá só teriam “alguns índios e seus líderes invocando entidades incorpóreas que regeriam a vida em um continente chamado Abya Yalá, como é politicamente correto se referir na língua indígena kuna ao que conhecemos como América Latina” –, sugere que o marxismo se transferira para Davos, na medida em que, lá, também, procuravam-se razões para as falhas no sistema e não exatamente o erro pessoal de cada um (ibid.).

A principal interlocutora da alta burguesia imprime uma ríspida crítica aos seus iguais, sugerindo que Davos tornara-se palco dos marxistas, a ponto de evocarem a consigna mais conhecida e muito cara ao proletariado, publicada em 1847 no Manifesto Comunista: “Trabalhadores do mundo, unam-se” (ibid.). A palavra de ordem originalmente formulada por Marx e Engels (1975, op. cit., p. 103) não é exatamente assim, mas nada que mude substancialmente a sua importância (“Proletários de todos os países, uni-vos!”). Queremos chamar a atenção, no entanto, para outra expressão que precede a esta última, também retirada da primeira frase do Manifesto (ibid., p. 57), no qual não foi cunhada a expressão “no mundo”, acrescida pela *Veja*, pois Marx referia-se às revoluções que estavam em curso na Europa, naquele ano de 1848: “Um espectro ronda a Europa e o mundo” (VEJA, 2009, op. cit., p. 77).

Num misto de sarcasmo e atrevimento, a reportagem insinua que o marxismo contagiava Davos, pois, segundo a *Veja*, a tônica da crítica feita à crise financeira pelo

do capital para o trabalho” (ibid., p. 15), como fosse possível para o capitalismo propiciar, especialmente em momentos de crise, tal “redistribuição de riqueza”. Gonçalves se esforça ao máximo para conciliar capital e trabalho, alegando que as propostas apresentadas em seu texto beneficiariam “os trabalhadores e os outros grupos e classes Sociais”, além de reduzir “o risco de aprofundamento da crise multidimensional brasileira (...), eliminar o custo da estatização de grandes bancos e fundos de pensão no contexto da combinação explosiva: eclosão da crise financeira sistêmica, risco moral e má governança” (ibid., p. 15-16). Por fim, a maior dúvida de Gonçalves fica exposta no último rodapé do final do texto e denota a sua enorme expectativa no capitalismo: “Não há evidência de que o ‘capitalismo de compadres’ tenha desaparecido no Brasil” (ibid., p. 16).

patronato lá presente, centrava-se na crise do “sistema capitalista”. O que, para este legítimo representante da relação de dependência entre a burguesia nacional e a burguesia internacional, bate como uma severa repreensão intraclasse. Mais adiante, o texto sugere aos seus pares que, antes de voltarem para casa “seria uma boa idéia cobrar deles também um depoimento de despedida com o tema ‘O que *Eu* farei para que a crise seja menos cruel do que se anuncia e não mais se repita’”. Numa falsa alusão de que o individualismo capitalista teria sido superado em Davos, a reportagem ratifica a sua intenção de combater ferozmente as críticas ao sistema e exaltar a importância do “*Eu*”: “Como o *Eu* sumiu de Davos, a visão sistêmica e coletivista do determinismo histórico marxista se instalou, mesmo que pouca gente tenha se dado conta disso”. As aberrações políticas e teóricas empregadas nesta matéria – até mesmo em virtude da completa falta de autoridade de alguém como a Veja para se manifestar sobre o marxismo – não merecem ser respondidas aqui. Até porque o método dialético (não determinista, portanto) encontra-se contido em todo o conteúdo deste trabalho e especificá-lo neste momento seria incorrer no risco de fugirmos do objetivo central desta discussão. Apenas pretendemos demonstrar a intenção da burguesia brasileira em criticar aqueles que, supostamente, deveriam defender os mesmos interesses, reforçando sempre o método da individualidade, do personalismo, do egocentrismo. Para nós, vale mostrar o quão importante é para a burguesia fortalecer a idéia de que, tanto para o bem, quanto para o mal, a sustentação do sistema está nas mãos do indivíduo, negando a importância do coletivo, na mesma linha, portanto, que Reinaldo Gonçalves assume no seu artigo ao centrar suas críticas na figura do administrador, individual ou coletivo (ibid., grifos nossos).

Gonçalves (2008, op. cit., p. 3-7) enumera sete baterias de ações políticas utilizadas regularmente pela economia política para socorrer a crise mundial e no Brasil em particular. São elas: (1) os já citados socorros às empresas, através da expansão da liquidez; (2) saneamento financeiro: falências, concordatas, fusões e aquisições de bancos, de financeiras, de seguradoras, etc. A falência da Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008, nos EUA, foi o estopim da crise; (3) estatização de empresas e de agentes financeiros: o governo Bush estatizou a Fannie Mae e a Freddie Mac, também em setembro e o governo da Grã-Bretanha socorreu três grandes bancos com 64 bilhões de dólares; (4) garantia de empréstimos, depósitos e aplicações financeiras: o governo da Alemanha disponibilizou 700 bilhões de dólares para este fim (ibid. p. 3) e os EUA já dispuseram de 1,219 trilhão, 700 bilhões liberados pelo governo Bush e 819 por Obama, sendo este último valor equivalente ao PIB do México (VEJA, 2009, op. cit., p. 66-67); (5) políticas

expansionistas: redução das taxas de juros, expansão dos gastos públicos, redução de carga tributária, políticas comerciais restritivas. FED e BCE coordenaram, juntamente com bancos centrais de outras nações, a redução da taxa de juros, em outubro de 2008; (6) enfrentamento da crise cambial: o estado interfere diretamente no mercado financeiro, oferecendo dólares das suas reservas cambiais, controlando o mercado de câmbio e de capitais, emitindo títulos com correção cambial; e (7) redução do impacto social: (a) flexibilização e ampliação do seguro desemprego, vale-alimentação, políticas assistencialistas em diversas áreas (GONÇALVES, 2008, op. cit., p. 4); Obama está propondo corte de imposto onde cada trabalhador empregado receberá de volta 500 dólares por ano ou um mil, por família, durante dois anos; esta modalidade é considerada o “principal mecanismo do pacote para ativar a economia o mais rápido possível” (VEJA, 2009, op. cit., p. 66-67); (b) refinanciamento de dívidas em geral e de hipotecas imobiliárias em particular; (c) governos criam mecanismos para travar execuções de hipotecas imobiliárias e arrestos de imóveis por falta de pagamento; esquemas especiais para o refinanciamento (GONÇALVES, 2008, op. cit., p. 4-5).

A análise da eclosão da crise no Brasil que Gonçalves faz, passa também pelas sete baterias enumeradas acima e que seguimos seqüencialmente: (1) foram realizados empréstimos a agentes financeiros, empresas exportadoras, construtoras, agronegócios, setor exportador; (2) o governo brasileiro ainda não “explicitou mecanismos específicos” para o saneamento de empresas; (3) estatização: a medida provisória 443, de 22 de outubro de 2008, permite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal comprarem participação em empresas financeiras (bancos, seguradoras, empresas de previdência, capitalização, etc.) e construtoras.

Especificamente em relação ao item acima, Gonçalves faz uma nota de rodapé na qual erige uma concepção burguesa de que o capitalismo, quando dirigido por homens de boa vontade, seria capaz de driblar a sua contradição imanente. Equivale dizer que as circunstâncias de crise, expressão maior da teoria do valor – que, segundo Marx, é a ocasião pela qual torna-se inquestionável que a força de trabalho é o único elemento gerador de riqueza –, poderiam criar “instrumentos eficazes de reestruturação financeira”. Gonçalves ainda faz menção aos *asset management companies* (AMCs) que, segundo ele, foram bem sucedidos em alguns países, como na Suécia, em 1992, e mal sucedidos em outros. Supõe que estes recursos estatais de combate às crises acabam por gerar “bons negócios para grupos específicos e mal negócio (...) para o Tesouro Nacional”. Na visão do autor a criação desses ambientes financeiros induz a um “balcão de negócios”, que

beneficia determinados grupos político-econômicos, caso sejam aplicados “em países com má governança”. Daí a expectativa de que a “eficácia” destes recursos políticos criados pelo estado “depende não somente do marco jurídico e institucional como também da qualidade do quadro de administradores e da natureza dos ativos”. A saída proposta por Gonçalves para o quadro da “má governança” é a criação de “mecanismos públicos de supervisão das AMCs”, o que gera uma profunda ilusão na possibilidade de participação efetiva e de controle dos instrumentos de dominação capitalistas (ibid. p. 5). Anteriormente Gonçalves já insistira na questão da “má governança” e descobrira fatores políticos na crise ao se referir ao caráter multidimensional da mesma. Em seguida constata, corretamente, que a “globalização envolve crescente interdependência entre os sistemas financeiros nacionais” e que “esta interdependência gera a extensão global da crise”, afetando o “centro do sistema econômico internacional (Estados Unidos)”. Concentrando a responsabilidade pela crise no presidente estadunidense e não no seu grupo ou no sistema que o conduz, Gonçalves deixa transparecer a sua preocupação com a meritocracia na seguinte citação:

Esta crise tem, ainda, clara dimensão política quando se torna evidente a fragilidade dos grupos dirigentes. Nos Estados Unidos, há que se reconhecer em Bush um presidente *sub-prime*. Neste sentido, a perda de confiança na administração Bush contrasta com a revitalização do governo do Labour Party britânico. O impacto social advém, principalmente, do desemprego, bem como da perda de renda e de patrimônio do trabalhador (ibid. p. 2).

Infelizmente não desenvolveremos esta discussão aqui, para evitar nos desviarmos muito do centro da questão que rege todo este trabalho. Apenas para ilustrar a riqueza ideológica e, conseqüentemente, política dos temas que poderíamos levantar a partir do desenvolvimento desta questão, poderíamos dizer que, em se conservando esta linha de pensamento, chegaríamos facilmente à conclusão de que o novo presidente dos EUA, Barak Obama, tem o perfil da “boa governança”. Deixemos esta polêmica discussão, portanto, para outra ocasião.

Voltando à bateria composta por medidas de contenção da crise adotadas pelo Brasil, no item (4) Gonçalves aponta para o fato de que o governo não tomara, até a data da publicação do artigo citado (Outubro de 2008), medidas no sentido de garantir depósitos, empréstimos e aplicações financeiras no combate à crise; (5) as taxas de juros não baixaram, pelo contrário, os juros cobrados no mercado financeiro aumentaram em razão da contração da liquidez; o governo sinalizou com a perspectiva de corte de gastos: mais

arrocho salarial (por exemplo, a MP que condiciona reajustes de servidores públicos à situação orçamentária); é o momento da acumulação de capital para formar o que chamamos acima de “reservas estrangeiras” ou “liquidez mundial”: corte dos gastos de capital e de custeio, visando à elevação do superávit primário para o serviço da dívida pública, o que “permite a manutenção e juros elevados que beneficia diretamente a classe dos rentistas e o sistema financeiro”; (6) o governo restringiu o enfrentamento à crise cambial à venda de dólares no mercado financeiro, reduzindo suas reservas internacionais, o chamado mercado spot; apesar da forte desvalorização do Real no mês de outubro de 2008, o governo limitou-se a esta operação chamada de “intervenção *soft*”, além de “leilões de ‘linha’, leilões de *swap*, não-resgate de *swap* reverso e venda de dólares para o financiamento de exportadores”; não emitiu títulos públicos com correção cambial (ibid., p. 6); (7) o governo do PT não tomou medidas para a contenção dos eventuais impactos sociais, que começam a aparecer com as demissões⁴³; segundo Gonçalves, “ainda que, no período imediatamente após a eclosão da crise, o impacto social não seja tão evidente, é fundamental explicitar diretrizes e compromissos (...) com o intuito de melhorar as expectativas (insegurança) e conter ondas de pânico” (ibid. p. 6-7).

Numa importante demonstração de sua contradição quanto à concepção de que há “má governança” no governo do PT, Reinaldo Gonçalves apresenta um valioso demonstrativo. Neste, aparecem como principais beneficiários das políticas de contenção da crise os três setores que, juntos, financiaram 35,8% da campanha eleitoral de Luiz Inácio para a Presidência da República, em 2006. São eles: os setores financeiro e primário-exportador com, respectivamente, 10,5% e 10,4% do total dos gastos e o setor de construção e imobiliário, com 14,9%. As políticas que beneficiam estes setores são: liquidez; sustentação do setor financeiro; proteção da renda do agronegócio; estímulo às construtoras; esforços para evitar a megadesvalorização cambial (ibid., p. 7).

Gonçalves resume a sua análise sobre a crise atual no Brasil como uma conjugação de uma crise gêmea – crise no lado real, ou seja, na produção e crise financeira – com crise cambial, caracterizada por ele pela ocorrência de pelo menos um dos seguintes fenômenos: maxidesvalorização cambial⁴⁴, forte saída de capitais, grande elevação da taxa de juro, redução significativa das reservas cambiais, moratória, acordo com FMI (ibid., p. 8); crise

⁴³ O número de demissões no mundo chega a 341.120, considerando cortes acima de duas mil vagas de uma única vez, em setores de empresas não financeiras (O GLOBO, Economia, 22 de janeiro de 2009, p. 25).

⁴⁴ O Brasil lidera a desvalorização cambial na América Latina com 47,5%, seguido do México com 34,5%, Colômbia, 23%, Chile, 22,4%, Uruguai, 16%, Paraguai, 15,4%, Argentina, 7,2%, Peru, 6,4%, Bolívia, 1,5%, Venezuela, 0,2% e Equador, 0% (ibid., p. 10).

no setor de commodities; crise no balanço de pagamento (deterioração acelerada dos desequilíbrios de fluxos externos); elevado desequilíbrio de estoque (passivo externo de curto prazo) e pressão inflacionária (ibid., p. 12).

O que é considerado sólido para o liberalismo, ou seja, estado mínimo e mercado máximo, desmancha-se no ar. O estado entra firme no financiamento das crises, com a argumentação sedutora que conquista os seus cidadãos, de que as economias mundiais têm que ser protegidas e, para isso, o mercado precisa recuperar a sua capacidade de emprestar dinheiro.

Ilustrar a discussão mais aprofundada sobre as crises cíclicas do capital é o que nos interessa mais diretamente, ao abordarmos a atual crise financeira, iniciada com a explosão da bolha formada pelas hipotecas americanas. A hegemonia do capital financeiro como uma das conseqüências da superação da crise estrutural do capital – e a conseqüente desregulamentação do setor financeiro –, iniciada no início dos anos 1970, somada ao avanço da burguesia sobre o proletariado na arena das lutas de classes mundial, são, sob o ponto de vista dialético-materialista, as principais causas desta crise atual.

II.2- Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado

A reestruturação produtiva do capital, que tem seu marco inicial com os governos de Thatcher na Inglaterra (1979-1990), Reagan nos EUA (1981-1989), e Kohl na Alemanha (1982-1998) é popularmente conhecida por neoliberalismo ou globalização. Representa um conjunto de políticas de estado implementadas mundialmente, que visa à recuperação das taxas de lucro do capital, depois de passada a sua fase áurea de acumulação no pós-guerra, durante o período produtivo do fordismo e da fase keynesiana. Os primeiros sinais da crise fizeram-se sentir a partir da década de 1970, cujos principais sintomas são sumariamente destacados por Ricardo Antunes:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção (...);
- 2) o esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção (...);
- 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

- 5) a crise do “welfare state” (...) e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
- 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2000, p. 29-30).

Viu-se então uma atuação marcante dos capitais financeiros, esvaziando o processo produtivo, além do surgimento de "novas formas de domínio técnico-científico" que contribuíram para formar o perfil autoritário, centralizador e destrutivo desse processo. Surge uma nova organização político-econômica no mundo capitalista, com os Estados Unidos constituindo o Nafta⁴⁵ e liderando o processo de reestruturação produtiva no mundo, tendo a Alemanha à frente da União Européia e o Japão à frente dos países asiáticos (ibid., p. 32).

A nova estruturação da produção impôs à classe trabalhadora mundial uma nova condição de vida, de trabalho e de emprego cujo capital, segundo Mészáros (2002, passim), retoma do proletariado⁴⁶, o que concedeu no pós-guerra – direitos previdenciários, trabalhistas, sindicais, etc. Somado a isso, o capital impôs uma dura ampliação da jornada de trabalho, principalmente nos países periféricos, mas não somente, também em países do centro do sistema, como Japão e Inglaterra. Novos métodos de produção foram instalados: o *just in time*, em que os estoques são diminuídos quase a zero, pois a produção está diretamente relacionada com a sua comercialização; o *part-time*, o tempo parcial de trabalho; banco de horas; contrato temporário de trabalho; trabalho informal, que se amplia em decorrência do desemprego estrutural e da própria precarização do trabalho. Além

⁴⁵ O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement) ou NAFTA, envolve Canadá, México e Estados Unidos da América e visa à diminuição do custo da produção e circulação de mercadorias entre os três países. Começou a valer em 1º de janeiro de 1994.

⁴⁶ Antunes (2000, op. cit., p. 103), remete-se à definição de Marx e Engels, adaptando-a à atual reestruturação produtiva do capital: “(...) vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (...) o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds (...) os trabalhadores terceirizados e precarizados (...) os trabalhadores *assalariados* da ‘economia informal’”. Neste trecho, ainda na página 103, Antunes faz uma nota de rodapé para caracterizar os trabalhadores da “economia informal”: “(...) trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho, em enorme expansão no capitalismo contemporâneo, e (...) trabalhadores *individuais* por *conta própria*, que prestam serviço de reparação, limpeza etc., excluindo-se entretanto os proprietários de microempresas etc. Novamente a chave analítica para a definição de classe trabalhadora é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho” (ibid.). E continua na caracterização da força de trabalho humana: “(...) além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados, (...) ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros, (...) os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária (...)” (ibid., p. 103-4, grifos do autor).

desses novos métodos de organização da produção, a flexibilização das legislações trabalhistas e o enxugamento das empresas públicas e privadas aumentaram ainda mais o desemprego (ANTUNES, 2000, op. cit., p. 32).

Volta a tomar corpo, por fim, o trabalho escravo sob uma nova metodologia de recrutamento que atrai os trabalhadores depauperados para as fazendas de cana, grãos e pecuária, e para as minas de carvão, ferro, etc. Estes acabam envolvidos em dívidas impagáveis com os neocolonos. Impossibilitados de retornar às suas longínquas cidades de origem, permanecem submetidos à severa vigilância armada de jagunços, os quais constituem verdadeiros exércitos paramilitares no campo. Por outro lado, aproveitando-se da sua natureza religiosa, o estado capitalista também consegue recrutar para o trabalho voluntário pessoas sensibilizadas pela miserabilidade geral. Honesta e ingenuamente atendendo ao apelo da caridade, estas pessoas acabam por materializar uma nova modalidade de trabalho escravo, sem direito a salário, vestimenta, comida ou moradia.

É preciso reforçar aqui que o processo de avanço do capital sobre as conquistas passadas da classe trabalhadora e suas novas formas de dominação está dialeticamente relacionado com a crise da esquerda, da qual falaremos na seção seguinte, e suas conseqüências letais à resistência do proletariado.

No Brasil de hoje, por isso mesmo, a principal característica do pacto da dominação burguesa é a colaboração de classes e o conseqüente controle ideológico e político da classe dominante sobre as principais organizações do proletariado. Na conjuntura atual, portanto, o uso da força explicitamente política – guardadas as devidas proporções entre o exposto no Item II.6 sobre a política de segurança utilizada para reter o proletariado nos guetos urbanos e a violência militar transnacional – torna-se um expediente dispensável no país. A escassez das mobilizações e greves, no entanto, não significa um recuo no estado de alerta dos agentes da repressão e da força do estado.

Ela apenas muda de forma.

A sociedade capitalista brasileira tem sido sistematicamente impregnada por uma nova concepção de estado que, desde o governo Collor de Mello, a partir de 1990, vem produzindo profundas alterações na prestação dos serviços públicos e na organização sindical dos servidores. Trata-se da concepção neoliberal, que formaliza a transferência para o chamado terceiro setor⁴⁷, dos recursos públicos destinados à prestação dos serviços essenciais, como educação e saúde públicas.

⁴⁷ “Surge o conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John Rockefeller III. Ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho...”. Assim o termo é construído a partir de um recorte do

Esta nova concepção vem sendo moldada a partir de uma maciça campanha publicitária na mídia e nas instituições públicas, que preparou as bases da reforma do estado no Brasil. O mote da campanha foi a desqualificação das empresas públicas e dos servidores. Animais de grande porte apareciam nas telas de TV andando lentamente entre servidores, no interior de repartições públicas, representando o estado gestor, pesaroso, lento, burocrático, que deveria ser superado por um estado privatizado, ágil, empreendedor e enxuto.

As sucessivas emendas constitucionais implementadas pela burguesia brasileira originavam-se a partir da necessidade do capital em recuperar a sua taxa de lucro. As orientações para a adequação da economia às novas normas do capital têm vindo do G7 e dos organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Corporação Financeira Internacional (IFC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Representação do Governo dos Estados Unidos para o Comércio (USTR), entre outros, que gerenciam o capital e o processo de reestruturação produtiva (NEVES et al, op. cit., 2004).

Essas orientações têm como principais objetivos privatizar as empresas e a previdência públicas, flexibilizar as relações de trabalho, conter o movimento sindical e garantir maior liberdade para a circulação de capitais, especialmente o capital financeiro.

Fernando Henrique Cardoso cumpriu à risca essas orientações, mas não as realizou por inteiro transmitindo ao seu sucessor, Luiz Inácio da Silva, a responsabilidade pelas reformas estruturais que mais profundamente viriam a atingir à classe trabalhadora, como as reformas da previdência, trabalhista, sindical e universitária.

Uma das táticas utilizadas para as privatizações de centenas de empresas de grande porte foi a contenção dos investimentos públicos nos setores estratégicos da economia como o siderúrgico, químico, petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, rodoviário, mineração, portuário, financeiro, informática e telecomunicações.

Empresas produtivas foram privatizadas sob forte resistência sindical e repressão policial aos manifestantes, em meio a uma acirrada polêmica na sociedade brasileira. Vale do Rio Doce, Caraíba, LIGHT, CERJ, Eletropaulo, CEG, Escelsa, Usiminas, Cosipa, Petroflex, Álcalis, RFFSA, Flumitrens, Metrô do Rio de Janeiro, Conerj, Portos de Angra dos Reis (CDRJ) e de Salvador (CODEBA), Bancos Meridional, Banespa, Banestado, BEA, Bemge, Banerj, Datamec, Embraer, Embratel, Telerj, Telesp, Manaus Saneamento,

social em esferas: o Estado ('primeiro setor'), o mercado ('segundo setor') e a sociedade civil ('terceiro setor') (MONTAÑO, 2005. p. 53).

somente para citar as mais importantes e estratégicas, foram leiloadas em pregões da bolsa de valores, arrecadando para o governo brasileiro, de 1999 a 2001, cerca de US\$ 105 bilhões, segundo dados oficiais⁴⁸.

Não estará em pauta a discussão sobre quais rumos político-administrativos devam ser tomados pelo estado capitalista, nem tampouco pretendemos adentrar, neste texto, pela polêmica sobre as privatizações. Cabe aqui, apenas, a análise de um período conjuntural pelo qual passa o capitalismo no Brasil – a reforma do estado – para que os seus efeitos na recuperação das taxas de lucro do capital, por um lado, e no cotidiano escolar, por outro, possam se relacionar com o tema central desta dissertação.

Sabemos, através de diversas pesquisas e textos científicos, que a reestruturação produtiva no Brasil e no mundo geraram desemprego em massa, tanto no setor público quanto no setor privado, somado à precarização do trabalho (ANTUNES, 2000, op. cit., p. 29-34). Portanto, não é difícil reconhecer o grande impacto social produzido pelas reformas, não só pelo montante das perdas diretas do emprego regulamentado, mas, principalmente, pelas reformas trabalhistas (precarização das relações de trabalho), sindicais (atrelamento ainda maior das organizações sindicais ao estado e concentração das decisões na cúpula dirigente) e previdenciárias (diminuição dos direitos à seguridade social e aumento do tempo de trabalho).

A reforma administrativa acabou por legitimar e institucionalizar “parcerias” entre o estado e empresas nacionais e multinacionais, organizações não-governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), fundações, etc. Esse estreitamento nas relações entre os setores público e privado vem abrindo enormes oportunidades para o terceiro setor disputar os recursos públicos disponíveis para a prestação de serviços essenciais.

Por ser este o tema central deste trabalho, nos interessa muito fazer a correlação entre a reforma do estado e o ensino básico. Caminhamos pelos capítulos 1 e 2 com o intuito de situar a escola da qual falamos, a escola burguesa, no centro do mecanismo propulsor do modo de produção capitalista. Assim, não corremos o risco de nos descolarmos da realidade política e material na qual vivemos, ou de nos envolvermos na conciliação dos distintos interesses das classes contraditórias.

No intuito de conhecermos a extensão das transformações propostas, optamos por tentar compreender melhor os objetivos estratégicos da burguesia em relação à recuperação

⁴⁸ Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/privatizacao/pndnew.asp> (Acesso em 7/5/2008).

da taxa de lucro do capital no geral e suas conseqüências no interior da escola, em particular. Será a escola pública, afinal, transformada em “organizações de serviço público não-estatais” (PEREIRA e GRAU, 1999)? Este termo foi cunhado por Bresser Pereira para defender, desde o primeiro mandato de Fernando Henrique, em 1995, a transformação do estado brasileiro num estado híbrido. O novo estado vem sendo implementado para atender às exigências de eficácia, competência e agilidade, principalmente na execução do que ele chama de “serviços sociais garantidos pelo estado”, de educação, saúde, cultura, assistência social e nas áreas científica e tecnológica (PEREIRA e GRAU, 1999, op. cit.).

Para explicitar melhor o ponto de vista a ser abordado, e também para efeito de ilustração, vale lembrar algumas das palavras de Bresser Pereira. Sempre dirigidas aos empresários, suas formulações teóricas não possuem nenhum pudor ao proporem que o capital privado se mantenha protegido à sombra do estado. Como resultado, sentimos os substanciais aumentos das tarifas dos serviços públicos e a sensível diminuição da sua eficácia, a corrupção nas agências fiscalizadoras das empresas concessionárias, as demissões em massa nas empresas privatizadas. Interessa-nos aqui demonstrar como os teóricos do capital ensinam aos seus pares a se protegerem no estado, naturalizando a sonegação e a compressão sobre os salários, resguardando assim os interesses da classe capitalista, num momento histórico em que o capital exige um estado híbrido que atenda às novas exigências de eficácia, competência e agilidade. Nas palavras de Bresser Pereira:

(...) Um setor privado continua financeiramente bem porque é bem administrado, porque se protege bem, porque continua a receber incentivos e proteção do setor público, porque não paga todos os impostos que seriam necessários pagar, porque paga salários muito baixos (...) (PEREIRA, 1992, p. 127-128).

Em outras palavras, a orientação teórica da classe burguesa para os empresários processarem a acumulação capitalista é a sonegação de impostos, a tomada de dinheiro do estado, a compressão do salário e as reformas que precarizam as relações de trabalho e a seguridade social. O ajuste encontrado pelo capital para restabelecer a sua taxa de lucro tem sido feito a contento, ainda que pese sobre as conquistas passadas do proletariado. A reforma do estado em todo mundo capitalista, aliada à pilhagem das nações periféricas e seu conseqüente endividamento produz um rastro de miserabilidade que não é problema para o capital. Sendo assim, ver no “desemprego, fome, doença, carência habitacional, todo este rosário de misérias que secularmente esmaga o proletariado” um sinal de crise do

capital “é desconhecer a essencialidade desta miserabilidade na própria existência do sistema” (Tese da OPOSIÇÃO SINDICAL, op. cit., 2007).

O campo de batalha dos trabalhadores para resistir às políticas capitalistas não poderão ser os salões da classe hegemônica, referidos anteriormente, e sim a luta de classe. E antes que algum leitor possa enrubescer com os conceitos filosóficos e sociológicos apresentados neste texto ou nos acusar de cheirar a mofo, vamos sacudir a poeira e consultar novamente os teóricos conservadores, que reconhecem na luta de classe, um fator preponderante no equilíbrio das taxas de lucro do capital, além de demonstrarem a guerra de vida ou morte entre capital e trabalho. A luta de classe é o elemento que pode justificar a queda das taxas de lucro, num processo de acirramento das reivindicações dos trabalhadores, na linha do que Marx apontou no capítulo sobre a “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro” em O Capital, no item sobre a “Compressão do salário abaixo do seu valor”. Marx diz que

Isso só se cita aqui empiricamente, já que, de fato, como várias outras coisas que deveriam ser mencionadas aqui, nada tem a ver com a análise geral do capital, mas pertence à exposição sobre a concorrência, que não é tratada nesta obra. Mesmo assim, é uma das causas mais significativas de contenção da tendência à queda da taxa de lucro (MARX, 1984-b, op. cit., p. 179).

Com o que concorda Bresser Pereira:

Esta possibilidade de a taxa de lucro permanecer estável enquanto a taxa de salário cresce a um ritmo superior ao do aumento da produtividade é um dado econômico extremamente importante na história do desenvolvimento capitalista. A elevação da taxa de salários é a reivindicação fundamental dos trabalhadores, a manutenção da taxa de lucros é a condição de sobrevivência dos capitalistas. Através do progresso técnico ambos os objetivos podem teoricamente ser alcançados, e na prática veremos que passaram a ser alcançados a partir da segunda metade do século passado nos países centrais. Este fato será essencial para explicar a relativa estabilidade política desses países. A luta de classes continua a ser fundamental, mas encontra uma solução relativamente satisfatória para ambas as partes no processo de acumulação acompanhado de progresso técnico neutro ou, se possível, poupador de capital (PEREIRA, 1986, p. 55).

Para acrescentar mais adiante que

(...) A tendência declinante da taxa de lucro, portanto, só pode ser admitida se, aos elementos estritamente tecnológicos, e econômicos, forem acrescentados um elemento político: o poder de barganha dos trabalhadores ou, em outras palavras, a luta de classes (ibid., p. 72).

Percebemos que os ideólogos do capital reconhecem a principal fonte teórica dos trabalhadores que buscam a superação revolucionária do capitalismo e vêem nela base de sustentação teórica para as suas próprias investidas sobre as relações de trabalho. A luta de classe é, portanto, o maior obstáculo para a recuperação das taxas de lucro do capital, e aqui, Bresser Pereira faz alusão ao período áureo de ascensão do capitalismo, ancorado pelo estado de bem estar social, o *Welfare State*.

II.3- ONGs Sem Fronteiras

Já sabemos, através de inúmeras fontes⁴⁹, que muitas ONGs seguem as orientações ideológicas do Banco Mundial (BM). Orientações que estão apregoadas em dezenas de documentos oficiais daquele organismo internacional, cuja ênfase recai sobre a nova concepção neoliberal do estado. Ângela Siqueira desvela as entrelinhas de tais documentos, que demonstram claramente o caráter privado e assistencialista no qual deve se fundar o estado. O discurso de “eficiência gerencial do setor público, na abertura dos serviços educacionais ao mercado global e na transferência de recursos públicos para o setor privado como forma de atender a baixo custo a população mais pobre”, caminha na linha mais recente de concepção da sociedade do século XXI pelo capital: “alívio da pobreza no mundo”, “coesão social” e “sociedade do conhecimento” (SIQUEIRA, 2004).

A concepção social-liberal de estado foi fundada por Friedrich Hayek e abraçada pela burguesia contemporânea a partir do início da década de 1970. Bresser Pereira toma para si as formulações de Hayek com o propósito de substituir o que chama de estado social-burocrático. Como tática para valer os objetivos do capital, ataca o estado socialdemocrata por contratar professores, médicos e assistentes sociais que, segundo ele, servem tão somente “para realizar de uma forma monopolista e ineficiente os serviços sociais e científicos (...)”. O ideólogo da reforma de estado no Brasil, não satisfeito com o seu próprio projeto neoliberal de redução do estado brasileiro, vai mais além, criticando o estado neoliberal por se pretender mínimo e renunciar, segundo ele, “a suas responsabilidades sociais (...)” (PEREIRA e GRAU, 1999, op. cit., p. 17).

O núcleo da sua crítica serve para criar as bases ideológicas que sujeitarão a sociedade à anuência de que o estado deva transferir a terceiros a prestação dos serviços públicos essenciais. Bresser Pereira transfere para a esfera “não-estatal”, o que chama de “(...) uma forma de propriedade que nem é estatal nem é privada” (ibid.). No decorrer da

⁴⁹ Documentos dos organismos multilaterais, artigos, resenhas, dissertações e teses.

apologia que faz às ONGs, Bresser Pereira reconhece o extraordinário crescimento desses organismos na América Latina nos últimos 30 anos e as caracteriza como “(...) associações de indivíduos que satisfazem necessidades coletivas sem que exista um sentido de propriedade entre seus membros (...)” (ibid., p. 30).

A chamada “sociedade civil”⁵⁰ sempre ocupou o espaço político não-estatal na esfera do estado, desde 1935, com a aprovação da Lei nº 091/35 (BARRETO, 2005). A aliança entre o estado getulista e a Igreja Católica favoreceu os setores assistencialistas a ela ligadas, e mais tarde, a outras religiões, como a espírita e a evangélica, além de organizações sem vínculo religioso. Importante apontar, aqui, as práticas clientelistas e corporativas marcadas já naquela época, e que conduziam à “transferência de fundos públicos para mãos privadas” (LANDIM, L., In HADDAD et all, 2002).

Atualmente, as análises e pesquisas científicas sobre o terceiro setor são bastante reduzidas nos países do sul, principalmente na América Latina. A observação mais detalhada na bibliografia das publicações internacionais sobre este segmento da sociedade capitalista identificará uma hegemonia dos países do norte, principalmente das produções anglo-saxônicas⁵¹. Esta restrição diminui a capacidade de crítica sobre as ONGs nas sociedades latino-americanas e limita a possibilidade de investigação sobre as práticas dessas organizações (TAFFAREL, 2003). Landim (In HADDAD et all, 2002, op. cit.) concorda que os estudos nas universidades brasileiras sobre as ONGs, nos anos finais da década de 80 e início dos anos 90, resumiram-se aos esforços de alguns poucos estudiosos, ainda assim, no interior de uma ou de outra ONG. Já no decorrer dos anos 90, muitos dirigentes de ONGs eram valorizados por sua formação universitária, e foi com base na

⁵⁰ Ao mencionarmos este termo, devemos, primeiramente, lembrar que “sociedade civil” não é uma categoria marxista, sendo analisada por Antônio Gramsci (1891-1937) como uma visão ampliada – o Estado Ampliado, que consiste na junção de duas sociedades: a sociedade política – que corresponde ao governo, e a chamada sociedade civil – que corresponde aos aparelhos privados de hegemonia – que são núcleos que compõem a sociedade burguesa para a manutenção do poder e controle da classe dominante propagando o “consenso de classes” (COUTINHO, 2003). Ellen Wood apresenta uma definição mais apropriada aos novos tempos de organização da produção: “Sociedade civil constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o público e o privado, mas um reino inteiramente novo (...). Ela gera uma nova divisão do trabalho entre a esfera pública do estado e a esfera privada da propriedade capitalista e do imperativo do mercado, em que a apropriação, exploração e dominação se desligam da autoridade pública e da responsabilidade social – enquanto esses novos poderes privados dependem da sustentação do estado por meio de um poder de imposição mais concentrado do que qualquer outro que tenha existido anteriormente” (WOOD, 2003, p. 217-218).

⁵¹ Os principais centros de estudos acadêmicos que se destacam são o “Centro e Estudos de Sociedade Civil e ONGs da London School of Economics, o Instituto de Estudos e Política da Universidade John Hopkins, o Programa de Organizações sem Fins Lucrativos da Universidade de Yale, o Centro Hauser para Organizações sem Fins Lucrativos da Universidade de Havard, o Instituto de Estudos do Desenvolvimento (IDR) de Boston e o Programa da Fundação Ford com o Institute of Development Studies de Sussex sobre Governabilidade e Movimentos Cidadãos” (HADDAD, 2002).

inserção desses quadros na academia que houve uma rápida multiplicação dos trabalhos acadêmicos, teses e dissertações sobre ONGs.

Relatórios do BIRD dizem, a respeito do financiamento das ONGs, que nos anos 1970, somente 1,5% dos empréstimos concedidos favoreciam as ONGs. Em 1996, já representavam 52% e, no ano de 2001, 70% dos empréstimos do banco destinaram-se a ONGs.

Poucos são os autores que possuem uma visão crítica sobre as ONGs. A maioria se soma ao fortalecimento do senso comum no qual esses organismos, supostamente, têm a prerrogativa de combater uma determinada miserabilidade que, naturalizada pela concepção idealista de homem, deixa de ser consequência das políticas capitalistas. Tal pensamento idealista conduz a uma compreensão geral – excetuando-se os oportunistas e carreiristas, que podemos aqui denominar como *ongueiros* – de que as ONGs possam vir a preencher uma lacuna deixada pelo estado. Jamais assumindo as reais causas sistêmicas do modo de produção capitalista, ou mesmo ignorando-as, o senso comum idealista particulariza o problema, transferindo para o pessoal a responsabilidade pelas ações políticas ou, no máximo, depositando tal responsabilidade em grupos de indivíduos, chamando a isso de “*crise de governança*”. Esta crítica na verdade esconde o *modus operandi* do sistema capitalista, ignorando que esse vácuo é produzido deliberadamente pela contenção dos investimentos públicos para a elevação do superávit primário e, conseqüentemente, para a elevação das taxas de lucro do capital.

O mundo das ONGs hoje é um negócio extremamente rendoso. Taffarel (2003, op. cit.) procura desmistificar e denunciar a natureza mercantilista dessas organizações, identificando a sua origem nas “iniciativas e ações governamentais”. Para ela, as ONGs “*se inspiram em políticas oficiais e se fazem financiar com recursos nacionais e estrangeiros de agências multilaterais de investimentos que visam lucros*” (ibid., p. 109-110, grifos nossos).

A análise cuidadosa do relacionamento das organizações do terceiro setor com a sociedade, e a sua estreita ligação com o estado, induz Taffarel a uma reflexão que a permite distinguir uma estratégia de despolitização geral dos trabalhadores e estudantes. Tal estratégia visa retirar os “militantes” da ação política direta contra o capital e seus efeitos, afastando-os “das organizações político-partidárias e sindicais, mobilizadoras e organizadoras da consciência de classe” (ibid.).

Os projetos de caráter pedagógico implementados no interior das unidades escolares pelas empresas, fundações, ONGs, etc., e encampados pelas direções como parte

do projeto político-pedagógico da escola, também são, hoje, um fato concreto do cotidiano da escola pública. Sabemos que muitos desses projetos utilizam voluntários e alunos para suas atividades pedagógicas, enquanto outros utilizam força de trabalho especializada. Porém, esse serviço é prestado por pessoas as quais permanecem à margem dos quadros efetivos do serviço público (concursados). Via de regra, estes “profissionais”, prestadores dos serviços públicos essenciais de educação, são indicados pela pessoa jurídica responsável pelo projeto, diretamente pelo governo, ou ainda, pelo fisiologismo político característico dos governos capitalistas liberais.

Esses projetos são mercantilistas e assistencialistas, na medida em que se utilizam do conjunto da comunidade escolar para realizar a propaganda comercial de seus produtos e serviços ou a sua venda direta (no caso das empresas). Introduzem as ONGs no interior das escolas para preencher as deficiências e lacunas deixadas pelo estado, quanto à prestação dos serviços educacionais. Como consequência da ocupação da escola pública pelo terceiro setor, podemos observar que estes organismos extraem uma grande vantagem desta chamada parceira. Beneficiam-se financeiramente pela venda direta de seus serviços e produtos através da propaganda comercial que representa a sua intervenção na escola.

II.4- Balanço do Neoliberalismo

Para entrar na análise do sistema, destacaremos o período contemporâneo do desenvolvimento do capitalismo e seu momento histórico atual, não nos furtando, entretanto, em retroceder na história sempre que se fizer necessária qualquer argumentação mais pontual sobre a origem do pensamento liberal e seus métodos de dominação burguesa. Para nós, o período a que nos referimos terá início, *grosso modo*, em 1947, quando Friedrich Hayek convoca os intelectuais que compartilhavam da sua orientação ideológica para uma reunião na estação de Mont Pèlerin, na Suíça, a fim de combater o recém-instalado estado de bem estar europeu e o New Deal norte-americano⁵². Entre os seus companheiros que fundaram a Sociedade do Monte Pelegrin estavam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Salvador de Mariaga, e outros economistas

⁵² Nome com que ficaram conhecidas as reformas sociais e econômicas introduzidas durante os dois governos sucessivos do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt. O primeiro programa, adotado entre 1933 e 1935, buscava a recuperação financeira e o combate ao desemprego nos Estados Unidos, ambos resultantes da crise de 1929. Já o segundo programa, de 1935-1939, concentrou-se basicamente na área de seguridade social para a classe trabalhadora e proteção aos pequenos fazendeiros. Embora tivesse sofrido forte oposição, o New Deal foi responsável pela criação de cerca de dez milhões de novos empregos, contribuindo para a recuperação econômica dos EUA. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_newdeal.htm (Acesso em 13/5/2008).

liberais radicais, que viam no keynesianismo⁵³ uma forte dose de igualitarismo e controle do estado sobre o mercado e a propriedade, ainda que criasse “novos programas sociais assumidamente destinados a prevenir que um número maior de pessoas migrasse para o radicalismo de esquerda”. O texto base que os ligava era *O Caminho da Servidão*, escrito por Hayek ainda em 1944. Lá, Hayek defende uma liberdade plena para o mercado e para a propriedade, livre da regulação do estado, o que deveria gerar, segundo a sua concepção neoliberal, uma maior desigualdade, valor imprescindível para as sociedades ocidentais, segundo os princípios da teoria neoliberal (ANDERSON, 1995, p. 15 e KLEIN, 2008, op. cit., p. 70).

Com um atraso de 25 anos em relação ao desejo de Hayek e seus companheiros, o neoliberalismo tem por objetivo a recuperação das taxas de lucro do capital. Hoje, assume proporções gigantescas quanto ao seu efeito letal junto ao proletariado, por um lado, e quanto à eficácia de uma acumulação, por outro, proporcionada por um conjunto de medidas anti-sociais.

O neoliberalismo se fundamenta no fortalecimento do capital financeiro frente aos demais segmentos do capitalismo, ampliando os fluxos de capitais e privatizando os bens e as empresas públicas. As reservas cambiais acumuladas através de agressivas políticas de aumento do superávit primário garantem o financiamento do capital especulativo – que circula no mercado financeiro – e do setor industrial e exportador. Especialmente em tempos de crises agudas – como a crise atual, tornada pública somente no segundo semestre de 2008 –, os estados capitalistas subsidiam as empresas de maior porte, encampando-as (estatizando-as), como vimos anteriormente. A elevação das taxas de juros é o elemento essencial do capital para a sua remuneração na produção capitalista, por um lado, e, por outro, para a contenção da inflação. Esta vem sendo refreada não só pela contração da emissão monetária, mas, principalmente, pelas políticas cujas conseqüências impõem um grande sacrifício ao proletariado, quais sejam: compressão salarial, corte dos gastos sociais e aumento das tarifas públicas. O desemprego estrutural decorrente deste ajuste na produção requer, então, um endurecimento das forças de repressão às greves e aos movimentos sociais, o que obrigou a esquerda reformista e o trotskismo, de um modo

⁵³ Referência ao economista britânico John Maynard Keynes (5/6/1883 a 21/4/1946), denomina-se keynesianismo o estado de bem estar social, ou *welfare state*, ou capitalismo keynesiano: política implantada mais fortemente após a Segunda Guerra Mundial para restabelecer a economia, principalmente dos países atingidos pela guerra. O estado é intervencionista e provedor das políticas sociais, regulamentando o mercado e a propriedade privada “através de medidas de política monetária e fiscal, para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos - recessão, depressão e *booms* econômicos”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes (Acesso em 7/6/2009).

geral e para se manterem coerentes com a sua lógica fundante, a substituírem o processo de organização histórica do proletariado (organização de greves e piquetes) pela intervenção parlamentar, de caráter democrático-burguesa. Conforme veremos no próximo item deste capítulo, que analisa a crise da esquerda interpretamos este recuo como consequência de uma profunda crise teórico-programática que assombrou e assombra, ainda, a esquerda referenciada no marxismo. Qual a saída, então, para a esquerda? Falaremos disso depois. Por ora, nossa preocupação é estabelecer um parâmetro que relacione o período histórico anterior do desenvolvimento capitalista, no pós-guerra, com o período atual.

Antunes (2000) faz uma providencial comparação entre estes dois períodos, ou seja, o último ciclo de reprodutibilidade do sistema – que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, iniciando-se na Grande Depressão, em 1929, e estendendo-se até o pós-guerra, na década de 1960 – e o período atual. Segundo o autor, podemos deduzir que um método de reprodutibilidade diferencia-se do outro por duas questões fundamentais: a primeira está no fato de que, nas décadas de 1950/60, durante o período produtivo do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo registrara o maior crescimento da produção em toda a sua história, o que não acontece agora, em que o crescimento econômico foi praticamente nulo ou muito abaixo da sua fase de ouro do pós-guerra. De lá para cá, as reformas nas legislações sindical, trabalhista e previdenciária têm sido o ápice das transformações históricas da relação capital/trabalho, desde o período do pós-guerra.

Em segundo lugar, no que se refere ao fator subjetivo do capitalismo, ou seja, a luta de classe, podemos observar que, naquele período, os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores conseguiram obter conquistas consideráveis nas legislações trabalhistas e avanços na seguridade social. Diferentemente, no período atual, o neoliberalismo produziu efeito contrário. O movimento sindical encontrou barreiras significativas para defender as conquistas trabalhistas e sociais verificadas no período anterior. O próximo item deste capítulo tem a pretensão de analisar os motivos pelos quais o capital viu seu caminho facilitado para a retomada das conquistas históricas da classe trabalhadora.

II.5- A Crise da Esquerda: breve histórico e uma análise crítica

Este item não pretende dar conta do problema da crise teórico-programática que vive a esquerda no Brasil e no mundo. Seu objetivo é apontar alguns elementos que consideramos fundamentais e que identifiquem o problema e o nível de sua complexidade. Ainda que gere uma grande polêmica, nossas formulações críticas ao reformismo socialdemocrata e estalinista não são uma novidade nas ciências sociais de uma maneira

geral. Entretanto, chamamos a atenção para uma inovação no mundo acadêmico e político: a crítica ao trotskismo. Tal crítica deve ser compreendida como um elemento essencial na elaboração desta discussão, em primeiro lugar, pelos métodos assumidos pelo trotskismo no movimento, e depois, pela sua importância para a organização política da classe trabalhadora.

Por essa razão, procuraremos elaborar uma linha de argumentação que evite fracionar a crítica a esses segmentos teórico-programáticos – a socialdemocracia, o estalinismo e o trotskismo –, de forma a buscar a compreensão da totalidade formada pela intervenção político-metodológica de cada uma dessas correntes separadamente.

Não reproduziremos aqui, portanto, a linha de argumentação do trotskismo para criticar o estalinismo e a socialdemocracia, por um lado, nem tampouco a dos conservadores, por outro, para fazer a crítica a essas correntes. Daí a relevância das nossas críticas.

Pretendemos com toda essa discussão, demonstrar as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em educação na sua intervenção político-pedagógica no interior da escola, no exato momento em que suas atividades contra o senso comum começam a causar dificuldades ao processo de dominação. Consideramos essencial que os trabalhadores da educação, antes mesmo de atuarem numa pedagogia crítica no interior da escola, identifiquem tais dificuldades para poderem avaliar melhor a correlação de forças existentes entre nós – representada pela organização sindical – e o poder constituído – representado pelo que hoje é conhecido como gestão escolar.

A relação conflituosa e mesmo de antagonismo entre essas forças elevam a um patamar superior a nossa responsabilidade para com a análise que propomos fazer, o que nos remete a optar pela observação e crítica dos métodos assumidos pelas organizações de esquerda para organizar a classe trabalhadora. Neste sentido, faremos um breve histórico da composição política do movimento sindical contemporâneo, no geral, e do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe), em particular, e nos limitaremos a pontuar os métodos utilizados pelas organizações políticas que constituem o espectro da esquerda no Brasil.

Iniciaremos nossa análise a partir do processo de redemocratização no Brasil, que tem procedência nas reivindicações da chamada sociedade civil pela recuperação dos direitos constitucionais que se materializaram nas pressões das massas contra o regime, externadas a partir da segunda metade da década de 1970. Toda aquela pressão exercida sobre a ditadura militar contribuiu para a “abertura política”, cuja principal consequência

foi o retorno dos exilados políticos. Militantes políticos, intelectuais, personalidades do mundo artístico, literário e da Teologia da Libertação desembarcaram no Brasil munidos da expectativa socialdemocrata da redemocratização. Esta orientação conduziu as massas trabalhadoras para um dos maiores movimentos políticos de massas já vistos no Brasil: as Diretas Já, derrotadas com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, em 1985. Para o que nos interessa discutir aqui, observaremos o movimento político de organização da classe trabalhadora brasileira, especialmente os caminhos que tomou a esquerda antes, durante e posteriormente a este processo.

Desde a década de 1930, os sindicatos eram atrelados ao estado e seus dirigentes cooptados para os aparelhos institucionais. Esta estrutura rígida de organização dos sindicatos pelo estado foi consolidada em 1943 com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O que não quer dizer que os trabalhadores não tenham se insurgido contra aquele tipo de organização oficial da estrutura sindical que, como bem caracteriza José Souza (2002, p. 131), possuíam um “caráter assistencialista” e eram profundamente “atrelados aos interesses do regime militar”. A luta pela autonomia sindical, o direito de greve, o fim do imposto sindical, a sindicalização dos servidores públicos já faziam parte das reivindicações históricas da classe trabalhadora brasileira. Ainda antes do golpe militar, o movimento independente de reorganização sindical no Brasil demonstrava alguma disposição em promover mudanças naquela estrutura oficial. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) é criado, em 1962, ainda que no governo de orientação trabalhista de Jango, sob a bandeira das reivindicações, numa conjuntura que levaria também à “duplicação do número de organizações sindicais, especialmente no setor rural” (ibid.).

Apesar da dispersão causada pela ditadura militar, que desarticulou o CGT e colocou suas mãos ainda mais pesadas sobre a estrutura sindical, inúmeras oposições sindicais foram formadas durante os anos de chumbo, sedimentadas em duras críticas àquela estrutura sindical chapa branca (ibid.).

Embora a ditadura militar burguesa, imposta pelo golpe de 1964, tivesse conseguido, concretamente, reprimir os movimentos sindical, estudantil e comunitários à base de seqüestros, prisões e torturas, é importante lembrar que a repressão não conseguiu destruir a estrutura sindical. Os sindicatos e as federações continuaram atuando, apesar das suas limitações impostas pela legislação federal que transferia para o governo a

determinação dos índices de reajuste salarial, impedindo a negociação direta entre patrões e trabalhadores (NETO, 2005, p. 36)⁵⁴.

Eurelino Coelho relata, brilhantemente, na sua tese de doutorado em história, os caminhos percorridos pela classe trabalhadora brasileira para superar aquele momento histórico, materializado no arrocho salarial e na repressão à organização política e à imprensa. Para ele, “houve um severo desacato à legislação antigreve da ditadura”, única saída possível contra o arrocho salarial e, por conseguinte, contra a política econômica patronal. O autor observa que a “explosão de greves” ocorrida a partir de 1978 teve a participação de vários setores da classe. Os metalúrgicos do ABC eram a categoria mais expressiva por representar o setor plantado “no pólo mais dinâmico da economia brasileira, no coração da acumulação capitalista”, o que, para Eurelino, “justifica plenamente o destaque que alcançaram” naquele processo de resistência. Ao contrário do que se pensa, os metalúrgicos representaram apenas 18% das 246 greves realizadas em 1979. O restante das greves (82%) foi “obra da mobilização de outras categorias de trabalhadores (principalmente operários da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores)” (ibid., p. 37-38).

A reação da classe trabalhadora brasileira naquele momento foi pautada pela rebeldia e suas ações expressaram os esforços bem sucedidos da classe “para sair dos espaços mais restritos determinados pela ditadura e limitados basicamente à resistência”, o que mudaria “a configuração da luta de classes no país” (ibid. p. 38).

A nós interessa analisar aquele momento na expectativa de nele podermos encontrar as razões de tão significativa transformação no programa político do proletariado brasileiro, de lá para cá. Essas profundas modificações programáticas iriam desempenhar papel decisivo para a eleição de Luiz Inácio à presidência da república, em 2002, e causar enormes dificuldades para a nossa intervenção político-pedagógica no interior da escola.

Numa análise da conjuntura mundial, Perry Anderson (2008) sustenta que “o regime de Lula poderia ser considerado, sob um certo ponto de vista, como a maior decepção sofrida pela esquerda mundial neste período”. Anderson analisa a construção do PT como sendo

(...) o último partido operário de massas que surgiu no século XX, de fato, o único verdadeiramente novo desde a Segunda Guerra Mundial. Em suas origens era uma força militante radical, de modo algum social-democrata, nascido das lutas populares em escala nacional contra uma ditadura militar. Conquistando o

⁵⁴ A lei mencionada é a Lei nº 4.725, de 1965, e alguns decretos-lei posteriores.

poder no maior país do continente, depois de oito anos de uma administração neoliberal que denunciou, o partido não tem conseguido romper com as mesmas ortodoxias, que tem feito dos bancos e das instituições financeiras os grandes beneficiários do seu governo. Nenhuma bolsa do mundo tem contabilizado lucros tão estratosféricos como a de São Paulo, que disparou até 900% num intervalo de cinco anos (ibid., p. 22-23).

Anderson não chega a mencionar neste artigo que a ascensão do PT ao governo federal exerce uma enorme influência na CUT, na UNE e no MST. Seria muito importante podermos ouvir de um historiador marxista como Perry Anderson que estas entidades funcionam como correia de transmissão do governo, principalmente, para implementar uma vigorosa campanha institucional de diluição da consciência de classe. Tudo para garantir que os “bancos” e as “instituições financeiras” sejam “os grandes beneficiários do seu governo” (ibid.).

Compartilhamos da opinião de que se explicitava, pelo menos até 1989, a já exasperada contradição nas relações de classe, expressa através das contundentes declarações de dirigentes sindicais na mídia ou nas massivas mobilizações para as passeatas, assembléias e ocupações, que terminavam quase sempre em acirrados enfrentamentos com a força de repressão da burguesia. Entretanto, apesar de concordarmos que o PT, “em suas origens era uma força militante radical”, e que nascera “das lutas populares em escala nacional contra uma ditadura militar”, não podemos compartilhar da opinião de Perry Anderson de que este partido não fosse, “de modo algum social-democrata” (ibid.), como ele afirma em sua recente análise de conjuntura, pois, leva-nos à imediata questão: qual seria, então, a orientação programática do PT se ele não é socialdemocrata? Seria um partido de extrema-direita?

Logo no primeiro parágrafo do seu manifesto de fundação, o partido demonstra a sua convicção pela democracia e afirma, categoricamente, que “o trabalhador brasileiro” teria aprendido “em suas lutas (...) que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá” (PARTIDO DOS TRABALHADORES-PT⁵⁵, 1980, p. 1). Para que não restem dúvidas sobre a orientação democrática do PT, seu manifesto de fundação assegura, ainda, a luta “por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis” (ibid. p. 2). Obviamente que foi autorizado, desde a fundação, a participar do processo eleitoral, mesmo que “suas atividades parlamentares” fossem subordinadas “ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”, ou que “o país

⁵⁵ Doravante apenas PT.

só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras” (ibid.).

Para nós, estas considerações são altamente contraditórias com um programa de orientação comunista ou socialista, do ponto de vista do socialismo científico de Marx e Engels. Ainda que alguém possa se entusiasmar com a afirmação de que o PT “nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (ibid., p. 1), temos por obrigação alertar a estes incautos de que a contradição exposta em cada linha dos documentos do PT alimenta uma grande confusão teórico-programática, pois falseia uma aparência anticapitalista.

Como vimos no Capítulo I, no item sobre a concepção idealista do estado, a contradição é uma lei da dialética que somente pode ser resolvida pela superação de um dos elementos envolvidos no choque produzido pela luta dos contrários. Não precisamos ir a Marx, ficamos mesmo com Hegel: o PT apresenta em seus documentos categorias contraditórias que não pretendem se chocar para superar a sua contradição, com a ascensão de um dos elementos (o “Ser-outro”) e o perecimento do seu elemento contraditório. Como poderemos supor – em Hegel, insistimos, pois em Marx seria impensável – que um partido possa ser, ao mesmo tempo, democrata e anticapitalista? Não que a democracia não possa conviver com outras formas de organização da produção. Tanto pode que se fundou no sistema escravocrata da Grécia Antiga. O que está em pauta, no entanto, é o que fazer com uma sociedade dividida em classes. Em apenas um pequeno trecho do documento intitulado “O Socialismo Petista”, de 1999, o PT se assume, ao mesmo tempo, democrata, anticapitalista e socialista, vejamos:

Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco nossa luta democrática. Ainda que textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, em sua origem, nitidamente socialista (PT, 1999, p. 2).

Com o intuito de agradar às classes contraditórias, tanto quanto fizeram os socialdemocratas da II Internacional, e, mais tarde, os reformistas de linha soviética da III Internacional, o documento tenta radicalizar a sua retórica, por um lado, dando ênfase à necessidade de organização das massas trabalhadoras e, por outro, dirige-se ao patronato – que não pretende extinguir –, buscando “conjuguar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de

trabalho, capaz de superar sua alienação atual” (ibid., p. 6). A dissimulação não é percebida pelos incautos dos quais falamos há pouco, porém, fica bem claro para quem desejar entender, como os programas políticos se manifestam para as classes contraditórias nas suas entrelinhas. O documento supõe a manutenção do patronato, ao longo da apologia sistemática que faz à democracia, propondo os “conselhos de fábrica” enquanto uma “referência obrigatória” para a “gestão de cada unidade produtiva”, assim como a participação da sociedade na administração pública “por meio de um planejamento estratégico sob o controle social” (ibid.). Sabemos da importância dos conselhos de fábrica no processo de organização do proletariado, mas não é isso que colocava em jogo este documento, ao ser aprovado, em 1999.

O que estava em jogo era o poder burguês. Por um lado, era preciso satisfazer as expectativas das organizações da chamada esquerda petista e, por outro, atrair a classe média e o empresariado. A demanda da esquerda petista pôde, com certa facilidade, ser atendida com a aprovação dos chamados “documentos históricos” do partido, enquanto que a expectativa de aproximação com a burguesia consolidou-se na aliança com o então Partido Liberal (PL), na campanha eleitoral de 2002, expressa na chapa Lula/Alencar, para a Presidência da República.

Voltando à rebeldia da qual falávamos um pouco mais acima, depois deste parêntese absolutamente necessário, sob o nosso ponto de vista, foi por causa dela, aliada ao desgaste de 15 anos de regime de exceção, somado ao prejuízo econômico dos empresários, causado pelas inúmeras greves, que a burguesia brasileira foi obrigada a repensar a sua modalidade verde-oliva de dominação. Os empresários fizeram suas contas e perceberam que o custo-benefício das greves apontava para uma necessidade de negociação direta com os trabalhadores grevistas. Além do mais, ficou evidente a ineficácia da repressão militar, expressa no enfrentamento aos aparatos militares que tentavam impedir as massivas mobilizações dos trabalhadores nas praças, ruas e estádios. Havia uma crise de dominação (NETO, 2005, op. cit., p. 40).

Todo este desgaste abriu espaços para a classe trabalhadora avançar na sua organização política independente, tanto do estado quanto do peleguismo decadente, principalmente depois da promulgação da reforma partidária. Segundo Eurelino Coelho, a chamada lei dos partidos foi “concebida por setores governamentais como um meio de enfraquecer a oposição (pelo fracionamento do MDB) e assegurar ao governo maior controle sobre o processo de abertura política”. A Lei nº 6.767 (BRASIL, 1979) extinguiu a ARENA (Ação Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e

orientava para a criação de novos partidos. Foram criados o PDS (Partido Democrático e Social), da burguesia que se aquartelava anteriormente na Arena, e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), uma continuidade do MDB, que reunia políticos burgueses, intelectuais, empresários e organizações da esquerda, como por exemplo, a Tendência Socialista, do MDB/RS, que viria a constituir-se na corrente petista Democracia Socialista (DS) (ibid., p. 56).

No ano anterior, por ocasião das eleições gerais, figuras representativas do mundo burguês, como Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy, tentaram construir uma ponte, ainda que frágil, entre os sindicalistas “autênticos” e intelectuais de esquerda e políticos do grupo dos “autênticos” do MDB. Uma grande rede de simpatizantes da necessidade da construção de um novo partido foi consolidada pelas lutas de 1978/1979, dentre eles “o movimento contra a carestia, o movimento pela Anistia, o sindicato de jornalistas (houve greve dos jornalistas no período), de artistas, parlamentares”. Até reuniões foram propostas aos militantes pró-PT, sindicalistas e intelectuais (Francisco Weffort, Vinícius Caldeira Brandt, José Álvaro Moisés, Plínio de Arruda Sampaio, Paul Singer e outros), mas, como seria de se esperar numa conjuntura acirrada como aquela, não havia consenso, da parte dos peemedebistas chamados “autênticos”, com a criação de um partido da classe, independente (ibid.).

O “grupo do Lula”, como ficaram conhecidos os sindicalistas autênticos antes de se tornarem Articulação, no interior do PT, preferiu costurar acordos com a Convergência Socialista, prática que viria a se perpetuar ao longo da década de 1980 até a expulsão dessa corrente do partido, em 1992, passando a se organizar com o nome de PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

Naquela altura, o ensejo no interior do movimento sindical e dos movimentos populares para a criação de um partido de trabalhadores, independente e que organizasse a classe pelos locais de trabalho, estudo e moradia, já se encontrava bastante amadurecido. O movimento sindical foi, não obstante, o motor central da construção do PT.

A luta por “um sindicalismo independente, desatrelado do governo militar” e capaz de exercer influência sobre a classe trabalhadora foi amadurecendo até tomar um vulto maior, na década de 1970. Em 1977 foi realizado o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), mas somente no ano seguinte, no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), chefiada pelo “dirigente pelego” Ari Campista, torna-se conhecido e se consolida um grupo de sindicalistas

designados como os “Sindicalistas Autênticos” (ibid. p. 48 e 53; SOUZA, 2002, op. cit., p. 132).

Os “autênticos” não demorariam muito a sofrer defecções, frente à extrema rapidez que evoluíam as discussões sobre a construção do novo partido, “sobretudo devido à reação dos sindicalistas ligados aos partidos comunistas”. As diferenças não se limitavam à concepção partidária, avançavam também quanto às divergências de ponto de vista “na questão de reconhecer a legitimidade das oposições sindicais e na radicalidade da crítica à estrutura sindical corporativa” (NETO, 2005, op. cit., p. 54) e mais adiante, também quanto aos rumos da campanha das Diretas Já.

Tais divergências manifestavam-se desde a realização do Encontro de Monlevade, em fevereiro de 1980, da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), que reuniu desde os “sindicalistas autênticos” até a Unidade Sindical, passando pelas pastorais operárias, movimentos populares e comunidades eclesiais de base (CEB), todos ligados à igreja católica, além de organizações marxistas e trotskistas. As principais resoluções do encontro foram a “luta pela redemocratização da estrutura sindical, pelo direito irrestrito de greve, pela negociação direta entre empregados e empregadores e pela conquista da liberdade e autonomia sindicais” (SOUZA, 2002, op. cit., p. 136).

Mais três encontros nacionais da ANAMPOS seriam realizados: o segundo, em julho de 1980, o terceiro, em junho de 1981 e o quarto encontro realizou-se em junho de 1982, todos reafirmando o caráter classista daquele movimento, cujos princípios básicos eram, além da “reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, greve geral, estabilidade de emprego, fim do imposto sindical e formação de uma central única dos trabalhadores”:

(...) incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as do movimento popular; avançar a partir das lutas concretas dos trabalhadores; manter fundos de greve e cursos de formação; afirmar a autonomia do movimento popular frente aos partidos políticos e lutar por uma sociedade dirigida pelos trabalhadores e voltada para as aspirações de justiça das classes populares (ibid., p. 136, 137 e 140).

Este último encontro da ANAMPOS tem um significado especial para a história, pois decide marcar a data do I CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras), que viria a fundar a CUT, em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, “reunindo 5059 trabalhadores, pertencentes a 912 entidades, dentre as quais havia desde dirigentes sindicais e delegados de base, até delegados eleitos pelas oposições

sindicais”, passando pelos movimentos ligados à igreja e pelas organizações da esquerda proletária (ibid., p. 140-141).

Apesar de não planejarmos levantar todos os elementos que detalhem os acontecimentos históricos daquela época, alguns dados são significativos para a seqüência que demarcou a história recente da classe trabalhadora brasileira. Na verdade, o I CONCLAT foi marcado para acontecer em agosto de 1982, pela I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), realizada na Praia Grande, em São Paulo, em agosto de 1981. A conferência reuniu 5036 delegados representando 1091 entidades sindicais de várias categorias, inclusive dos servidores públicos, dos bóias-frias e dos sem-terra (ibid., p. 137-138).

O motivo do adiamento por um longo ano foram as profundas divergências dos setores comprometidos com a ideologia burguesa e pequeno-burguesa, que não só rejeitavam a possibilidade da criação de uma central independente e classista, como reagiam a isso. A polarização em torno da proposta da fundação da CUT se deu entre as forças da ANAMPOS, de um lado, e as forças da Unidade Sindical, de outro (ibid., p. 138).

Deste último organismo fazia parte o partidão (PCB), o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), o PCdoB, o PMDB e sindicalistas independentes, que constituía a sua base política. Entretanto, não satisfeitos com este perfil ultraconservador, a Unidade Sindical procurou, para a I CONCLAT, uma aliança com o peleguismo moderno representado por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, e teve o apoio expressivo de José Francisco da Silva, presidente da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) (ibid.).

Para nós parece óbvio que a fervura das contradições aquecidas por aquele caldeirão de interesses antagônicos transbordaria o caldo. A plenária era constituída por trabalhadores radicalizados contra o poder patronal, enfrentando-se com o segmento do proletariado rendido à conciliação e ao recuo. Podemos considerar registrado pelas forças que realmente desejavam construir uma ferramenta política contra o poder dominante, que a I CONCLAT foi, tardiamente, o divisor de águas entre dois métodos antagônicos de organização da classe. Estes se expressavam, por um lado, por mecanismos que buscavam os princípios históricos da independência de classe e, por outro, com o princípio de conciliação com os interesses da burguesia.

O que estava em jogo era a disputa entre estes dois campos, a ANAMPOS e a Unidade Sindical, pela direção do “*novo sindicalismo*”, sendo a convocação do I

CONCLAT, que fundaria a CUT e elegeria a comissão pró-CUT, os principais pontos daquela conferência.

Aqui, chamamos a atenção para os elementos estruturantes desta luta dos contrários, procurando encontrar na dialética as respostas para os erros e os acertos produzidos ao longo daquele que se constituiria em mais um importante processo histórico na organização política dos trabalhadores. Para tanto, remetemo-nos à discussão feita anteriormente, no item 4 do Capítulo I, na qual expúnhamos o pensamento de Hegel para defendermos que seu sistema filosófico é utilizado até os dias atuais – ainda que de forma distorcida e oportunista – como base para a dominação liberal. Sendo assim, consideramos equivocado por parte de José dos Santos Souza (*ibid.*, p. 138) achar contraditório o fato da “ruptura na unidade do movimento sindical dos anos 80” ter ocorrido sob o “clima de disputa acirrada entre a Unidade Sindical e a ANAMPOS”. No nosso entendimento, esta é uma compreensão distorcida – não só do autor, mas dominante no interior do movimento dos trabalhadores em geral –, se tomarmos por base o conceito hegeliano de identidade dos contrários. Esta distorção permite supor a possibilidade da livre convivência entre seres opostos, sem imaginar que estas forças estarão em permanente luta até que uma delas pereça, provocando o surgimento de um novo ser, como diz Hegel, um “ser-outro”, o “devir”.

É bem verdade que devemos sempre buscar a unidade nas nossas lutas, mas com quem? Pois sabemos bem contra quem lutamos e, naquele momento, a maioria dos integrantes da ANAMPOS também sabia. Mesmo aqueles setores que, muito mais tarde, haveriam de mudar de lado. Entretanto, a identidade político-programática dos setores pertencentes à Unidade Sindical demonstrava, para quem desejasse ver, a sua estreita ligação com o programa da burguesia. E isto se expressava no campo político mais geral com muito mais ênfase do que no campo econômico, onde era possível costurar acordos. Tanto que votações conjuntas foram realizadas em torno do “fim do arrocho (...), defesa da estabilidade (...), redução da jornada (...), defesa das estatais, direito de sindicalização para o funcionalismo público, liberdade e autonomia sindicais, direito de greve, reforma agrária”, etc. (*ibid.*).

Novamente Mao Tse-Tung (2004), o principal dirigente da Revolução Chinesa, em 1949, pode contribuir para a compreensão do processo de transformação dos fenômenos aos quais somos submetidos no nosso cotidiano, utilizando-se da dialética. Segundo ele,

(...) todo fenômeno apresenta dois estágios, um de repouso relativo e um de modificação evidente. Esses dois estados são provocados pela luta mútua dos dois elementos contrários que se contém no próprio fenômeno. (...) a unidade, a coesão, a união, a harmonia, a equivalência, a estabilidade, a estagnação, a continuidade, o equilíbrio, a condensação, a atração etc., que observamos na vida cotidiana são as manifestações dos fenômenos que se encontram no estágio das modificações quantitativas, enquanto que a ruptura da unidade, a destruição desses estágios de coesão, união, harmonia, equivalência, estabilidade, estagnação, repouso, continuidade, equilíbrio, condensação, atração etc., e a passagem respectiva aos estágios opostos, são as manifestações que se encontram no estágio das modificações qualitativas, quer dizer, que se transformam passando de um processo ao outro. (...) eis a razão porque a unidade dos contrários é condicionada, passageira, relativa, enquanto que a luta dos contrários que se excluem mutuamente é absoluta. (ibid., p. 88-89)

Obedecendo às leis da dialética, fica transparente que a crise apontada acima por José dos Santos nada mais foi do que a exposição da particularidade daquele fenômeno que completou, ainda que tardiamente, o seu ciclo de desenvolvimento das lutas dos contrários. Tardiamente, insistimos, pois foi alimentado por uma concepção idealista, teleológica, portanto, anti-dialética, presente até os dias de hoje no movimento dos trabalhadores. A falta de percepção desses fenômenos levam essas organizações a supor que a unidade política deve ser feita mesmo com os setores que expressam programaticamente a sua adequação aos interesses dos inimigos.

A conjuntura política daquela época obrigava as organizações menos comprometidas com os métodos dialéticos de compreensão da realidade a permanecerem numa posição de confronto com a ordem estabelecida, pois precisavam dar respostas às bases radicalizadas do proletariado. Isto facilitava a falsa compreensão de que todos estariam num mesmo patamar programático.

Na esteira desse processo histórico vimos que, pouco mais tarde, o setor mais avançado daquele período, resultante da superação da luta dos contrários a qual falamos acima, viria a constituir um novo processo de contradições, com particularidades próprias, conjuntura diferenciada, mas que também traria para a sua essência o mesmo idealismo presente anteriormente, postergando o novo processo de ruptura.

O setor majoritário surgido como particularidade dessas contradições veio a constituir-se como o “grupo do Lula”, no interior do PT e, depois, na Articulação Sindical, no interior da CUT. Esta organização era integrada por sindicalistas independentes que surgiam no movimento sindical e por militantes de organizações políticas, “especificamente do PCB”, liderados, entre outros, pelo atual Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, o Lula, “então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo” (SOUZA, 2002, op. cit., p. 132).

Este grupo teve enorme importância para a construção definitiva do *novo sindicalismo*, que viria a se contrapor e mais adiante superar o sindicalismo de orientação getulista, do qual falamos. Teve também grande influência no programa democrático-burguês que a classe trabalhadora assumiria, pois ansiavam, desde a sua origem, pela restauração da democracia. Reivindicavam eleições diretas em todos os níveis, convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, revogação das leis de exceção, direito de greve sem restrições, livre negociação com os empresários, contrato coletivo e direito de filiação a organizações internacionais (ibid. p. 133, grifos nossos).

Nascia o embrião do que viria a ser a organização política mais expressiva no processo de constituição do PT e de seu fortalecimento enquanto partido de sustentação da ordem capitalista no Brasil, a partir da década de 1990: a Articulação. Porém, naquela época, o PT expressava o choque entre as classes e atraía os novos quadros militantes emergidos das lutas, mobilizações e greves.

Muita água correu pelo moinho da organização dos trabalhadores até a fundação da CUT, em agosto de 1983. Em 1979, ocorreu, em Niterói, RJ, o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, com a participação de 286 sindicalistas de 13 estados brasileiros, representando 57 categorias profissionais. Talvez a principal resolução tirada no encontro seja o forte compromisso desses setores com a redemocratização, o que viria, num futuro não muito distante, comprometer a organização independente do proletariado brasileiro (ibid.).

Podemos citar como exemplo o que Virgínia Fontes (2005, op. cit., p. 27) considera uma mudança radical nos rumos da forma de organização do principal partido político organizado a partir daquele processo, o PT: a institucionalização eleitoral, observada com maior ênfase a partir das eleições presidenciais de 1989. Segundo ela, “para atingir, em curto espaço de tempo, uma *eficácia* eleitoral, era preciso aprender e copiar o comportamento *pragmático* do adversário”, o que levou o partido ao mesmo campo de atuação do seu suposto inimigo de classe. E, “se o terreno da luta era comum – o processo eleitoral – as armas a utilizar deveriam ser as mesmas”, desaparecendo “as diferenças de classe no embate que, agora, apresentava-se como *confronto entre equivalentes* e deveria transcorrer no único terreno apresentado como comum e o único legítimo – o espaço eleitoral” (ibid., grifos originais).

O que não poderíamos imaginar, na ocasião e até há bem pouco tempo, é que o novo e aguerrido sindicalismo se transformasse, ou melhor, fosse transformado num sindicalismo de resultados, conciliador de classes, docilizado.

Ricardo Antunes (2000, op. cit.), muito acertadamente, conclui que uma das conseqüências do processo de reestruturação produtiva do capital – em vista da sofisticação e da radicalização dos métodos de produção e de dominação – foi a “destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um sindicalismo de empresa” (ibid., p. 53, grifos do autor). Entretanto, achamos que esta é uma conclusão ainda insuficiente, por não levar em consideração a profunda crise teórico-programática pela qual se deixou dominar a esquerda marxista, a partir da década de 1960⁵⁶. Achamos que aí está a causa deste “sindicalismo dócil”, pois, ao longo destas últimas décadas, vem ascendendo sob o manto da crise do marxismo, o trotskismo. Corrente fundamentada no Programa de Transição, escrito por Leon Trotsky (1879-1940) em 1938 para a fundação da IV Internacional Socialista, o trotskismo é hegemônico na esquerda contemporânea referenciada no marxismo, tendo por isso grande responsabilidade com os rumos dos movimentos estudantil e sindical no Brasil.

Antunes (ibid., passim) analisa com brilhantismo todo o processo de reestruturação produtiva do capital, ao longo da sua tese de doutoramento, demonstrando, em linhas gerais, a capacidade de adaptação dos sindicatos às “mutações no processo produtivo”, cujas repercussões nas relações de trabalho são significativas. A “(...) desregulamentação enorme dos direitos do trabalho (...)”; o “aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora”; a “precarização e terceirização da força humana que trabalha” são fenômenos que podemos incorporar à realidade das relações sociais no setor da educação pública (ibid., p. 53).

Por isso consideramos simplista demais elencar como um elemento constituinte da atual dominação a real transformação do sindicalismo combativo surgido naquele momento no “sindicalismo dócil” e conciliador de classe da CUT governista de hoje. Acreditamos que esta metamorfose, ocorrida especialmente ao longo destas duas últimas décadas, tem causa nesta crise, cujo apogeu vem corroer as fundações do Muro de Berlin, facilitando à burguesia a sua completa demolição. Com a crise do marxismo, e sob seu manto, a ascensão do trotskismo, enquanto corrente hegemônica na esquerda, promoveu uma nova orientação à política da classe trabalhadora que, a nosso ver, acaba por se chocar

⁵⁶ Por considerar a análise sobre a crítica à crise da esquerda referenciada no marxismo de fundamental importância para a compreensão da intervenção político-pedagógica na escola, apontaremos aqui apenas os aspectos gerais da análise. Entretanto, para um maior aprofundamento desta discussão e suas conseqüências para a organização da classe, quer nos movimentos sindical e estudantil, quer nas organizações políticas, cf. a “Tese da Oposição Sindical – Dedicada aos 40 anos do assassinato de Che Guevara” ao XII Congresso do Sepe/RJ (vide referência bibliográfica deste estudo) e Organização Marxista Proletária, disponível em <http://www.omp.110mb.com/>.

com os interesses organizatórios e programáticos do proletariado, como veremos mais adiante. Entendemos que os seus métodos de organização sindical e estudantil contribuíram para o crescimento da política de conciliação de classes que levou os partidos de esquerda, liderados pelo PT, para os braços da burguesia⁵⁷.

Mesmo reconhecendo a intensa mudança na conjuntura desde a publicação da sua tese até hoje, entendemos que o autor não se dava conta da degeneração ideológica, política e programática de algumas das correntes do campo da direita cutista, que cita. Mais de longe podemos perceber, principalmente depois da ascensão de Lula e do PT ao governo federal, em 2003, como se processa o atrelamento ao estado, das organizações sindicais, estudantis e do movimento social – reproduzindo, com muito mais sofisticação e legitimidade, o velho método getulista.

Já na época da fundação da CUT, essas organizações, que pertenciam à chamada direita cutista, tinham práticas pequeno-burguesas, socialdemocratas e aparelhistas. Assim, consideramos contraditória a concepção do autor de que esses setores fossem – na época, insistimos, porque hoje são abertamente burgueses – “socialistas e anticapitalistas no interior da CUT” (ibid. p. 242). Os próprios documentos do PT, aos quais fazemos referência na bibliografia, demonstram a natureza democrática e, portanto, capitalista do partido que hegemoniza, até hoje, aquela central sindical.

Essas mesmas organizações, dois anos depois, iniciavam uma intensa jornada de conciliação e traição aos princípios de independência e solidariedade proletárias da classe. Hoje elas continuam compondo o núcleo duro do governo Lula, desde a sua eleição em 2002, e se esforçam para conduzir as principais organizações de massa que controlam – CUT, UNE e MST – a um rumo irreversível à conciliação de classe, à institucionalização democrático-burguesa, à burocratização.

Talvez a história nos tivesse fortalecido, ao invés de enfraquecido, se o “esforço expressivo no sentido de unificar e articular de maneira mais efetiva o conjunto de setores socialistas e anticapitalistas no interior da CUT” (ibid.) fosse canalizado para o combate sem tréguas aos métodos clássicos da socialdemocracia. Implementados pelos setores direitistas que dominavam a CUT desde a sua fundação, esses métodos burocráticos e aparelhistas sempre atentaram contra a chamada esquerda revolucionária. O problema é que a esquerda acabava por ceder aos grandes acordos nacionais com o reformismo em nome de uma unidade artificial. Estas alianças garantiam, ainda que veladamente, a

⁵⁷ Com exceção de algumas organizações trotskistas que permaneceram fora do campo da conciliação de classes, sob a bandeira da revolução socialista.

manutenção da esquerda nos cargos de direção do aparelho sindical nacional, a CUT, e também nas direções dos sindicatos cutistas (TESE DA OPOSIÇÃO SINDICAL/SEPE-RJ, 2007, op. cit.).

Mais tarde, esses mesmos setores – hegemonzados pela Articulação Sindical (PT) e pela Corrente Sindical Classista (PCdoB) – conquistaram mais espaços à direita e evoluíram para o liberal-trabalhismo. Investiram todos os esforços políticos e materiais ao seu alcance para se apoderarem do estado, através das eleições democrático-burguesas, com um programa assistencialista e populista, capaz de ampliar suas alianças com os setores dominantes, no interior da sociedade de classes.

NEVES (2005, p. 110-120) faz uma excelente análise do que ela chama de “metamorfose da organização sindical cutista”. A autora nos mostra que sua trajetória, “ocorrida de forma lenta, tensa e com significativos avanços e recuos”, começa na década de 1990, transformando o então combativo sindicalismo classista num sindicalismo cidadão, propositivo, que passa a priorizar as câmaras setoriais e as ações institucionais. Aqui também não se chega, entretanto, à raiz da crítica à própria esquerda, pois, de acordo com a tese sindical:

A crise do marxismo trouxe sérias conseqüências aos métodos de organização política e sindical do proletariado e tentar mascarar essa discussão (...) é capitular à atual domesticação da esquerda e renegar a dialética e o materialismo histórico (TESE DA OPOSIÇÃO SINDICAL/SEPE-RJ, 2007, op. cit.).

Os quadros do moderno sindicalismo de resultados correm, por fim, para os almeçados cargos no aparelho do estado, nessa nova era de conciliação, demonstrando que não apenas “em tempo de guerra ou de revolução, quando a situação da burguesia se torna particularmente difícil”, mas também em tempos de esfacelamento da consciência de classe, “os dirigentes sindicais tornam-se geralmente ministros burgueses” (TROTSKY, 1978, p. 30). Trotsky estava certo quando se referia à conciliação característica das frentes populares, mas, talvez por vivenciar um momento de ascenso revolucionário que tomava conta do proletariado em várias partes do mundo, naquele ano de 1938, não tenha percebido que a conjuntura se altera, conforme o tempo e o lugar, e que a dominação burguesa não se dá somente pela guerra aberta e franca, militarizada, contra o proletariado. No Brasil de hoje, por exemplo, mais do que qualquer outro país, a guerra é silenciosa contra o proletariado.

Confiantes no sistema e esperançosos para eleger um ilusório governo capitalista, mais democrático e humanizado, a esquerda socialdemocrata, desde a II Internacional Socialista, tenta garantir o quinhão da parte, aparentemente, menos marginalizada do proletariado, ou seja, os trabalhadores empregados na economia formal. Sua atuação nos sindicatos e no movimento estudantil não mede esforços para carrear a classe para a conciliação e a institucionalidade burguesa (TESE DA OPOSIÇÃO SINDICAL/SEPE-RJ, 2007, op. cit.).

Por outro lado, o catastrofismo trotskista cega seus militantes e simpatizantes, impedindo-os de reconhecer na teoria das crises cíclicas do capital a necessidade imperiosa da burguesia de acometer sempre contra o proletariado, de tempos em tempos com maior violência, para superar suas crises.

A origem das distorções programáticas dessa corrente revolucionária, que os leva a ver a revolução em todas as coisas e em todos os lugares (ibid.), encontra-se, sob o nosso ponto de vista, na própria pena de Trotsky (1978, op. cit., passim). Ao escrever, em 1938, o “Programa de Transição Para a Revolução Socialista”, que fundou a Quarta Internacional Socialista naquele ano, Trotsky, por motivos que desconhecemos, ignorou as formulações que Marx inscreveu na sua principal obra, O Capital – no capítulo sobre as crises cíclicas do capital –, e partiu para o tudo ou nada. Disse ele: “sem revolução social, no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe” (ibid., p. 22). Vimos que a sua autopromoção não só estava teoricamente infundada, como também a história demonstrou que “o próximo período” a que ele se referia, e que viria a ser o pós-guerra, foi o mais fértil de toda a história do capitalismo.

Talvez mais grave do que o messianismo decorrente desta postulação seja a espontaneidade resultante da sua concepção de que “a crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária” (ibid.). Tal afirmação apoiou-se, certamente, na sua observação empírica das profundas distorções teórico-programáticas que abundavam naquela conjuntura, em que a hegemonia política do proletariado em todo o mundo seguia a orientação soviética que preponderava na III Internacional Comunista.

Cabe-nos, agora, apenas mencionar, em linhas gerais, os fundamentos das críticas que fazemos à esquerda reformista e à esquerda revolucionária. Quanto ao anarquismo, ele não exerce, hoje em dia, influência junto ao proletariado. O aprofundamento dessas críticas, tão necessárias quanto inadiáveis, ajudará na compreensão dos trabalhadores e estudantes sobre os métodos utilizados nas suas organizações sindicais e entidades estudantis. A confusão que reina hoje sobre a relação entre partido e sindicato tem levado

os sindicatos a se transformarem “em desertos em sua maioria (...) não somente deserto de pessoas, mas também desertos de idéias, de lutas e de combate político” (Disponível em <http://www.omp.110mb.com/>. Acesso em 21/2/2009.).

Aprofundar este tema será vital para a superação das contradições próprias do capitalismo, na linha do rompimento com o sistema. Lênin (2007, p. 39) nos lembra que a “essência da doutrina de Marx e Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa idéia de revolução violenta”. No entanto, a revolução somente poderá ser levada a cabo pelo proletariado se suas condições reais, objetivas (conjuntura) e subjetivas (organização e crise de dominação), forem observadas e respeitadas.

Seria, portanto, tomando um patamar mais elevado, um desserviço à superação do capitalismo discutirmos a intervenção político-pedagógica do trabalhador da educação na escola pública, desvinculada de uma análise sobre a profunda crise teórico-programática em que foi arremessada a esquerda revolucionária. As conseqüências dessa crise podemos sentir ao necessitarmos de uma retaguarda sindical, no momento de defendermos as nossas reivindicações cotidianas. Encontraremos um sindicato hostil ao confronto direto e, ao contrário, absolutamente disposto à harmonização do conflito. A greve, enquanto instrumento da luta direta – que historicamente tem comprovado sua eficácia quanto às conquistas, parciais ou gerais, das reivindicações dos trabalhadores –, é secundarizada em substituição à intervenção democrático-institucional. O estado burguês é disputado, a cada eleição municipal, estadual ou federal, pelas organizações da esquerda socialdemocrata e também pelo trotskismo. Os dirigentes burocratizaram-se e agarraram-se à estrutura material dos sindicatos. As lutas abertas dos trabalhadores e estudantes contra os governos e patrões vão sendo substituídas pela peleja fratricida pelos aparelhos sindicais e estudantis (TESE DA OPOSIÇÃO SINDICAL/SEPE-RJ, 2007, op. cit.).

Para combater este quadro, devemos estabelecer tarefas de curto, médio e longo prazos. Devemos começar pela organização de oposições formais às direções sindicais e estudantis, que terão a função de denunciar a conciliação e a institucionalização democrático-burguesa do movimento e apontar o caminho da organização independente aos governos e do trabalho sistemático no local de trabalho (escola) e de estudo (escola, quando estudantes secundaristas e faculdade, quando universitários). A intervenção institucional não deverá ser descartada, mas utilizada como pano de fundo das ações diretas, extra-institucionais, quais sejam, as ações que, historicamente, desgastam os governos junto à população usuária dos serviços públicos essenciais: greves, passeatas, panfletagens, ocupações, manifestações, hoje, cada vez mais ordeiras e escassas. Esta é, a

nosso ver, a melhor contribuição que um educador pode dar para os processos políticos da escola, pois as lutas no seu interior – por um bebedouro, pela cobertura de uma quadra, por melhores condições de trabalho, por questões pedagógicas, etc. –, descoladas de um objetivo político geral, tendem a perder o fôlego e a cair no isolamento.

Entendemos que somente um programa marxista, orientado pelo método dialético de análise, poderá dar cabo deste combate político-ideológico, com o objetivo de conquistar a hegemonia política na base dos sindicatos e entidades estudantis. Esta hegemonia deverá ser assentada, em primeiro lugar, na denúncia da natureza do estado capitalista. Em segundo lugar, na crítica aos métodos conciliadores do reformismo socialdemocrata por um lado, e do voluntarismo trotskista, por outro, ambos gerando o aparelhamento, o burocratismo e o partidarismo dessas organizações. Acreditamos que, somente baseados nestes dois elementos dialeticamente relacionados é que poderemos reanimar a força do movimento sindical e reestruturar o movimento estudantil para que ele possa retomar a vanguarda das lutas gerais do proletariado (ibid.).

Portanto, se desejarmos compreender melhor o momento histórico atual da formação social capitalista no intuito de tirar conseqüências positivas em busca da sua transformação radical, devemos investigar profundamente as causas desta crise. Na América Latina, considerando todas as dificuldades pelas quais passa a esquerda, ela terá que se preparar para esta discussão, nos moldes do que propõe Kohan (2003, op. cit., p. 35), que considera uma distorção a interpretação da filosofia do marxismo, realizada na ex-União Soviética pós-Lenin, causando o que ele chama de “crise terminal” vivida pelo marxismo atualmente, mas que, por outro lado apresenta, “hoje em dia (...) condições únicas e impostergáveis para abandonar todas as tutelas, para alcançar ‘a maioria’ mental, para descolonizarmos [a América Latina] de uma vez por todas”. E isso, para Kohan, “implica (...) ajustar contas pendentes com a metafísica materialista do DIAMAT [Materialismo Dialético Soviético] e repensar o significado e o sentido dos problemas mais profundos da totalidade da filosofia marxista e de sua teoria da história” (ibid., p. 36).

Longe de imaginar que esta intrincada discussão possa ser realizada nos amplos salões privados dos segmentos classistas dominantes no capitalismo atual, entendemos que ainda há uma necessidade de amalgamar o sujeito histórico centralizador deste debate, o proletariado, enquanto classe contraditória (negação), às conclusões que erigirão no processo de discussão. Afinal, devemos a Marx a categoria dialética do proletariado enquanto a negação da burguesia e de seu sistema. Está lá, no Manifesto Comunista, para quem desejar compreender a natureza contraditória dos “dois grandes campos hostis, [das]

duas grandes classes em confronto directo: a burguesia e o proletariado” (sic), ou ainda, mais adiante, no conceito histórico de que a burguesia “produz o seu próprio coveiro”, em referência à natureza contraditória e, portanto, revolucionária do proletariado, na qual o “declínio [da burguesia] e a vitória do proletariado são tão inevitáveis um como a outra” (MARX e ENGELS, 1975, op. cit., p. 60 e 74).

Porém, os críticos do pensamento dialético e, portanto, do marxismo, procuram encontrar brechas que possam enrijecer a dialética, moldá-la, aprisioná-la. E fazem isso sem pudor. Seja pela incapacidade de atingirem a profundidade do significado das palavras de Marx e Engels, seja pelo seu posicionamento na sociedade de classes, esses críticos não fazem mais do que deturpar a teoria e confundir o proletariado.

Em decorrência desta última passagem citada no parágrafo anterior, por exemplo, nossos críticos nos acusam de mecanicismo e determinismo histórico. Demonstram incapacidade de perceberem que Marx e Engels registram ali a externalização dos antagonismos de classe vividos naqueles anos revolucionários – tempos que exigiram da organização política do proletariado em luta, a redação do Manifesto Comunista. Neste caso, seu desejo ardente de deturpar o verdadeiro significado da afirmação na qual o “declínio” da burguesia e a “vitória do proletariado” são “inevitáveis” (ibid., p. 74) os obrigam a pinçar trechos de uma complexa formulação, construída de modo a formar redes de categorias dialéticas que ultrapassam o tempo e as fronteiras geográficas. Manifestando sempre a intenção de diluir o contexto histórico no qual está inserido o marxismo, nossos críticos não tiveram o mesmo cuidado para perceber, quinze páginas antes, no segundo parágrafo deste monumental texto político e histórico, o reconhecimento dos nossos companheiros à possibilidade concreta, histórica, dialética, do “declínio comum das classes em conflito”. Vejamos:

O homem livre e o escravo, o patrício e o plebeu, o barão feudal e o servo, o mestre de uma corporação e o oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, abertas outras, que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em conflito (ibid., p. 59).

A despeito das críticas infundadas e da insistente capacidade de diluição da consciência de classe, própria dos pós-modernistas e reformistas de todos os matizes, tanto quanto dos marxistas positivistas, devemos estar sempre atentos ao inimigo de classe número um: o pensamento metafísico, que se ergue imponente no seio desta crise.

Entretanto, preferimos tratar esta “crise ideológica de hoje” na linha que Mészáros (2006, op. cit., p. 281) sustenta, isto é, “apenas [enquanto] uma expressão específica da crise estrutural geral das instituições capitalistas”.

Não por outra razão, devemos estar sempre vigilantes ao patamar de observação que escolhemos para analisar a luta de classes e, portanto, a história. Michel Löwy (2000, p. 197-218) aborda esta questão com uma pergunta: “*qual é o ponto de vista de classe e a visão social de mundo epistemologicamente privilegiados, isto é, relativamente mais propícios ao conhecimento científico da realidade social*” (ibid., p. 205, grifos do autor)? Löwy discorre por uma longa análise sobre o conhecimento científico e a ciência, demonstrando os interesses de classe que orientam a busca da verdade científica. Neste sentido, considera o ponto de vista do proletariado superior epistemologicamente, na medida em que, este, não representa um ponto de vista genérico das classes revolucionárias, “mas tem um caráter particular, qualitativamente diferente das classes do passado, específica ao proletariado enquanto *última classe revolucionária*” (ibid., p. 209, grifos do autor).

Michel Löwy utiliza-se da metáfora da alegoria do mirante, que define a posição do observador (pesquisador) para analisar o seu objeto (a sociedade). Segundo ele, o cientista social é condicionado pela sua posição de classe e por determinações que identificam o patamar de observação ou observatório social o qual se posiciona. A nacionalidade, geração, religião, cultura, sexo, etc., são fatores que determinam, para além das classes, o mirante e as lentes usadas para a observação, fazendo com que “o valor científico de uma pesquisa” varie “consideravelmente em função de variáveis múltiplas que são independentes com relação às classes sociais” (ibid., p. 216).

Aos nossos críticos, não devemos mais do que apontar seu equívoco em dogmatizar o conhecimento, ocultando a verdade e distorcendo a realidade. Reconhecemos a essencialidade do conhecimento acumulado pela humanidade, que deve continuar sendo criticado e superado, mas jamais ignorado ou desqualificado. Isto deixamos para os burgueses. Preferimos a busca da verdade enquanto “o ponto de vista potencialmente mais crítico e mais subversivo”, próprio da “última classe revolucionária, o proletariado” (ibid., p. 217). Apesar deste ponto de vista, o do proletariado, não ser em si uma garantia da obtenção da verdade científica e social, concordamos que seja a de “maior possibilidade objetiva de acesso à verdade”. Assim, encerramos este item lembrando que a burguesia tem “necessidade de mentiras e ilusões para manter seu poder”, enquanto “o proletariado tem necessidade de verdade...” (ibid., p. 218).

II.6- Dominação e Violência

Uma das mais graves conseqüências das políticas da burguesia pela recuperação dos lucros do capital é a violência com que emprega, historicamente, seus métodos de dominação, principalmente nos momentos de crise aguda. A “Lei da queda tendencial da taxa de lucro”, formulada por Marx (1984-b, op. cit., p. 161), demonstra “a tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair”, enquanto “uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista” (ibid., p. 164), na mesma medida em que o capital social produz “uma massa absoluta crescente de lucro e uma taxa decrescente de lucro” (ibid., p. 168). Estamos falando da constante necessidade dos capitalistas em ampliarem a exploração aos trabalhadores para regularem seus lucros, seja pelo aumento da jornada e acúmulo de funções, compressão do salário, ou pelo progressivo agravamento das condições mínimas de subsistência e da miserabilidade. Bresser Pereira já nos demonstrou isto.

O consenso capitalista é a melhor estratégia de dominação para a burguesia fazer valer suas políticas de acometimento ao proletariado, sendo a democracia o método mais eficaz para “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉZSÁROS, 2005, p. 44). Não obstante à predisposição permanente em disponibilizar recursos materiais e se submeter aos desgastes políticos decorrentes de um confronto aberto,

(...) essa lógica exclui, com uma irreversibilidade categórica, a possibilidade de legitimar o conflito entre as *forças hegemônicas fundamentais rivais*, em uma dada ordem social, como *alternativas viáveis entre si*, quer no campo da produção material, quer no âmbito cultural/educacional (ibid., p. 26, grifos do autor).

Mészáros (2006, op. cit., p. 281), ao discutir a crise estrutural do sistema, destaca a violência enquanto método de solução dos problemas capitalistas. Segundo ele, ao atingir os limites das necessidades internas de expansão e crescimento do capitalismo, “não há outra saída a não ser o rearranjo violento da relação de forças existente”. Enfatizando a natureza bélica do “capital monopolista”, Mészáros reconhece que “as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas” e que “os problemas sociais não são nunca *solucionados*, mas apenas *adiados*; ou, na verdade – como o adiamento não pode prosseguir indefinidamente – transferidos ao plano *militar*” (ibid.).

Ainda segundo o filósofo marxista, “apenas em períodos de *crise aguda*” a burguesia não mede esforços para fazer “prevalecer o [seu] arsenal de brutalidade e

violência, com o objetivo de impor valores, como o demonstraram em tempos recentes as tragédias de muitos milhares de desaparecidos no Chile e na Argentina”.

Acrescentaríamos a esta referência de Mézsáros (2005, op. cit., p. 44) ao Chile e à Argentina, a violência praticada por todas as ditaduras burguesas, militares ou civis, na América Latina, África e Oriente, e destacaríamos seus métodos de coerção impostos para combater o aumento da criminalidade.

Na Inglaterra do século XVIII, o renomado filósofo do iluminismo, John Locke, “um dos mais generosamente pagos funcionários do governo” (ibid., p. 39) e um latifundiário que defendia ardentemente a propriedade privada, propôs uma “melhoria” nas leis de Henrique VIII e Eduardo VI. Enquanto esses propuseram o corte de apenas a metade da orelha dos criminosos reincidentes, o iluminista Locke sugeria cortar ambas as orelhas dos réus primários (ibid., p. 41).

A colonização francesa na Indochina, que acabou por resultar na Guerra do Vietnam, é narrada por Ho Chi Minh (1968, passim), que conseguiu publicar durante a sua viagem clandestina ao exterior, dezenas de textos denunciando o sangrento massacre na região. Um dos principais dirigentes comunistas responsáveis pela fragorosa derrota dos EUA naquela região, Ho Chi Minh narra com pureza de detalhes como os europeus pilhavam as colônias, utilizando-se fartamente da tortura para aprisionar e escravizar os nativos, servindo-se, ainda, “dos proletários brancos para conquistar os proletários das colônias” e como eles lançam “os proletários de uma colônia contra os de outras” (ibid., p. 26):

Durante a grande matança, mais de um milhão de camponeses e operários coloniais foram conduzidos para a Europa a fim de degolar os camponeses e operários brancos. Muito recentemente, se fez enquadrar soldados franceses no Ruhr [Alemanha] por soldados indígenas e enviou-se fuzileiros coloniais contra os grevistas alemães. Quase a metade do exército francês é composta de indígenas, os quais são em número de 300.000 aproximadamente (ibid., p. 26-27).

Centenas de milhões de exemplos históricos, apenas os conhecidos, poderiam ser lembrados para ilustrar o tema da violência imperial e colonial. Entretanto, não é bem a ilustração que buscamos aqui, pois não nos parece ajudar na compreensão sobre a natureza do estado querer transformar o proletariado em vítima. Ao contrário, pretendemos demonstrar que a violência no processo de dominação imperialista e capitalista é uma necessidade vital e está inscrito na gênese do sistema metabólico do capital. Ela irá

repercutir na reação do estado às ações alternativas dos trabalhadores de educação no interior da escola, como veremos adiante.

Os capitalistas, na permanente corrida pela recuperação de seus lucros, não se importam com o rastro de miserabilidade e sofrimento deixado pelas suas políticas de governo. Em muitos países da África e América Latina milícias paramilitares fortemente armadas sobrepõem-se ao estado, tomando o seu lugar nas localidades mais depauperadas, menos visíveis à sociedade em geral, promovendo ações criminosas abertamente clandestinas, por um lado, e por outro, concedendo serviços essenciais, especialmente de segurança. Essas milícias adotam o terror como ponto de partida.

No Brasil, o desenvolvimento de uma forte economia informal, cujas atividades lícitas e ilícitas se confundem, o narcotráfico ocupa lugar de destaque. As declarações de Hélio Luz no documentário de João Moreira Sales e Kátia Lund (1999) – extremamente contraditórias para um chefe de polícia que reprimiu lideranças do movimento sindical de policiais civis, na sua gestão, durante o governo conservador do ex-governador Marcello Alencar (1995-1998) – demonstram que o narcotráfico é um setor da economia que arrebatava jovens pré-adolescentes para uma linha de produção similar aos moldes da empresa privada, e cujo lucro está intimamente relacionado aos lucros do contrabando de armas. Aliado a isso, a autoridade máxima da força de repressão no Estado do Rio de Janeiro, de 1995 a 1997, garante que a polícia é uma instituição programada para ser violenta e corrupta, “criada para fazer a segurança do estado e da elite (...) em benefício do estado, para a proteção do estado”, que tem por objetivo manter a favela sob controle e a população excluída pelo capital, calma e sob intensa repressão (informação verbal).⁵⁸

Ex-militante da esquerda reformista, mais tarde deputado estadual pelo PT, Luz rompeu com o governo Alencar três meses depois da entrevista concedida aos documentaristas, onde afirmava, entre as diversas declarações teoricamente muito bem fundamentadas, que a força de repressão é “polícia política mesmo (...) para garantir uma sociedade injusta”. Ele faz o seguinte questionamento: “a sociedade quer uma polícia que não seja corrupta (...) com mandado de segurança na Delfim Moreira (...) pé na porta e autuação?”. Para ele seria fácil, o problema é que, ainda segundo Luz, as elites preferem a eficácia da política de segurança que se pratica aqui, muito mais sofisticada do que no *apartheid* praticado na África do Sul – antes que Nelson Mandela assumisse a presidência

⁵⁸ SALLES e LUND (1999).

–, em que “eles colocam arame. Aqui é sem arame, e não reclame, e pague imposto. O pessoal está acostumado e se acomoda com isso” (ibid.).

A íntima relação do narcotráfico com o contrabando de armas leva-nos à conclusão elementar de que é impossível o combate ao tráfico de drogas sem um controle eficaz ao comércio legal e ilegal de armas. Luz sabe onde está o foco do problema e o identifica, com objetividade: “Nós queremos fechar as fábricas de armas na Suíça e nos EUA, porque a Colt é americana [e] a AR15 é Colt. Quero fechar a fábrica da Colt. A proposta é essa, qual o problema?” (ibid.). Recentemente Luz insistiu na mesma questão:

Por que o Exército, ao invés de subir as favelas do Rio, não controla a fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia? Se fizer isso, o tráfico de drogas e de armas vai cair. Se a Polícia Federal fechar a ponte de Foz do Iguaçu, o roubo de automóvel e o tráfico de armas reduzem. Todo mundo sabe disso. É público e notório. Mas por que não fazem? (ETCHICHURY, 2006).

Mais próximos de nós, ao que nos interessa mais diretamente, os serviços públicos foram sendo progressivamente destruídos, como resultante das novas relações de trabalho e da contenção dos investimentos do estado, esgarçando ainda mais o tecido social, já decomposto pelos altos índices de desemprego e de informalidade, que deixa à margem do sistema antigos trabalhadores empregados no mundo do trabalho alienado. Como resultado final podemos constatar a crescente violência urbana e rural.

A escola pública aglutina a maioria da classe trabalhadora, refletindo as contradições inerentes à profunda heterogeneidade política, cultural e econômica observada na sociedade capitalista, que se expressam a partir das complexas relações sociais existentes. São inúmeros os fatores que concorrem para o agravamento, ou mesmo para a explosão da violência.

A escola, por representar a realidade da vida cotidiana, principalmente de seus alunos e funcionários administrativos – segmentos mais depauperados do proletariado não indigente –, é tomada por nós como um “termômetro” que mede a frequência e a intensidade das relações de poder estabelecidas na sociedade em geral. São muitos os fatores que elevam essa temperatura: desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho e de produção, destruição dos serviços públicos, terceirizações na escola, compressão salarial.

Qualquer análise sobre a educação, desagregada da conjuntura política e econômica, tende a ser marcada por um viés conservador, que não nos ajuda em nada a

compreender os métodos de dominação capitalistas e as oscilações do lucro do sistema, os quais são a sua razão de existir.

Muito pelo contrário, essas análises sobre a escola e a educação capitalistas, carregadas de um romantismo idealista, são fartamente publicadas pela academia e pelas entidades sindicais de educação. Tais análises são desprovidas de uma concepção proletária do mundo material real, limitando-se à concepção idealista de mundo, que, como disseram Marx e Engels (2005, op. cit., p. 26), são conduzidas por um fio condutor, que “desce do céu para a terra”. Seus autores, ainda que por vezes, desconheçam o próprio mérito que têm para o fortalecimento das concepções dominantes e do senso comum, acabam por contribuir para a construção dos valores e das idéias que determinam a manutenção do *status quo*.

Como vimos anteriormente, a escola, enquanto uma das instituições burguesas, está a serviço do capital para a formação do homem alienado, fortalecendo os objetivos estratégicos do estado. Ela faz parte de uma rede de controle e exercício do poder instituído, com o fim de regular a acumulação privada de capital, através da expropriação do trabalho não pago pelo capitalista (mais-valia). Ainda que reconheçamos a importância de intensificarmos as contradições imanentes da escola, consideramo-la uma das colunas do modo de produção burguês. Ela contribui para a consolidação da subalternidade material e cultural, conduzindo o homem a uma ação acrítica e anistórica, que o dificulta perceber qual a real intenção da exploração capitalista, ao induzi-lo a, passivamente, alugar a sua força de trabalho para o capital, como desvelou Marx (1984-a, p. 105-112) na sua teoria da mais-valia. Cabe, portanto, a um tipo seletivo de trabalhador da educação, estimular a negação dessa realidade no interior da escola. Falamos de um trabalhador instrumentado com o método dialético de análise numa das mãos, e na outra, com objetivos formulados capazes de resgatar da alienação, uma parte, ainda que menor, do proletariado.

A violência sistêmica se expressa, no tecido social, a partir das necessidades materiais imediatas do proletariado, produzidas pelo modo de produção capitalista: extrema dificuldade material de subsistência e de moradia, intensificada pelas diversas discriminações sociais de classe, das quais as mais contundentes são a racial, a sexualista e a xenofobia. A ação direta do poder paralelo do narcotráfico sobre a população das favelas, a burocracia democrático-institucional e a corrupção nelas instaladas também concorrem para exasperar ainda mais as relações humanas. Na escola, a intensiva desqualificação dos serviços eleva a demanda de alunos na mesma proporção em que aumenta também o déficit de profissionais e pioram as nossas condições de trabalho. Sustentando o *modus*

vivendi do sistema estão as direções, situadas no topo da pirâmide das relações de poder na escola. Por serem governistas em sua imensa maioria são, naturalmente, autoritárias. Por isso, reacionárias que são, tornam-se responsáveis diretas pela violência dentro e fora da escola.⁵⁹

II.7- Mídia Resguarda Dominação e Interesses Econômicos

Bourdieu (1997) faz uma análise da influência da televisão na sociedade ocidental, a partir da sua investigação sobre a televisão francesa, demonstrando o quanto os jornalistas são censurados ou induzidos a transmitirem as informações, tanto escritas como faladas, cedendo às pressões comerciais. A formação de um determinado tipo de homem é “encomendada” pelo capital na forma de altíssimos salários pagos aos que Bourdieu chama de “as vedetes da mídia”, salários estes acrescidos por excessivos cachês associados a participações em eventos diversos.

Segundo Bourdieu, a mercantilização da mídia garante o crescimento da “dispersão da estrutura da distribuição do poder e dos privilégios no campo jornalístico (...)” enquanto, por outro lado, “desenvolve-se um vasto subproletariado condenado pela precarização a uma forma de autocensura” (ibid., p. 137-138)⁶⁰.

No Brasil, esses exemplos se multiplicam no corpo dos grandes veículos de comunicação, que perpassam a sua posição política sobre determinado assunto, queiram ou não os jornalistas. Dois artigos distintos no mesmo jornal podem antagonizar-se entre si, para que uma falsa impressão de liberdade de expressão seja consolidada, mas a balança pesa sempre mais para o lado das matérias conservadoras. Na recente discussão sobre a exportação do etanol pelo Brasil, a Folha de S. Paulo publicou um artigo condescendente com os investimentos públicos que garantem a estruturação da propriedade privada dos

⁵⁹ Nesta dissertação de mestrado procuramos aprofundar a discussão sobre gestão escolar, lançando mão da experiência que vivenciamos enquanto dirigentes do Sepe/RJ. De 1999 a 2006 acompanhamos dezenas de casos de perseguições políticas implementadas diretamente pelos governos, ou pelas direções das escolas a funcionários e professores que lutavam para defender os direitos mais elementares dos trabalhadores e alunos. A nossa observação empírica demonstrou que as direções das escolas, em sua maioria absoluta, servem para garantir a execução das políticas e dos interesses eleitorais dos grupos governantes. Além do mais, a análise que fazemos da gestão escolar toma o método dialético como fio condutor e tem a pretensão de desvelar o objetivo dos dirigentes capitalistas em manter a escola pública controlada, ocultando as contradições de classe, imanentes da escola capitalista, suavizando-as. É estratégico para o projeto de hegemonia burguesa o controle da escola, pois ela ainda é, em nossa opinião, a principal instituição reprodutora do conhecimento formal, linear e compartimentado.

⁶⁰ Outros autores, tais como Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), membros da Escola de Frankfurt, desenvolveram a discussão sobre a mercantilização da cultura, a partir do ensaio “Indústria Cultural”, publicado em forma de capítulo na obra *Dialética do Esclarecimento*, de 1947.

meios para a produção do etanol (DIANNI, 2007), e outro, na mesma edição, denunciando a exorbitante exploração dos cortadores de cana (FREIRE, 2007).

Quando pensamos a escola como um todo, estamos analisando, portanto, todas as relações de poder, presentes na sociedade, que influenciam alunos, pais e trabalhadores, principalmente através da grande mídia, que distorce ou oculta a realidade escolar e os antagonismos próprios da sociedade capitalista.

CAPÍTULO III – ESCOLA CAPITALISTA: MEIO DE REPRODUÇÃO BURGUESA E FORMAÇÃO DO HOMEM ABSTRATO

(...) acreditar que se possa reformar a sociedade, mediante pequenos retoques na educação, não só é uma esperança absurda, como constitui um perigo social: *uma utopia, que, no fim de contas, resulta reacionária*, porque acalma ou enfraquece as inquietações e os protestos, com a ilusão de que o novo homem nascerá no dia em que o Estado autolimite os seus poderes, no dia em que o Estado renuncie voluntariamente a qualquer interferência no campo educativo. Ao pretender que a escola pare intocável acima das classes sociais, a pequena burguesia a entrega, de fato, às mais obscuras forças do passado (PONCE, 2007, op. cit. p. 179-180, grifos do autor).

III.1- Gestão Escolar ou Autonomia do Capital?

No passado recente, esperava-se que o processo de redemocratização, no final dos anos 70 e início da década de 80 do século passado, pudesse dar uma guinada nas relações de poder no interior da escola. Neste momento surge com grande força no Brasil, a pedagogia histórico-crítica, cujo representante principal é o professor Demerval Saviani (2002). De acordo com o autor, trata-se de uma proposta de uma “pedagogia revolucionária”, superadora das pedagogias liberais, especificamente as tendências da pedagogia tradicional e da escola nova. De acordo com Saviani:

A pedagogia revolucionária situa-se além das pedagogias da essência [tradicional] e da existência [escola nova]. Supera-as, incorporando suas críticas recíprocas numa proposta radicalmente nova. O cerne dessa novidade radical consiste na superação da crença na autonomia ou na dependência absolutas da educação em face das condições sociais vigentes (ibid., p. 66)

Sob a luz de uma realidade absolutamente diferenciada daquela, quando as classes dominantes ainda formavam seus quadros dirigentes na escola pública e se utilizavam dos serviços essenciais de boa qualidade oferecidos pelo estado, a situação hoje é mais grave: exacerbação da precariedade geral das relações de trabalho, dos serviços públicos e das condições básicas de subsistência humana. As políticas de estado, na medida em que favorecem a acumulação privada de capital, acabam por destruir a infra-estrutura existente e os recursos humanos e tecnológicos que sustentam os serviços essenciais, ocasionando enormes danos para a educação. Podemos, dentre os inúmeros prejuízos causados ao sistema educacional, enumerar algumas conseqüências que refletem o tipo de intervenção estatal a qual nos referimos acima.

Uma delas, em função da ausência da classe dirigente da escola pública⁶¹, se expressa na política de terceirizações e contratos temporários que hoje impera na escola, levando uma grande insegurança e insatisfação aos trabalhadores, e causando a sistemática diminuição da qualidade dos serviços de educação.

Outra consequência diz respeito ao significativo aumento da sobrecarga de trabalho sobre os professores e funcionários administrativos, em decorrência da escassez dos concursos públicos para a renovação do quadro de pessoal. Além disso, os recursos humanos da educação foram também bastante penalizados com o crescente achatamento dos níveis salariais, somados ao substancial aumento na jornada e à precariedade do trabalho. A consequência dessa política foi a profunda insatisfação dos trabalhadores nas condições objetivas de trabalho, o que resultou num maior endurecimento das relações de poder no interior da escola.

Desta consequência resulta outra: a carência de novas escolas e do abandono físico dos prédios escolares, efeito de uma progressiva paralisia nas políticas de ampliação das redes públicas, que acarreta numa superlotação de alunos nas velhas e insatisfatórias unidades escolares, cada vez mais assemelhadas a instituições penais, com grades, alarmes, sistemas internos de TV e a presença física das forças policiais.

Por fim, o avanço do terceiro setor sobre o espaço público escolar fortalece a idéia de que a “parceria” entre o público e o privado possa trazer benefícios aos alunos e trabalhadores e facilitar o manejo dos recursos financeiros, desburocratizando a administração escolar. Mas o que vemos de concreto é o afastamento cada vez maior do estado, quanto à sua responsabilidade em financiar e gerir as políticas da educação pública, transferindo para setor privado os serviços de educação, facilitando a circulação e acumulação de capital.

Poderíamos citar dezenas de exemplos que expressam as consequências negativas das políticas de educação no Brasil e na América Latina, mas optamos por fazer isso ao longo de todo este trabalho, apontando neste item as políticas de maior incidência e que ocasionam uma maior estagnação em todo o processo de ensino-aprendizagem.

O investimento público – entendido pela burguesia como um desperdício à acumulação privada de capital, sob a forma de superávit primário – é reprimido e desviado

⁶¹ Inicia-se aí, um processo de expansão da rede privada de ensino, sustentada por políticas públicas, para onde a alta burguesia e a classe média transferem a formação dos seus quadros dirigentes e reprodutores da ideologia dominante. Nicholas Davies (2007, p. 1) relata algumas dessas políticas, além das diversas modalidades de isenções fiscais oferecidas às instituições privadas. Segundo Davies, “as escolas privadas contaram com recursos públicos diretos como subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos a juros subsidiados, o crédito educativo (criado em 1976) (...)”.

para o setor privado de diferentes formas: pagamento de juros das dívidas públicas, interna e externa, a organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, BIRD, etc.; transferência de capitais a empresas fornecedoras do estado, com valores superfaturados; distribuição de capitais a partidos políticos pertencentes aos diversos grupos que dirigem o estado (como pudemos ver na CPI do Mensalão, analisada no Item 1 do Capítulo II); corrupção na previdência pública, na saúde, na segurança, na merenda da educação e nos demais órgãos públicos; socorro a grandes corporações, etc.

Os governos, enquanto empregadores, encontram menor resistência sindical, decorrente das novas relações de trabalho impostas e da crise da esquerda marxista em todo o mundo, no sentido em que expusemos acima.

III.2- O Terceiro Setor e a Gestão Escolar

O terceiro setor assume responsabilidades para com os serviços públicos, os quais são legitimados, processualmente, pelo estado. Para realizá-los são destacados organismos jurídicos, de caráter privado, muito conhecidos da sociedade capitalista pós-moderna: as ONGs (organizações não governamentais). Reconhecidas através de um certificado no qual recebem a denominação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a partir da lei que ficou conhecida como “lei das OSCIPs” (BRASIL, 1999), as ONGs se incumbem de fazer o papel de atravessadoras do capital entre o público e o privado.

Pretendemos demonstrar, neste item, que a transferência de capital do setor público para o setor privado é institucionalizada na sociedade capitalista, também, através das reformas administrativas, e legalizadas pelo parlamento, sob a égide do “interesse público”. Mas não é só isso. Há uma grande polêmica sobre a conceituação do terceiro setor e de suas organizações. Esta dissertação não pretende se aprofundar no estudo dessa problemática, mas pontuar os elementos essenciais que balizam a política pública no atual processo de reestruturação produtiva do capital.

De todo modo, a metodologia utilizada para a identificação de organizações do terceiro setor tem sido fundamentada “em critérios e classificações internacionais”, facilitando a “comparação dos dados em perspectiva nacional e internacional”. Dois estudos orientam a classificação das entidades pertencentes ao terceiro setor: o estudo feito pelo IBGE e IPEA, em associação com as entidades privadas ABONG e GIFE, denominado As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL): 2002 (BRASIL, 2004) e o “Mapa do Terceiro Setor, realizado pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor – CETS – da Fundação Getúlio Vargas – FGV, com o apoio de

outras organizações”. Segundo Rodrigo Pereira (2006), advogado especialista em consultorias a empresas do terceiro setor, há divergências entre os critérios que identificam e definem as entidades como pertencentes desse segmento.

Um bom exemplo é o fato dos sindicatos terem sido excluídos no FASFIL e incluídos no MAPA. Outro aspecto que merece ser ressaltado, é o fato de que ambos os estudos incluíram um grupo denominado religião, elucidando, entretanto, que nesse grupo foram incluídas apenas as organizações que têm como finalidade cultivar crenças religiosas; ficando certo, assim, que as instituições de origem religiosa que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria, como, por exemplo, escolas, hospitais, creches etc., foram classificadas levando em conta as atividades que exercem (ibid.).

Assim, a principal metodologia utilizada é o “Manual sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais, elaborado pela Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) com a Universidade Johns Hopkins” (HERCULANO, 2004). Recente pesquisa do IBGE (BRASIL, 2004, op. cit.) conceitua e classifica estas entidades privadas, distribuindo-as por região em relação à população total. O IBGE atualizou seus levantamentos em 2008 e concluiu que houve um aumento de 215% na quantidade de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL), de 1996 a 2005. Elas existem num total de 338.162 entidades e estão assim distribuídas pelo território nacional: 23% na Região Sul, 6% no Centro-Oeste, 5% no Norte, 24%, no Nordeste e 42% encontram-se na Região Sudeste. Quanto à sua classificação, 6% delas exercem atividades na educação, 2% na habitação, saúde e meio ambiente, 25% na religião, 18% desenvolvimento e defesa de direitos, 12% na assistência social, 14% na cultura, 17% são associações patronais e profissionais e 6% exercem suas atividades em outros setores (ibid., p. 23-24).

Estes dados nos servem para avaliar o quanto estas entidades privadas crescem no Brasil, desde a implementação da reforma administrativa. São 338.162 em 2005, quando em 1970 eram 10.998 e, de 1991 até 2002, foram criadas 170.069 entidades, em que “o universo das FASFIL é composto por instituições relativamente novas, já que em grande parte foram criadas na década de 1990”. É fascinante saber, através deste documento, que 77% do universo destas entidades privadas não têm nenhum trabalhador formalmente empregado, apesar deste universo absorver “1,5 milhão de assalariados”. E também observar que o documento apenas supõe “que parcela significativa dos serviços prestados por estas organizações é realizada por meio de trabalho não-remunerado ou informal”, ou seja, trabalho voluntário (ibid., p. 25, 26 e 33).

Este é um documento de muita valia para uma análise crítica mais aprofundada, que pretendemos fazer num estudo posterior. Até porque, estas entidades abrangem grandes empresas prestadoras de serviços essenciais, como hospitais, escolas, clubes desportivos, etc., que merecem uma meticolosa verificação na legislação afim e na distribuição de suas atividades-fim, em relação à defasagem dos serviços públicos estatais. Quais os interesses para além da preparação de uma sociedade em que os serviços públicos tendem a ser prestados pelas empresas privadas? O que fazem os religiosos além de inculcar dogmas nas pessoas? Os próprios pesquisadores têm dúvidas, por exemplo, quanto à participação dos religiosos neste cenário. Vejamos:

Pouco mais de um quarto das FASFIL (26%) dedica-se diretamente a atividades confessionais (Tabela 9). Encontram-se ali agrupadas ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, dentre outros, isto é, organizações que cultivam crenças religiosas e administram serviços religiosos ou rituais. Note-se que instituições de origem religiosa, mas que desenvolvem outras atividades e que têm personalidade jurídica própria, como, por exemplo, colégios ou hospitais católicos ou entidades de assistência social espíritas etc., não estão classificadas no grupo das entidades religiosas mas nos grupos das organizações com atividades afins (educação, saúde ou assistência social). Daí conclui-se que a influência da religião no âmbito das FASFIL é bem mais ampla apesar de não ser possível dimensioná-la com exatidão (ibid., p. 29).

Enfim, enquanto não trabalhamos no estudo específico ao qual nos referimos, tomaremos estes dados como uma referência para tentarmos entender o novo modelo de administração pública imposta pela burguesia, para concretizar a transferência de recursos financeiros do estado para o setor privado.

Na educação básica, por exemplo, a formalização e sistematização dessas transferências iniciaram-se pela política denominada “autonomia das escolas”, que criou entidades jurídicas de caráter privado, implantadas no coração da unidade escolar, através de um estatuto padrão (para toda a rede estadual, no RJ) que garante a maioria política da direção da associação, forjando um processo eleitoral no qual o diretor ou diretora da escola são presidentes inatos da entidade, indicando os demais membros da direção (RIO DE JANEIRO, 1998).

A “autonomia” é um dos temas centrais da gestão escolar e um dos elementos fundamentais para a materialização da compressão dos investimentos do estado na educação pública e da transferência dos recursos públicos para o setor privado.

Esta política é fundamentada por uma ideologia (MÉSZÁROS, 2004, ALTHUSSER, 1967, p. 57-58 e Marx, 1977, p. 24)⁶², construída pelos intelectuais orgânicos do capital (GRAMSCI, 2000), e difundida pelos meios de comunicação de massas, que transfere para o contribuinte a responsabilidade, não somente pela qualidade dos serviços públicos, mas pela sua própria existência. Portanto, se o dinheiro repassado pelo estado às unidades escolares for insuficiente, a política de autonomia das escolas poderá garantir a constituição de “parcerias” privadas que possibilitem a manutenção, ainda que medíocre e inadequada, dos serviços de educação.

Desta forma, a massa usuária da escola pública e seus trabalhadores não percebem a substituição do estado pelo terceiro setor. Este vai ocupando lentamente o espaço escolar, inicialmente com a prestação de pequenos serviços de manutenção e reparo até grandes compras, passando pela implementação dos projetos pedagógicos.

Cultiva-se, na consciência cidadã, uma falsa impressão de que a “autonomia” gera uma espécie de independência, ou desburocratização, na medida em que os recursos materiais transitam com relativa facilidade pela unidade escolar, ainda que insuficientes em relação ao *modus faciend* anterior.

Hoje, podemos encontrar com facilidade empresas instaladas no interior das unidades escolares oferecendo serviços pagos de educação – cursos de língua, informática, fotografia, reforço escolar, profissionalizante, pré-vestibular, etc. –, com ofertas de preços promocionais para alunos da escola. Esses empresários penetram na escola através de seus vendedores, que ganham das direções carta branca para fazerem a sua venda no interior das salas de aula, que têm as suas atividades pedagógicas paralisadas durante o período da propaganda. Vez por outra, conforme os acordos feitos entre os empresários e os governos, a direção da escola poderá estreitar ainda mais as suas relações com as empresas, a ponto de estender faixas propagando a empresa por todo o espaço escolar. Por fim, a direção poderá também utilizar os próprios alunos para fazerem a propaganda interna, com distribuição de panfletos e corrida nas salas de aulas. Uma verdadeira militância comercial.

⁶² A melhor definição para a categoria ideologia, sob o nosso ponto de vista, está inscrita no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política: “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (Marx, 1977, p. 24, grifos do autor).

No Colégio Estadual João Alfredo, primeiro colégio profissionalizante do Brasil, situado no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, os alunos do Ensino Médio eram organizados pela direção do colégio para distribuir panfletos em parceria com a empresa de educação privada, Microlins (ANEXO 3). Os alunos-militantes que ofereciam cursos de informática e de línguas estrangeiras a preços módicos, com descontos especiais para os alunos do colégio eram dirigentes do grêmio estudantil que, por sua vez, tinha como programa político a parceira com as políticas da direção da escola.

Os projetos de caráter pedagógico implementados no interior das unidades escolares pelas empresas, fundações, ONGs, etc., e encampados pelas direções como parte do projeto político-pedagógico da escola, também são, hoje, um fato concreto do cotidiano da escola pública. Sabemos que muitos desses projetos utilizam voluntários e alunos para suas atividades pedagógicas, enquanto outros utilizam força de trabalho especializada. Porém, esse serviço é prestado por pessoas as quais permanecem à margem dos quadros efetivos do serviço público (concursados). Via de regra, estes “profissionais”, prestadores dos serviços públicos essenciais de educação, são indicados pela pessoa jurídica responsável pelo projeto, diretamente pelo governo, ou ainda, pelo fisiologismo político característico dos governos capitalistas liberais.

Esses projetos são mercantilistas e assistencialistas, na medida em que se utilizam do conjunto da comunidade escolar para realizar a propaganda comercial de seus produtos e serviços ou a sua venda direta (no caso das empresas). Introduzem as ONGs no interior das escolas para preencher as deficiências e lacunas deixadas pelo estado, quanto à prestação dos serviços educacionais. Como consequência da ocupação da escola pública pelo terceiro setor, podemos observar que estes organismos extraem uma grande vantagem desta chamada parceira. Beneficiam-se financeiramente pela venda direta de seus serviços e produtos através da propaganda comercial que representa a sua intervenção na escola.

O capital abriu um grande leque para permitir a entrada do setor privado nas unidades de funcionamento dos serviços públicos essenciais, especialmente nas áreas da saúde, da educação e da comunicação social.

Em primeiro lugar, a reforma do estado aprovou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), criado quase que exclusivamente para efetivar a reforma administrativa pretendida pelo Governo Federal. Um dos pontos estratégicos deste plano foi a aprovação da Lei 9.637, de 15 de Maio de 1998, que “dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais”, cria o “Programa Nacional de Publicização” e extingue o

Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e a Fundação Roquette Pinto. A lei cria organizações privadas que, estatutariamente devem conter na sua direção administrativa um contingente de “20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público”. Faculta a possibilidade, no seu artigo 14 à “cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem”, ou seja, de servidores públicos cedidos, pagos pelo erário público, inclusive de vantagens adicionais, decorrentes de cargo de direção na entidade privada. O conteúdo da lei – mormente desconhecido das massas proletárias e também, de grande parte da pequena-burguesia intelectualizada, como sabemos – acaba por expor em demasia a manobra da burguesia nacional para o aparelhamento do estado e a facilitação da profissionalização dos seus quadros. Entretanto, para não deixar dúvidas acerca da sua determinação privatista, instituiu e aprovou no artigo 20 desta lei, a figura social do “cidadão-cliente” (BRASIL, 1998).

No ano seguinte, “autenticou” as ONGs que poderão receber aportes financeiros do estado. Assim, regulamentou a destinação que teriam as ONGs para se transformarem em OSCIPs, depois de enquadrarem-se em “pelo menos uma das seguintes finalidades”, conforme estampado no artigo 3º da lei das OSCIPs:

(...) promoção da assistência social; da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; *promoção gratuita da saúde*, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; *promoção da segurança alimentar e nutricional*; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; *promoção do voluntariado*; promoção do desenvolvimento econômico e social e *combate à pobreza*; experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, *da democracia* e de outros *valores universais*; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo (BRASIL, 1999, grifos nossos).

Sob a égide da prestação de pelo menos um dos serviços acima, a ONG passa a estabelecer uma “parceria” formal e legal com o estado, já que o termo está garantido na lei, no seu artigo 9º, “assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público” e as ONGs “qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das *atividades de interesse público*”. Sempre visando ao seu próprio aparelhamento, a burguesia regulariza também, aqui, a profissionalização dos seus

quadros, instituindo como “cláusulas essenciais do Termo de Parceria”, no artigo 10, o “detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, *com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores*” (ibid., grifos nossos).

Os municípios e os estados brasileiros seguem à risca a determinação do capital. O executivo do município do Rio de Janeiro, por exemplo, apresentou ao parlamento projeto de lei que “*dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais*” (RIO DE JANEIRO, 2009, grifos do texto original), que visa a integrar a administração pública da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro à legislação federal decorrente da reforma administrativa. Seguindo os passos da lei das OS (BRASIL, 1998, op. cit.), a burguesia instalada na prefeitura do Rio de Janeiro elimina o sempre inconveniente processo de licitação, de acordo com o artigo 5º (RIO DE JANEIRO, 2009, op. cit., grifos nossos). O processo de licitação é regulamentado pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece, no seu artigo 1º, “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1993). Os democratas radicais insistem em que a lei de licitação garanta a transparência da democracia, sob o ponto de vista do modo de bem estar social. Entretanto, os liberais preferem a exclusão desses processos, por serem trabalhosos e exigirem alguma lisura no processo de escolha das empresas que negociam com o estado. Reforçam, no artigo 7º, a política de “*avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade*” e seguem a linha federal de profissionalização de seus quadros, formalizada em toda a Seção V, “Do Fomento às Atividades Sociais” (RIO DE JANEIRO, 2009, op. cit.).

Até o fechamento deste texto, o projeto encontrava-se no parlamento municipal e já passara por todas as tramitações que antecedem à votação final no plenário. As direções dos sindicatos representativos dos servidores municipais, mais precisamente, da saúde e da educação, tentavam mobilizar as suas categorias para acompanhar a movimentação dos parlamentares no interior da Câmara Municipal, ora visitando os gabinetes dos vereadores para convencê-los de recuar de sua posição burguesa, ora ocupando os assentos reservados ao público no plenário, para pressioná-los a votar contra o projeto do prefeito Eduardo Paes (PMDB).

Apesar de o Sepe possuir uma vanguarda na rede municipal da Capital, composta de ex-militantes e trabalhadores contrários à política da burguesia para a educação pública,

o trabalho de organização realizado pela direção deste sindicato mostra-se ineficaz frente a estas políticas capitalistas. A presença política do Sepe no interior das unidades escolares é bastante insatisfatória, o que pode facilmente ser observado pela baixa adesão da categoria ao sindicato, bem como pela secundarização dos métodos históricos de organização da classe trabalhadora, prevalecendo a intervenção institucional como prática de enfrentamento. Uma das expressões desta institucionalização do sindicato está na ausência de um instrumento que funcione como propaganda e agitação na formação da consciência de classe da categoria.

Bastariam algumas leituras atenciosas aos clássicos da literatura revolucionária para conhecermos a natureza do instrumento ao qual nos referimos, pois o movimento político do proletariado já nos ensinara fartamente a esse respeito. A insistência, como tem feito sistematicamente a direção do Sepe, em visitas esporádicas de dirigentes às escolas, não satisfaz as necessidades de organização, formação e mobilização. Entendemos que, dentre outras medidas efetivas, um jornal sistemático, distribuído profissionalmente e sincronizado com as ações políticas organizatórias de propaganda e agitação, poderiam contribuir fortemente para a formação de novos quadros militantes.

Recorrendo a Lênin (1978) no *Que Fazer?*, podemos perceber o quanto seus esforços de convencimento, há 107 anos, para a elaboração de um jornal que organizasse a intervenção política do partido revolucionário de toda a Rússia, devem ser repetidos agora, com toda a urgência que a atual conjuntura, no Brasil, nos impõe. As argumentações de Lênin em defesa de um jornal centralizado em toda a Rússia, longe de serem consensuais na vanguarda política dos primeiros anos do século XX, carregavam um arrojado combate político e ideológico aos setores que, por um lado, tendiam “à espontaneidade do ‘economismo’”, e por outro lado, aos setores que não tinham resistido “à espontaneidade do terrorismo” (ibid., p. 60). Sem pretendermos entrar nas diferenças políticas das diversas organizações que faziam a luta de classes na Rússia czarista, pontuamos aqui o esforço teórico e político despendido por Lênin para demonstrar a seus opositores que “sem organizações políticas locais, fortes e bem treinadas, de nada serviria (...) o melhor jornal que se pudesse fazer”, enquanto que, por outro lado, “para *educar* pessoas para formar organizações políticas fortes *não há outro meio* senão um jornal para toda a Rússia” (ibid., p. 125, grifos do autor), Lênin estava dizendo que não podia existir um meio melhor para a formação e organização da classe do que um jornal centralizado. Obviamente que se referia à organização do partido político, mas seus ensinamentos fizeram história e tinham no jornal o centro nervoso da organização política do proletariado russo. Os ensinamentos de

Lênin podem, e devem, ser aplicados no movimento sindical, pois, não podemos esquecer que os revolucionários devem trabalhar para elevar a consciência de classe em si à consciência para si. É este o objetivo deste trabalho, continuemos.

III.3- A Autonomia e a Gestão Escolar

Ao aprovar no parlamento a lei da autonomia, o estado incumbiu-se de ocultar a sua verdadeira intenção quanto à transferência de responsabilidade em relação à escola pública. Revelou, sem cerimônias, nos incisos I a VII do artigo 7º (RIO DE JANEIRO, op. cit., 1998), as fontes dos recursos – supostamente para as escolas públicas – a serem depositados no caixa das Associações de Apoio à Escola (AAEs).

Estas entidades surgiram com uma ampla capacidade de arrecadação. Podem receber repasses diretamente dos Tesouros Estadual e da União, usufruir de isenções fiscais, receber doações de pessoas físicas ou jurídicas, além de arrecadar recursos no mercado. A lei, no seu Inciso IV, garante ainda que a AAE habilite-se a receber “subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais e rendas de qualquer espécie decorrentes das atividades exclusivas das AAEs”, possibilitando uma extensiva participação do capital nacional e internacional no programa de autonomia das escolas (ibid.).

A “autonomia” veio para institucionalizar a precariedade das relações de trabalho e legitimar a terceirização, abrindo caminho para o avanço do setor privado no interior das escolas públicas.

Um dos temas centrais da gestão escolar é, não por acaso, justamente a autonomia das escolas, sendo ela um dos elementos fundamentais para a materialização da compressão dos investimentos do estado na educação pública e da transferência dos recursos públicos para o setor privado.

Desde os anos 1990, os intelectuais e os sindicatos alertavam para os perigos da política de autonomia das escolas, que se ampliava por toda a América Latina – em contraposição aos documentos produzidos pelo BM (BANCO MUNDIAL, 1999) –, no sentido de desrevestir-se o estado de responsabilidade pelo investimento na educação pública e facilitar a penetração do terceiro setor no processo de gestão escolar. Esta, com a chamada “descentralização”, não deixou de ser controlada pelo estado, ao contrário, ele passa a ter um maior domínio sobre as direções das escolas. O primeiro capítulo demonstra claramente o poder de domínio sobre a educação, exercido historicamente pela classe que detém a hegemonia da dominação num determinado momento histórico.

É com base na argumentação teórica amplamente explicitada anteriormente, portanto, que entendemos não ser difícil para o estado manter ou ampliar o controle político sobre as escolas. O nível de controle será medido pela correlação de forças entre o poder instituído e a capacidade de reação dos trabalhadores e estudantes das escolas públicas⁶³. Ainda que se faça parecer diferente do que realmente é, cedendo às exigências históricas dos trabalhadores da educação, a burguesia sabe o poder que o parlamento exerce sobre os seus súditos. Assim, rapidamente recorre a esta instância de dominação para dissimular as pressões sofridas em função da resistência do proletariado, em determinadas circunstâncias históricas, como demonstrou Marx no Capítulo XIII d'O Capital, e analisado no Item 3 do Capítulo I.

Para garantir tempo e nivelar, e mesmo superar, a correlação de forças com o sindicato e a categoria dos trabalhadores da educação fluminense, o parlamento do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 2518, de 16 de janeiro de 1996, que garante eleições livres para diretores de escolas da rede estadual do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1996). A lei possibilitou alguma discussão interna nas escolas da rede estadual de ensino, pois o processo eleitoral exigia a composição de chapas completas e um programa de gestão. Isto estimulava a organização de debates durante a campanha eleitoral, o que incomodou sobremaneira o estado. Em 2003, o Supremo Tribunal Federal acatou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo Partido Social Cristão, partido de aluguel do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Antony Matheus, o Garotinho, suspendendo o processo eleitoral⁶⁴.

Esta ação no campo da institucionalidade jurídica do estado dificultou imensamente o engajamento dos trabalhadores na gestão participativa da escola. As hoje raras exceções de escolas que mobilizam seus pais, alunos e trabalhadores, tendem a ser derrotadas politicamente pelos governos. Por exercer ascensão sobre as direções e as pessoas em geral – devido à simbologia da autoridade, construída historicamente sobre os trabalhadores –, o estado burguês, aproveitando-se da crise da esquerda, tem conseguido dissuadir, com relativa facilidade, qualquer manifestação reivindicatória, seja através do consenso, da conciliação, da cooptação ou da repressão.

⁶³ Em outros setores, a correlação de forças deverá ser medida entre o poder instituído e a representação sindical da categoria profissional a ser analisada.

⁶⁴ Maiores informações sobre a ADI nº 2997 impetrada pelo PSC contra as eleições para diretores das escolas estaduais consultar http://www.conjur.com.br/2003-set-19/psc_questiona_forma_eleicao_diretores_escolas (Acesso em 12/4/2008).

Com isso, torna-se mais intensa e eficaz a estratégia de controle da escola, pelo estado. Desta forma, numa conjuntura que aprofunda a ideologia do consumismo e reforça o individualismo, a participação da comunidade escolar no processo de discussão coletiva diminui. Conseqüentemente, os trabalhadores da escola vêm-se obrigados a procurar alternativas para garantir a sua própria sobrevivência, principalmente no combate à compressão salarial. Esta necessidade objetiva obriga os trabalhadores da educação a oferecer a sua força de trabalho no mercado, contribuindo para a acumulação da mais-valia absoluta⁶⁵ na composição geral do lucro do capital. Para agravar esta situação, o sindicato não provoca nenhum estímulo que possa convencer a esses trabalhadores de base de que existe uma possibilidade concreta de melhorias materiais nas suas condições de trabalho. E que esta possibilidade encontra-se na sua participação efetiva nas ações reivindicatórias. Trata-se, portanto, de trazer os trabalhadores da educação pública para a política sindical, elaborando jornal sindical periódico que sirva para organizar, formar e mobilizar a categoria. Obviamente que o jornal, apesar de um elemento essencial na organização da classe trabalhadora, não pode ser utilizado isoladamente da organização por local de trabalho e das políticas sindicais que denunciem o caráter de classe do estado capitalista. No item anterior tratamos, ainda que sem a profundidade necessária, da importância histórica que representa o jornal sistemático e centralizado, na organização política do proletariado.

Estas políticas sindicais incluem as discussões coletivas às quais nos referimos acima e que o poder instituído através das direções das escolas tende a obstaculizar. Referimo-nos aqui à efetiva deliberação e implementação, pelo sindicato, de uma tarefa política à vanguarda da categoria, que é o de levar para o interior das escolas a necessidade vital de cada unidade escolar de elaborar o seu projeto político-pedagógico (PPP). Isto porque somente o PPP abre a possibilidade para que trabalhadores, alunos e seus responsáveis participem coletivamente de um processo de discussões que definirão os rumos políticos e pedagógicos que cada unidade escolar seguirá. O sindicato deve tentar conquistar a anuência da direção da escola, mas, caso isto não seja possível, deve propor que o processo de discussão se inicie à revelia do governo ou da direção da escola, em comissões temáticas que acumulem as discussões e proposições. As propostas advindas destas comissões temáticas – que também devem estabelecer critérios de deliberações –

⁶⁵ De acordo com que Marx nos ensinou no conjunto da sua obra mais conhecida, O Capital, podemos entender, grosso modo, que a mais valia absoluta é o aumento da extração da mais valia através do prolongamento da jornada de trabalho.

devem ser apreciadas e deliberadas em assembléias gerais amplamente divulgadas e legitimadas pela presença de dirigentes do sindicato.

Os trabalhadores poderão conseguir maiores avanços efetivos na composição do PPP, somente nas unidades escolares onde a correlação de forças for favorável. Entretanto, conseguir elaborar o PPP deve ser o objetivo político mais avançado do sindicato, mas não necessariamente, o seu objetivo estratégico. Todo o processo de instituição da política do sindicato no interior da escola já é, por si só, um processo contraditório que faz avançar a consciência sindical, e este deve ser o objetivo estratégico do sindicato. Em outras palavras, o sindicato deve representar a negação, no processo dialético de transformação da quantidade em qualidade, como vimos no Item 4 do Capítulo I.

Esta política sindical, evidentemente, não interessa à dominação capitalista, pois permite que todos os envolvidos no processo educacional intervenham concretamente nas decisões da unidade escolar. Para o estado, esta é uma questão vital, na medida em que, sob o ponto de vista da dominação burguesa, a comunidade escolar deve manter-se controlada e calada. Um processo de discussão coletiva levaria a uma significativa – e perigosa para a burguesia – tomada de consciência dos alunos, pais e trabalhadores, pois as contradições iminentes da escola se desvelariam a cada momento.

III.4- O Sindicato e a Gestão Escolar

Seria a hora de pensarmos, enfim, que nada deveríamos esperar do estado? Que o desenvolvimento do pensamento crítico deve ser responsabilidade do próprio proletariado? Marx estava certo ao formular a célebre frase: “o processo de transformação deverá ser responsabilidade dos próprios trabalhadores”?

É compreensível que o estado não permita a organização de discussões coletivas onde está em jogo a tomada das decisões à sua revelia. Tanto quanto não há contradição por parte da dominação ao desenvolver uma determinada propaganda ideológica que sustente uma política hegemônica, num determinado momento histórico.

A política hegemônica do atual momento histórico é a transferência de responsabilidade, de recursos, de pessoal, mas não de poder. O terceiro setor não exerce o poder na escola, mas cumpre papel fundamental na política central contemporânea. Ofusca o pensamento vital do sindicato, que se propõe independente e classista no seu combate às políticas de estado que transfere a outrem a responsabilidade pelo provimento dos serviços essenciais, não só de educação.

O sindicato, por sua vez, não tem conseguido dar o combate necessário no campo ideológico, pois se encontra cada vez mais enfraquecido politicamente junto à categoria dos profissionais de educação, apesar dos constantes aumentos dos índices eleitorais. O aumento do número de filiados que exerceram o direito ao voto nas eleições do sindicato⁶⁶ não representa, necessariamente, um aumento da consciência sindical da categoria. Ao contrário, o novo perfil dos trabalhadores da educação, não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, está vinculado a uma concepção redentora da educação. Esta, por sua vez, exige um sindicato cada vez mais afastado dos seus métodos históricos de organização de base e de conquista das suas reivindicações, e mais próximo das políticas assistencialistas e cooperativistas. Esta nova consciência sindical submete-se à consciência cidadã, à cidadania, aproximando-se do seu contraditório pela sua ideologia.

O que deveria representar um contra-senso junto à categoria passa a fazer coro com o senso comum, no qual o emergente sindicato-cidadão acaba, por sua vez, tragando as organizações da esquerda reformista e trotskista – esta última, com algumas exceções – para o pântano da conciliação de classe.

O sindicato-cidadão é parte integrante da sociedade civil e, como tal, passa a se responsabilizar, também, pela gerência dos serviços públicos essenciais. A responsabilidade da sociedade civil é fortalecida por campanhas publicitárias sustentadas por poderosos suportes da mídia e do estado, que reforçam a idéia de que cada cidadão pode fazer a sua parte na prestação desses serviços. Assim, as políticas compensatórias (bolsa família, complementação salarial, planos privados de saúde, de segurança e de previdência, cursos pagos, reforço escolar, etc.) decorrentes desta concepção passam a contribuir decisivamente para a manutenção do *status quo*.

Por outro lado, o mecanismo de defesa encontrado pelo estado para se desresponsabilizar pelo fracasso das ações políticas que viriam a garantir a prestação dos serviços públicos essenciais está depositado na responsabilização dos membros da sociedade civil. Ou seja, tomando por base a conceituação liberal de sociedade civil, fartamente criticada por Marx na sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel” (MARX, 2005, op. cit.), são os profissionais de educação os responsáveis pelo fracasso escolar, tanto quanto são responsáveis os cidadãos pelas doenças endêmicas, como por exemplo, as epidemias de dengue que assolam o país a cada verão.

⁶⁶ No geral, houve um significativo aumento da massa de votantes nos últimos dez anos, nas eleições do Sepe/RJ, a saber: 2009, 18.551 votantes; 2006, 19.694; 2003, 16.401; 2001, 18.217; e 1999, 15.857 eleitores. Fonte: Sepe/RJ.

Até mesmo a superação da atual crise econômica transforma-se em responsabilidade do cidadão, que deve se engajar, sob o ponto de vista dos capitalistas, em todos os projetos nos quais haja produção de riquezas. Esta concepção pode, por exemplo, ser constatada ao analisarmos declarações oficiais, tais como a proferida na solenidade de propaganda da principal política assistencialista do governo federal, o programa bolsa família. Nesta, o Presidente Luiz Inácio, o Lula, pretensamente demonstrou intimidade com a forma de pensar do trabalhador. Segundo ele,

[O trabalhador] pensa assim: eu não vou fazer a compra porque eu tenho medo de perder o emprego. O que eu quero dizer é que ele corre o risco de perder o emprego se ele não comprar, porque ele não comprando o comércio não encomenda para a indústria, que não produz, e sem produzir, não tem emprego [na indústria]. (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2008)

A afirmação acima, bem como outras, são dotadas das mesmas intenções político-ideológicas que têm freqüentado a mídia, na perspectiva de estimular os trabalhadores à participação militante junto ao principal projeto da burguesia: o consumo.

Nesse sentido, aquele que outrora se aproximara da ideologia da classe contraditória ao capital, hoje, empenha-se em “educar” esta mesma classe a qual um dia pertenceu, exercendo o poder de convencimento/coerção que o estado, através de sua principal aliada – para não dizer o quarto poder do estado –, a mídia, lhe proporciona. Esta e outras declarações de caráter ideológico corroboram com o que afirmamos no Item 5 do Capítulo II e nos remete para o entendimento de que a dominação burguesa se fortaleceu com a ascensão do PT e de Luiz Inácio ao núcleo do governo federal.

Vendo as coisas por este ângulo, e reconhecendo a atual coesão de governabilidade burguesa no Brasil, o que fazer frente a este desnivelamento na correlação de forças entre o capital e o trabalho? Aceitar passivamente essa condição de subalternidade ou reagir a ela?

Neste último caso, voltamos a nos deparar com a crise teórico-programática da esquerda, da qual já falamos no capítulo anterior, e que se materializa num sem número de ações sindicais, a maioria delas convergindo em direção à conciliação. Exemplos não faltam de ações democrático-burguesas: pedidos de reunião com o governo para reclamar da falta de “democracia” nas escolas, reuniões com os trabalhadores da escola para reclamar do “autoritarismo” do governo, custosas campanhas publicitárias, passeatas pedindo eleições na escola, chamados de unidade aos pelegos inimigos de classe, etc.

Resistir à dominação e alterar a atual correlação de forças entre nós e os capitalistas e seus interesses econômicos exigiria do movimento sindical em geral e do sindicato dos

trabalhadores da educação, em particular, ações independentes ao estado, que aguçassem as contradições e os antagonismos de classe. Sob o nosso ponto de vista, o sindicato somente conseguirá alterar a atual correlação de forças se resgatar a independência de suas ações e as realizar à revelia do governo, como, por exemplo, eleições livres para as direções das escolas nas unidades onde forem possíveis, ou, como falamos no item anterior, o estímulo à elaboração do PPP. Sempre objetivando a mobilização permanente dos trabalhadores e alunos para um eventual enfrentamento mais direto com o governo, representado pela greve.

Vimos que, na conjuntura brasileira atual, este método de organização sindical – independência aos governos, imprensa periódica, organização sistemática por local de trabalho, ações contrárias às vontades dos governos, etc. – foi substituído pela conciliação e o consenso. Resgatar os métodos históricos de organização dos trabalhadores é uma tarefa que exigirá das organizações políticas comprometidas com esse objetivo um plano estratégico superior⁶⁷.

Afinal, é necessário um poderoso suporte político-sindical para se contrapor às direções de escolas que estejam submetidas às vontades dos governos capitalistas e suas políticas anti-sociais – aprovação automática, ciclos, avaliação externa, junção de turmas, indicação de diretores e a mais moderna das políticas neoliberais: a autonomia escolar.

Mais uma vez apontamos a questão da organização político-sindical dos trabalhadores da educação, pela necessidade eminente de sua exposição. Omitir a importância da ação sindical em sustentação à intervenção político-pedagógica do educador seria uma falha grave para os objetivos desse trabalho. O texto ora apresentado não pôde se aprofundar com a devida intensidade nesta discussão. Sob o nosso ponto de vista, tamanha polêmica deve ser analisada à luz de um minucioso estudo sobre a esquerda brasileira e mundial, que sucumbiu à crise teórico-programática do marxismo. Este texto procura apenas apontar um estudo preliminar sobre a questão. Esta temática está introduzida no corpo do trabalho, apenas para pontuar a importância da intervenção político-pedagógica no cotidiano escolar e quais os rumos possíveis de sua atuação política no interior da escola. Ademais, não poderemos aceitar a imputação de que, sob o pretexto de considerarmos a correlação de forças desfavorável às ações independentes e radicalizadas contra o poder instituído, como já falamos, tomaríamos uma eventual postura

⁶⁷ Reiteramos aqui a legitimidade das organizações políticas, quer sejam, programaticamente, representativas dos trabalhadores, ou, ao contrário, pertencentes a setores da burguesia, de se inserirem nos sindicatos para disputar internamente o seu rumo. Cabe a nós, trabalhadores, sabermos identificar os programas de cada organização, assumindo-os ou rejeitando-os no interior da base de cada categoria profissional.

de passividade, contribuindo para o fortalecimento da direita. Insistimos na defesa da intervenção político-pedagógica do educador (professor e funcionário administrativo) visando à organização sindical, que inclui a valiosa e estratégica contribuição à organização estudantil. Obviamente que a qualidade desta intervenção está relacionada ao conjunto da argumentação exposta neste trabalho, a qual não se ajusta aos métodos empregados pelas forças políticas instaladas no movimento organizatório do proletariado brasileiro em geral, e no Sepe, em particular. No item seguinte avançamos ainda mais nesta questão.

III.5- Uma Análise Crítica da Gestão Escolar

As formas de atuação do trabalhador de educação no interior da unidade escolar estão dialeticamente relacionadas com a compreensão, ou não, de que a gestão escolar está necessariamente submetida à dominação burguesa, no interior da lógica geral do capital. Ainda que consigamos reverter a nosso favor, a depender da conjuntura interna local, as contradições imanentes da escola.

Mészáros (2006, op. cit., p. 275) é enfático ao questionar “a razão de ser da própria educação”. Para ele, o “verdadeiro tema do debate” é saber se “os homens devem continuar a servir às relações de produção alienadas”, ou, se devem se contrapor à educação, “nesse sentido mais amplo” de superação do capitalismo. O autor considera ser este “o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos de ‘interiorização’ por meio dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos”. Mészáros destaca ainda duas das funções essenciais da educação no processo de dominação: “(1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*” (ibid., grifos do autor).

Por tudo isso, é mais do que necessário um redimensionamento das análises que costumamos fazer sobre gestão escolar – destacando-se as eleições de diretores –, relações de trabalho, atividade sindical e ideologia. Hoje podemos perceber um controle muito mais intenso do estado sobre a rede pública de ensino, onde as circunstâncias para a realização do processo de ensino-aprendizagem encontram-se muito mais complexas.

As políticas públicas de educação são movidas pelo eixo condutor do mercado. Elas servem à lógica da reprodução do sistema e dogmatizam a democracia e a cidadania como valores absolutos e universais, capazes de colocar, num mesmo patamar, interesses políticos e econômicos estruturalmente antagônicos. Mesmo o indivíduo que, honesta e

inadvertidamente, tenta modificar condutas e disfunções do modelo educacional pré-estabelecido, em busca de “remediar os *efeitos* alienantes e desumanizantes” do poder econômico e do lucro, “não pode escapar à auto-imposta camisa-de-força das *determinações causais* do capital” (MÉZSÁROS, 2005, op. cit., p. 34-35, grifos do autor).

Os governos, na busca fugaz de transformar a aparência em essência, criam falsas expectativas de participação na gestão da escola, as quais são denominadas por um sem número de qualificações: “eleição democrática”, “gestão democrática”, “gestão participativa”, “participação coletiva”, “orçamento participativo”, etc. Estes ambientes operam sutilmente na diluição da consciência de classe e são facilmente absorvidos pelo conjunto da sociedade capitalista, através da mídia e de todos os recursos políticos e tecnológicos disponíveis àqueles que dominam a máquina pública.

O método de “consulta à comunidade”, utilizado pelos governos do Estado do Rio de Janeiro e da Capital, para a escolha dos dirigentes escolares, estimula a consciência cidadã, isto é, a ilusão de que as pessoas comprometidas com a escola podem decidir pelos seus rumos. Por ele, o governo mantém o controle da escolha, na medida em que decide, numa lista tríplice, o nome que assumirá a direção, independentemente dos votos conseguidos em urna. Além disso, pré-seleciona os quadros “capacitados” pelo próprio governo, às direções, através de recursos impeditivos a candidaturas independentes, como tempo de atuação na unidade escolar, cursos governamentais de capacitação, diplomas, etc.

Para o efeito desejado da aparência de uma ampla participação de todos ao processo de seleção de diretores, esse método tem uma aceitação superior à da indicação direta pelo governo. Ambos os métodos têm em comum, no entanto, o fortalecimento da democracia representativa, pois, de um lado, fica a impressão de que há espaços concretos de participação na sociedade capitalista e, de outro, a quimera de que a indicação autoritária deve ser combatida e substituída pela participação coletiva, *mas nunca fora dos limites da ordem sistêmica* (ibid., p. 25-26, grifos nossos).

Em ambos os casos, no entanto, vemos que a repressão a qualquer forma de participação coletiva dos trabalhadores e alunos é implacável. Ao longo de diversos acompanhamentos sindicais a trabalhadores do ensino público perseguidos por direções de escolas ou diretamente pelo governo, pudemos observar a inexorável postura repressora do estado para com aqueles que não se submetem às suas políticas e orientações no interior da escola. Questionamentos quanto à prestação de contas, à diminuição da merenda escolar, ao número excessivo de alunos por sala, às precárias condições de instalação e de trabalho

ou a recusa em responder a determinados relatórios, pode se transformar num longo processo administrativo, passível de punições moderadas ou severas ao servidor público.

Não por acaso escolhemos uma epígrafe para o presente trabalho, que coloca em questão “o objetivo de uma transformação social qualitativa” em oposição à limitação de “uma mudança educacional radical às margens coercitivas interesseiras do capital”. O que significa dizer que primeiro teremos que “*romper com a lógica do capital*” se pretendermos construir uma sociedade qualitativamente superior ao capitalismo, em que a produção e a distribuição da riqueza sujeitem-se às necessidades e interesses do proletariado (ibid, p. 27, grifos do autor).

Por isso, perde-se o sentido falar em reformas educacionais, mesmo que radicais, no interior da ordem estabelecida. “As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudgadas”, continua Mézsáros, “são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso” do sistema, desde que não afete a sua propaganda ideológica, “de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução” (ibid, p. 25, grifos do autor).

Ainda, Mézsáros faz uma crítica contundente ao afirmar que o sistema ajusta, ao seu modo, “as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade”, na mesma medida em que se protege com todas as suas forças políticas e ideológicas para garantir que “de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*” (ibid, p. 25-26, grifos do autor).

É nesta lógica que viemos analisando a escola, ao longo da história. Portanto, será também sob este ângulo de visão que enfocaremos a escola pública contemporânea, neoliberal, portanto. Ou seja, no interior de um processo de reestruturação produtiva do capital, no qual o estado tem sido radicalmente reformado para garantir a recuperação das taxas de lucro do capital. O leitor deve perceber a relação entre o estado e a acumulação privada, os métodos históricos de dominação burguesa e sua relação com a gestão escolar no Brasil contemporâneo.

Como vimos, não teria sentido analisar o terceiro setor no contexto de uma gestão escolar desconexa da realidade política mundial. Nem, tampouco, discutir a escola pública por um viés capitalista, ou seja, numa perspectiva na qual as soluções para os problemas da

gestão escolar e da educação públicas, hipoteticamente colocadas aqui, possam surgir a partir de uma intervenção político-pedagógica no interior da ordem capitalista.

Diferentemente da imensa maioria dos educadores brasileiros, consideramos essencial que a gestão escolar seja analisada por um viés crítico-superador, ou seja, sob a luz da análise dialético-materialista, a qual possibilitará ao trabalhador da educação pública perceber que a direção da sua escola e, por conseguinte, ele próprio, ao exercer uma pedagogia acrítica, é parte de um processo histórico de dominação de classes.

Demerval Saviani (2005, p. 246) nos fornece uma consistente análise sobre o desenvolvimento do marxismo na teoria da educação, elaborando um histórico dos autores que introduziram a teoria da luta de classes na educação, ressaltando a importância da categoria trabalho para a definição do que seja educação. Na linha que iniciamos esta dissertação, no Capítulo I, Saviani demonstra que o homem é fruto da sua própria educação, na medida em que, necessita “agir sobre a natureza transformando-a e adequando-a às suas necessidades”. É exatamente isto que o difere dos animais, que precisam se adaptar à natureza, enquanto “o homem tem de fazer o contrário: ele precisa adaptar a natureza a si”. Chamamos de trabalho “esse ato de agir sobre a natureza tomando-a como matéria prima que é transformada mediante o uso de determinados instrumentos visando a atingir certo objetivo, isto é, buscando chegar a determinado resultado” (ibid.).

É precisamente essa transformação da natureza enquanto uma atividade ontologicamente essencial, que permite ao homem se transformar ao longo desse processo histórico permanente. A ação do homem sobre a natureza exige um constante aprendizado, “isso quer dizer, pois, que ele necessita ser educado”, daí também se dizer “que a educação é uma atividade especificamente humana sendo, o homem, produto da educação”. A grande preocupação que tivemos em fundamentar o presente trabalho na concepção materialista de que o homem primitivo vivia da propriedade coletiva da terra, espelhou-se nas mesmas preocupações que Saviani, Foster, Morgan, Marx, Engels e outros autores levantam em debates como este, que ora nos apraz. A preocupação em resguardar a capacidade do homem de se organizar na propriedade coletiva da terra e no direito materno (ver Capítulo I, item 2) visa a contrapor-se ao pensamento hegemônico, metafísico, que naturaliza o homem proprietário, como se a “propriedade privada” não estivesse em “oposição à propriedade coletiva antes vigente”, e não estivesse na origem da sociedade de classes (ibid. p. 247).

Levantando os principais autores que fundamentaram suas formulações teóricas no marxismo, Saviani destaca alguns dos mais renomados nomes que produziram reflexões sobre a educação e a escola, submetidas à realidade da dominação de classes. Lênin encabeça a relação e as citações, entre as quais o discurso que pronunciou no “III Congresso da União das Juventudes Comunistas da Rússia no dia 2 de outubro de 1920”, e que esclarece didaticamente o significado da sociedade de classes:

‘E o que são as classes em geral? É o que permite a uma parte da sociedade apropriar-se do trabalho da outra. Se uma parte da sociedade apossar-se de toda a terra, temos a classe dos proprietários da terra e a classe dos camponeses. Se uma parte da sociedade possui as fábricas, as ações e os capitais, enquanto a outra trabalha nessas fábricas, temos a classe dos capitalistas e a dos proletários’ (LENIN, 1977⁶⁸, apud SAVIANI, 2005, op. cit., p. 247).

Lênin foi um dos militantes políticos que mais denunciou o caráter de classe da escola capitalista, tanto quanto foi acusado de defender uma escola classista. Aníbal Ponce explicita esta questão de maneira muito simples e direta, ao afirmar que era necessário que a escola revolucionária, do estado proletário, fixasse “com extraordinária precisão o propósito imediato que lhe corresponde” ao fato de que era preciso “formar os trabalhadores conscientes de uma sociedade em que desapareceram a dominação e a submissão” (PONCE, 2007, op. cit., p. 174). Defendendo a mesma posição de Lênin, na qual a escola proletária deveria defender, “‘por isso, exclusivamente, os interesses da classe laboriosa da sociedade’” (LENIN⁶⁹, 1929, apud *ibid.*, p. 175), Aníbal Ponce lembra que existe uma grande diferença entre os dois modelos de escola e de sociedade para a qual a escola estará sempre a serviço da formação do homem: “enquanto aquela [a escola burguesa] apenas encarnava os interesses de uma exígua minoria, esta defende as aspirações das grandes massas trabalhadoras” (*ibid.*).

Saviani destaca o caráter de classe da escola, pois sabe que ela precisa existir para reproduzir o ócio, como vimos no Capítulo I. Escola significa, em grego, o lugar do ócio, pois, “com a apropriação privada da terra se configuram, de um lado, a classe dos proprietários de terra e, de outro, a classe dos não-proprietários” e, “em consequência disso surge a possibilidade de se viver sem trabalhar”. A escola emerge, então, como o instrumento de perpetuação da condição de se viver sem a participação no processo

⁶⁸ LENIN (Ulianov) Vladimir Ilitch (1977). “Tareas de las organizaciones juveniles”. In: *Obras escogidas em doce tomos*, t. XI, pp. 203-220. Moscou, Progreso.

⁶⁹ LENINE, V. “Discurso”, pronunciado no III Congresso Pan-Russo da União das Juventudes Comunistas, in *Lênin y la Juventud*, Ed. Secretariado Sudamericano de la Internacional Juvenil Comunista, Buenos Aires, 1929.

ontológico, como vimos, de transformação da natureza, sem o qual “o homem perece”, a não ser que viva do trabalho alheio (SAVIANI, 2005, op. cit., p. 247-248).

Daniel Lindenberg também formula críticas às relações entre educação e sociedade de classes, segundo Saviani, “de forma nítida, o que pode ser aferido no volume organizado [por ele] na França, em 1972, denominado *A internacional comunista e a escola de classe*”. Mas é o filósofo, historiador, cientista e militante marxista Aníbal Ponce, com o seu livro *Educação e Luta de Classes*, de 1937, que requer a maior atenção de Saviani na sua análise dos autores que discutem a escola de classes, segundo ele, “talvez o primeiro texto que se empenhou em analisar as relações entre a educação e a estrutura social de classes, de forma sistemática e em perspectiva histórica”, além de revelar “grande erudição e [estar] apoiado em numerosas e diversificadas fontes”. Saviani lembra que a morte prematura de Ponce, em 18 de maio de 1938, decorrente de um acidente de automóvel no México, impossibilitou novas contribuições ao texto que deixou de contar também com as contribuições de Gramsci, que nesta época “se encontrava preso redigindo as notas que somente a partir de 1949 começariam a ser divulgadas, e que ficariam conhecidas como os ‘cadernos do cárcere’”. Ponce deixou de contar ainda com textos fundamentais do marxismo como os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* e *Ideologia alemã*, que só viriam a ser divulgados ao final da década de 1940. Além do mais, Saviani chama a atenção de que o marxismo se encontrava, nesse período, “sob hegemonia da Terceira Internacional controlada pelo stalinismo” (ibid., p. 249-251).

Mais adiante,

Na segunda metade do século XX, passada a catástrofe da Segunda Grande Guerra, [quando] o marxismo avançou celeremente e, com ele, as análises das relações entre educação e sociedade de classes, atingindo provavelmente o seu estágio mais avançado no início da década de 1970 com os estudos que chamei de ‘teorias crítico-reprodutivistas da educação’. A escola é apresentada, então, como um aparelho a serviço dos interesses da classe dominante, cumprindo a função de reproduzir as relações sociais de classe pela imposição da ideologia dominante e pelo preparo dos indivíduos para ocupar os postos que lhe são destinados pela estrutura da sociedade de classes (ibid., p. 251).

São inúmeras e incisivas as críticas à teoria crítico-reprodutivista da educação, desde aquela época, algumas delas vindo dos setores conservadores e/ou reformistas e outras, elaboradas por aqueles que estavam realmente interessados em discutir o papel da escola na sociedade de classes. Segundo Saviani (ibid.), a teoria da reprodução, de Bourdieu e Passeron, teve a sua “contribuição do marxismo (...) subsumida à influência de

Weber, o que leva os autores a associar sempre à categoria ‘classe’ a categoria ‘grupo’”. Por outro lado, Saviani enfatiza a importância de Baudelot-Establet ao assumirem “claramente o marxismo analisando a escola à luz da contraposição entre burguesia e proletariado”, referenciado em Althusser, no seu livro *Aparelhos ideológicos do estado*. Logo no primeiro capítulo os autores deixam claro a intencionalidade do processo de educação capitalista e formulam “seis teses básicas que irão demonstrar ao longo do livro:”

1. Existe uma rede de escolarização que chamaremos rede secundária-superior (rede S.S.).
2. Existe uma rede de escolarização que chamaremos rede primária-profissional (rede P.P.).
3. Não existe terceira rede.
4. Essas duas redes constituem, pelas relações que as definem, o aparelho escolar capitalista. Esse aparelho é um aparelho *ideológico* do Estado capitalista.
5. Enquanto tal, esse aparelho *contribui, pela parte que lhe cabe*, a reproduzir as relações de produção capitalista, quer dizer, em definitivo a divisão da sociedade em classes, em proveito da classe dominante.
6. É a *divisão da sociedade em classes* antagonistas que explica em última instância não somente a existência das duas redes, mas ainda (o que as define como tais) os *mecanismos* de seu funcionamento, suas causas e seus efeitos (BAUDELLOT & ESTABLET⁷⁰, 1971, apud *ibid.*, p. 251-252, grifos originais).

Os autores irão resumir os resultados a que chegaram ao longo dos seus estudos, formulando uma concepção que gerou inúmeras críticas no meio acadêmico, na época e ainda hoje, na qual a “contradição principal” da luta de classe “existe brutalmente fora da escola sob a forma de uma luta que opõe a burguesia ao proletariado”, de maneira a deixar claro que tal luta seria ineficaz quando travada no interior da escola. Para eles, “(...) a luta ideológica conduzida pelo Estado burguês na escola visa à *ideologia proletária* que existe fora da escola nas massas operárias e suas organizações” (*ibid.*, p. 252, grifos dos autores). Saviani analisou tal teoria e a nomeou de crítico-reprodutivista por compreender que os autores reconhecem a participação da escola no cenário da luta de classes, porém, “não a encaram como palco e alvo da luta de classes, já que entendem a escola como um instrumento *da* burguesia na sua luta contra o proletariado descartando a possibilidade de que a escola se constitua num instrumento de luta *do* proletariado contra a burguesia” (SAVIANI, 2005, op. cit., p. 253, grifos do autor).

Concordamos com a dualidade da escola burguesa identificada pelos autores de *Escola capitalista na França*, Baudelot e Establet, e também com sua análise correta de

⁷⁰ BAUDELLOT, Christian & ESTABLET, Roger (1971). *L'école capitaliste em France*. Paris, Maspero.

que a escola é um instrumento da burguesia contra o proletariado. Todavia, não podemos sequer pensar em que a escola capitalista não seja palco da luta de classes, pois vivenciamos e nos consideramos parte constitutiva da relação dialética que integra a escola e as demais instituições burguesas na luta de classe, interagindo-as. Outrossim, consideramos fundamental o pensamento de Lênin, citado por Saviani, que resgata a essencialidade de todo o conhecimento apreendido pela humanidade. Todo o “acervo de conhecimentos conquistados pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade latifundiária, da sociedade burocrática” deve ser apreendido pelo proletariado para a construção da sua própria cultura. Lênin enfatiza que a “cultura proletária não surge do nada, não é uma invenção dos que se chamam especialistas em cultura proletária”, para ele, “isso é pura tolice”. Devemos conhecer “com precisão a cultura que criou a humanidade em todo o seu desenvolvimento e transformando-a, sem compreender isso, não poderemos cumprir tal tarefa” (LENIN⁷¹, apud *ibid.*, p. 253-254).

Neste sentido, entendemos a escola como parte desse processo de apreensão do conhecimento, no interior do campo mais amplo do conjunto da sabedoria humana. Afinal, todos aqueles que conquistamos a consciência crítica, passamos pela escola e sobrevivemos a ela, isto é, não nos deixamos enublar pelo pensamento metafísico lá estabelecido. Isto não quer dizer, no entanto, sob o nosso ponto de vista, que possa estar em disputa, no interior da escola, a condição de transformação da escola, do homem ou da sociedade. Isto porque entendemos que a escola satisfaz aos interesses políticos e ideológicos da classe hegemônica e, por isso, não possui as condições necessárias para tais transformações, como vimos anteriormente.

E, aqui, chamamos a atenção especial para o rumo que Saviani toma na sua análise sobre a educação capitalista, expresso nos próprios questionamentos que tenta “responder positivamente”, mesmo conhecendo os “enormes desafios que precisam ser considerados”, no caso de estabelecermos parâmetros teórico-metodológicos para a intervenção político-pedagógica no interior da escola: “(...) é possível considerar a escola como um instrumento a serviço dos interesses da classe dominada? Especificamente, no caso da sociedade atual, de caráter capitalista, é possível articular a escola com os interesses dos trabalhadores?” (*ibid.*, p. 254).

O primeiro desafio que, pensamos, deveria ser superado é a verificação da correlação de forças políticas existente nas relações de poder (de classe), que são reais e se

⁷¹ LENIN (Ulianov) Vladimir Ilitch (1977, p. 207). “Tareas de las organizaciones juveniles”. In: *Obras escogidas em doce tomos*, t. XI, pp. 203-220. Moscou, Progreso.

materializam de várias maneiras, como, por exemplo, na forma de perseguição política àqueles que desejam implementar uma pedagogia histórico-crítica no interior da escola. As exceções são raras, mas existem. Já falamos sobre isso mais acima.

Realizar esta verificação na correlação de forças significa, de imediato, analisar o desempenho da atuação sindical na região em que se localiza a unidade escolar a qual será implementada a nova concepção pedagógica. Não nos parece que Saviani considere este elemento como essencial, apesar de fazer referência às questões sindicais, no momento da execução de uma nova proposta pedagógica que, para ser levada adiante:

(...) É preciso levar em conta a prática das escolas que, organizadas de acordo com a teoria anterior, opera como um determinante da própria consciência dos agentes opondo, portanto, uma resistência material à tentativa de transformação alimentada por uma nova teoria (ibid., p. 266).

Tal “resistência material” certamente será alimentada ainda mais pelas questões sindicais corretamente levantadas por Saviani, no curso da implantação da nova pedagogia:

A clareza desses problemas indica que a tentativa de orientar o trabalho pedagógico das escolas por uma nova teoria pedagógica deve vir associada à luta pela mudança das condições de trabalho e de salário dos docentes, introduzindo-se a jornada de tempo integral de modo que, fixando-se os professores nas escolas, eles terão disponibilidade para elaborar o projeto pedagógico aprofundando sua fundamentação teórica e, além disso, efetuar as mudanças organizacionais requeridas e reorientar toda a estrutura curricular, assim como a relação professor-aluno no interior das salas de aula na direção dos novos objetivos preconizados pela concepção teórica adotada (ibid.).

Assim, perguntamos a Saviani: em primeiro lugar, a quem é destinado este questionamento, que, repetimos, assumimos na íntegra? A trabalhadores individuais da educação? A direções de escolas? Ao sindicato? Ou a governos?

Lutamos abertamente por uma escola de horário integral para alunos e trabalhadores e uma alteração curricular estrutural, tanto quanto uma mudança radical na “relação professor-aluno no interior das salas de aula” (ibid.). Sem a ilusão, entretanto, de que o capitalismo poderá nos conceder o que queremos e aí nos reportamos novamente à epígrafe desta dissertação:

Limitar uma mudança educacional radical às margens coercitivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do*

capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2005, op. cit., p. 27, grifos do autor).

Insistimos na possibilidade de uma significativa mudança na intervenção político-pedagógica no cotidiano da escola, a partir da compreensão desta perspectiva de análise, ora proposta. Sabemos, através da história, que as transformações sociais ocorrem por rupturas e não será diferente no interior da escola. Falar numa transformação expressiva da gestão escolar significa assumir um maior envolvimento político por parte dos trabalhadores, alunos e seus familiares. Qualquer tentativa de mudança que se contraponha aos interesses dos governos capitalistas é facilmente derrotada quando conduzida isoladamente pelos trabalhadores e alunos, isto é, sem o envolvimento político do sindicato e dos grêmios estudantis. Isto não significa depositar todas as expectativas de vitórias nos organismos políticos dos trabalhadores e estudantes. Como vimos acima, passamos por um período histórico de derrotas dos movimentos sindical e estudantil, o que não representa o seu fim, muito ao contrário.

Mas que fique bem claro: acreditar que as mudanças necessárias somente poderão ocorrer a partir da ruptura com o sistema não é o mesmo de ficar paralisado esperando que o capitalismo se deteriore, subestimando a sua capacidade de reprodutibilidade. Ou mesmo, que não há soluções parciais no interior do sistema.

Há sim. O desenvolvimento do pensamento crítico no interior da escola poderá produzir resultados muitas vezes inesperados. Talvez o mais significativo destes resultados seja a transformação permanente do próprio indivíduo que se propõe a estimular o pensamento crítico, em vista da sua permanente necessidade de apreensão de novos conhecimentos teóricos. Contrapor-se ao senso comum exige conhecimentos diversificados, pois todo o aparato ideológico e institucional protege-se, irremediavelmente, de qualquer tentativa de mudança. Assim, não devemos pensar que estes conhecimentos cairão do céu, ou, menos ainda, que o estado se encarregará de provê-los. Não, achamos que estes conhecimentos devem ser concebidos, ou disponibilizados aos trabalhadores da escola pelo sindicato e aos estudantes pela sua entidade estudantil.

As organizações políticas do proletariado devem se imbuir de toda a sua legitimidade histórica para elaborar seus programas de intervenção nas frentes de massa, que visem a contribuir para a elevação da consciência revolucionária de estudantes e trabalhadores. A primeira iniciativa que podemos sugerir é a coragem que perpetuou-se estampada na primeira página do Manifesto Comunista: a de não escondermos os nossos

objetivos imediatos e de longo prazos. Que fique também aqui estampado, neste modesto trabalho, a coragem que precisaremos ter para transformar o mundo: “Está mais do que na hora de os comunistas exporem abertamente ao mundo inteiro suas concepções, seus objetivos e suas tendências e de contraporem à lenda do espectro do comunismo um manifesto do partido (MARX e ENGELS, 2001, op. cit., p. 21).

IV- CONCLUSÃO

Entendemos que a análise sobre a natureza do estado deva ser um elemento estruturante de qualquer estudo que pretenda investigar a escola ou qualquer outra instituição, assim como o conjunto da sociedade capitalista. Esta é a razão da importância dada, neste texto, a uma maior compreensão sobre a origem do próprio homem. Pois foi ele quem criou o estado. Mas, qual homem criou o estado, quando e por quê?

Sem dúvida, estas são, para nós, questões que deveriam fundamentar qualquer análise sobre as sociedades humanas e suas instituições. Por isso, não poderíamos pensar na possibilidade de analisar a escola capitalista sem analisar a sua própria origem. Neste sentido, o diálogo estabelecido com os autores aqui apresentados foi absolutamente indispensável para fundamentar, passo a passo, as nossas expectativas em edificar uma argumentação sólida, que conduzisse o leitor, desde a estrutura das diferentes formas que tomam o pensamento humano, passando pelas razões que os moldaram, até a sua materialização, manifestada na política.

Hegel foi fundamental. E foi através de Marcuse e de Kojève que ele toma corpo neste modesto trabalho. Modesto, não no sentido que costumamos dar ao da falsa modéstia, como se diz, mas, ao contrário, frente à grandiosidade dos objetivos políticos colocados, necessariamente, para aqueles que ascendem à consciência revolucionária. E Hegel revolucionou o pensamento humano ao construir o seu homem dialético. E o seu deus dialético. Apesar de todas as limitações do idealismo místico hegeliano, o pensamento do século XIX pôde ser impulsionado contra o senso comum religioso, mais precisamente da Igreja, iluminando ainda mais aquele cenário de profundas mudanças no campo da filosofia e, conseqüentemente, da política e da história, que o Velho Continente viria a propagar para o restante do mundo, seja na forma da opressão de classe, ou, ao contrário, através da teoria superadora dessa condição de opressão.

Aquele foi um século histórico para a humanidade. Não por acaso, surgem inúmeras mentes brilhantes, na efervescência da contenda filosófica daquele tempo. Mas também, coincidentemente ou não, algumas destas mentes colaboraram para o salto no pensamento humano, ainda que não participassem daqueles incandescentes debates, nem tampouco elaborassem o seu pensamento sob a áurea da filosofia clássica ou do recente método de pensar a filosofia, que emergia com Marx. Referimo-nos a Charles Darwin e a Henry Morgan, dois pensadores contemporâneos, estranhos entre si, mas cujas descobertas revolucionárias impulsionaram o pensamento materialista e chocaram ainda mais o homem idealista, religioso.

Estes pensadores fundamentaram sobremaneira nosso trabalho. São eles que ainda podem, com toda a segurança teórica, sustentar a existência material da vida em si, no geral, e, conseqüentemente, demonstrar que a existência do homem está dialeticamente relacionada ao seu desenvolvimento histórico, social e biológico. Os estudos antropológicos e etnográficos de Morgan iluminaram, não somente o século XIX, mas transgrediram o século XX e já demonstram fôlego para transgredir também todo o milênio que se inicia agora.

Emmanuel Terray (1979, op. cit.) já demonstrara esse vigor de Morgan no seu “O Marxismo Diante das Sociedades ‘Primitivas’: dois estudos”. Mas foi John Bellamy Foster (2005, op. cit.) quem mais contribuiu para afirmar a atualidade deste genial cientista estadunidense. E mais, além de submeter vários autores contemporâneos à nossa avaliação, evidencia e atualiza a lucidez de Friedrich Engels quando elaborou a tese, baseado nos estudos de Morgan, de que o desenvolvimento do homem ocorre por ação do trabalho, numa relação dialética com a natureza. No seu famoso texto “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, Engels enuncia a lógica dialética da evolução do homem: ao descer das árvores o homem-macaco liberta suas mãos para o trabalho e, na esteira de um longo e penoso desenvolvimento histórico, transforma-se em homem, fabricando artefatos, que, por sua vez, alavancam o seu desenvolvimento biológico, social e, portanto, humano. Foster (ibid., p. 284) resgata o pioneirismo de Engels ao formular o que ficou depois conhecido como visão materialista *co-evolucionária*.

Engels, preservado pela sua época, não fora sequer abalado pela “revolução no tempo etnográfico”, que viria a estremecer a comunidade científica do início do século passado. A descoberta do gênero *Australopithecus*, de quatro milhões de anos, sacudiu a árvore genealógica humana arremessando para bem distante a bifurcação dos ramos do homem e do macaco. Agora surge Toumai – a quem homenageamos, imprimindo seu retrato no ANEXO 1 –, uma espécie hominídea do gênero *Sahelanthropus tchadensis* que empurra para ainda mais longe o confuso tronco genealógico da humanidade para sete milhões de anos. Os cientistas franceses Michel Brunet e Patrick Vignaud merecem todo o nosso respeito e incentivo na sua busca a um suposto hominídeo de oito milhões de anos, no Egito. Eles, afinal, nos ajudam muito no combate à teoria criacionista, que turva a mente da humanidade e infesta, por conseguinte, as nossas salas de aulas, contamina nossos colegas de trabalho, nossos amigos e familiares. Tanto quanto contamina, também, a ciência, a filosofia, enfim, o homem...

Toda esta discussão nos coloca frente a um desafio imensamente superior aos infundados e medíocres argumentos sobre a natureza predatória do homem e sua capacidade de superar-se a si mesmo, a despeito da destruição de tudo em sua volta. Tanta destruição em tão pouco tempo. O que são cinco mil anos, representados pelo processo civilizatório, quando existimos há pelo menos 200 mil anos (*homo sapiens sapiens*) e pouco conhecemos sobre os descendentes mais próximos da espécie *homo sapiens*, como as subespécies *homo sapiens idaltu*, *homo sapiens neanderthalensi*, ou *Cro-Magnon*, todas extintas?

De fato, ao colocarmos o pé na estrada que nos conduz à origem do homem moderno, podemos pensar em sete milhões de anos e encontrar Toumai. Nele pode estar a origem do *homo erectus*, que colonizou a Eurásia há já 2 milhões de anos e coabitou por cerca de 500 mil anos com o *homo habilis* e, provavelmente, também com o *homo rhodesiensis*, há dois milhões de anos⁷².

Homo homini lupus (lobo do próprio homem).

Uma expressão infundada e medíocre para aqueles que, minimamente, compreendem o doloroso e esplêndido desenvolvimento histórico e biológico de uma espécie que sobreviveu a outras espécies hominídeas ao longo de centenas de séculos.

O desafio a que nos propusemos foi o de buscarmos, lá no fundo, o conhecimento do homem e de suas relações históricas. Pensamos em ir mais adiante, mas o tempo e as condições objetivas da nossa vida material não nos permitiram. Ainda assim, nos sentimos bem próximos de ter ido à raiz do homem, como nos ensinou Marx.

Aníbal Ponce foi essencial para conhecermos a origem da escola. Seu livro “Educação e Luta de Classes” deveria ser estudado por todos os trabalhadores que possuam o desejo do conhecimento, da verdade dialética. Seus argumentos, construídos sob uma forte base marxista e alimentados por inúmeras e diversas fontes, não deixam dúvidas sobre o caráter de classe da escola, desde sua origem na Antiguidade até os dias de hoje.

Sob o nosso ponto de vista, o trabalho apresentado e aqui concluído cumpriu seu objetivo de demonstrar que a escola capitalista, longe de estar flutuando no ar, encontra-se muito bem ferrada a amarras que a mantém sobre o solo pantanoso da sociedade de classes. São essas amarras que possibilitam a formação do homem abstrato, alienado, místico. Chamamos a essas amarras de ideologia.

⁷² Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Homo_sapiens (Acesso em 25/5/2009).

A escola talvez seja, ainda, a principal fonte do pensamento metafísico, linear, fragmentado, anistórico. Ou, talvez, essa seja uma análise polêmica frente a um descontrolado desenvolvimento tecnológico, que faz da mídia uma poderosa fonte de alienação e formação ideológica. Além, é evidente, de fonte de lucro, como tudo no capitalismo, conforme os estudos econômicos de Marx demonstraram fartamente.

E por falar em Marx, talvez tenha chegado a hora de relatarmos aqui a importância destes companheiros na longa jornada pela qual passamos, desde os estudos preparatórios até a presente conclusão desta dissertação de mestrado. Quando nos referimos a Marx no plural, é porque não podemos concebê-lo sem Engels. A princípio, pretendíamos elaborar um capítulo inteiro, onde explicitaríamos as categorias trabalho, valor, troca, mercadoria, mercado, mais-valia, lucro, preço, capital, crises, alienação, etc., explicadas de forma didática (é preciso esclarecer que é falsa a idéia de que o marxismo tem várias interpretações).

Recuamos por ora deste objetivo, pois, por um lado, o tempo nos atropelara, e, por outro, entendemos que as categorias marxistas estão presentes por inteiro no texto, especialmente o método. O método dialético de análise nos permite poder enxergar além do objeto de investigação. Ele sedimenta a estrada que deverá conduzir um educador/trabalhador à mudança do seu ponto de vista sobre os dados empíricos.

Este foi um fator indutor da formatação que o texto foi tomando ao longo do tempo. Analisar o homem no primeiro capítulo já instigava a ida à raiz das coisas e do pensamento. Necessitávamos ver materializada a dialética. Não foi à toa que Marx morreu na sua mesa de trabalho, debruçado sobre profundos estudos sobre o homem primitivo.

O primeiro capítulo fundamentava o que deveríamos abordar no segundo, sobre o estado, suas crises e a reprodutibilidade do capitalismo. Ali, podemos dizer, conseguimos elaborar uma análise, ainda que insuficiente para os estudos que pretendemos fazer, da crise teórico-programática pela qual passa a esquerda no Brasil e no mundo. Crise decorrente da inexactidão na interpretação do marxismo, o que tem valido longos anos de recuo do proletariado, especialmente no Brasil, com a ascensão de Luiz Inácio e do PT a um nível do poder burguês, que é mais do que suficiente para paralisar, e mesmo fazer recuar, toda uma história de lutas e organização da classe trabalhadora.

Pensamos que as críticas devam ser feitas. Queremos fazer uma discussão franca e fundamentada na práxis revolucionária, em que as questões pessoais se pulverizam no ar. Há ainda muito o que se fundamentar e se criticar. Entendemos que as críticas devam ser

feitas àqueles setores que dirigem politicamente o proletariado brasileiro e mundial no campo da esquerda, pois, à direita, combatemos.

É sob este ponto de vista que formulamos as críticas ao trotskismo, ainda que insuficientes, repetimos. Ademais, não nos pretendemos elaborar, em nenhum momento, qualquer tipo de documento ou de manifesto político, pois cuidamos muito para que este fosse um trabalho acadêmico, obedecendo algumas normas que, certamente, seriam transgredidas num texto político. Não queremos dizer com isto que nos eximimos de fazer a luta política. De maneira nenhuma, muito ao contrário, sabíamos desde o início, ainda no processo de preparação, o quanto esta dissertação poderia potencializar a luta política no interior da categoria dos trabalhadores da educação. Se não fosse assim, qual a razão de ser de um trabalho acadêmico?

Neste sentido, tivemos muita ajuda dos autores com os quais trabalhamos e também com aqueles que não tivemos tempo o suficiente para estudar melhor. Néstor Kohan foi muito importante na sustentação teórica da crítica à esquerda, tanto quanto o foram também Perry Anderson, Ricardo Antunes e o maior de todos os formuladores da crítica política direta: Lênin.

Foi pensando dessa forma que abordamos a crise sistêmica do capital e tentamos analisar a atual crise financeira. Foi propícia a reportagem da revista Veja (2009), datada de 4 de fevereiro, estampando foto-montagem de Marx em Davos, e que estampamos no ANEXO 2, pois a reportagem nos exorta a compreender o quanto Marx é temido pela burguesia. Nada pessoal. A contradição no interior da burguesia serve para entendermos melhor como ela precisa recorrer a Marx para elaborar suas análises sobre a crise capitalista, para dar respostas materiais a suas ações política, ao invés das suas costumeiras abstrações.

Por isso criticamos qualquer análise da esquerda que coincida com as argumentações burguesas e procuramos fazer isso da maneira mais elegante possível, evitando transgredir às normas referidas acima. Françoise Chesnais e Ronaldo Gonçalves contribuíram sobremaneira para a análise econômica, cada um à sua maneira. Tanto quanto o conjunto de reportagens sobre a crise, pesquisada por nós e publicada na grande mídia burguesa.

Conhecer a movimentação dos capitais em direção à acumulação privada, e o quanto esta dinâmica exerce influência sobre a unidade escolar na rede pública do ensino básico é essencial para os trabalhadores da escola, pois, enquanto oprimidos pelo capital, somos os únicos capazes de alterar a correlação de forças existentes entre capital e

trabalho. Refletir sobre a gênese do estado capitalista e seus objetivos estratégicos na sua luta de vida ou morte que o sistema opera no combate às suas crises, nos instrumentaliza para conhecermos o terreno no qual pretendemos caminhar.

A dialética ilumina o terreno e nos mostra que não há fronteiras entre a teoria e a prática. Os instrumentos políticos do proletariado, que hoje se encontram amplamente contaminados com programas conciliadores com as classes dominantes da sociedade, têm impossibilitado a organização independente da classe trabalhadora. Nunca é demais lembrar que a organização política do proletariado conforma o fator subjetivo da revolução. Sendo assim, para aqueles que, como nós, não escondemos os nossos objetivos – conforme a citação ao Manifesto Comunista que encerra o último capítulo deste texto –, torna-se imprescindível a desconstrução da ideologia burguesa para em seu lugar tomar corpo a nossa própria ideologia de classe (MÉSZÁROS, 2004, op. cit., p. 57-68).

A força da ideologia a qual nos referimos aqui se expressa no que Mészáros (ibid., p. 67) chamou de “a consciência social prática das sociedades de classe”, e que reflete a baixa participação do proletariado na sua própria organização política. Mészáros a distinguiu em três posições ideológicas distintas, a saber:

A primeira apóia a ordem estabelecida com uma atitude acrítica, adotando e exaltando a forma vigente do sistema dominante – por mais que seja problemático e repleto de contradições – como o horizonte absoluto da própria vida social.

A segunda, exemplificada por pensadores radicais como Rousseau, revela acertadamente as irracionalidades da forma específica de uma anacrônica sociedade de classes que ela rejeita a partir de um novo ponto de vista. Mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social – igualmente determinada pela classe, ainda que seja historicamente mais evoluída.

E a terceira, contrapondo-se às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classe, propondo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismo de classe (ibid., p. 67-68).

Podemos e devemos tirar algumas conclusões em relação à ação do estado na educação: (1) o estado, de maneira geral, retira recursos do ensino público, em função dos interesses privados dos capitalistas; (2) os quadros dirigentes do setor de educação, que ocupam cargos no Poder Executivo são, na maioria das vezes, empresários ou seus representantes diretos; (3) as políticas públicas de educação, em todos os níveis, são elaboradas para garantir os lucros empresariais do setor da educação privada; (4) conforme a necessidade do sistema, o nível “(...) de educação não é melhorado, mas piorado: os processos de trabalho extremamente simplificados possibilitam a difusão do trabalho

infantil e, por conseguinte, é negada às crianças a possibilidade de uma educação equilibrada” (MÉSZÁROS, 2006, op.cit., p. 267).

A luta concreta, real, vivenciada pelos professores e funcionários administrativos da escola pública para garantir o mínimo de dignidade durante as longas horas de trabalho no cotidiano escolar, é imprescindível para a superação da alienação do homem e da acumulação privada. Enquanto acompanhávamos perseguições dos governos e das direções de escolas a companheiros e companheiras educadores, percebemos que, na maioria desses casos, os representantes das direções das escolas e dos governos assumiam uma postura implacável para com os servidores que questionavam suas políticas e orientações, ou ainda, denunciavam as mais elementares irregularidades ou falta de condições de trabalho e estudo para os alunos.

O acompanhamento sindical e a mobilização política são fundamentais para a proteção do trabalhador perseguido, imprimindo ao estado, na maioria dos casos, um recuo imediato de suas posições, ainda que sem demovê-lo da cristalização da sua gênese repressora e violenta.

Entretanto, não devemos apostar na superação da contradição entre capital e trabalho a partir das concessões dos patrões às reivindicações do proletariado. Ainda que a totalidade da pauta de reivindicações dos trabalhadores da educação fosse atendida (SEPE/RJ, 2007), essa contradição histórica ainda permaneceria viva, enquanto o modo de produção capitalista continuasse existindo.

Achamos que, ao final deste trabalho, conseguimos o difícil intento de demonstrar o quanto podemos fazer no interior da escola pela desconstrução da ideologia dominante. Os apontamentos preliminares sobre a permissividade da escola em relação ao terceiro setor apontam, supomos, para a percepção de que a reforma do estado, que permite a abertura das instituições públicas aos capitais privados, poderá servir de alavanca para uma reação. Isto porque o terceiro setor, quanto mais avançar em direção à escola, maiores serão as ameaças efetivas aos postos e às condições de trabalho.

O ANEXO 3 representa bem o quanto o capital privado tem tomado conta do espaço escolar. Demonstra também a permissividade da maioria das direções das escolas com as empresas, entidades privadas e com as políticas que sustentam este novo modo de produção capitalista.

Críticas vazias ou descompromissadas à burocratização dos sindicatos e das entidades estudantis, tanto quanto ao conjunto da esquerda, não serão capazes de alterar a atual realidade. Muito menos podemos esperar que o misticismo da sociedade judaico-

cristã consiga tamanha proeza. Menos ainda podemos esperar das concepções pós-modernas. Estas tentam transformar a adversidade a qual é submetida o proletariado em proposições e alternativas que nada mais representam do que o fortalecimento da ideologia dominante e do senso comum, reificando o homem abstrato. Tomar a deformação das manifestações artísticas, corporais e culturais levadas a cabo pelo atual projeto capitalista, como novas formas de manifestação dessas expressões humanas, significa colaborar com a dominação de classe, que transforma a miserabilidade do proletariado em falsas criatividades e potencialidades culturais.

Daí o sem número de proposições multiculturalistas, bastantes presentes na educação, todas marcadas pelo conservadorismo, seja ele liberal ou pequeno burguês radical, sempre operando na diluição da consciência de classe e convergindo para o mesmo ponto: a ocultação do caráter de classe do estado. O que vai resultar em conciliação, institucionalização democrático-burguesa e, por fim, na conservação do sistema e em mais alienação do homem.

Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras; o importante, porém, é transformá-lo (Karl Marx: 11ª Tese sobre Feuesbach).

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Bernadette Siqueira. História da Filosofia. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2004.

ALTHUSSER, Louis. Análise Crítica da Teoria Marxista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, 220 p.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

_____. O Fim da História: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1992. 145 p.

_____. Apuntes sobre la conjuntura. Instituto Argentino para el desarrollo economico. Publicado em 28 de março de 2008. Disponível em New Left Review: www.lahaine.org. Acesso em 8/1/2009.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 258 p.

BANCO MUNDIAL. Reformas Educacionais e Autonomia das Escolas – Os Casos das Cidades de Nova Iorque, do Chile e do Estado de Minas Gerais. 1999.

BARRETO, Lucas Hayne Dantas. Terceiro setor: uma análise comparativa das organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 779, 21 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7165>>. Acesso em: 13 set. 2005.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Seguido de A Influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1997. 143 p.

_____. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 4ª ed., 2005. 159 p.

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei 1.541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666compilado.htm. Acesso em 12/4/09.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. “Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências”.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. “Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSICPs).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estudos e Pesquisas. Informação Econômica número 4. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL): 2002. IBGE, Rio de Janeiro, 2004. 148 p. Estudos e pesquisas. Informações econômicas, ISSN 1679-480x; n. 4. ISBN 85-240-3774-1. Disponível em www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/FASFIL_Ago2008.ppt . Acesso em 9/4/09.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Lucro, acumulação e crise: a tendência declinante da taxa de lucro reexaminada. São Paulo: Brasiliense. 1986.

_____. A crise do Estado. Ensaio sobre a economia brasileira. São Paulo: Livraria Nobel, 1992. 195 p.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunnil. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunnil (orgs.). O Público não-estatal na reforma do estado. São Paulo. FGV, 1999.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. 3ª edição. Editora Brasiliense. SP: 1981. 125 p.

CHESNAIS, F. El fin de un ciclo ALCANCE Y RUMBO DE LA CRISIS FINANCIERA. Herramienta Revista de Debate y Crítica Marxista. 2008. Disponível em www.herramienta.com.ar. Acesso: 24 de janeiro de 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIES, Nicholas. Assunto: Mais Arquivos, Rio9706.doc. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: simoesra@gmail.com em 11/03/2007, 18:48.

DIANNI, Cláudia. Governo admite que deu pouca atenção ao álcool: Alegação é que era preciso estruturar o setor de biodiesel, uma vez que o programa do etanol já estava consolidado. Folha de S. Paulo, SP, 11 mar. 2007. Caderno Dinheiro B1, da Sucursal de Brasília, p. B3.

ENGELS, Friedrich. A Dialética da Natureza. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1979, 3ª edição. 240 p.

_____. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1977. 3ª edição. 215 p.

_____. Anti-Düring. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. 231 p.

ETCHICHURY, Carlos. O tráfico é sócio da polícia. *Jornal Zero Hora*, RS, 24/3/2006. Entrevista: Hélio Luz, delegado aposentado e ex-chefe de Polícia do Rio. Disponível em <http://www.il-rs.com.br/combate_corrupcao_otrafico.htm>. Acesso em 28/3/2007.

ÉPOCA ONLINE, 28/07/2004, 10:18. Edição nº 323. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG65607-6012,00-CANDIOTA+PEDE+DEMISSAO+DA+DIRETORIA+DE+POLITICA+MONETARIA+DO+BANCO+CENTRAL.html>. Acesso em 9/2/2009.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Dicionário Aurélio Eletrônico* – V. 1.4. Editora Nova Fronteira, 1994.

FOLHA ONLINE, 05/07/2005. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u70256.shtml>. Acesso em 8/2/2009.

FOLHA ONLINE, 15/9/2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u445011.shtml>. Acesso em 9/2/2009.

FONTES, Virgínia. A Política e a arte da desqualificação. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 37, p. 363-394, jan/jun. 2005. Disponível em: <http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>. Acesso em 6/1/2009.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. 418 p.

FREIRE, Vinicius Torres. Álcool, crescimento e pobreza. *Folha de S. Paulo*, SP, 11 mar. 2007. Caderno Dinheiro B1, p. B6.

GANDY, D. Ross. *Marx e a História da sociedade primitiva ao futuro comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. Traduzido da edição norte-americana publicada em 1979 pela University of Texas Press de Austin, Texas (EUA). Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 200 p.

GONÇALVES, Reinaldo. *Crise econômica: Radiografia e soluções para o Brasil*. 18 p.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. Secretaria Especial de Juventude e Emprego: “Lula diz que consumo vai proteger o emprego”. Disponível em: www.sje.pe.gov.br. Publicado em 26 de novembro de 2008. Acesso em: 3/12/2008.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HADDAD, S. (Org.), & BEBBINGTON, A; OLIVEIRA, F.; SCHERER-WARREN, I.; LANDIM, L.; WANDERKLEY, L. E. W. *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG; Editora Fundação Petrópolis, 2002.

HERCULANO, Mônica. *Setor sem fins lucrativos brasileiro cresce mais em número de entidades do que de trabalhadores*. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), 2004. Disponível em

http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=6478&tamandotela=3&tipo=ie. Acesso em 12/04/09.

ISTOÉ ONLINE, 28/7/2004. Disponível em http://www.terra.com.br/istoe/1816/brasil/1816_presidente_bc.htm. Acesso em 8/1/2009.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, 2008. 590 p.

KOHAN, Néstor. *Marx em Su (Terceiro) Mundo*. 2ª ed. Cuba: Centro de Integración y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2003. 302 p.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à Leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002. 557 p.

LEAL, Leovegildo P. *Marxismo e Socialismo: análise crítica da revolução cubana*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008. 297 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 144 p.

_____. *Que Fazer? As Questões Palpitantes do Nosso Movimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978. 149 p.

LÖWY, Michael. *O Pensamento de Che Guevara*. 5ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003. 160 p.

_____. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Traduzido por Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 2000. 220 p.

MAGALHÃES-VILHENA, Vasco. In, MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante. 1975. 184 p.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 298 p.

MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução. Hegel e o Advento da Teoria Social*. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra S/A, 2004. 379 p.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 351 p.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 167 p.

MARX, K. *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 174 p.

_____. O Capital: crítica da economia política. V. I., Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). SP: Abril S. A. Cultural, 1983. 301 p.

_____. O Capital: crítica da economia política. V. I., Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV), SP: Abril S. A. Cultural, 1984-a. 306 p.

_____. O Capital: crítica da economia política. V. III., Livro Terceiro. O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 1 (Parte Primeira). SP: Abril S. A. Cultural, 1984-b. 353 p.

MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã, 1º Capítulo: seguido as Teses sobre Feuerbach. 8ª. Edição. SP: Centauro Editora. 2005. 127 p.

_____. Manifesto do Partido Comunista. 2ª edição. Nota sobre a primeira tradução portuguesa e Notas complementares: Vasco Magalhães-Vilhena. Tradução dos originais alemães e ingleses e Notas de tradução: Álvaro Pina. Lisboa: Edições Avante: 1975. 184 p.

_____. Manifesto do Partido Comunista [1848]. Seguido de Gotha. Comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão por Karl Marx [1875]. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Editores S/A, 2001. 133 p.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

_____. O Poder da Ideologia. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo Ed., 2004. 566 p.

_____. A Educação Para Além do Capital. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2005. 77 p.

_____. A Teoria da Alienação em Marx. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo Ed., 2006. 293 p.

MINH, Ho Chi. A Resistência do Vietnam (Textos Políticos, 1922-1967). Rio de Janeiro, GB: Gráfica Editora Laemmert S. A., 1968. 269 p.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005. 288 p.

NETO, E. C. T. Uma Esquerda para o Capital. *Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado em História, defendida em 2005, no Programa de Pós-graduação da UFF, Niterói.

NEVES, L. M. W. A Sociedade Civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In NEVES, L. M. W. (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica Ltda., 2005. p. 85-125.

OGLOBO ONLINE, 22/12/2004. Disponível em <http://ogloboglobo.com/noblat>. Acesso em 8/2/2009.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/manifesto.pdf>. Acesso em 21/2/2009.

_____. O Socialismo Petista. O Socialismo Petista é parte da resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido entre 31 de maio e 3 junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmado no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24 e 28 de novembro de 1999. Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/osocialismopetista.pdf>. Acesso em 21/2/2009.

PEREIRA, Rodrigo Mendes. *Terceiro setor: identificando suas organizações e propondo um novo conceito*. Academia Brasileira de Direito, 2006. Disponível em <http://www.abdir.com.br/doutrina/ver.asp?art_id=&categoria=Terceiro Setor> Acesso em :12 de abril de 2009.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Editora Expressão Popular. São Paulo, SP: 2003. 224 p.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira (Do Instituto de Matemática e Estatística da USP). 22ª edição. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 198 p.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 2518, de 16 de janeiro de 1996. Regulamenta o inciso XII do Artigo 308 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que estabelece eleições diretas para as direções das instituições de ensino mantidas pelo poder público com a participação da comunidade escolar.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3067, de 25 de setembro de 1998. Dispõe sobre a autonomia das unidades escolares da rede pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Projeto de Lei nº 2, de 2009 (Mensagem nº 5/2009), que “Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências.” OFÍCIO GP n.º 128, 13 de março de 2009. Disponível em http://spl.camara.rj.gov.br/spl/spl_tramit_proj_assunto.jsp;jsessionid=A16B658FB3E360BB69C51EF5601A73B?id=17338. Acesso em 6/4/2009.

SALLES, J. M. e LUND, Kátia (Direção). *Notícias de uma Guerra Particular*. Brasil, 1999. Documentário. Duração: 57 minutos.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 35ª ed. Revista. Campinas, SP: Editora Autores Associados Ltda., 2002 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: vol. 5). 94 p.

_____. *Educação Socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os Desafios da Sociedade de Classes*. In LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Demerval. *Marxismo e educação*:

debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Autores Associados Ltda: HISTEDBR, 2005. 274 p.

SEPE/RJ, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação. Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores da Rede Estadual do Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <http://www.sepe-rj.org.br/>. Acesso em 18 jan. 2007.

SIQUEIRA, A. As más lições da experiência: as reformas da educação superior no Chile e na China e suas semelhanças com o caso brasileiro. In NEVES, L. M. W. (Org.) et al; Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate; São Paulo: Xamã, 2004. pp. 111-146.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho educação e sindicalismo no Brasil: anos 90. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 223 p.

TAFFAREL, Celi Zulke. Os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e a educação. In: Universidade e Sociedade, nº 31, 2003: p. 107-119.

TERRAY, Emmanuel. O Marxismo diante das sociedades “primitivas”: dois estudos. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979. 180 p.

TESE DA OPOSIÇÃO SINDICAL – Dedicada aos 40 anos do assassinato de Che Guevara. 16 p. In: Caderno de Teses Gerais do XII Congresso do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação. Novembro de 2007. 40 p.

TROTSKY, Leon. Programa de Transição para a Revolução Socialista. 2ª ed. Lisboa: Edições Antídoto. 1978, 150 p.

TSE-TUNG, Mao. Sobre a prática e sobre a contradição. 3ª Ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular. 2004, 95 p.

VEJA ONLINE. Edição 1.760, 17 de julho de 2002-a. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx?edicao=1760&pg=08>. Acesso em 1/4/2009.

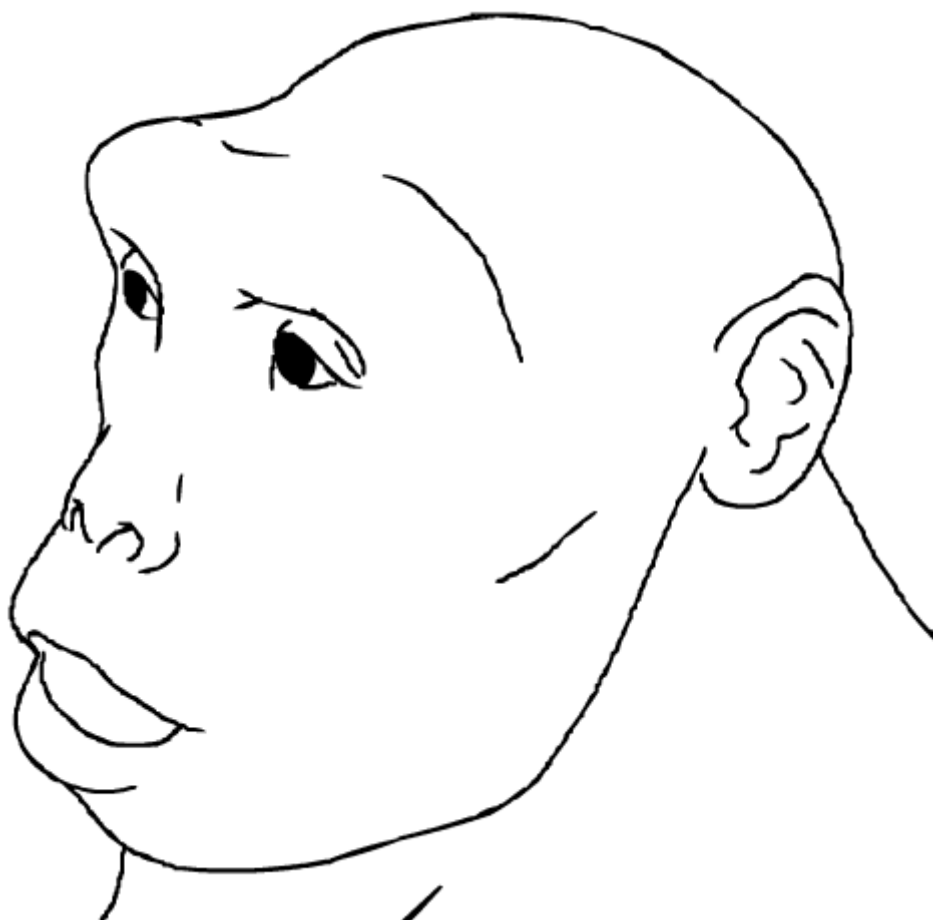
VEJA ONLINE. Edição 1.782, 18 de dezembro de 2002-b, 121 p. Disponível em http://veja.abril.com.br/181202/p_044.html. Acesso em 9/2/2009.

VEJA. Editora Abril, edição nº 2098, Ano 42, nº 5, 4 de fevereiro de 2009, p. 74-77. Disponível em http://veja.abril.com.br/040209/p_076.shtml. Acesso em 8/2/2009.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. SP: Ed. Boitempo, 2003.

VI- ANEXOS

VI.1- ANEXO 1

**Sahelanthropus tchadensis**

Toumai, o homínídeo de sete milhões de anos (Ver nas p. 6, 33 e 162).

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SahelanthropustchadensisZICA.png>

VI.2- ANEXO 2

Economia

O FÓRUM SOCIAL DE DAVOS

O espírito do velho Karl Marx deveria ter ido a Belém cantar para Che Guevara junto com Chávez, mas preferiu a Suíça, onde o capitalismo foi mais atacado

Montagem sobre foto Virginia Mayo/AP e Alfredo Dagli Orti/Corbis/Latinstock



UM ESPECTRO Marx aparece nesta montagem pairando sobre debatedores em Davos, onde o "modelo" e o "sistema" foram os vilões

Diz a lenda que uma vez por ano Karl Marx recebe autorização para abandonar sua tumba no cemitério de Highgate, em Londres, onde ele desde 1883 descansa – se é que comunista descansa –, para participar do Fórum Social. Neste ano seu destino natural seria Belém, no estado brasileiro do Pará. Ele até chegou a dar as caras, mas por ali não encontrou nada muito parecido com o que esperava das classes trabalhadoras. Viu alguns índios e seus líderes invocando entidades incorpóreas que regeriam a vida em um continente chamado Abya Yala, como é politicamente correto se referir na língua indígena kuna ao que conhecemos como América Latina. Pensou em ficar um pouco mais quando o presidente brasileiro Lula chegou ao microfone. Finalmente, alguém mais sério. "Deus escreve certo por linhas tortas, porque o deus mercado quebrou", decretou Lula.

Foi a gota d'água para o velho Karl. Lula também estava mais para fenomenologia do espírito do que para o materialismo histórico. Pegou as malas mas, antes de voltar a Highgate, decidiu ver o que seus tradicionais detratores, os altos dirigentes das democracias capitalistas ocidentais, líderes de empresas e seus agregados nas artes e na academia, estavam discutindo na suíça Davos, na versão 2009 do Fórum Econômico Mundial, sob a temática geral "Dando forma ao mundo pós-crise". Ali, sim, tinha gente articulada, brandindo dados e pondo a culpa da crise econômica no "sistema capitalista". A socialização das falhas que levaram à atual crise financeira mundial – uma das mais, se não a mais, severas e complexas da história contemporânea – foi a tônica em Davos. Ninguém pode ser apontado como culpado. Nem George W. Bush nem Alan Greenspan, o mago do banco central americano que se transformou em bruxo ao reconhecer, candidamente, que ficou "chocado" ao descobrir que os bancos estavam emprestando fortunas a quem assumidamente não podia nem pretendia pagar. Nada de nomes. O culpado é o sistema. Um espectro ronda a Europa e o mundo. Trabalhadores do mundo, unam-se. Tudo que vocês têm a perder é o crédito. Mas, se ele secou para todos, empresas, governos e os próprios bancos, qual é o grande problema? Resumiu Bill Gates, o terceiro homem mais rico do mundo, mais uma vez estrela em Davos: "Acho que nunca acharemos um culpado, um vilão para quem possamos apontar e dizer: Aha... ele fez toda a lambança".

Harry Truman, o 33º presidente dos Estados Unidos, dizia que para um estadista não existem novidades, "mas capítulos da história dos grandes homens que ele não leu". Pois o que mais faltou em Davos foram

justamente coragem e lucidez para dar nome aos bois, dizer quem errou, por que errou e como evitar que esse mesmo tipo de gente volte a ter poder de decisão. De modo geral, os conferencistas e panelistas adotaram a visão tão cara aos marxistas de ver as falhas incontornáveis sistêmicas do "modelo" e do "mercado". Teria sido bem mais interessante se cada participante, para obter inscrição em Davos, fosse obrigado a escrever um ensaio sobre "O que EU fiz de errado que ajudou a nos colocar nessa encrenca". Antes de voltar para casa, seria uma boa ideia cobrar deles também um depoimento de despedida com o tema "O que EU farei para que a crise seja menos cruel do que se anuncia e não mais se repita". Como o EU sumiu de Davos, a visão sistêmica e coletivista do determinismo histórico marxista se instalou, mesmo que pouca gente tenha se dado conta disso.

Alguém poderia ter tido a lucidez de lembrar duas coisas que adiantariam muito os debates. Primeiro, a crise atual não foi prevista por Marx. Nem em sonho ele poderia ter imaginado o estágio de desenvolvimento e complexidade que os mecanismos de crédito atingiriam nestes primeiros anos do século XXI. Marx achava que o capitalismo encontraria seu fim ao cabo de cada vez mais fortes crises recessivas clássicas – aquelas ocasionadas por excesso de produção e falta de demanda, com a crescente insatisfação dos proletários produzindo a energia revolucionária para que se passasse de forma violenta ao comunismo. Nenhuma dessas condições está presente na atual crise. O que se observa é o estouro de uma bolha financeira que atingiu em primeiro lugar os ricos e a classe média investidora, com a evaporação de 10 trilhões de dólares em riqueza das famílias só nos Estados Unidos. Segundo, as contradições e injustiças que embalarão politicamente as teorias de Karl Marx na Europa da segunda metade do século XIX e por quase todo o século XX praticamente não existem mais nos países avançados e foram minoradas em quase todo o mundo. *O capitalismo deu condições extraordinárias de habitação, saúde, conforto e aposentadoria a milhões de habitantes de países onde se instalou. Só nos anos que antecederam a crise atual, tirou da miséria centenas de milhões de famílias no Brasil, China e Índia.* É esse progresso que está sendo colocado em risco pela corrente de destruição de riqueza deflagrada pela crise financeira. Foram necessários grandes homens e grandes mulheres para chegar até esse estágio de progresso. É de indivíduos formidáveis, e não de críticas ao "sistema capitalista" emanadas do cemitério de Highgate, que virá a solução para impedir que a crise destrua tudo o que se conquistou e para avançar ainda mais.

Disponível em: http://veja.abril.com.br/040209/p_076.shtml (Grifos nossos).
Ver na p. 88.

VI.3- ANEXO 3



Participe da parceria
MICROLINS
e o Colégio
estadual
**JOÃO
ALFREDO**

ESTE PROJETO FAZ DE VOCÊ UM PROFISSIONAL EM:

- Montagem/manutenção** - Sua independência financeira;
- Rotinas Administrativas** - Dez profissões em um curso;
- TRT** - Telemarketing, Recepcionista e Telefonista.
Emprego garantido sempre.
- Inglês** - Uma qualificação sempre exigida, rápido, acessível e eficaz;

DISTRIBUIÇÃO INTERNA

**EDUCADORES QUALIFICADOS
CERTIFICADO RECONHECIDO
NACIONALMENTE.
GARANTIA DE APRENDIZADO.**

**NA APRESENTAÇÃO DESTE
PANFLETO GANHE UM
DESCONTO EXCLUSIVO.**

Colégio Estadual JOÃO ALFREDO (atrás da quadra esportiva)

 **2234-8742/2576-8472**


Microlins
Centro de Formação Profissional

Ver na p. 139.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)